

MARINHA DO BRASIL  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS MARÍTIMOS**

ESLEY RODRIGUES DE JESUS TEIXEIRA

**O CONJUGADO ANFÍBIO DA MARINHA DO BRASIL  
NO PODER NACIONAL**

RIO DE JANEIRO

2021

ESLEY RODRIGUES DE JESUS TEIXEIRA

**O CONJUGADO ANFÍBIO DA MARINHA DO BRASIL  
NO PODER NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima

Marcelo Mello Valença

RIO DE JANEIRO

2020

T266c Teixeira, Esley Rodrigues de Jesus

O conjugado anfíbio Marinha do Brasil no poder naval. /  
Esley Rodrigues de Jesus Teixeira.- Rio de Janeiro, 2020.  
154f : il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2020.  
Orientador: Marcelo Melo Valença

Bibliografia: f. 139 – 153

1. Defesa nacional. 2. Corpo de Fuzileiros Navais. 3. Operações  
anfíbias. 4. Corpo de Fuzileiros Navais. I. Escola de Guerra Naval  
(Brasil) II. Título.

CDD 359.4

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Cremilda Santos – CRB7/3200  
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

ESLEY RODRIGUES DE JESUS TEIXEIRA

**O CONJUGADO ANFÍBIO DA MARINHA DO BRASIL  
NO PODER NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima

Aprovado em 02 de fevereiro de 2021

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença  
Doutor da Escola de Guerra Naval

---

CMG (RM1) Prof. Dr. Francisco E. Alves de Almeida  
Doutor da Escola de Guerra Naval

---

Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior  
Doutor da Universidade Federal da Paraíba

## AGRADECIMENTOS

*“Expecting perfection leaves a lot to ignore, when the past is the present and the future is no more, when every tomorrow is the same as before.”*

**Edward Louis Severson III, 2020**

A evolução das instituições supranacionais, dos meios e tecnologias de comunicação e da incrível e necessária transparência da imprensa fez das guerras entre potências um evento passado, quase bárbaro, impensável na parte “civilizada” do globo, cujas desavenças são tratadas em mesas de debate e não no campo de batalha. No Brasil, país que raramente se aprofunda em discussões sobre projeção militar (apesar de seu passado belicista tanto interna quanto externamente), falar sobre conflitos e guerra transformou-se em tabu, e discursos de desenvolvimento militar sempre se defrontam com o famoso antagonismo *guns x butter*.

Com efeito, a composição orçamentária para a manutenção das forças armadas (entre 2000 e 2013, a média de gastos ficou em 1,6% do PIB, abaixo da Colômbia, Chile, Uruguai, Bolívia e Guiana, fato que mudará caso aprovada a proposta de 2% do PIB; Almeida, 2015 ) é a 11ª dentre os gastos militares do mundo (27,5 bilhões de dólares em 2019; IISS, 2019)<sup>1</sup>, ficando em 6º dentro das quinze maiores economias, 1º na América do Sul, e em terceiro nos BRIC, perdendo para China e Federação Russa, segundo e quarto maiores gastos mundiais. Claro está que em um país que conta com cerca de apenas 53,2% de sua população com acesso à coleta de esgoto (ANA, 2020)<sup>2</sup>, 43% dos estudantes com nível de proficiência abaixo do aceitável em leitura, matemática e ciências (PISA, 2018)<sup>3</sup>, em 79º no índice de desenvolvimento humano (UNDP, 2019) e com mais de 90% dos 5570 municípios sem leitos de unidade de terapia intensiva (Rádio Câmara, 2020)<sup>4</sup>, apesar de ser a 9ª maior economia do mundo (World Bank, 2019)<sup>5</sup>, discutir o papel das Forças Armadas não faz parte da pauta de maioria dos

---

<sup>1</sup> <https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2020/02/global-defence-spending>

<sup>2</sup> <https://www.ana.gov.br/saneamento/panorama-do-saneamento/panorama>

<sup>3</sup> [https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018\\_CN\\_BRA.pdf](https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018_CN_BRA.pdf)

<sup>4</sup> <https://www.camara.leg.br/radio/programas/545006-menos-de-10-dos-municipios-brasileiros-tem-leito-de-uti-pelo-sus-revela-levantamento-do-cfm/>

<sup>5</sup> <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/gdp-ranking>

políticos eleitos ou pretensos, não havendo, desta forma, nenhum apelo à discussão, seja no congresso, seja nas universidades e academias, mesmo aquelas de cunho militar<sup>6</sup>.

A abordagem do assunto volta à baila de tempos em tempos, mas nunca com o escopo de definir quais as tarefas devem ser conferidas aos militares em campanha, tampouco quais ativos de defesa devem fazer parte do pacote mínimo da capacidade expedicionária brasileira, ou mesmo qual a configuração e disposição deve ela possuir, no intuito de permitir maior capacidade de ação além das fronteiras, fato que desde 2000 tem se tornado cada vez menos esperado, haja vista o monstruoso aumento no número de operações de Garantia da Lei e da Ordem realizadas pelo Ministério da Defesa<sup>7</sup>.

Nos momentos de maior ameaça institucional de nossa república, a questão da postura militar foi negligenciada<sup>8</sup>. Esta faceta da cultura nacional (que longe está de ser corroborada por nosso passado de revoltas largamente combatidas pelo poder central, às vezes com crueldade extrema<sup>9</sup>), de negar ao Poder Nacional as ferramentas adequadas de sua Expressão Militar, por diversas ocasiões não possui respaldo nas condições universalistas e pragmáticas de nossa política externa, cuja atuação militar, além de ser necessária, motiva o respeito dos demais. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo cinco potências nucleares como membros permanentes e com graves correntes que impedem sua renovação constitucional, é a maior das provas hodiernas de que o discurso meliano ainda é refletido nas interações entre os países, e que, apesar de inibirem, armas nucleares não impedem a eclosão de guerras entre as grandes potências, muito menos entre os demais países<sup>10</sup>.

Versar sobre guerras e assuntos que despertem a necessidade de investimento nas forças armadas é um trabalho que levanta desconforto, não só no mundo acadêmico, mas

---

<sup>6</sup> O abismo entre academia e caserna tem sido diminuído brilhantemente através de cursos de pós-graduação e extensão de escolas como ECEME, ESG e EGN, unindo civis e militares num esforço conjunto para melhorias na defesa nacional.

<sup>7</sup> Dados do Ministério da Defesa compilam 142 eventos de utilização de tropas em GLO por violência urbana (23), greve de PM (26), garantia de votação e apuração (22), grandes eventos (39) e outros (32), somando, de 2010 até hoje, mais de 2 bilhões de reais. A propensão à transformação das organizações castrenses em gendarmerie, além de não assombrar os militares, apresenta diversos problemas a isso inerentes, como o perigo de aproximar o tráfico de drogas das Forças Armadas, a subutilização do potencial militar, a queda na motivação dos soldados e a não resolução dos problemas iniciais. Este movimento de maior utilização dos militares na vida nacional é um fenômeno observado em diversos países.

<sup>8</sup> A tentativa de invasão da Bolívia e do Peru pelo Acre, a questão fronteiriça com a França e Inglaterra e a Guerra da Lagosta são exemplos de que os militares, quando não em condição de pronto emprego, falham em sua missão de garantir a defesa da Pátria. O colosso diplomático daí derivado, figadal defensor da manutenção de um poder duro em um país com potência tão clara e riquezas tão mal protegidas como o Brasil se chocou com sua resignação ante o fato de não haver nem navios nem soldados para se contrapor à concentração estratégica peruana.

<sup>9</sup> Difícil apagar os revoltosos mortos com cal virgem nos porões dos navios de Grenfel da imaginação de qualquer criança que aprenda sobre as revoltas contra a independência de Portugal.

<sup>10</sup> No momento de escrita deste trabalho, Índia e China compartilham uma escaramuça na fronteira.

também no meio militar (cuja miríade de termos, normas, definições e publicações por si só já se resumem em dificuldades aos pesquisadores, independentemente de sua vinculação institucional) e no político-partidário, haja vista a falta de adesão de boa parte do Poder Político a este tema que exige imensas somas de patacas *vis-a-vis* as mazelas de um país com índice de Gini (coeficiente que mede a desigualdade de renda social, indo de 0 na igualdade perfeita e 100 na desigualdade perfeita) de 53,3, figurando em 79º em desigualdade de distribuição de renda. Não obstante, este tópico deve ser abordado, sobretudo por militares que, preocupados com as forças armadas do amanhã, se debruçam nestas dificuldades empenhando-se por permitir maior aderência por todos ao debate, visto ser o orçamento composto e definido pelo povo brasileiro. As forças armadas (sua composição, tarefas, postura) precisam fazer parte deste debate para garantir sua manutenção, capacidade de projeção e constante evolução.

A militarização das ameaças (bem presente nos últimos anos, em que as forças armadas foram largamente utilizadas na mitigação de greves de policiais militares, caminhoneiros, portuários, petroleiros, eleições, grandes eventos, no combate ao crime organizado e até distribuição de urnas eleitorais) e a “estrategização” dos recursos é uma tendência mundial, seja pela maior confiabilidade dos militares frente às demais instituições (observado em boa parte do mundo latino e ocidental), seja pela crescente inclinação ao terrorismo e ao crime transnacional de organizações que se decidiram pelo embate político através das armas, do tráfico de drogas e pessoas, da pirataria ou do crime cibernético. Se a era pós-napoleônica viu o nascimento dos conflitos no terreno urbano das grandes cidades, o século XXI apresenta a universalização do medo, e ações “inimigas” que podem trazer consequências catastróficas, sem a necessidade da percussão de um único projétil. É neste panorama que o presente trabalho, que nada mais consiste que um apelo à maior preocupação com o tratamento da capacidade expedicionária brasileira, foi desenhado.

Além disso, em um canto do mundo que, graças à providência divina, esteve longe o suficiente das Grandes Guerras Mundiais para não ver aniquiladas cidades e povos, os brasileiros aprendem desde tenra idade sobre a vocação pacífica de nossa política externa. Não passa pelas cátedras escolares, contudo, as seguidas tentativas de aumento do *hard power* nacional, seja pelo Barão do Rio-Branco, apoiador dos planos de reaparelhamento naval e da profissionalização germânica das tropas do exército, seja durante os últimos governos da Nova República com a aquisição de diversas belonaves multipropósito. Também passa ao largo as diversas tentativas de invasão (pelas potências europeias ou por nossos vizinhos) que obrigariam, sem sombra de dúvidas, a que possuíssemos defesas fronteiriças baseadas em

defesa ativa e uma Força de Emprego Rápido adequada a atuar tanto em nosso entorno estratégico quanto em pontos caros à nossa cadeia de suprimentos econômica.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus, que me permitiu “combater o bom combate” e “guardar a fé” durante este longo período de mais de vinte anos em que tenho me dedicado aos estudos desta importante questão. Em segundo lugar, agradeço à minha família, Débora, Isabel e Guilherme, cuja paciência para com minhas intenações em nosso escritório agora apresentam seus frutos. Agradeço também aos meus pais, cuja origem humilde (para não dizer miserável) e lições de vida (e de morte) forneceram o grande exemplo para minha postura social e profissional, induzindo-me desde tenra idade à conversa com os clássicos da literatura e da ciência política, se é que há entre estes dois alguma diferença. Neste espaço, agradeço também à Nossa Senhora, a quem muito roguei, e a São Josemaria Escrivá, cujos ensinamentos foram essenciais na revisão pormenorizada e detalhada deste trabalho.

Indubitável o papel primordial do orientador nesta derrota de mares bravios e nem sempre verdes. Mormente para um civil afeto ao direito, a atuação do Prof. Dr. Marcelo Valença foi impecável, alimentando discussões multidisciplinares que levaram a um desenvolvimento intelectual e crítico profundo sobre a atuação dos militares e dos civis na formação da conjuntura nacional de defesa e na formulação desta grande estratégia, ponto fundamental na construção de um país-potência. Sem dúvidas, a amizade gerada nos encontros perdurará pelos anos vindouros. Aos professores Zelesco e Alves de Almeida gratulo a paciência e a ajuda sobretudo após minha qualificação. Espero que vosso esforço renda produtos na direção da amplificação dos conhecimentos ora disseminados. Agradeço também aos almirantes Alexandre, Zuccaro, Carlos Chagas e Rossatto pelo interesse no tema, e por me permitirem desenvolvê-lo neste mestrado. Também fica meu agradecimento especial e pessoal ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Weizel de Fontoura Barreto Júnior, cujos exemplos de afinco aos estudos, dedicação à profissão e amor à família certamente ficarão marcados em minha memória.

Aos leitores, de agora e do futuro, espero que minhas visões os ajudem a compreender as aflições que se debatem dentro da cabeça de um bibliófilo que se depara, aos seus quatorze anos, com seu país sem figurar nos livros de história que versam sobre os grandes acontecimentos mundiais, mesmo deles tendo participado com muito sacrifício de seu povo, e como a reformulação da Força de Emprego Rápido pode vir a, doravante, colocar nosso pavilhão verde-amarelo no centro das grandes decisões da narrativa global, mesmo não dispondo nosso arsenal de armas nucleares, seja por força de tratados, seja por força de

princípios a nós caros. Este, acima de todos os outros, deve ser o objetivo de qualquer cidadão da República Federativa do Brasil (independente se estudante, militar ou político): a manutenção de nossos princípios e sua exportação para países que assim os desejarem decorar. Não cabe a nós, passageiros do trem da história, determinar nosso destino como país. Mas cabe aos decisores (sempre um político, independente se já foi estudante, civil ou militar) acionar as chaves com as quais o povo será capaz de tornar a potência do país em um ato virtuoso e digno de ser replicado como *benchmark* em outros.

O objetivo deste trabalho é ser uma destas chaves.

## RESUMO

O esforço do Brasil para garantir sua inserção como peça chave das operações de paz das Nações Unidas deve ser vista como uma grande estratégia, reunindo capacidades diversas de toda a sociedade. A Força de Fuzileiros da Esquadra, componente operativa do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, Força Expedicionária *par excellence* de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, avulta de importância como principal elemento material de poder neste compromisso vez que, como parte do Poder Naval, possui intrinsecamente as capacidades de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade necessárias ao ofício das operações de paz. Por meio de revisão bibliográfica de diversos estrategistas clássicos da guerra naval, da observação do histórico do desenvolvimento das infantarias navais das grandes potências, e da evolução da tropa anfíbia nacional, há por objetivo delinear tanto um novo fluxograma do processo decisório para a expedição de tropa pelo Poder Executivo que seja mais alinhado às permanentes demandas por tropas das Nações Unidas, como uma nova estrutura de subordinação da Força de Emprego Rápido, observando-se a necessidade de conformação conjunta e abordagem holística das operações de paz hodiernas. O fruto das pesquisas consiste em uma maior aproximação evolutiva entre o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil e das potências continentais como Rússia e China, diferente do consagrado e histórico alinhamento militar com os Estados Unidos da América (na parte terrestre e anfíbia) e com o Reino Unido (na parte militar naval). Além disso, a conformação geográfica continental do Brasil induziu e ainda induz nossos estrategistas a considerar a defesa territorial acima da defesa das linhas de comunicação marítimas, efetivamente a ignorando pela esperança de garanti-la a partir de alinhamentos diplomáticos. Ao término, o trabalho propõe a constituição de um poder anfíbio, capaz de garantir a manutenção do círculo virtuoso marítimo a partir da manutenção da Pirâmide Científico-Tecnológica Inovativa de Defesa, nada mais constituindo-se que a que a materialização da epifania de diversos estadistas da história do Brasil.

Palavras-chave: Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Operações de Paz. História. Defesa Nacional.

## ABSTRACT

Brazil's effort to guarantee its insertion as a key part of the United Nations peace operations must be seen as a grand strategy, bringing together several capacities of the whole society. The Fleet Marine Force, an operative component of the Brazilian Marine Corps, Expeditionary Force *par excellence* according to the National Defense Strategy, is of grave importance as the main material element of power in this commitment since, as part of the Brazilian Naval Power, has intrinsically the mobility, permanence, versatility and flexibility capabilities necessary for peace operations tasks. Through a bibliographic review of several classic naval strategists, observing the history of the development of naval infantry of the great powers, and the evolution of the national amphibious troop, the objective is to outline both a new flowchart of the decision process for the troop deployment by the Executive which is more aligned with the permanent demands for troops by the United Nations, and a new subordination structure of the Rapid Response Force, observing the need for joint structure and a holistic approach to today's peace operations. The result of the research consists of a greater evolutionary approximation between the Brazilian Marine Corps and the continental powers such as Russia and China, different from the consecrated and historic military alignment with the United States of America (on the land and amphibian military components) and the United Kingdom (on the naval). In addition, the continental geographical conformation of Brazil has induced and still induces our strategists to consider territorial defense above the defense of maritime communication lines, actually ignoring it out of some protection that our diplomatic alignments may secure. T the conclusion, the work proposes the constitution of an amphibious power, not a seapower or a continental power capable of guaranteeing the maintenance of the virtuous maritime circle by the maintenance of the Innovative Scientific-Technological Pyramid of Defense, constituting nothing more than the materialization of the epiphany of several statesmen on the history of Brazil.

Keywords: Brazilian Navy. Marine Corps. Peace Operations. History. National defense.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAnf –	Brigada Anfibia
CASC –	Componente de Apoio de Serviços ao Combate
CCA –	Componente de Combate Aéreo
CCT –	Componente de Combate Terrestre
CGCFN –	Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CM –	Comando da Marinha/Comandante da Marinha
ComDivAnf –	Comando da Divisão Anfibia
ComFFE –	Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra
ComTrRef –	Comando da Tropa de Reforço
EB –	Exército Brasileiro
ElemAnf –	Elemento Anfibia
END –	Estratégia Nacional de Defesa
FA –	Forças Armadas
FAB –	Força Aérea Brasileira
MB –	Marinha do Brasil
ONU –	Organização das Nações Unidas
PLA –	People’s Liberation Army
PLAN –	People’s Liberation Army Navy
PLANMC –	People’s Liberation Army Navy Marine Corps
PND –	Política Nacional de Defesa
RPC/PRC –	Republica Popular da China/People’s Republic of China
RRF –	Rapid Response Force
UNPCRS –	Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS - United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System)
USMC –	United States Marine Corps
UAnf –	Unidade Anfibia

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	O CONJUGADO ANFÍBIO NA HISTÓRIA.....	29
2.1	Operações anfíbias com postura ofensiva.....	33
2.2	Operações anfíbias com postura defensiva.....	44
2.3	Retiradas e contra-ataques.....	47
3.	O CONJUGADO ANFÍBIO NO SÉCULO XXI.....	53
3.1	Conjugados anfíbios em <i>Continental States</i> : o Urso e o Dragão.....	59
3.2	Conjugados anfíbios de <i>Seapowers</i> .....	70
3.3	Análise comparativa: recursos, desejos e destino.....	75
4.	EVOLUÇÃO DO CONJUGADO ANFÍBIO NACIONAL .....	79
4.1	Evolução da tropa anfíbia brasileira.....	83
4.2	Evolução da “anfíbiosidade” no pensamento dos Chefes Navais.....	88
4.3	Brasil: um <i>continentalpower</i> de projeção regional ou um <i>amphibiouspower</i> de projeção global?.....	92
4.4	Os Fuzileiros Navais e os objetivos nacionais.....	100
5.	SUGESTÕES PARA O CONJUGADO ANFÍBIO NACIONAL.....	105
6.	CONCLUSÕES.....	123
	REFERÊNCIAS.....	139

## 1. Introdução

O início do século XIX representou uma forte mudança nas formas com que os governos tratavam suas forças navais. Motivados pelo mais famoso tomo de Alfred Tayer Mahan (*The Influence of Sea Power upon History*), vários países resolveram-se por focar no desenvolvimento da Marinha de Guerra, mesmo aqueles que tradicionalmente confiavam em seu Poder Terrestre para manter sua soberania e oferecer a dissuasão necessária a que fossem impedidas aventuras em suas fronteiras. A França Republicana pós Napoleão III, a Alemanha Guilhermina pós Bismark e o Japão<sup>1</sup> expandiram suas marinhas, no intuito de, a partir do controle das linhas de comunicação marítimas, garantirem seu “lugar ao sol”, frente a um “império no qual o sol nunca se põe”<sup>2</sup>, e que, exatamente por isso, controlava boa parte da cadeia de suprimentos que abastecia os mercados europeus e asiáticos. A aventura marítima de poderes continentais ocasionou uma febre imperialista que seguiu desde o fim do século XIX a meados do século XX, fazendo o mundo cair em duas guerras, e permitindo que aliados estratégicos de séculos entrassem em conflitos sem sentido, que, não obstante ganhos fronteiriços, não chegaram a modificar de forma relevante o mapa do mundo *vis-a-vis* a perda de vidas humanas no teatro europeu e do oriente médio.

O mar como fonte de poder é explorado há muito. Os fenícios, egípcios, gregos e cartagineses valeram-se de seu controle no intuito de garantirem monopólios que os permitiram aumentar sua influência em seu entorno estratégico<sup>3</sup>. O Mar Mediterrâneo diminuiu as distâncias entre a África e a Europa, e entre esta e a Índia após Suez. Foi pelo mar que grandes impérios foram construídos, sobretudo impérios que não possuíam o poder continental militar que os permitisse contrapor os já estabelecidos *hegemon*s continentais. E, em um contexto de guerras, o mar foi a válvula de escape que proporcionou uma rota segura às riquezas asiáticas<sup>4</sup>. O controle de rotas marítimas foi, e ainda, é (apesar das novas tecnologias da guerra e do comércio) essencial para a manutenção da cadeia de suprimentos e das transferências comerciais, responsáveis, sobretudo, à sobrevivência econômica e à estabilidade político-social de um país. Esta característica de Poderes Marítimos, focando sobretudo no aumento das trocas

---

<sup>1</sup> Esses países representam apenas os mais famosos detentores de forças navais com exceção da Inglaterra, cuja Marinha, sobretudo desde Henrique VIII, representou o principal braço militar, com algumas discussões, de tempos em tempos, entre constitucionalistas e navalistas.

<sup>2</sup> A expressão universalmente conhecida de que o sol nunca se põe foi utilizada por diversos impérios no decorrer da história, inclusive por poderes peremptoriamente continentais, como o caso da Áustria, cujo lema AEIOU (*Austria est imperare orbi universum*) representava bem sua pretensão pela dominação mundial.

<sup>3</sup> Durante séculos os Atenenses construíram seu poder pelo mediterrâneo, vindo a entrar em conflito com Esparta, um poder continental clássico. Cartago (Púnis) também precisou enfrentar sua Esparta (Roma), vindo a ser completamente destruída e obrigada a sair do litoral do mediterrâneo.

<sup>4</sup> Portugal e Espanha foram os principais artífices deste processo, chegando a dividir o mundo em dois.

comerciais e na manutenção do controle sobre as linhas de comunicação marítimas, foi uma constante nos grandes impérios globais. Constituindo-se em guardiões da estabilidade econômica do sistema por eles desenhado, a Marinha de Poderes Marítimos focava na coibição de planos de dominação global, evitando que poderes continentais atingissem a superioridade naval, e atuando, quando em guerra, no corte do fluxo logístico mais que nos combates propriamente ditos<sup>5</sup>. Não à toa, poderes marítimos e poderes continentais formaram duplas antagônicas em boa parte da história, e seus embates representavam a manutenção ou mudança de *status quo*, recaindo geralmente no que ficou convencionado chamar de *Thucydides' Trap* (Allison, 2017).

Apesar das compensações militares e territoriais ostensivas de um poder terrestre (a taxa de crescimento territorial da Rússia desde sua formação como Czarado em 1547 até o início da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ao fim do século XX foi de 50%, Fuller, 1992), a logística, tanto de conflitos quanto do dia-a-dia, foi constantemente sua maior fraqueza. A saída para a maritimidade constituía uma imposição *top-down*, muito mais que o surgimento de uma comunidade e cultura marítimas em Poderes Marítimos (*bottom-up*), como nos mostram os exemplos de Pedro Romanov da Rússia, Guilherme II Hohenzolern da Alemanha e Pedro de I de Orleans e Bragança (cujos esforços para a criação de uma capacidade marítima autóctone só foram consubstanciados em 1894, após sua abdicação, com a formação do Lloyd Brasielrio). Contando com vastos suprimentos no solo pátrio, o avanço da construção naval (de navios mercantes ou de guerra) não constituía uma necessidade geopolítica. O caso brasileiro, contudo, constitui-se em uma exceção à regra, posto que não possuía (tampouco possui) em seu litoral oceanos que se congelam durante grande parte do ano, países que possam contestar questões lindeiras por meio da força (o último conflito peremptoriamente continental em que se envolveu foi em meados do século XIX, tirando as questões com a França e o Peru no século XX) e detém boa parte da matéria prima (com exceção das necessidades tecnológicas hodiernas) necessária à construção de navios<sup>6</sup>. A cultura marítima, entretanto, nunca esteve alicerçada no ideário

---

<sup>5</sup> Na Inglaterra, o debate entre estas duas vertentes de atuação e engajamento bélico sempre esteve muito latente. As estratégias inglesas diferiam bastantes das estratégias de poderes continentais clássicos, cuja Guerra Limitada tornou-se um mantra, sobretudo durante a Guerra dos Cem Anos e as campanhas da Liga de Augusburg. Com o desenvolvimento tecnológico, e as novas táticas de guerra rápida (instituídas já nas guerras da Criméia e de Unificação Alemã no fim do século XIX), Poderes Continentais passaram a possuir a capacidade de, sem depender de longas cadeias de suprimentos transcontinentais, alcançar seus objetivos, mesmo quando engajados em uma guerra ilimitada. Tanto a *Totaler Krieg* (Ludendorff, 1935) quanto a *Blitzkrieg* (Schieffler, 1865 e Guderian, 1939) foram movimentos do maior poder continental da época (Prússia/Império Alemão) no sentido de mitigarem os problemas logísticos oriundos de uma guerra terrestre de longo período e objetivos profundos.

<sup>6</sup> De se notar que a maior potência marítima da história até o fim da Segunda Grande Guerra, o Império Britânico possui inimigos próximos, com Calais distando pouco mais de 30km de Dover, não possuía matéria prima adequada (por isso mantinha relações próximas e protegia o comércio com os países do Báltico pelos estreitos

brasileiro. Com efeito, o diminuto número de navios não foi uma consequência da falta de matéria prima (como muito tempo ocorreu na França e Espanha<sup>7</sup>), mas sim de motivação política, gerada por uma vontade de introspecção econômica e cultural<sup>8</sup> e de falta de percepção governamental do custo estratégico de se bancar projetos que, no longo prazo, refletiriam a independência de transporte marítimo. Traços de colonização tecnológica ainda existem, e tenderão a sempre existir dados os problemas atinentes à geração de mão-de-obra especializada e de tecnologia autóctone com que uma Base Industrial de Defesa marítima é capaz de sobreviver de forma sustentável. Poderes Continentais como Brasil, Rússia e China jamais interessaram-se pela parte aquosa do mundo (o Império Chinês, no século XV, chegou a proibir as navegações em curso), a não ser quando motivados por ordens de cima, ou por projetos de potência, grandes estratégias focadas no desenvolvimento de seu poder econômico e militar pelo mundo, como hoje observamos a China.

A Inglaterra, poder marítimo supremo desde a queda dos holandeses, receando uma combinação de forças contra sua hegemonia, gerou uma positivação formal da ideia de Pitt/Castlereagh de se construir tantos navios quanto os dois maiores poderes juntos<sup>9</sup>. Uma potência com tão vasto império colonial, abraçando o mundo dentro de sua esfera de influência, via com temeridade o aumento do número de plataformas no Japão (por causa de suas colônias no Pacífico), Itália (pela necessidade de manter o controle do Mar Mediterrâneo) e França/Alemanha (cuja saída da frota ofereceria um perigo real e iminente ao território bretão) e Rússia. A Armadilha de Tucídides, mesmo não tendo sido a grande responsável por uma guerra que, oficialmente, foi causada pela “Alemanha e seus aliados”<sup>10</sup>, acabou levando o governo britânico a acordos (inimagináveis décadas atrás) com franceses e russos.

---

de Öresund e Jutland/Heligoland). O verdadeiro impulso ao mar foi dado tanto por conta do comércio quanto da defesa (Lambert, 2018 e Clowes, 2017)

<sup>7</sup> França e Espanha, durante a crise entre Felipe II e Elizabeth, e depois no período Napoleônico, foram privadas de seus insumos pelo bloqueio inglês à passagem de matérias primas vindas do Báltico.

<sup>8</sup> O Brasil apenas passou a abrir-se economicamente ao mercado internacional no início dos anos 1990. Até então, seja por políticas protecionistas alimentadas por uma sociedade que via na agroindústria seu principal sustento, seja por determinações da CEPAL, a indústria brasileira tentou por desenvolver-se através de substituição de importações. A falta de acompanhamento da indústria nacional com relação às demais do mundo desenvolvido aumentou o abismo que separava-nos.

<sup>9</sup> O que ficou conhecido como “*Two-power Standard*” foi idealizado durante as crises contra a França, iniciadas desde meados do século XVIII (que culminou na independência dos Estados Unidos da América em 1776) e nas Guerras Napoleônicas, sobretudo quando a França se aliou à Espanha dos Bourbon e depois à Rússia de Alexandre I. Ao fim do século XIX, frente à ameaça germânica e francesa de aumento dos ativos de suas marinhas de guerra, o termo foi cunhado.

<sup>10</sup> Conforme está escrito no artigo 231 do tratado de Versalhes, « *Les Gouvernements alliés et associés déclarent et l'Allemagne reconnaît que l'Allemagne et ses alliés sont responsables, pour les avoir causés, de toutes les pertes et de tous les dommages subis par les Gouvernements alliés et associés et leurs nationaux en conséquence de la guerre, qui leur a été imposée par l'agression de l'Allemagne et de ses alliés.* »

Há que se considerar, contudo, que apesar de o recorrente medo bretão de invasão pelo Canal da Mancha demandar uma Marinha de Guerra com navios suficientes que a capacitasse a realizar uma operação de bloqueio nos portos alemães, a experiência elisabetana não permitiu que seus estadistas esquecessem facilmente da necessidade de tropas capazes de realizar Operações e Contra Desembarque<sup>11</sup>. Movimentos de tropas anfíbias foram presentes em diversas guerras pela história, sempre envolvidas em tarefas de cortar o fluxo logístico e estabelecer condições para as tropas que as ultrapassarão (*follow-on troops*) em operações subsequentes. No século V a.c., foi com tropas anfíbias que Atenas conseguiu estabelecer-se como uma ameaça ao poder terrestre instituído por Esparta. O século XV foi testemunha de sua utilização para estabelecimento de entrepostos comerciais durante o périplo africano, e, ato contínuo, Veneza e Espanha dele se valeram para impedir o avanço otomano pelo mediterrâneo, sobretudo no cerco à Malta e em Lepanto.

O que se depreende após observar-se os conflitos da história é que há uma indissociável simbiose entre o Poder Terrestre e a Infantaria do Poder Naval, havendo, contudo, uma diferença fundamental: além do menor tamanho (enquanto aquele valia-se da massa, esse se vale da manobra e objetivo), objetivos limitados que visam a contribuição ao controle de área marítima e negação do uso do mar exigem dos fuzileiros navais maior ação de choque, familiaridade com navios e capacidade expedicionária. Foram soldados vindos do mar que permitiram o estabelecimento e a expulsão dos nazistas do norte da África; e foram eles que, por maior que fosse o medo da *Blitz* da *Luftwaffe*, apavoravam o parlamento de Churchill com a possibilidade de invasão<sup>12</sup>. Foram tropas vindas do mar que permitiram o retraimento contínuo do Japão no pacífico, que deram a MacArthur uma grande vantagem tática na Coréia, e que destituíram governos despóticos no Iraque. A projeção de poder sobre terra, ora disponível através de plataformas subaquáticas indetectáveis (ou muito dificilmente detectáveis) não resolve problemas limitados, o que coloca em xeque o próprio conceito tático dos mísseis balísticos além de seu caráter dissuasório em países que respeitam suas posições diplomáticas como o Brasil<sup>13</sup>. Marinhas que se definem pela atuação global não podem deixar de possuir

---

<sup>11</sup> A Guerra contra a Espanha no fim do século XVI e início do XVII exigiu que uma força anfíbia fosse enviada para realizar um contra-desembarque na Irlanda, cortando assim a linha de suprimentos entre o exército espanhol e suas bases.

<sup>12</sup> A ameaça de a Operação Seelöwe ser ativada logo após a Retirada de Dunkirk parece bastante improvável (Shirer, 1990).

<sup>13</sup> Segundo Augusto (2014), os submarinos lançadores de míssil balístico permitem que haja uma capacidade de resposta, impedindo o surgimento de situações de instabilidade absoluta, mesmo para países com arsenal nuclear modesto. Segundo Waltz (1990), dissuasão tem mais haver com o que alguém pode fazer, e não com o que ele fará. Com efeito, a política de *mutual assured destruction* ainda é um constante no cenário internacional, tendo as conversas entre as potências na ONU um papel primordial para impedir esta desdita.

Forças Expedicionárias anfíbias adequadas a fazerem valer os desígnios nacionais. Mesmo com submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos no inventário, não é cabível que marinhas não disponham de Fuzileiros Navais em condições de atuar pronta e imediatamente em qualquer área de interesse.

Certamente que a projeção da Expressão Militar do Poder Nacional não deve ser ativada e empregada de forma arbitrária e pessoal. Afinal, a impessoalidade, a publicidade e a legalidade são princípios do serviço público. A utilização dos Fuzileiros Navais como ferramenta de dissuasão e garantia dos objetivos nacionais de defesa deve estar diretamente relacionada à manutenção do *status quo* e da harmonia do sistema global, visando sobretudo a estabilidade econômica e social de nosso país, além da defesa dos ideais e valores que norteiam as relações exteriores do Brasil, sobretudo a proteção aos direitos humanos. As mudanças (transformações) dos militares em boa parte dos países das maiores economias<sup>14</sup> mostra que tropas anfíbias serão cada vez mais utilizadas devido à miríade de novas tarefas que são impostas a forças armadas/marinhas de atuação global. Apesar do aumento no escopo da atuação (fruto da visão de Odierno.), as tarefas básicas do Poder Naval (negação do uso do mar, controle de área marítima, projeção de poder sobre terra e contribuir para a dissuasão<sup>15</sup>) continuam sendo cumpridas com o intuito de se preservar a estabilidade dos sistemas econômico e social nacionais. Neste sentido, a dissuasão e a manutenção de bases ou tropas além-mar são extremamente importantes ao nível de projeção e à postura do país, já que determinam inclusive o tamanho da força e sua prontidão, bem como suas tarefas que invariavelmente devem abranger “*shape operational environments, prevent aggression, defeat enemies in combat, and consolidate battlefield gains*” (Perkins, 2017) É através desta postura de defesa que a grande estratégia é desenhada, e os sacrifícios que o povo fará começam a ser expostos de forma mais ostensiva e aceitável. É a grande estratégia que permite observar o caminho para chegarmos onde queremos, utilizando da melhor forma o que temos. E, em um país com tamanha tradição democrática, o povo é parte intrínseca do processo. Não pode haver um país que ostente ser um Poder Naval se seu povo é contrário aos inerentes e necessários gigantescos gastos governamentais na área para a aquisição, construção e para a manutenção dos meios. Da mesma forma, o Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil exige a aquiescência

---

<sup>14</sup> Estados Unidos da América, Inglaterra, França, e Rússia passaram recentemente por programas de transformação de suas forças armadas, em detrimento do amplo espectro em que doravante atuam.

<sup>15</sup> A Doutrina Militar Naval estipula essas quatro tarefas como as básicas. O número de tarefas e atividades de guerra naval, benignas ou uso limitado da força não consegue escapar da máxima de Nelson de que os objetivos de uma Marinha em uma guerra naval serão sempre os navios inimigos, tampouco a máxima de Tirpitz quanto a ser o propósito de uma batalha naval a destruição da esquadra inimiga.

popular, a aprovação dos gastos e a compreensão de que a projeção militar é essencial não só para o ataque, mas também para a defesa dos nossos interesses e dos nossos valores.

A capacidade de projeção sobre terra mudou consideravelmente durante os anos em que o homem se determinou a se lançar sobre a parte aquosa do mundo. Desde os infantes dos impérios mais antigos até os mísseis balísticos transcontinentais, a história foi testemunha do grande desenvolvimento doutrinário e tecnológico responsável por tornar uma operação anfíbia na mais complexa das operações militares<sup>16</sup>. Durante milênios, a evolução das tropas anfíbias foi um misto entre a necessidade de transporte de tropas do exército, até a compreensão da importância de se ter militares especializados em operações cuja tarefa, não raro, representou uma “virada de mesa” na situação do combate<sup>17</sup>.

Com o aumento da importância da Marinha, sobretudo com a evolução do processo de globalização e integração dos diversos povos e nações, a proteção do comércio e das linhas de comunicação marítima (*sea lines of communication* – SLOCS) tornou-se uma questão de Estado mais que de governo, e, mesmo em casos em que fica patente a vertente continental como Roma, França e Rússia, a formação de navios, estaleiros e marinheiros motivou o desenvolvimento de tropas anfíbias, capazes de ratificar as decisões dos soberanos, e garantir a liberdade de navegação de seus insumos industriais, produtos de subsistência e produtos de exportação<sup>18</sup>.

Em linhas gerais, a capacidade anfíbia de um Poder Marítimo foi crucial para a manutenção de pontos focais (*chokepoints*), de maneira a lhe dotar de áreas seguras de reabastecimento para seus navios<sup>19</sup>, além de portos em que pudessem comerciar seus produtos. A imposição das regras comerciais, como observado pelo bombardeio português a Calicute, ou ao bombardeio americano a Tóquio, fruto de uma era bastante distinta a que ora se nos

---

<sup>16</sup> Segundo os manuais militares brasileiros (sejam os do Corpo de Fuzileiros Navais, sejam os do Exército Brasileiro, esta definição de mantém, refletindo um sentimento e constatação comum a todas as Forças Singulares tradicionais.

<sup>17</sup> Exemplos diversos podem ser dados, dentre os quais o desembarque inglês na Irlanda para realizar um cerco às tropas de Filipe II da Espanha durante o período elizabetano, a conquista da Sicília durante a Segunda Guerra Mundial, e a tomada de Caiena pelo Império Português e das colônias caribenhas pelos britânicos durante as Guerras Napoleônicas

<sup>18</sup> A marinha de Roma foi de grande relevo para a conquista e destruição de Cartago. No caso francês, mesmo após a Guerra Franco-Prussiana, a Inglaterra via temeridade o avanço da capacidade de construção naval e do aumento constante da tonelagem dos navios. No Império russo, apenas por intermédio da Marinha foi possível a Pedro Romanov acabar com a influência tártara ao sul de seu território, bem como infligir um golpe fatal nos suprimentos suecos durante a Grande Guerra do Norte.

<sup>19</sup> O Reino de Portugal, desde o início do século XV, foi o primeiro grande utilizador desta tática de instalação de entrepostos, em particular no litoral oeste africano. A Inglaterra e Holanda, mais tarde, aprimorariam esta prática, ressuscitando a antiga noção grega e otomana das colônias além-mar. Apesar da natureza comercial destas atividades, a concepção expansionista destes países obrigava ao desenvolvimento de navios e soldados aptos a operações anfíbias.

apresenta, nada tem que ver com a plena utilização do poder anfíbio, largamente presente na tarefa de garantir o controle sobre pedaços de terra que permitissem o controle de área marítima de interesse, e na conquista de territórios que fossem caros ao comércio e à sustentação do inimigo<sup>20</sup>. Poderes Marítimos valiam-se do conjugado anfíbio do Poder Nacional no intuito de engajar-se em uma guerra limitada, ou para contribuir com o exército na consecução de objetivos que levassem à vitória em uma guerra ilimitada<sup>21</sup>. Poderes Marítimos não ruíram somente quando sua limitada fonte de recursos humanos se chocou com o desejo imperialista de conquistas aclamadas pelo povo e por seus representantes<sup>22</sup>, ou quando poderes terrestres, ávidos por destruir seus rivais navais, invadiam seu território e destruíam sua capacidade marítima<sup>23</sup>. Poderes terrestres podem tentar tornar-se Poderes Navais<sup>24</sup>, mas a construção de uma cultura e do sentimento popular em prol da marinha e de suas benesses econômicas e culturais apenas podem ser desenvolvidas através do tempo. Marinhas, na contramão dos Exércitos, apenas prosperam em ambientes democráticos, em que a liberdade de pensamento permite a total compreensão de sua importância, não só para a defesa da Pátria, mas sobretudo para a manutenção de sua prosperidade econômica e estabilidade social (Lambert, 2018).

Diferentemente da Era dos Impérios e da Era do Capital, a Era dos Extremos (sobretudo em sua fase pós-Guerra Fria) apresenta um panorama bastante distinto. Atores não-estatais transnacionais projetam-se a partir de meios não físicos<sup>25</sup>, tendo condições de causar o pânico e a desestabilização político-social sem o lançamento de um projétil sequer. Além disso, as dificuldades quanto ao enfrentamento a grupos terroristas (que garantem seu fluxo de caixa

---

<sup>20</sup> Como podemos observar na conquista de Gibraltar pelos ingleses no início do século XVIII.

<sup>21</sup> Observa-se aqui os conceitos de guerra limitada e ilimitada de Clausewitz, largamente utilizados por estratégias militares posteriores até os dias atuais. Não deve-se confundir com o conceito de Ludendorff de Guerra Total.

<sup>22</sup> Como apontado por Lambert (2018), a democracia foi sempre condição *sine qua non* para a existência de poderes marítimos, posto que a sustentabilidade de uma marinha devido aos altos custos de manutenção impostos a esta força é sempre derivada da aquiescência de seu povo, por meio de seus representantes. Não à toa a discussão sobre a manutenção da *Royal Navy* sempre foi pauta constante durante todo o período que abarca desde sua formação como esforço principal do poder real (sobretudo no período de Henrique VIII e dos problemas derivados do cisma com o Império e o papado) até os dias de hoje (é notória a discussão pública quanto à construção dos porta-aviões *Prince of Wales* e *Queen Elizabeth*).

<sup>23</sup> Foi este, por exemplo, o fim de Cartago, obrigada a interiorizar seu território por dez quilômetros, teve suas facilidades náuticas destruídas e seus navios confiscados.

<sup>24</sup> Observa-se isso no fim do século XIX e início do século XX, quando o Império Alemão resolve contrapor-se ao Britânico por meio da construção de navios, enfrentando o *Two-Power Standard* que, ironicamente, foi reativado pela ameaça que as frotas combinadas de França e Rússia representavam ao poderio britânico nos mares.

<sup>25</sup> É notória a preocupação de países como Reino Unido, Estados Unidos, Rússia, China e o consórcio chamado OTAN no que tange ao incremento da capacidade de atuação na dimensão cibernética de atores estatais e não estatais. Em suas estratégias de defesa, este aspecto é abordado com profundidade, motivando inclusive a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias com inteligência artificial supervisionadas remotamente a partir da maior compreensão do 5G. A China, por exemplo, desde o início do século XXI, focou na integração de suas forças armadas através do desenvolvimento de sistemas de comando e controle.

com atividades criminosas como tráfico de drogas, de pessoas e lavagem de dinheiro) urge por uma abordagem holística do problema, incluindo força militar para conter a oposição armada além de atividades de estabilização social e desenvolvimento econômico, tarefas que uma força Singular moldada para batalhas decisivas e guerras ilimitadas não está pronta a realizar<sup>26</sup>. Os Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil do século XXI, como nos mostram as doutrinas de *Seapower States*, precisam garantir a resolução dos problemas em terra, com o intuito de contribuir para as tarefas do Poder Naval, incluindo-se nisto a estabilização de *chokepoints* controladores de *SLOCS* caras ao desenvolvimento econômico nacional. Compondo parte essencial do Poder Naval, as tropas de infantaria de marinha são presença constante nas Forças Tarefa de *Seapower States*<sup>27</sup>, oferecendo a flexibilidade e versatilidade necessária ao adequado desempenho do Poder Naval. Em poderes terrestres como Rússia e China, as tropas anfíbias estão muito mais focadas na defesa do território.

Compreendido, desde sua primeira missão<sup>28</sup>, como uma Força Expedicionária por Excelência<sup>29</sup>, o Corpo de Fuzileiros Navais hoje atua de forma bastante introspectiva, sobretudo por uma delimitação do poder político e estrangulamentos financeiros impostos pela alta volatilidade do orçamento a ele proposto. As dificuldades orçamentárias são amplificadas pelo caminho percorrido pelo dinheiro desde sua delimitação orçamentária até sua execução efetiva nas bases de fuzileiros navais. No Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE), a Força de Emprego Rápido (FER), é nucleada em um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, o que aumenta a dificuldade de coordenação com os navios, aeronaves e demais meios que porventura precisem desdobrar, precisando estar em perene condição de prontidão imediata. Utilizada sobretudo de forma estratégica na história, o Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil precisa de maior flexibilidade e mobilidade.

O Conjugado Anfíbio reflete-se, portanto, na parcela do Poder Naval (este sendo uma das componentes da Expressão Militar do Poder Nacional), que abrange diferentes e interligados elementos político-econômicos, psicossociais, militares e científico-tecnológicos, responsável pela atuação coordenada de habilidades com fulcro na contribuição para a defesa da pátria, para o apoio à política externa, e para a ampliação da consciência situacional marítima

---

<sup>26</sup> Esse sentimento quanto a impossibilidade de utilização do poder militar stricto sensu em operações de paz vigora desde a Segunda Grande Guerra (Bush, 2015). Basta que observemos que as tropas norte-americanas ainda não saíram dos territórios alemão e japonês. Nas Operações de Paz da ONU, contudo, o ponto de inflexão foi gerado pelos problemas humanitários observados na Bósnia e em Ruanda, chegando-se aos relatórios Brahimi e Capstone.

<sup>27</sup> Faz parte da doutrina de emprego do USMC e dos Royal Marines a composição de tropas com versatilidade e flexibilidade para se contrapor às ameaças do século XXI.

<sup>28</sup> Tomada de Caiena em 1809.

<sup>29</sup> Assim é definido o Corpo de Fuzileiros Navais, de acordo com a estratégia Nacional de Defesa.

das áreas de interesse, sendo capaz de projetar poder (brando ou duro) sobre terra e altamente dependente de um gerenciamento da cadeia de suprimentos que o permita atuar em qualquer lugar de interesse nacional. Um Poder Naval, capaz de controlar a parte marítima com operações de minagem e varredura, bloqueio e interdição marítima (e até mesmo assaltos anfíbios)<sup>30</sup> sem que possua fuzileiros navais com que constituir seu conjugado anfíbio fica impossibilitada de conquistar e manter portos, estabelecer bases em terra, divertir as tropas terrestres inimigas, estabelecer relações com os diversos agentes envolvidos no conflito, realizar ajuda humanitária e apoiar governos quando do surgimento de desastres naturais, tarefas usuais a serem efetivadas quando do desdobramento de uma FER<sup>31</sup>. O tripé naval, expresso brilhantemente por Richmond (navios, estaleiros e marinheiros), precisa dos seus fuzileiros navais, junto com agências diversas, em uma abordagem multidimensional dos problemas militares.

Como bem colocado por William Halsey<sup>32</sup>, “[l]et me remind you that a Navy cannot be improvised overnight”<sup>33</sup>. O projeto de um Conjugado Anfíbio, atrelado sempre ao Poder Naval, está diretamente relacionado ao nível de prontidão, que torna indispensável um ótimo gerenciamento da logística e da cadeia de suprimentos. Para tanto, a Base Industrial de Defesa precisa desenvolver tecnologias que compreendam a complexidade de suas tarefas específicas. A prioridade da Marinha do Brasil, indubitavelmente, tem sido o desenvolvimento do submarino nuclear, programa que já conta mais de quarenta anos, se considerarmos os esforços realizados pelo governo Geisel junto ao governo alemão para a construção das infraestruturas essenciais à construção de usinas nucleares. Claro está que um submarino nuclear, mesmo que sem capacidade de lançamento de mísseis balísticos, contribui para a negação do uso do mar e para a dissuasão, duas das tarefas básicas do Poder Naval. Além disso, o avanço tecnológico que será alcançado com a construção desta nova plataforma permitirá diversos saltos de uso dual, servindo para o desenvolvimento técnico-científico nacional. Deve-se realizar um

---

<sup>30</sup> Segundo as Operações Navais descritas na Doutrina Militar Naval.

<sup>31</sup> Apesar da evolução tecnológica do advento dos “soldados autônomos”, Poderes Navais não abrem mão de sua tropa anfíbia, exatamente pela compreensão de que apenas fuzileiros navais permitem o efetivo controle da área marítima a partir da conquista de pontos em terra que permitam a segurança dos navios. A campanha do Pacífico, a conquista de Creta pelos Alemães e o cerco à Malta pelos Otomanos é uma prova incontestada de que apenas pode ser exercido o controle de área marítima com uma conquista em terra.

<sup>32</sup> William Frederick Halsey Jr. foi um almirante da Marinha dos Estados Unidos. Tendo sido o único comando a permanecer ativo após o ataque japonês a Pearl Harbor, teve importante papel nos estágios iniciais dos conflitos, chegando a possibilitar o primeiro bombardeio a Tokyo em 1942. Teve um papel crucial nas Batalhas das Ilhas de Santa Cruz e Guadalcanal. Foi o comandante da Força Tarefa que conquistou Okinawa e Ryukyu (Britannica)

<sup>33</sup> Conforme expresso por Donnithorne em seu livro “Four Guardians: A Principled Agent View of American Civil-Military Relations”. p. 53, Halsey falou isso durante uma audiência ao Senado dos Estados Unidos. Ao que parece, o alto custo de manutenção das marinhas sempre foi um desafio.

balanço, contudo, entre a defesa nacional e a projeção internacional<sup>34</sup>, permitindo-se que elementos materiais de poder que podem ser projetados com escopo a cumprir missões de paz de organismos multilaterais continuem exercendo um papel relevante no cenário internacional. É nesta vertente que o presente trabalho pretende se aprofundar.

De certa forma, tudo perpassa pela escolha da utilização estratégica a Marinha. *Seapower States* perceberam o poder que o mar poderia oferecer-lhes com o comércio, e logo se encarregaram de desenvolver especialidades militares que lhes garantissem a proeminência em teatros de operações marítimos. A necessidade de controlar *chokepoints* fez nascer infantes diferenciados, acostumados com a vida no mar, e cômicos de sua importância estratégica na garantia do controle da área marítima e da negação do uso do mar. *Seapower States*, por definição países que se valiam de Marinhas de Águas Azuis, antagonizavam com *Continentalpower States*, que desenvolviam uma Marinha para a proteção territorial contra invasões<sup>35</sup>. Classicamente, *Seapowers* prefeririam batalhas navais decisivas, enquanto *Continentalpowers* preferiam batalhas terrestres decisivas<sup>36</sup>. Uma Marinha de Águas Azuis não exige apenas navios de grande porte e capacidade de projeção do Conjugado Anfíbio. Demanda também uma robusta estrutura de padronização de meios, cooperação internacional (regional e mundial) e gerenciamento da cadeia de suprimentos. Lançar fuzileiros navais e profissionais especializados em terreno hostil ou permissivo irá requerer coragem, preparo físico e emocional tanto quanto um profundo conhecimento das forças profundas por trás da situação particular. O desenvolvimento do Conjugado Anfíbio, derivado da necessidade de simbiose entre a Força de Fuzileiros da Esquadra e várias outras agências exigidas à estabilização e harmonia das zonas de interesse, demandará navios anfíbios capazes de atuar por longas distância, que proporcionem a proteção, permanência e mobilidade necessárias à Força de Desembarque.

Frente aos novos desafios apresentados a um país do tamanho geográfico, político, econômico e diplomático do Brasil, é esperado que haja incremento de sua participação em

---

<sup>34</sup> De certa forma, este foi um debate antigo e constante entre os “continentalistas” e os “marítimos” do Império Britânico, e entre grandes estadistas dos Estados Unidos que se declaravam favoráveis ao isolacionismo ou à maior participação norte-americana no cenário internacional (tese defendida arduamente por Theodore Roosevelt em seu corolário à Doutrina Monroe).

<sup>35</sup> Impossível não se pensar na Marinha Imperial Russa de Pedro o Grande, que apta a lutar contra os tártaros em Azov e os suecos na Grande Guerra do Norte, sempre foi tolhida de seus intentos pela monstruosidade orçamentária do exército, pela localização lideira de seus inimigos, e pela superioridade britânica no Báltico. A grande derrocada da Marinha Imperial Russa deu-se exatamente quando tentou mudar este panorama na Batalha de Tsushima, quando o Czar, bastante influenciado por seu parente, o Kaiser, decidiu-se por utilizar sua Marinha de Guerra contra o Japão.

<sup>36</sup> Exemplos consagradas de *Seapowers* envolvem Inglaterra e Veneza. Como *Continental States*, apontam-se Rússia, França e Alemanha. Não só a conformação territorial acabou levando o desenvolvimento maior ou menor de sua força naval. O desenvolvimento de uma cultura marítima, e a dependência comercial (e, portanto, de sobrevivência) em relação ao mar os impulsionou.

missões de paz das Nações Unidas, ou de outros órgãos multilaterais, de maneira a garantir, como visto no sucesso da MINUSTAH, uma maior projeção do Brasil no exterior, contribuindo para o objetivo nacional de ocupar uma cadeira como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>37</sup>, e de expandir seu prestígio e sua influência através da defesa de seus valores e princípios. Há que se compreender, contudo, que em um país com tantas prioridades de investimento, o Conjugado Anfíbio e meios necessários a seu desdobramento sejam relegados ao esquecimento, apenas vindo à baila quando da necessidade de pronto acionamento.

Cabe, portanto, a compreensão do desenvolvimento constante do Conjugado Anfíbio e de seu braço terrestre, os fuzileiros navais, concebido como componente indissociável do Poder Naval<sup>38</sup>, como uma ferramenta estratégica de projeção de poder sobre terra, permitindo maior flexibilidade ao seu emprego e maior facilidade ao seu desdobramento em operações reais que estejam dentro de nosso entorno estratégico<sup>39</sup> ou em nossa zona de interesse<sup>40</sup>. Os fuzileiros navais devem, portanto, possuir capacidade de projetar-se em uma miríade de territórios distintos, o que influencia não só em sua doutrina e na preparação de seus recursos humanos, mas também no número de navios, capacidade dos estaleiros, na base industrial de defesa e em sua cadeia de suprimentos. Sua evolução histórica, desde a tomada de Caiena, representa não só a evolução da mudança do eixo de alinhamento Europa x Estados Unidos, mas também a tentativa de se projetar a Expressão Militar do Poder Nacional internacionalmente de maneira mais significativa<sup>41</sup> desde o fim da Segunda Guerra Mundial

Temos como objetivo geral, portanto, propor uma nova utilização estratégica e estrutura de subordinação hierárquica da Força de Emprego Rápido ao nível decisório estratégico, haja vista as necessidades globais e os objetivos nacionais de maior projeção de poder, bem como a intenção do Estado Brasileiro, desde sua gênese, de possuir maior inserção no sistema internacional, o que impele seu povo a dotar de força militar sua palavra nos

---

<sup>37</sup> Apesar de não constante na constituição, este desejo brasileiro é perene, e pode ser observado em diversas passagens da história diplomática brasileira. Hoje em dia, compondo o G4, a tentativa de reformar o Conselho de Segurança é mais um passo nesta derrota.

<sup>38</sup> Esta definição aparece tanto nos dizeres de Monteiro (2011) como na Estratégia Nacional de Defesa.

<sup>39</sup> Área que se estende por um polígono formado pela Ilha da Páscoa, Estreito de Magalhães, Cabo da Boa Esperança, Golfo da Guiné e Caribe.

<sup>40</sup> Com entorno estratégico não se quer denotar América Latina - África Ocidental, mas sim, como acima descrito, todos os pontos do globo que são caros à nossa estabilidade econômica e social, e à estabilidade global, como as linhas de comunicação marítimas que servem como corredores de exportação, bem como os *chokepoints* que os comandam.

<sup>41</sup> Na Primeira Guerra Mundial a Divisão Naval de Operações de Guerra, e a Força Expedicionárias Brasileira na Segunda são representativos e uma amostra do esforço nacional em colocar o Brasil não só como participe destes grandes eventos como também presente nas decisões pós-conflito. Não à toa, o Brasil é até hoje o primeiro a discursar na Assembléia Geral.

organismos multilaterais, dependendo, portanto, da orientação passageira dos governos, característica intrínseca das democracias republicanas liberais. Além disso, o trabalho constará de quatro objetivos específicos, delimitados pelos capítulos. O primeiro é consubstanciado na compreensão de como *Seapower States* (sobretudo Atenas, Cartago e Inglaterra) utilizaram seu componente anfíbio na história, verificando quais as características básicas das expedições e campanhas. O segundo objetivo capítulo é relativo a como o componente anfíbio é utilizado hoje, seja pelo único *Seapower State* restante, seja pelo maior poder militar hodierno. Para uma melhor compreensão, será necessário realizar-se uma comparação entre a utilização do Conjugado Anfíbio de Poderes Marítimos e de Poderes Terrestres, uma vez que o Brasil faz parte do segundo grupo, por enquanto. O terceiro capítulo consiste em, analisando-se a história do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, e a concepção estratégica da Marinha do Brasil consubstanciada nos escritos e discursos dos Almirantes Vidigal, Sylvio de Camargo, Moura Neto e Ilkes (além de Guillobel e outros Ministros), compreender como o componente anfíbio brasileiro tem sido utilizado, e como tem contribuído para a maior inserção do Brasil no sistema internacional, sobretudo no que tange à participação em missões de paz e de estabilização sob a égide de organismos internacionais. O quarto objetivo consiste em observar a evolução do pensamento diplomático e estratégico brasileiro, compreendendo como o Corpo de Fuzileiros Navais (particularmente sua tropa de pronto emprego, a Força de Emprego Rápido) deve se situar estrategicamente dentro dos objetivos diplomáticos brasileiros, e como as demais habilidades do Poder Anfíbio devem fazer parte de expedições e campanhas militares, no intuito de permitir uma projeção de poder sobre terra com características brasileiras, ou seja, a utilização de elementos materiais de poder das três Forças Singulares consonantes com elementos do poder brando, permitindo que toda a sociedade esteja empenhada na “exportação” de nossas ideias e na defesa de territórios caros ao nosso desenvolvimento e estabilidade sociais.

Certamente que o Presidente da República deve possuir maior autonomia (legal e administrativa) para o desdobramento de Força de Emprego Rápido, permitindo maior celeridade à sua atuação sob a égide de organismos multilaterais, devendo estar subordinada diretamente ao Poder Executivo (Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas) tornando-se uma Força Expedicionária *par excellence* no nível estratégico, permitindo ao Brasil possuir a influência com que sonha desde, pelo menos, sua saída da Sociedade das Nações na gestão Arthur Bernardes.

A partir da observação da história dos Poderes Marítimos, compreende-se que tropas anfíbias representam uma grande ferramenta à consecução dos objetivos nacionais. Desde o estabelecimento de colônias atenienses até a expansão norte-americana pelo pacífico,

passando pelo fenomenal crescimento territorial espanhol, português, holandês e bretão, as tarefas assumidas e impostas ao Conjugado Anfíbio representaram não apenas o reflexo da Grande Estratégia Nacional mas também sua capacidade de obter a vantagem comparativa a partir da união da mobilidade, flexibilidade, surpresa, manobra e ofensiva com a capacidade de estabelecimento de bases estratégicas sólidas que permitiram avanços diplomáticos e aumento do prestígio.

O Conjugado Anfíbio foi de larga importância para a manutenção do *status quo* do mundo dominado pelos *Seapower States*. Seja nas guerras entre Cristãos e Otomanos (quando os *raids* muçulmanos causavam terror e pânico pelos vilarejos do Mediterrâneo, sempre sofrendo a perda de seus moradores para serem vendidos nos mercados de escravos em Istambul), seja nos desembarques da Segunda Guerra Mundial (norte da África, Sicília, Normandia e Pacífico) seja em Inchon ou nas Falklands, o componente anfíbio das nações foi crucial para a atuação do Poder Naval. O novo panorama global pós-Guerra Fria exige uma posição mais assertiva quanto aos problemas que influenciam o sistema econômico global. Esta nova compreensão da utilização do Poder Naval<sup>42</sup> demanda tropas anfíbias preparadas para atuar em amplo espectro, assumindo tarefas diversas, que permitam garantir a estabilidade econômica, social e política, sobretudo de estados que, oferecendo perigo a seus próprios cidadãos, acabam expandindo suas ameaças a pontos de interesse de todo globo<sup>43</sup>. A cooperação para a segurança (entendida tanto no sentido de proteção – *security*, quanto de salvaguarda – *safety*) entre os *stakeholders* do ambiente marítimo global é visível quando observamos a miríade de operações realizadas no intuito de se aumentar o nível de segurança dos mares e dos principais *SLOCS*. Mesmo países com notória inimizade (atual e histórica) juntam-se neste imperativo da segurança comum<sup>44</sup>. A ascensão de novas ameaças, o constante fluxo de armas e drogas, o tráfico de pessoas e o contrabando são problemas transnacionais que influenciam no bem estar de Potências Continentais e Marítimas, cuja população urge por soluções<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> Como podemos observar nos tomos de Geoffrey Till, Ian Speller e James Stavridis.

<sup>43</sup> Os piratas do Chifre da África e do estreito de Ormuz, ameaças terroristas no estreito de Málaca e na tríplice fronteira asiática e o tráfico de drogas no estreito de Heligolândia.

<sup>44</sup> Operações combinadas entre Rússia, China, Índia e África do Sul são realizadas no Atlântico-Sul e Índico para dissuadir a pirataria e tráfico de drogas e armas. A OTAN juntou-se a eles tanto nestas operações quanto no patrulhamento no estreito de Ormuz, e em ações de ajuda humanitária em desastres naturais ou causados pela ação humana (Stavridis, 2018).

<sup>45</sup> No momento em que se escreve este projeto, o Mediterrâneo e o Caribe apresentam altos números de tráfico ilegal de pessoas, sobretudo no sentido Oriente Médio x Europa, África x Europa, América Latina x Estados Unidos. O aumento de imigrantes ilegais em terras europeias tem sido apontado como uma das causas da mudança sociocultural de receptividade para com imigrantes, exigindo, inclusive, uma reformulação das normas que versam sobre o livre trânsito de pessoas.

Sendo assim, faz-se mister que uma nova subordinação hierárquica e composição seja pensada para a Força de Emprego Rápido, uma vez que representa uma tropa de pronto emprego, refletindo-se na capacidade expedicionária a que foi vocacionada pela história e pela Estratégica Nacional de Defesa, devendo contar, também, com habilidades além das estritamente militares, fato que, como veremos, não representa o inchamento da máquina militar, mas sim a maior coordenação interministerial, contribuindo, acima de tudo, para economias de escopo. A capacidade expedicionária, como conjunto de meios prontos a assumir missões em quaisquer lugares em que seja necessária a atuação da Expressão Militar do Poder Nacional deve possuir a versatilidade, flexibilidade e capacidade de permanência inerentes ao Poder Naval quando engajado em uma campanha militar, influenciando desde a aquisição dos meios até a sua doutrina de emprego. Desta forma, espera-se com este trabalho dar nova relevância ao Corpo de Fuzileiros Navais enquanto responsável administrativo e estratégico do desempenho da FFE e da FER, cujos meios no estado da arte e os recursos humanos constantemente adestrados a preparados devem estar sempre prontos a realizar uma campanha expedicionária combinada, permitindo ao Chefe do Poder Executivo determinar sua atuação de forma rápida e direta, com fulcro no emprego imediato da Expressão Militar, nos moldes de Reino Unido e Estados Unidos. A escolha do escopo de atuação do Poder Naval é essencial, portanto, ao bom desenvolvimento do Conjugado Anfíbio. Uma Marinha que se ocupa tão somente da defesa da negação do uso das águas territoriais de seu país está limitar consideravelmente o adequado desenvolvimento expedicionário do conjugado anfíbio<sup>46</sup>. Em contrapartida, uma Marinha que defende as linhas de comunicação caras ao comércio exterior, que faz parte de Forças-Tarefa internacionais (sobretudo quando seu mandato rege sobre a defesa dos direitos humanos) e que se imbuí em tratados de cooperação permite seu florescimento.

Tratando-se de uma análise da atuação da FER, e ao mesmo tempo do atual panorama da capacidade expedicionária nacional, ou seja, do emprego do Conjugado Anfíbio e conseqüentemente do Poder Naval, faz-se necessária a leitura de seis grandes estrategistas navais: Alfred T. Mahan (*The Influence of Sea Power upon History*), Julian S. Corbett (*Some Principles of Maritime Strategy*), Geoffrey Till (*Seapower*), Ian Speller (*Naval Warfare*), James

---

46 Como veremos, Rússia e China possuem fuzileiros navais que atuam basicamente na defesa de seu território. A União Soviética deixou sua capacidade anfíbia adormecida do fim da 2ª Guerra Mundial até 1962, quando tentou implantar uma participação mais assertivas de seu componente anfíbio sob a batuta do Almirante Gorshkov. A China, só no século XXI, resolveu por aumentar sua autonomia expedicionária, gerando uma FER com capacidade combinada. O crescente relevo da China nos oceanos (saindo de seu mar territorial em decorrência sobretudo de sua capacidade de negação do uso do mar pelo desenvolvimento de sistemas *anti access/area denial*, e do aumento de importância de *chokepoints* interessantes à sua subsistência energética como no Djibuti/Golfo de Adão) tem demandado maior atuação de sua tropa anfíbia.

Stavridis (*Sea Power*) e Andrew Lambert (*Seapower States*). Interessante que se observe que o ambiente temporal escolhido para a análise (desde Henrique VIII até os dias atuais) não se limitará ao reino da Inglaterra, tampouco ao Império Britânico, havendo, portanto, amplitude global (desenvolvimento marítimo da Rússia de Pedro Romanov, da Marinha de Luís XIV e pós Napoleão III, e dos Estados Unidos da América no período Theodore Roosevelt).

O novo papel da Marinha e de suas tropas anfíbias é bastante discutido em diversos estudos da *Rand Corporation*, mas sobretudo através da nova diretiva estratégica para o século XXI assinada pelo *USMC*, *USCG* e *USN*; nas estratégias nacionais de defesa do Reino Unido, Federação Russa e República Popular da China. A visão de futuro da Marinha do Brasil, bem como sua estratégia, é bem balizada em documentos oficiais deste órgão (Política Naval, Plano Estratégico da Marinha). Mas a que se destacar o aprofundamento do tema conforme abordado pelo Almirante Vidigal, Sylvio de Camargo, Moura Neto e Ilkes. Till, Speller e Lambert também abordam este assunto, sendo bastante discutido em documentos oficiais da *Royal Navy* e do *USMC*. Ao que parece, atuação em amplo espectro é uma tendência já posta em prática pelo *Seapower* hodierno e pelo *Amphibiouspower*. O aumento da “securitização” das ameaças atuais é bastante aprofundado em Rosa Brooks (*Why everything become war and the military became everything*), além de abordado em diversos artigos.

Por fim, quanto à revisão do entorno estratégico brasileiro, utilizaremos os geopolíticos consagrados do Brasil (Meira Mattos, Wanderley Costa, Golbery e Mário Travassos). A geopolítica do Brasil não pode ser como a de países como Alemanha (Ratzel) e França (La Blache), precisando ser única, direcionada aos interesses nacionais. A revisão bibliográfica terá como escopo “observações de casos da realidade concreta” da utilização do componente anfíbio de um *Seapower* e em *Landpowers* na história e atualmente, para se chegar a um enunciado particular e específico da utilização do Conjugado Anfíbio no Brasil do século XXI. Para tanto, serão largamente utilizados livros que versem sobre estratégia marítima além de história e relações internacionais. A leitura sistemática de livros, revistas e artigos sobre o tema é de suma importância para o bom desenvolvimento do trabalho, bem como a pesquisa bibliográfica<sup>47</sup>. Em decorrência do sentido histórico do tema Poder Marítimo (e, por

---

<sup>47</sup> Reconhecidamente, a cisma gerada por Henrique VIII foi essencial para o desenvolvimento da Marinha Inglesa. A ameaça oferecida pela Grande Armada de Felipe II da Espanha também motivou Elisabeth I ao incremento da Marinha Inglesa, bloqueando os portos do Báltico aos materiais que serviam para a construção da armada espanhola, ao mesmo tempo que se aproveitava da vantagem comparativa dos navios ingleses *vis-à-vis* os navios espanhóis.

consequente, Poder Anfíbio), serão analisadas algumas das políticas públicas (decisões legislativas e executivas) relevantes para o desenvolvimento do Poder Anfíbio nacional<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Pretende-se, como esperado em um mestrado profissional, propor ferramentas administrativas (e mudanças legislativas) para garantir o tamanho adequado do Poder Anfíbio Nacional, alinhado constantemente com as delimitações das relações exteriores e as capacidades do Poder Naval.

## 2. O CONJUGADO ANFÍBIO NA HISTÓRIA

*“(...)[T]ogether we will be stronger than the USA and England, while other European capitalist states, without Germany which is unable to provide any assistance to the United States now, do not present a serious military force.”*

*Joseb Besarionis dze Jugashvil<sup>1</sup>*

O papel das Marinhas na construção de impérios<sup>2</sup> tem sido bastante discutido por muitos estudiosos. As características<sup>3</sup> e tarefas básicas<sup>4</sup> do poder naval contribuíram na construção de grandes impérios marítimos marcados não somente pelo alto nível de comércio ligado ao mar, mas também pelo poder de fogo de seus navios de guerra, cujas derrotas delimitavam sua área de interesse e as fronteiras práticas do inimigo (Corbett, 1911). Durante quase dois milênios e meio da história humana (para ficarmos no período que abarca desde as Guerras Médicas às atuais escaramuças no Mar do Sul da China entre os grandes candidatos a *hegemon* pós-Guerra Fria), os mares representaram muito mais que limitações físicas e evocações ao desbravamento. A “parte aquosa do mundo”<sup>5</sup> inundava imaginações, e garantia o abastecimento de nações, sobretudo aquelas limitadas geograficamente (não apenas as ilhas como a Grã-Bretanha, mas países encrustados entre os misteriosos perigos do mar e a comoção destruidora das guerras, como no caso de Portugal, Fenícia e Veneza) ou politicamente. Navios transformaram-se nos principais meios de trocas comerciais e de comunicação, colonização e dominação<sup>6</sup>.

Navios de guerra ainda se constituem como as principais ferramentas para a consecução das tarefas básicas do poder naval<sup>7</sup>. Apesar de tecnologias contemporâneas tornarem as

<sup>1</sup> Também conhecido como Josef Sálín, foi o Secretário Geral do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1953) e premier (1941-1953). Foi responsável por grandes transformações econômicas na União Soviética e tornou-se o generalíssimo na guerra contra a Alemanha (Britannica).

<sup>2</sup> A palavra “império” é aqui utilizada não no sentido de que os países focavam na dominação do mundo, mas sim na construção realista de dominação geográfica e interferência direta com o gerenciamento dos governos locais.

<sup>3</sup> Mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade. Doutrina Básica da Marinha (Brasil, 2017).

<sup>4</sup> Negar o uso do mar ao inimigo; controlar áreas marítimas; projetar poder sobre terra; e contribuir para a dissuasão. Doutrina Básica da Marinha (Brasil, 2017).

<sup>5</sup> O Romance de Melville exemplifica muito bem a obsessão e fascinação que o homem tinha (e ainda tem) pelo mar. Júlio Verne em *Os trabalhadores do Mar* e *Vinte Mil Léguas Submarinas*, as lendas de que o mundo acabaria ao final do oceano, de monstros mitológicos a dominar os oceanos, de ilhas flutuantes (uma das quais com o nome de Hy Brasil) também são exemplos.

<sup>6</sup> Os Atos de Navegação de 1651 são uma grande expressão da constante preocupação que países insulares possuem com o estado de preparo e disponibilidade de seus meios marítimos e navais, seja na constituição do comércio, seja na defesa das Linhas de Comunicação Marítima (*Sea Lines of Communication* – SLOC).

<sup>7</sup> “[U]m dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END).” (Doutrina Militar Naval, item 1.3)

belonaves em ferramentas caras, a conjugação de radares fixos, aeronaves e lanchas patrulha (Rabasa e Chalk, 2012), sistemas de identificação automáticos (AIS) em navios (Garcia et al. 2006 e Cimino et al. 2014), modelos preditivos de derrotas (Redouttey et al., 2008) e o compartilhamento de informações em tempo real (Todd, 2007) contribuem para o aumento da consciência situacional marítima (MDA – *maritime domain awareness*<sup>8</sup>), mas não substituem a presença e a dissuasão dos navios de guerra em patrulha em mares territoriais estrangeiros<sup>9</sup>. A diplomacia naval, mostrando a bandeira nacional por lugares ermos do globo<sup>10</sup>, permanece ferramenta importante na construção da imagem do poder nacional<sup>11</sup>.

Para a consecução das quatro tarefas básicas o Poder Naval deve possuir meios diversificados, que o possibilitem garantir o cumprimento de suas missões mantendo suas características de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade. Aeronaves, plataformas marítimas com propulsão nuclear, meios de interceptação e mísseis balísticos não estavam disponíveis às nações que se lançavam ao mar no século V a.C. como Atenas, ou nos primórdios do Império Romano como Cartago, ou mesmo Veneza, Portugal e Reino Unido. O Império Britânico, construído sobre as ondas do mar e com a energia eólica e dos remos, foi adaptando-se às novas tecnologias, além de motivar novas concepções estratégicas e modernização da força naval, contribuindo, ao mesmo tempo, para a defesa da pátria, para a promoção da segurança marítima, e para o aumento da MDA<sup>12</sup>. Dos remos ao urânio foram mais de dois milênios, diversas guerras, processos tecnológicos e, acima de tudo, profundas mudanças no panorama político-estratégico. Ainda hoje países que se debruçam sobre os oceanos compreendem a importância de uma marinha de guerra adequada (contendo suas tropas terrestres) aos seus anseios,

<sup>8</sup> De acordo com o item 1.2.5 da DMN, consciência situacional marítima consiste na “efetiva compreensão das tendências e relações, que se desenvolvem temporalmente no ambiente marítimo, entre diversos atores, que podem impactar a defesa, a segurança, a economia e o entorno estratégico de um país.”

<sup>9</sup> A manutenção de navios de guerra em pontos de interesse é ponto pacífico nas estratégias de defesa/segurança de quatro grandes potências neste período anárquico da história. Motivados por estrategistas (navais ou não), Estados Unidos (A. T. Mahan e Spykman), Inglaterra (Corbett, McKinder e Fischer), Rússia (Pedro Romanov e Gorshkov) e China (Hu Jin Tao e Xi Jinping) valeram-se de suas belonaves para expandir o conceito de presença e permanência de seus poderes leve e duro, permitindo, em menor ou maior grau, a projeção de seu *smart power*.

<sup>10</sup> O sentido de mostrar bandeira contrasta com a construção de navios *stealth* e submarinos, cuja furtividade é elemento intrínseco. No caso das tecnologias de ponta ligadas ao poder naval, a bandeira a ser mostrada é muito mais ligada à capacidade tecnológica e as possibilidades de destruição que à flutuabilidade da plataforma marítima em questão.

<sup>11</sup> “[C]apacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional (Doutrina Militar Naval, item 1.1)

<sup>12</sup> De acordo com a Política Naval de 2019, são objetivos navais: contribuir para a defesa da pátria, prover a segurança marítima, contribuir para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da Ordem, cooperar com o desenvolvimento nacional, apoiar a política externa, aprimorar a gestão de pessoas, modernizar a força naval, obter a capacidade operacional plena, desenvolver a capacidade cibernética, aprimorar as inteligências estratégicas e operacional, ampliar a consciência situacional marítima das áreas de interesse, aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa

sejam eles estrategicamente defensivos (como os *Continentalpowers*) ou ofensivos (caso dos *Seapowers*).

Os livros que abordam temas de supremacia naval dos grandes impérios na busca da construção de sua hegemonia, geralmente escritos por marinheiros<sup>13</sup> ou por estudiosos de táticas de navios, acabam dando pouca ou nenhuma importância ao poder terrestre a ela intrínseco e indissociável. Seja no passado das guerras navais travadas entre lanças e espadas sobre plataformas flutuantes, seja nas atuais batalhas entre navios e submarinos lançadores de mísseis balísticos, o componente terrestre de forças navais é essencial ao pleno cumprimento de suas tarefas básicas<sup>14</sup>. Mas para que se tenha esta compreensão, mister que vejamos a batalha naval como uma luta cujo objetivo é a conquista e o controle de uma área marítima específica, a destruição dos navios inimigos, ou de alguma estação controladora em terra, posto que boa parte das batalhas navais da história está diretamente ligada a operações que contribuem para o desembarque de tropas terrestres, ou para a conquista de um ponto específico no Teatro de Operações<sup>15</sup>. Batalhas Navais permitem o trânsito seguro do componente terrestre, e o componente terrestre garante portos amistosos aos navios em trânsito<sup>16</sup>, sejam eles de escolta e ataque, logísticos, de transporte ou mercantes.

O conjugado anfíbio<sup>17</sup> não se restringe estritamente ao componente militar corporificado por tropas anfíbias, sendo essencial que seja compreendido de maneira mais ampla que aquelas relacionadas como de guerra naval<sup>18</sup>, sendo largamente utilizado em operações benignas (“nas quais nem a violência tem parte em suas execuções, nem o potencial de aplicação da força é pré-requisito”) e de emprego limitado da força (“exercerá o poder de polícia para impor

---

<sup>13</sup> *The Influence of Sea Power upon History* (Alfred T. Mahan), *Sea Power* (James Stavridis), *Sea Power and Statesmen* (Richmond) são alguns exemplos de livros que abordam o Poder Naval escritos por almirantes.

<sup>14</sup> A conquista da supremacia naval sobre certa área marítima só é possível quando se possui o controle sob os pontos focais que dominam esta área. Isto nos é brindado pela história: Para dominar o Atlântico, um Estado precisa possuir o controle sobre os estreitos de Drake e Dinamarca, Gibraltar e Cabo da Boa Esperança, além de ser capaz de controlar todo o tráfego marítimo do Mar do Norte, seja pelo Canal da Mancha, seja entre a Islândia e a Grã-Bretanha.

<sup>15</sup> A conquista e manutenção de pontos focais (doravante *chokepoints*) motivou boa parte das grandes batalhas navais da história (Trafalgar, Alboukir, do Atlântico e do Mediterrâneo na Segunda Guerra Mundial, dentre outras). A destruição dos navios inimigos é outra motivação bastante recorrente (Jutlândia, Armada Espanhola, Tsushima, Salamina).

<sup>16</sup> A Campanha Norte-Americana no Oceano Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial é um exemplo claro desta estratégia conjunta. Mas outros eventos na história do mundo exemplificam esta situação, como, por exemplo, a campanha de Napoleão ao Egito, as Guerras Médicas e do Peloponeso, e a Campanha de Púnis contra Roma.

<sup>17</sup> De acordo com o item 1.1 do CGCFN-30, “[u]ma Força Naval, com um GptOpFuzNav embarcado juntamente com os meios aeronavais adjudicados, constitui o Conjugado Anfíbio, que é capaz de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do Poder Naval.”

<sup>18</sup> De acordo com o item 3.5 da DMN, “[a]s ações de guerra naval correspondem a técnicas, táticas e procedimentos, empregados em uma operação, podendo ser classificadas, segundo o critério dos meios ou do ambiente que caracterizam o esforço principal”.

a lei ou um mandato internacional, do qual o País tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental”). Ele abrange diferentes e interligados elementos psicossociais, militares e científico-tecnológicos, responsáveis pela atuação coordenada de habilidades com fulcro na contribuição para a defesa da pátria, para o apoio à política externa, e para a ampliação da consciência situacional marítima das áreas de interesse (mormente estratégicas, que acabam por se refletir na expressão econômica) do Brasil.

Sendo assim, o conjugado anfíbio pode ser utilizado para uma miríade de missões, desde a conquista e manutenção de entrepostos que servirão de apoio logístico (o caso português de conquista e construção de fortalezas e pontos de apoio na costa africana, por exemplo, foi essencial para o cruzamento do cabo da Boa Esperança e posterior chegada à Índia) e colônias (saída mais dada aos Poderes Marítimos<sup>19</sup> sobretudo até meados do século XX com o movimento de descolonização), ajuda a desastres naturais e estabilizações sociais (o caso da neutralização dos tártaros por Pedro Romanov se encaixa nesta). A necessidade de imprimir um trem logístico adequado, o elevado grau de entendimento supranacional envolvidos e a criação de um destacamento de capacidades múltiplas exige a flexibilidade, mobilidade, permanência e versatilidade exigidas do poder naval. Operações anfíbias têm por tarefa principal a projeção de poder sobre terra além de contribuir para a negação do uso do mar e o controle de área marítima<sup>20</sup>, visando a estabilização da área de interesse nacional.

A compreensão da importância do conjugado anfíbio é essencial para que se possa entender a “anfíbiosidade”<sup>21</sup> como parte intrínseca da capacidade de projeção de poder naval e, conseqüentemente, da expressão militar do poder nacional. Seja a partir de expedições militares *stricto sensu*, ajuda humanitária, manutenção da paz, estabelecimento de bases avançadas ou evacuação de nacionais, a junção de habilidades multidisciplinares precisa fazer parte de um esforço conjunto que envolve diversos segmentos estatais e não-estatais, tendo em vista uma abordagem holística que seja capaz de garantir o cumprimento das missões cujo estado final desejado caracterize a conquista dos objetivos nacionais designados pela Presidência da República (PR). Elevado à Força Expedicionária por excelência, o Corpo de Fuzileiros Navais,

---

<sup>19</sup> Apesar da definição dada na DMN (“projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais.”), doravante utilizaremos este termo com iniciais capitulares para designar *Seapower States*, conforme a definição *lambertiana* (Lambert, 2018).

<sup>20</sup> Na Doutrina Militar Naval, item 3.4.3, estas funções são delimitadas para as operações anfíbias. Acredita-se, contudo, que muitas outras tarefas, destas oriundas, podem ser atribuídas a operações anfíbias, mesmo sendo elas benignas e com uso limitado da força.

<sup>21</sup> Capacidade das tropas de realizar operações anfíbias, ou seja, partindo do mar para terra, construir e moldar uma área que contenha os objetivos militares.

elemento principal do conjugado anfíbio da Marinha do Brasil, resta como núcleo deste esforço vocacionado a campanhas que permitam a manutenção da harmonia do entorno estratégico brasileiro.

O presente capítulo tem por objetivo estudar como o conjugado anfíbio foi utilizado por poderes marítimos (Atenas, Carthago, Veneza, Reino Unido, em uma visão bastante *lambertiana*), pontuando quais suas tarefas principais. Explicar a diferença entre a utilização de tropas anfíbias por poderes marítimos e por poderes terrestres torna-se necessário para que verifiquemos como a postura das tropas anfíbias evoluiu no decorrer da história. Mais que a vontade de expandir seu território, *Seapower States* focaram na manutenção do controle da área marítima em pontos caros ao seu comércio, enviando navios e tropas além-mar com foco em sua estabilidade econômica, mesmo que para isso houvesse a necessidade de dominação de outros povos (bem diferente do expansionismo terrestre russo dos Romanov ou do chinês no período posterior ao dos Reinos Combatentes<sup>22</sup>).

## 2.1 Operações anfíbias com postura ofensiva

Como berço da civilização ocidental e latino-americana (e com uma grande relação comercial com o mundo africano, islâmico e ortodoxo)<sup>23</sup>, o Mar Mediterrâneo constitui-se também no berço da geopolítica marítima, pois neles se desenrolaram tanto as grandes civilizações antigas quanto os grandes embates que representaram a queda e ascensão de grandes impérios (Stavridis, 2017). Pelas tecnologias disponíveis à época, o conjugado anfíbio teve um papel central no desenvolvimento do processo. Basta que observemos as guerras médicas, do Peloponeso, Púnicas, a expansão romana e otomana<sup>24</sup>, e os eventos que fizeram parte da hecatombe do *2te Deutschereich* para concluirmos sua importância estratégica no processo decisório dos impérios que floresceram às margens do mar do meio<sup>25</sup>.

Por oferecer *chokepoints* que controlam o fluxo de embarcações entre Europa-Ásia-África-América, o Mediterrâneo ainda é considerado essencial e seu controle foi motivo de

---

<sup>22</sup> O que observaremos no próximo capítulo é que Poderes Terrestres utilizaram suas tropas anfíbias sobretudo para a defesa de seu território, enquanto Poderes Marítimos o faziam visando aumentar seu território, geralmente diminuto *vis-a-vis* os territórios de Poderes Terrestres.

<sup>23</sup> Utilizamos aqui o sentido civilizacional de Huntington (1996), que divide o mundo em ocidentais, latino-americanos, africanos, islâmicos, sinos, hindús, ortodoxos, budistas e japoneses.

<sup>24</sup> Mesmo sabendo da característica terrestre do Império Romano, a concepção de se manter tão vastos territórios perpassa pela manutenção de larga e complexa rede de abastecimento e comércio pelo Mar Mediterrâneo. Mesmo os Otomanos dele se utilizaram, vindo a travar encarniçada batalha contra os Cavaleiros da Ordem de Malta em meados do século XVI.

<sup>25</sup> O Mar Mediterrâneo foi assim batizado pelos italianos (na verdade, genoveses e venezianos) no século XV, mas possuía outros nomes como Mar Verde (egípcios), Grande Mar (Israeleneses) e Mare Nostrum (romanos, em uma postura extremamente imperialista).

controvérsias entre estados, monarcas, ordens religiosas e piratas. Os fenícios, em 3.000 a.C., já compreendiam como o Mediterrâneo teria grande importância ao seu desenvolvimento econômico<sup>26</sup>. Comerciando com os bretões, bálticos e africanos, mercadores fenícios contribuíram para a formação de colônias, dentre as quais, Cartago. O comércio e as relações diplomáticas foram, portanto, anteriores ao desenvolvimento das “relações militares” *stricto sensu*. Navios e comerciantes, antes de soldados e guerras de conquista, levavam *commodities* e acordos. Por volta de 1.000 a.C., o comércio entre fenícios e gregos (que acabavam por interligar todas as partes do mundo então conhecido) e as comunidades localizadas no Egeu, Adriático, Tirreno, Gibraltar e além dos Pilares de Hércules, e a consequente insegurança nos mares aumentou a necessidade de se possuir uma maior consciência situacional marítima pelas rotas de comunicação, a criação de “forças navais”, e a gênese de uma cultura marítima, mais aberta a diferentes ideias quando comparada à cultura continental<sup>27</sup>.

O sentimento de sobrevivência que uniu Esparta e Atenas contra a Pérsia durante as Guerras Médicas (que opuseram a Pérsia e a Hélade), caiu por terra quando o poder ateniense começou a por em xeque a hegemonia espartana. A Guerra do Peloponeso, foi travada tendo-se por pano de fundo o medo que a democracia Ateniense (um *seapower*) causava em Esparta (um *continentalpower*). Apesar das diferentes concepções de democracia<sup>28</sup>, a capacidade de projetar-se sobre terra (e sobre outros navios) de Atenas, aliada à ameaça que a expansão de suas ideias poderia oferecer ao domínio espartano das colônias mediterrâneas, causava em Esparta o temor de perder seus aliados e seus territórios. A crise entre Corinto e Corcyra gestou uma guerra que desenharia não só o futuro das relações diplomáticas<sup>29</sup>, como também a

---

<sup>26</sup> Cabe que se lembre que a economia é uma ciência social. (“Economia é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos”. Mankiw, 2013)

<sup>27</sup> Além de maior abertura intelectual, filosófica e social, poderes marítimos estavam mais propensos a mudanças sociais, posto que sua sociedade comercial permitia maior mobilidade social que as sociedades agrícolas e estagnadas. Esta faceta dos poderes marítimos *vis-a-vis* os terrestres ainda pode facilmente ser percebida se observarmos os índices de mobilidade social do mundo (UK-21°, USA-27°, Rússia-39°, China-45°, Brasil-60°). Mesmo sabendo-se que este índice leva em consideração fatores como saúde, acesso/qualidade/equidade da educação, oportunidades de trabalho, proteção social e eficiência institucional, é uma boa *proxy* para compreender este ponto, cuja gênese cultural tem na maior ou menor propensão ao fazer-se ao mar, o que inclui maior abertura econômica.

<sup>28</sup> O *Democracy Index*, feito pela *The Economist Intelligence Unit* da avalia UK e USA como *Flawed* e *Full Democracy*, respectivamente. Rússia e China ficam como *Authoritarian Regimes*.

<sup>29</sup> Acontecimento que ficou conhecido como diálogo meliano: “De nossa parte, então, não usaremos frases bonitas, dizendo que ‘exercemos o direito de dominar porque derrotamos os persas?’, ou que ‘estamos vindo contra vós porque fomos ofendidos’, apresentando num longo discurso argumentos nada convincentes; não julgamos conveniente, tampouco, que afirméis que não vos juntastes a nós na guerra por serdes colonos dos lacedemônios, ou que desejeis convencer-nos de que não nos ofendestes de forma alguma. Preferimos pensar que esperais obter o possível diante de nossos e vossos sentimentos reais, pois deveis saber tanto quanto nós que o justo, nas discussões entre os homens, só prevalece quando os interesses de ambos os lados são compatíveis, e que os fortes exercem o poder e os fracos se submetem”, retratado no ponto 89 do livro quinto de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso, deu origem ao que hoje é chamado realismo.

preponderância dos poderes terrestres sobre os marítimos no Mediterrâneo até a ascensão dos Britânicos após a Guerra contra os Holandeses já nos séculos XVII e XVIII. A conquista do Mediterrâneo deu-se através do controle de pontos focais, como Gibraltar (primeira conquista além-mar realizada pelos Royal Marines no século XVII, e que ainda consta em seu brasão de armas), Malta, Sicília e Creta (ferrenhamente disputada entre o Império Otomano e a cristandade<sup>30</sup>, e, mais tarde, na Segunda Grande Guerra, por aliados e eixo<sup>31</sup>), os estreitos turcos (cujo controle, sonhado pelos russos, esteve em boa parte do tempo com britânicos) e Suez (território britânico perdido aos egípcios durante a crise com Nasser).

Este padrão de conquista e manutenção de *chokepoints* se repetiu em outros oceanos do mundo (apesar de geograficamente abraçarem os continentes, e não serem abraçados por eles, como no caso do Mediterrâneo), uma vez que a conquista dos territórios permite o estabelecimento de pontos de apoio logístico, o que aumenta a capacidade de permanência do Poder Naval. As tropas embarcadas foram de larga importância no desenrolar da história da expansão europeia pelo globo. Claramente que sem navios as limitações técnico-científicas da época impediriam qualquer movimento de grande quantidade de tropas<sup>32</sup>. As grandes navegações portuguesas e espanholas dos séculos XV e XVI (conquista e manutenção de territórios, estabelecimento de colônias para o apoio logístico e exploração comercial, e trocas comerciais), com seu périplo africano e “descoberta” da América<sup>33</sup>, foram grandes responsáveis por expandir o conceito colonial e de império marítimo para além dos Pilares de Hércules, indo até a profundidade da América-Latina e da Ásia. As colônias implantadas tanto nas américas (as latinas exploratórias e as anglo-saxãs de povoamento) quanto na Ásia e na África tiveram no conjugado anfíbio (à época desenhado sobre os navios e a infantaria) um grave aliado.

---

<sup>30</sup> Os livros *Empires of the Sea* e *Blood Rock* descrevem muito bem como se deu o cerco de Malta, levado a cabo por ordem do Sultão Solimão, o Magnífico, contando com o comando do Almirante Piali e General Mustapha Pasha. Os cristãos venceram o cerco, mais graças ao despreparo dos otomanos quanto à logística necessária para realizar uma Operação Anfíbia (sem desabonar a bravura e determinação dos Cavaleiros da Ordem de Malta), típico erro de um Poder Terrestre que se aventura em campanhas expedicionárias longe de suas frígias.

<sup>31</sup> As Operações Anfíbias na Sicília e Creta resultaram em resultados antagônicos, que determinaram o controle de parte do mar e das operações terrestres futuras.

<sup>32</sup> O evento das campanhas de Azov de Pedro, o Grande, exemplificam a limitação do transporte de tropas terrestres por jornadas longínquas que as separem de suas bases de subsistência e sobressalentes. A Barbarossa nazista também. Tanto a França de Luís XIV e Napoleão I quanto a Alemanha de Hitler pensaram em realizar um assalto anfíbio no sul da Grã-Bretanha, no que foram impedidas primeiro por Nelson em Trafalgar e depois pela Royal Air Force durante a Blitz.

<sup>33</sup> Tendo iniciado com a Tomada de Ceuta em 1415, os Portugueses conseguiram dobrar o Cabo das Tormentas em 1488 graças ao almirante Bartolomeu Dias chegando a Calicute em 1497 com Vasco da Gama. Apesar das controvérsias quanto à originalidade da façanha, fato é que, aqui chegando, não encontraram, fossem portugueses ou espanhóis, nenhum entreposto comercial chinês, dinamarquês ou britânico.

A formação da *terra brasilis* constitui-se em um caso de sucesso para as operações ofensivas realizadas no território, sobretudo no combate aos índios<sup>34</sup> e aos demais países que não respeitaram a partição do mundo entre Portugal e Espanha. Um projeto de levar a “civilização” ao mundo foi posto em prática, unindo Igreja Católica (talvez a instituição com maior poder político da Península Ibérica à época e até as invasões napoleônicas), Coroa, servidores públicos e colonos em uma Grande Estratégia de estabelecimento de um império marítimo global (Pinto, 2007). De todo modo, o mundo dividido pelas potências ibéricas (seja pela *Itercætera*, seja por *Tordesilhas*) realçava na prática a miríade de pequenas colônias e entrepostos dispostos no mapa, e não as imensas colônias e territórios, como normalmente são representados os impérios ultramarinos das potências ibéricas (atuais e da época). Com efeito, o arcabouço administrativo, combinado com diversos fatores (o desenvolvimento de habilidades artesanais, muitas herdadas aos mouros, a disciplina legada pelas legiões romanas, a atuação da coroa, e a parceria com setores privados) garantiu que o projeto português alcançasse sucesso (Pinto, 2007). Séculos mais tarde, alemães, belgas, franceses e italianos iniciariam um movimento de conquistas coloniais. As operações ofensivas, portanto, estavam intimamente ligadas ao desenvolvimento tecnológico *top-down*, e a uma mudança psicossocial dos administradores estatais, posto que, mesmo focados na manutenção de um exército de características continentais, as expansões dos séculos XV/XVI e XIX/XX foram responsáveis pela preocupação política (ou seja, de toda pólis) com os investimentos no poder naval.

A degradação da capacidade de projeção de poder em terra de Portugal segue a linha da sua degradação econômica, incapacidade administrativa e a ascensão de novos *players* globais, o que, mesmo com a restauração, não impediu que a “gestão do Atlântico por cadeias de papel” salvasse o Reino de Portugal da queda (Loureiro, 2010). Tanto holandeses quanto britânicos, por motivos típicos de *Seapower*, impuseram em suas políticas uma projeção marítima significativa (há grande impulso à construção naval durante o reinado de Henrique VIII e Elizabeth I, e outro com os atos de navegação de 1651, que legava o monopólio do transporte de mercadorias de e para a Inglaterra a navios ingleses), dedicando-se à expansão marítimo-colonial em detrimento de sua capacidade de poder terrestre.

A construção de um império “onde o sol nunca se põe” foi levada por diversas operações anfíbias ofensivas. A composição do poder naval britânico levava mais em conta navios que soldados, e a *Alert Expectance* (uma protovisão *corbettiana*) britânica permitia que

---

<sup>34</sup> Os embates entre portugueses e índios foi constante durante os primeiros séculos de civilização brasileira. Cidades e bairros do Brasil ainda hoje homenageiam indígenas que, traindo seus povos, aliaram-se aos europeus.

sua superioridade de navios (fato que preocupou bastante o *establishment* britânico sobretudo com o aumento da construção naval de Rússia e França no fim do século XIX) regesse os mares. Mesmo assim, era sabido pelos almirantes mais argutos que o controle dos territórios que comandassem *chokepoints* era essencial à manutenção do império e que, para isto, a manutenção de soldados de infantaria embarcados era essencial. No Reino Unido, muito, e constantemente, foi debatido no parlamento sobre qual deveria ser a postura adotada em caso de um conflito no continente europeu: apoiar com tropas, ou realizar o estrangulamento logístico do contendor através do controle da área marítima em pontos focais caros à cadeia de suprimentos do inimigo (Richmond, 1946). Adotando geralmente a segunda opção, a Inglaterra foi capaz de enfraquecer tanto *l'Empereur des Français*<sup>35</sup> quanto *Der Kaiser* e *Der Führer*<sup>36</sup>, em momentos distintos, contando com a mesma estratégia. Em todo caso, a maior participação dos navios não colocou de lado a necessidade de se manter as bases além-mar e a proteção à cadeia de suprimentos.

O estabelecimento de colônias e entrepostos foi de grande importância na manutenção dos *Seapower*, cujas tendências principais giravam em torno do desenvolvimento comercial e manutenção do equilíbrio econômico, vez que, para os eles, o constante fluxo de bens pela cadeia de suprimentos era, e ainda é, essencial à sobrevivência<sup>37</sup>. Veneza, Cartago, Holanda e Inglaterra mantiveram acesa a ideia da expansão, não confiando apenas em seus navios e soldados. Diplomatas e comércio eram essenciais para a expansão cultural e, com ela, a expansão dos negócios<sup>38</sup>. Esta projeção de poder, coordenado pelo aparelho estatal de forma multidisciplinar, foi essencial para que, após a mudança do escopo militar (prover segurança, não necessariamente por soldados pagos pelas Coroas) para o comercial, a projeção de poder em terra

---

<sup>35</sup> Após a naufragada tentativa de conquista do Egito e a morte de Nelson em Trafalgar, Napoleão virou-se ao continente. O bloqueio continental (com características inglesas) não somente impediu aventuras francesas contra as colônias britânicas como impediu que matérias-primas alcançassem o continente. Foi o desrespeito à determinação napoleônica de não comerciar com a Inglaterra que motivou, em parte, a invasão da Espanha em 1808 e da Rússia em 1812.

<sup>36</sup> A estratégia britânica de controle de área marítima e negação do uso do mar foi largamente utilizada nas duas guerras mundiais. A Guerra de Corço, implementada por von Spee e von Müller nos oceanos Pacífico e Índico, alinhada ao conceito de von Tirpitz de Risco, chegou a alterar o preço das commodities na *London Stock Exchange*, e a utilização dos submarinos motivou a entrada dos estados unidos na Guerra. Em todo caso, a manutenção do controle dos pontos focais foi essencial para impedir a passagem de suprimentos à Alemanha, e manter o fluxo logístico aos portos ingleses.

<sup>37</sup> Esta característica dos *Seapower States* ainda é presente na Estratégia Nacional de Defesa do reino Unido.

<sup>38</sup> As grandes Navegações de Portugal e Espanha foram lideradas por esforços privados, bancados, em parte, pela Coroa. Ficou conhecida a viagem de George Macartney à China, e a presença de navios ingleses para apoio logístico na tomada de Caiena foi de relevância para o desenrolar da missão, cuja conquista foi a primeira derrota francesa em solo não continental desde o início das guerras napoleônicas.

ainda assumisse características diversas e abordagem holística, um controle político permeado por um espírito de aceitação e cooperação, pelo menos do ponto de vista do colonizador<sup>39</sup>.

Sendo assim, mesmo considerando o grave poder militar envolvido nas Grandes Navegações e nos movimentos expansionistas do século XIX, é notório que uma Grande Estratégia nacional foi forjada tendo por norte maior desenvolvimento econômico (conquista de territórios que se transformariam em territórios produtores de gêneros agrícolas ou consumidores de produtos manufaturados), expansão do poder político<sup>40</sup> e desenvolvimento científico-tecnológico<sup>41</sup>. Escolas e instituições de ensino ligadas ao mar, as paulatinas conquistas seguidas de publicações cartográficas, o estabelecimento de entrepostos, capitânicas e colônias, tudo isto contribuiu, num esforço conjunto, para a expansão marítima europeia, num movimento bastante incentivado pela Coroa, mas que contou com a participação de diversos setores da sociedade, indo ao encontro da teoria *lambertiana* de que poderes marítimos precisam ser baseados em democracias (um governo do povo) sólidas. As operações ofensivas tomavam vultos distintos, envolvendo soldados, galés e galeões, mas também cientistas, diplomatas, comerciantes e artistas<sup>42</sup>. O desenvolvimento da caravela por D. Henrique, e as melhorias processuais na indústria naval legadas por Henrique VIII são exemplos desta junção de esforços em prol de um objetivo único.

O impulso na construção naval também foi a marca de Pedro I Romanov, mas, decorrência da falta desta Grande Estratégia, nunca foi capaz de incutir no povo russo a necessidade da projeção global de poder naval (com um pequeno e breve interregno de Gorshkov)<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> Não por qualquer motivo o império britânico existe até hoje, sob o nome de comunidade das nações. Os Estados Unidos da América tentaram replicar este modelo de “dominação”, a partir da expansão da democracia no mundo. A guerra em *full-spectrum* do General Odierno não parece surtir os mesmos efeitos quando aplicada apenas por militares, mesmo que haja a participação de civis e agências intergovernamentais. As estratégias de defesa do Reino Unido e dos Estados Unidos da América são bastante distintas neste quesito, posto que o primeiro depende basicamente de suas tropas, e o segundo trabalha de forma coordenada suas diversas expressões do Poder Nacional.

<sup>40</sup> A já mencionada fala do Rei de França somam-se os discursos de diversos membros do Parlamento quanto à necessidade de se manter a perenidade do fluxo de bens pelos oceanos e, conseqüentemente, de que a Inglaterra mantivesse o controle de pontos focais (Richmond, 1946).

<sup>41</sup> Atendo-nos dos ensinamentos de Karl Marx (ou seja, tendo por base a economia), a expansão europeia dos séculos XIX e XX se caracterizou por uma união entre o capital e o Estado, no intuito de angariar mercados consumidores ao excesso produtivo, evitando-se um colapso de superprodução. Esta corrida colonialista (cujo foco restou sobretudo na África e Ásia) ainda hoje é considerada como uma das causas da Primeira Grande Guerra (MacMillan, 2014 e Stevenson, 2004). Indubitável que a falta de colônias alemãs contribuiu para o enfrentamento direto entre Wilhelm II e George V.

<sup>42</sup> Em Keegan, 2004 há relatado o curioso fato de Nelson haver descoberto o paradeiro de Napoleão durante sua campanha no Egito através de diversos relatos de embaixadores, cônsules e comerciantes britânicos na Sicília, Itália, Malta e em mar aberto. Também há relatos de cartas escritas pelos cientistas levados por Napoleão na expedição que acabavam caindo em mãos britânicas.

<sup>43</sup> A característica continental russa é marcante em todos os grandes conflitos em que o Império Russo e a União Soviética foram protagonistas. Mesmo durante o “reinado” do Partido Comunista, quando o mundo estremeceu ao som de seus nossos foguetes, a projeção de poder por meio de conjugado anfíbio foi muito pequena, reflexo da visão de Krushchev e Gorshkov de que combates limitados eram possíveis mesmo entre potências nucleares.

Um clássico exemplo de *Continentalpower*, a Rússia, como veremos no capítulo vindouro, nunca conseguiu expandir sua Marinha além de uma capacidade de defesa territorial. Esta compreensão defensiva, em oposição à ofensiva, moldou bastante as tecnologias navais, permitindo que, apesar da reativação dos *Morskaya Pekhota* em meados dos anos 1950, a defesa do território russo fosse exercida por submarinos nucleares exercendo a dissuasão. Nem por isso, como nos mostrou a história, as expansões foram pacíficas, tampouco facilmente aceitas pelos povos “anfitriões”. O caso ateniense, por exemplo, nos mostra como um país considerado baluarte da participação popular nas decisões da pólis valeu-se de sua superioridade para infligir dominação. Em Cartago, destruída pelos romanos, tal qual Veneza pelos franceses, a lógica de desenvolvimento marítimo esteve sempre ligada ao comércio, e a conquista de entrepostos (na Península Ibérica, norte da África ou no Mar Adriático) contou com forte desdobramento do conjugado anfíbio, seja na tentativa de manutenção dos domínios cartagineses (extendidos entre a Hispânia, Mauritânia, Numídia e Egito), seja durante as batalhas contra os otomanos (largamente lembradas nas pinturas sangrentas de Lepanto).

O caso britânico, que conseguiu compilar processos democráticos, sistema econômico liberal e governo cômico do valor do mar para manutenção de sua sociedade, é único. A simbiose com os oceanos foi construída ao longo dos séculos (sobretudo após o cisma entre Inglaterra e o Sacro-Império), por meio de debates abertos ao público, detentor de direitos políticos bastante estendidos após o período republicano (mas cuja cultura democrática remonta à Magna Carta), e pela conscientização popular do papel de seu poder marítimo como essencial à sua sobrevivência, oferecendo uma série de Atos de Navegação que impulsionaram a sociedade britânica em direção aos oceanos. Esta configuração política do poder marítimo como ferramenta central ao desenvolvimento econômico britânico veio após guerras (contra o Sacro-Império Romano-Germânico, Holanda, França, Rússia e Alemanha), revoluções (Inglesa e Gloriosa) e processos de independência colonial, ocorridos concomitantes a guerras no continente europeu mas que, ao fim e ao cabo, manteve intacta sua influência de poder brando em mais de cinquenta países sob a testeira de *Commonwealth of Nations*. Mesmo tendo vencido seus ex-colonos em 1812, os britânicos compreenderam que a manutenção do controle dos mares permitiria o conseqüente controle do comércio internacional e a geração de valor econômico-financeiro, não necessitando estabelecer o controle sobre vastas áreas continentais (como pensavam e ainda pensam os *Continentalpowers*)<sup>44</sup>. E, para controlar o comércio mundial, havia

---

<sup>44</sup> Durante a Partilha da África, o Reino-Unido focou no Sudão Anglo-Egípcio (controle de Suez), Quênia e Uganda (com seus volumosos lagos Victoria e Albert).

apenas a necessidade de controlar os *chokepoints*, mantendo em sua marinha capacidade anfíbia adequada a a realização de operações ofensivas no intuito de manter ou retomar estes *chokepoints*.

Com efeito, a necessidade de controlar pontos focais nasceu durante períodos em que a paz não podia cancelar o livre trânsito de navios. Seja durante a expansão ateniense ou a ameaça dos otomanos, a detenção de *chokepoints* tornava-se questão estratégica, sobretudo para países tão dependentes da perenidade das cadeias de suprimentos e do comércio internacional, permanecendo essencial à manutenção do nível de desenvolvimento econômico, estabilidade social e política<sup>45</sup>. Para Estados dependentes do comércio internacional, o mar é uma das bases que sustentam o governo, posto que dele dependem a importação de insumos e a exportação de seus produtos, integradas que são ao sistema econômico internacional. Neste contexto, o batismo de fogo dos Royal Marines foi a conquista de Gibraltar, a fim de impedir a junção das esquadras espanholas do Mediterrâneo e do Atlântico, além de constituir uma base de apoio logístico para os navios. Conforme a expansão da Marinha Real tomava vulto paripassu à expansão de sua influência pelo globo, a necessidade de controle da cadeia de suprimentos relativa à construção naval tornava-se uma questão de segurança nacional. A segunda missão dos Royal Marines constitui na conquista das colônias britânicas no Caribe, durante as guerras anglo-holandesas, com o objetivo de cortar o fluxo dos produtos coloniais que abasteciam os cofres holandeses, ao mesmo tempo que realizava um bloqueio de suprimentos caros à construção naval batava vindos do Báltico.

A conquista da Jamaica representou uma mudança de paradigma, uma vez que a estratégia britânica, além de garantir a fluidez de sua cadeia de suprimentos, também refletiu o corte do fluxo logístico inimigo. Os Atos de Navegação<sup>46</sup> do século XVII, reforçando o instituído por Henrique VIII quanto à restrição de transporte de produtos britânicos por navios estrangeiros, criaram o estamento necessário não só para o aumento da construção naval (e, conseqüentemente, da compreensão de sua importância política como geradora de empregos, renda e estabilidade social no Reino Unido), mas também garantiram as bases legais para o

---

<sup>45</sup> Há cinco anos, o então Primeiro-Ministro Britânico David Cameron dizia, no prefácio da Estratégia Nacional de Defesa, que “o primeiro passo em nossa Estratégia Nacional de segurança é assegurarmos que nossa economia é, e continuará sendo, forte. (...) Como uma nação comercial com a quinta maior economia do mundo, nós dependemos de estabilidade e ordem no mundo. (...) Nós precisamos que as linhas de comunicação marítimas permaneçam abertas e que as artérias do comércio global se mantenham livres.” (tradução do autor do original como segue: “*the first step in our National Security Strategy is to ensure our economy is, and remains, strong. (...) As a trading nation with the world’s fifth biggest economy, we depend on stability and order in the world. (...) We need the sea lanes to stay open and the arteries of global commerce to remain free flowing.*”).

<sup>46</sup> Foram publicados diversos Atos de Navegação, sempre responsáveis pela expansão da construção naval e resultando em maior sinergia entre economia e marinha.

estabelecimento de organizações militares além-mar, aumentando a capacidade de presença e permanência dos navios e tropas anfíbias da Royal Navy nos locais de interesse.

As operações ofensivas passaram a ser consideradas essenciais à expansão ultramarina. Durante as guerras contra Luís XIV, “manter o comando do mar”, “destruir as forças navais inimigas”, e “capturar ou destruir seus suprimentos” constituiu-se a principal tática inglesa (Corbett, 1911). Formar colônias, e mantê-las transformou-se em um projeto de Estado, pois permitia a manutenção da cadeia de suprimentos, ao mesmo tempo que permitiria o corte do fluxo logístico inimigo. Esta faceta estratégica não impediu, contudo, que erros fossem cometidos durante a 1ª e a 2ª Guerra Mundiais, sobretudo quando observamos os estragos que a Marinha Imperial Alemã (tanto do 2º quanto do 3º Império) causou no nível de estoques de suprimentos ingleses, influenciando até mesmo o preço das commodities na bolsa de valores de Londres (Keegan, 2002).

Em seu auge o Reino Unido possuía colônias em todos os continentes. Diferentemente de como pensavam os austríacos durante o século XVI e XVII quando nucleavam o Sacro-Império (política do *AEIOU – Austria est imperare orb universum*), os ingleses acreditavam que a dominação não deveria ser total (com imposições de modos de vida, e, acima de tudo, religião e sistema de governo). Com um intrincado sistema de transporte, e, a partir do fim do século XIX, de comunicações (Keegan, 2002), a Inglaterra conseguia controlar todos os *SLOC* que compunham sua cadeia de suprimentos. Com o tripé de Richmond (navios, indústria naval e bases navais - Richmond 1946, p. 99), os ingleses garantiam a fluidez de seus recursos, tanto os necessários à sobrevivência da ilha da Grã-Bretanha e Irlanda quanto de seus produtos industrializados para exportação.

De certo modo, tanto a postura desafiadora de Wilhelm II com o aumento da produção naval e a tentativa de impor uma cultura marítima em um *Continentalpower*<sup>47</sup>, quanto as conquistas terrestres de Hitler com a Blitz<sup>48</sup> (que conseguiu, em menos de dois meses, o que Wilhelm II não conseguiu em quatro anos) alarmaram os decisores britânicos. Nos primeiros anos do século XX, o *Kaiser* já havia mostrado sua vontade de aumentar sua influência sobre o

---

<sup>47</sup> Não foi somente o crescimento da atividade da indústria naval que alarmou os ingleses. A utilização da marinha como formadora de uma nova cultura (a regata em Hamburgo, em que seus parentes monarcas da Europa foram chamados) e tarefas da marinha alinhadas à *Weltpolitik* (a questão do Marrocos, as colônias africanas e a repartição da China) foram as maiores causas deste alerta antecipado inglês. A ativação do sistema de alianças em 1914 devido à morte de Franz Ferdinand foi mais uma peça no tabuleiro da Armadilha de Tucídides (Alisson, 2019)

<sup>48</sup> A Blitzkrieg, formulada pelo general alemão Heinz Guderian, consistia em dotar o avanço do exército de mobilidade e versatilidade adequada para circundar o exército inimigo, evitando uma Batalha de encontro e frontal, que exigiria grande aporte da indústria de defesa alemã, ainda não reestruturada devido às limitações imposta pelo Tratado de Versalhes (Guderian, 1950 e Deighton, ).

mundo com a promulgação de uma *Weltpolitik*, em substituição à *Realpolitik* de von Bismark. Como poder terrestre, sabia-o bem von Bismark, von Tirpitz e von Moltke, a Alemanha não deveria estender muito sua área de atuação, sobretudo dentro do continente europeu, cujas potências limítrofes ofereciam, por também serem continentais, grave perigo em caso de confronto militar.

Apesar do crescimento da construção naval de Rússia e França (*Two-power Standard*<sup>49</sup>), a Alemanha não procurou unir-se à Inglaterra, caminhando em sentido oposto ao que poderia ser o mais provável, mesmo frente à formulação da *Entente Cordiale*. Em todo caso, a visão de von Tirpitz não permitia a construção de uma marinha de guerra pronta para efetuar assaltos anfíbios na Grã-Bretanha, mas sim preparada para uma Batalha Decisiva, apostando que a atuação dos demais vetores navais no Pacífico e Índico impediriam a reunião dos navios no Mar do Norte. O pensamento da época (as esquadras dos *Dreadnought*) também contribuiu para isso.

A hegemonia britânica nos mares no século XX foi desafiada apenas duas vezes, num espaço de menos de 30 anos, ambas pela Alemanha, cujos Chefes de Operações Navais (von Tirpitz no primeiro período e Raeder no segundo), percebendo a fraqueza de uma esquadra espalhada pelo mundo (o problema de não levar o princípio da concentração em consideração é recorrente em vastos impérios territoriais, sejam eles terrestres ou marítimos, como observamos na história dos impérios russo, romano e macedônio), resolveram pela guerra ao comércio e por impedir a união dos navios britânicos, ocupados que estavam cuidando de seu império mundial, no Mar do Norte. O conjugado anfíbio britânico, no primeiro caso, obteve certo êxito, mas foi bastante desacreditado após a campanha em Galipoli. No segundo caso, as batalhas da Sicília, Argélia e Normandia entraram para a história.

Os assaltos anfíbios realizados, sobretudo durante a ofensiva aliada na Segunda Guerra Mundial, entraram para a história como um exemplo de planejamento e execução<sup>50</sup>. Assaltos anfíbios, operações terrestres de caráter naval e desembarques administrativos foram realizados sobretudo na frente europeia ocidental, uma vez que a oriental estava mergulhada na carnificina da contra ofensiva soviética. Se para von Moltke e Schlieffen combater uma guerra

---

<sup>49</sup> O *Two-Power Standard* foi o resultado de séculos de debates políticos na Câmara dos Comuns e dos Lordes (Richmond, 1946), quanto à necessidade de dotar a Inglaterra de poder suficiente para vencer uma guerra contra a junção das duas maiores marinhas do mundo unidas. Este conceito, entretanto, é bastante complexo, uma vez que o poder destrutivo dos navios não pode ser mensurado pela tonelagem, número de canhões, calado ou qualquer outra característica dos navios. Hoje em dia, esta diferença de poder de combate é ainda mais fosfórica.

<sup>50</sup> No dia 6 de junho, comemora-se o dia internacional da logística em homenagem ao Dia-D, em 6 de junho de 1944, quando mais de 120 mil soldados desembarcarem nas praias da Normandia.

em duas frentes deveria ser evitado ao máximo<sup>51</sup>, uma guerra com 4 frentes (Normandia, Sicília, Argélia e Rússia) era o maior dos pesadelos<sup>52</sup>. A Operação *Overlord* foi essencialmente o divisor de águas, contando com o maior número de militares, plataformas navais e aéreas da história das operações anfíbias. Mas foi apenas no Vietnã que o conjugado anfíbio como hoje é compreendido (“meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais”) se fez presente em toda sua plenitude, e as aeronaves de asa rotativa tiveram um papel fundamental.

Nos anos seguintes, a capacidade de projetar poder terrestre sobre terra fez parte da queda de braço entre as marinhas norte-americana e soviética. Com concepções estratégicas distintas, mas bastante relacionadas à cultura terrestre de ambos, tanto o *United States Marine Corps* (USMC, que acabaram por tornar-se a tropa expedicionária por excelência dos Estados Unidos, mantidos embarcados em navios por diversos locais dos oceanos e em condição de serem desdobrados rapidamente) quanto os *Morskaya Pekhota* (fuzileiros navais russos criados no início do século XVIII por Pedro I) passaram a defender os interesses de seus países além de suas fronteiras (físicas, mas não fora de sua esfera de influência)<sup>53</sup>. Ambos vistos como *Continental powers* por Lambert, utilizavam a componente terrestre de suas marinhas no intuito de defender seu território (seja ele o defendido por teorias geoestratégicas de contenção ou baseado em antigas reivindicações culturais e religiosas). O *Alert Expectance* britânico transformou-se na manutenção de grandes esquadras “estacionadas” nos oceanos, capazes de atuar em qualquer lugar do mundo. Este conjugado anfíbio sequer precisava desembarcar para oferecer dissuasão, bastando que os órgãos de inteligência soubessem da capacidade de desembarcar que determinada força naval inimiga possuía<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> A concepção de guerra em duas frentes era mitigada através de duas vertentes. Uma diplomática (preferida por Bismark, haja vista seu intrincado jogo de alianças temporárias), que consistia em impedir uma aliança militar formada por França e Rússia (os dois *Landpowers* capazes de oferecer uma ameaça honesta à Prússia); e outra militar, que se consubstanciava na vitória sobre um destes, seguida por rápida inversão de meios militares para a fronteira oposta. Hitler seguiu esta estratégia, invadindo Áustria, Tchecoslováquia, Polônia primeiro, depois partindo para a França, e por último para a União Soviética. É interessante observar que além da vertente militar, Hitler foi sábio em costurar alianças que o permitiram engajar-se em aventuras militares (o apaziguamento, o Pacto Anti-komintern, e o Pacto Molotov-Ribbentrop).

<sup>52</sup> Mais tarde, Guderian relembrou dos problemas que a cadeia de suprimentos viria a causar não só na impulsão do ataque na União Soviética, mas também na defesa do território nacional alemão. Dwight Eisenhower diria após a guerra que “*it was in his logistic inability to maintain his armies in the field that the enemy's fatal weakness lay*”.

<sup>53</sup> A tentativa de tornar o mundo um lugar mais seguro, impedindo o surgimento da escória da guerra foi bem sucedida se observarmos que os mecanismos desenhados para as Nações Unidas impediram, por mais de setenta anos, que os grandes poderes entrassem em guerra um contra o outro. No entanto, as inúmeras guerras que tomaram parte durante este mesmo período foram exemplos bastante contundentes de que as motivações da Carta das Nações Unidas continuam bem longe de serem alcançadas.

<sup>54</sup> Frederick et al., 2020, acreditam que tropas leves embarcadas tenham algum tipo de reflexo no sentimento de deterência, não chegando a se comparar com tropas eminentemente terrestres, com maior poder de fogo, capazes de oferecer combate mais danoso.

A postura ofensiva das operações anfíbias ficou bastante limitada, como vimos, pela visão imperialista que sempre dominou o processo decisório de *Seapower States*. Apesar da necessária participação popular (democracia) e evolução socioeconômica (livre mercado) a eles inerentes, *Seapowers* precisavam manter a paz e a harmonia do sistema econômico global não somente para aumentar sua produção nacional bruta (índice que passou a fazer parte das maquinações estratégicas do nível político apenas ao final do século XIX), mas para garantir a estabilidade nacional. *Continentalpowers* preocupavam-se com os países a eles limítrofes, exercendo seu poder de império no intuito de impedir o aparecimento de antagonistas em sua esfera de influência (a saga diplomática brasileira sob os gabinetes imperiais no período do Império Brasileiros exemplifica bem as preocupações brasileiras frente a formação do Vice-Reinado do Prata ou de qualquer ameaça a sua hegemonia no sub-continente).

## 2.2 Operações anfíbias com postura defensiva

Na contramão desta utilização ofensiva, poderes terrestres mantiveram a postura defensiva de seus conjugados anfíbios, atuando próximo a suas fronteiras, e com o objetivo de manutenção da soberania do governo sobre o território (como o caso brasileiro na contenção das revoltas coloniais e regenciais, de independência e monarquistas e, mais recentemente, durante a Nova República na Garantia da Lei e da Ordem. A atuação de destacamentos anfíbios pelos russos e chineses é uma comprovação desta característica dos *Continentalpowers*. A participação de tropas anfíbias brasileiras na contenção de revoltas foi a regra (tenham elas ocorrido durante os períodos de colônia, império ou república), com pequenos rompantes de caracterizá-la como força expedicionária (sobretudo na Segunda Guerra Mundial e em missões de paz na América Central e África), o que nos torna mais próximos dos *Continentalpowers* que dos *Seapowers*. Mais curioso, no caso brasileiro, é que, à época em que esses eventos ocorriam, sua tropa anfíbia cuidava de guardar instalações e realizar escolta de presos, deixando os serviços expedicionários a cargo do exército, postura típica de poderes continentais.

Obviamente que houve exceções a esta regra: os planos franceses de invasão do Reino Unido durante as Guerras de Revolução (gerando informações tão confiáveis que serviram para despistar Nelson do encalço de Napoleão durante a campanha do Egito, posto que os planos eram discutidos pela Convenção Nacional), a expansão japonesa pelo leste e sudeste asiático durante o início do século XX, e a tentativa de invasão da ilha da Grã-Bretanha pelos alemães na 2ª Guerra Mundial na famigerada Operação Leão Marinho são exemplos de poderes continentais oferecendo uma postura ofensiva e de construção de territórios ultramarinos. Independentemente das razões profundas que serviram de pano de fundo a estes planejamentos, o

erro brutal de tratar as operações anfíbias de *Continentalpowers* (mormente defensivas e de manutenção territorial) como de *Seapowers* (ofensivas e de cunho expansionista) custou caro<sup>55</sup>.

Os Estados Unidos da América não fogem desta regra. Banhados pelos dois maiores e mais importantes oceanos<sup>56</sup>, e sem vizinhos que os pudessem oferecer ameaças relevantes<sup>57</sup>, os EUA desenvolveram um robusto e incomparável conjugado anfíbio. Após a guerra contra a Espanha, a definição de suas fronteiras e uma profunda mudança interpretativa de seu papel no mundo<sup>58</sup>, os norte-americanos passaram a se dedicar à captura de colônias, expandido sua influência pelo mundo guiando-se por uma perspectiva *mahaniana* (e bastante *corbettiana*, até certo ponto) de controle de área marítima através da manutenção de pontos focais, nucleando esta expansão colonialista em uma visão de território, ou esferas de influência, sobretudo frente à “ameaça”, já em meados do século XX, de expansão soviética. Após um movimento de (re)isolacionismo depois da Grande Guerra, as teorias da *Heartland* de McKinder e das fimbrias marítimas de Nicholas Spykman ainda definem bastante o posicionamento das bases norte-americanas no pós-Segunda Guerra, mesmo contando com mísseis balísticos, veículos não tripulados e satélites.

Mesmo com a política de “comunismo em uma só nação” (Volkogonov, 2004), e a posterior dissociação entre Mao Zedong e Nikita Krushev depois das denúncias dos crimes Stalin (Kissinger, 2011), os norte-americanos acreditavam ser sua tarefa a destruição do comunismo, nisso passando a investir seu poder militar e econômico<sup>59</sup>. A expansão norte-americana

---

<sup>55</sup> Em geral estas desconstruções culturais, levadas a cabo por líderes que não compreendem a verdadeira vocação nacional, reflete-se em rompantes virulentos de pusilanimidade seguidos por frustração e derrota. Talvez o melhor destes exemplos tenha sido a obrigatoriedade de os navios da marinha de guerra alemã do Segundo Império de possuírem, em suas Praças d’Armas (refeitório de oficiais) exemplares do livro *The Influence of Sea Power upon History*. A mudança cultural militar tentada por Wilhelm II não só carregou preciosos recursos do exército para a marinha como mudou o tabuleiro de poder da Europa do início do século, quando um Reino Unido acuado pela construção naval da República Francesa e do Império Russo precisou-se aliar a eles contra a expansão da construção naval alemã. A invasão da Grã-Bretanha não só nunca saiu do papel (em cima das escrivatinhas de Napoleão, Wilhelm II e Hitler), como foi rechaçada ainda nas águas, levando-se em consideração a composição muito bem explicada por Cobert/Richmond de *Alert Expectation* e bloqueio afastado.

<sup>56</sup> O Pacífico e o Atlântico interligam as economias asiática, americana e europeia, além de sua gigantesca extensão (segundo Stavridis, o Pacífico sozinho reúne uma superfície maior do que todos os continentes junto).

<sup>57</sup> A última guerra entre Estados Unidos e um de seus vizinhos foi a Guerra Mexicano-Americana em meados do século XIX, no movimento de expansão para o oeste.

<sup>58</sup> O Presidente Theodore Roosevelt convencido da futura importância dos Estados Unidos no cenário internacional, formulou o que ficaria conhecido como Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Esta nova concepção de seu lugar no mundo transformaria o isolacionismo norte-americano em uma postura de maior relevo, consubstanciada tanto nos 14 pontos de Wilson quanto nos tratados pós Segunda Guerra Mundial e no Plano Marshall (Kissinger, 1994).

<sup>59</sup> No Brasil, alguns Presidentes da República passaram a jogar com a possibilidade de alinhar-se a leste ou a oeste, no intuito de forçar a injeção de mais investimentos norte-americanos na economia. O pragmatismo equidistante e impossível de Vargas e a Operação Pan-Americana de Kubitschek são exemplos disso. O movimento de não-alinhamento, consubstanciado pela Política Externa Independente é mais uma compreensão do crescente pragmatismo que outrora reinava no pensamento diplomático brasileiro.

foi motivada por uma necessidade de defesa, seja do próprio território, seja de seus aliados, o que justifica que suas bases e tropas ainda estejam localizadas no Oriente Médio, Centro e Leste Europeu e Ásia. Controlar a expansão comunista era uma prioridade do governo dos Estados Unidos que, com o tempo e a queda da União Soviética, passou a olhar o herdeiro do império soviético e o aspirante a novo *hegemon* como os grandes inimigos a serem contidos.

O “contra-ataque” russo explorou duas características do armamento do século XX: furtividade e surpresa. Mesmo com o incidente dos mísseis de Cuba em 1962 (cujo resultado, favorável aos soviéticos, obrigou a retirada dos “*Jupiter*” americanos da Turquia) e com a nova postura dos fuzileiros russos dada pelo almirante Gorshkov a partir de 1956, os submarinos soviéticos, possuindo grande capacidade de persuasão e dissuasão, foram a principal ferramenta de projeção de poder. Mesmo assim, Gorshkov, assim como Mao e, ao que parece, Xi Jinping, compreendia que combates tradicionais continuariam a ser decisivos, mesmo em um mundo que já cogitava a guerra nas estrelas e a mútua destruição total. Tropas anfíbias eram necessárias para guerras limitadas, sobretudo para ajudar aliados em guerras de libertação e na reconstrução de aliados. Este interregno *gorshkoviano* na utilização dos *Morskaya Pekhota* logo foi normalizado quando do fim da União Soviética e da compreensão do real estado econômico russo.

Diferente do caso da *Intercoætera* e de *Tordesilhas*, quando o Papa dividiu entre Portugal e Espanha o mundo, a *iron curtain* separou leste e oeste sem esferas de influência definidas irmãmente e de comum acordo<sup>60</sup>, tendo como arbítrio, ao invés de Rodrigo Bórgia, as idiossincrasias históricas de um conturbado período pós-guerra. A exposição naval dos Estados Unidos, com o estabelecimento de esquadras espalhadas pelos oceanos e tropas destacadas em diversos países é mais uma postura defensiva de estabelecimentos de Postos Avançados Gerais e de Combate<sup>61</sup> que ofensiva. A reativação dos *Morskaya Pekhota* por Gorshkov veio com esta concepção defensiva, mas para a esfera soviética, de maneira a oferecer uma forma de evitar uma guerra total de aniquilação mútua entre as duas superpotências da Guerra Fria.

---

<sup>60</sup> Apesar da conformação geográfica estipulada no discurso de Winston S. Churchill no Westminster College em Foulton, Missouri, em 1946 (“Desde Stettin no Báltico a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sob o continente. Atrás desta linha estão todas as capitais dos antigos estados do centro e leste europeu Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia (...).” Tradução do autor do original que segue: “From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic an “iron curtain” has descended across the continent. Behind that line lie all the capitals of the ancient states of Central and Eastern Europe. Warsaw, Berlin, Prague, Vienna, Budapest, Belgrade, Bucharest and Sofia (...).”), a luta entre sistemas econômicos e visões ideológicas (que longe estavam de antagonizar Smith com Marx, assim como as Cruzadas não antagonizaram Jesus com Maomé) não tiveram uma separação geográfica definida. Esta faceta da Guerra Fria pode ser observada tanto na já exposta crise dos mísseis em Cuba, como na expansão de movimentos de libertação nacional na África e sudeste asiático, absorvendo matizes (e armas) soviéticas.

<sup>61</sup> Postos estabelecidos em uma defensiva para proporcionar um alerta antecipado e um combate de modo a desgastar, inquietar e divertir o inimigo.

Em todo caso, a postura defensiva da utilização do conjugado anfíbio hodierno reflete esta concepção estratégica dos poderes continentais, bastante patente seja na distribuição das bases norte-americanas no mundo, seja no entendimento de segurança territorial das bases dos fuzileiros navais russos<sup>62</sup>. Devido ao tamanho e tecnologia naval dos Estados Unidos da América, e sua capacidade de manter o controle das *SLOCS* importantes à perenidade de seu comércio ao mesmo tempo que consegue projetar poder sobre terra, a capacidade de “adicionar à sua retaguarda continental uma frente oceânica” o possibilita a chamar-lhe Poder Anfíbio *amphibiouspower*.

### 2.3 Retiradas e contra-ataques

As operações de guerra naval britânicas estiveram bastante ligadas ao conceito de *Alert Expectation* (Corbett, 1911)<sup>63</sup>, utilizando-se da defensiva para fazer frente a um poder superior, conjugando movimentos de defesa com os de contra-ataque, e fazendo o máximo para atrair os navios inimigos ao mar aberto (Nelson fez o oposto no Nilo, mas seu gênio era uma exceção<sup>64</sup>), destruindo-o completamente. A defensiva, como bem mostrou a operação de contra desembarque de Elizabeth I, deve ser sempre suplementada pelo exército, e contra-ataques terrestres de caráter naval dependem, necessariamente, de deslocamento marítimo de tropas, seja para apoiar a defesa de uma área sob ataque de outra força anfíbia (contribuindo para esforços de contra-desembarques), seja para evitar a destruição de importantes parcelas de tropas que poderão ser utilizadas futuramente.

Para uma expedição militar, uma força terrestre, uma esquadra de transporte e de desembarque e um esquadrão de escolta (para evitar ataques de torpedos e minas) eram e ainda são necessários e, em campanhas militares cujo esforço terrestre seria maior que o naval, os britânicos não se mostraram tão efetivos, sobretudo nos séculos XX e XXI. Foi esta capacidade de *Alert Expectation* que permitiu aos britânicos duas grandes retiradas de largo contingente de tropas terrestres no século XX. A primeira ocorreu na Batalha de Dardanelos, na Turquia,

---

<sup>62</sup> Os Estados Unidos da América mantêm diversas bases militares com as tarefas (responder a contingências de países identificados pelos EUA como ameaças aos seus interesses, dissuadir agressões a aliados, e aumentar a cooperação para a segurança global) e riscos (políticos, operacionais e de terrorismo). Apesar da percepção de que a necessidade de tropas além-mar tenha diminuído com o passar do tempo (fim da Guerra Fria, término do conflito no Iraque e estabilização das questões relevantes para os EUA no Afeganistão), e ascensão da China (que oferece uma expansão de seu *soft power* por meio da *Belt and Road Initiative*) oferece argumentos para a manutenção e expansão da presença norte-americana em pontos julgados de interesse estratégico (Lostumbo et al., 2013).

<sup>63</sup> Uma ofensiva cujo objetivo seria a destruição dos navios inimigos, colocando “fora de ação” a esquadra inimiga que fosse “capaz de ameaçar as comunicações marítimas”.

<sup>64</sup> Comerciantes, diplomatas, navios mercantes e cônsules foram de grande importância na perseguição de Nelson a Napoleão antes da Batalha do Nilo (Keegan, 1993).

quando após seis meses de escaramuças, mais de 35.000 soldados aliados foram retirados (além de veículos e cavalos). A segunda em Dunquerque, no início da Segunda Guerra Mundial. Essas duas acabaram resultando, mais tarde, em operações anfíbias no continente europeu. Famosas operações de contra-desembarque são vistas na campanha de Montgomery no norte da África, e na campanha das *Falklands*.

Britânicos, portanto, além de uma postura ofensiva (de conquista de territórios, entrepostos e colônias) também desenvolveram uma postura baseada em ações de contra-desembarque e retirada no intuito de manter o território além-mar conquistado (ou seja, realizar a manutenção do controle de chokepoints que permitiriam a manutenção da área marítima e a negação do uso do mar). O *Alert Expectation*, longe de constituir-se em uma constante postura ofensiva, permite a necessária versatilidade do poder naval, refletido no conjugado anfíbio como a necessidade de estar sempre adestrado para cumprir operações anfíbias sem aviso prévio, sejam elas de caráter defensivo ou ofensivo. O Reino Unido não possui centenas de milhares de militares embarcados em locais estratégicos do globo<sup>65</sup>, o que exige maior capacidade de transporte e maior prontidão para o embarque.

As operações defensivas dos europeus quando da tentativa de conquista do Mediterrâneo pelos otomanos nos séculos XV e XVI, e, constituem mais um exemplo dessa capacidade defensiva do conjugado anfíbio. Sem dúvidas o cerco a Constantinopla e Malta realizado pelos otomanos teria sido bem mais complexo e de difícil resolução houvesse os europeus garantido o fluxo de suprimentos aos seus combatentes.

A fusão entre Reino Unido e Estados Unidos na Segunda Guerra perdura aos dias atuais, permitindo que, uma vez atacada e acuada, os britânicos consigam contra-atacar utilizando um conjugado anfíbio com a dosagem de poder de combate adequada, garantindo a seus navios a permanência através da realização de tarefas usuais, enquanto o poder terrestre norte-americano se encarrega da batalha continental. Mesmo com desavenças históricas profundas, a aliança entre UK e USA, testada de tempos em tempos por governos antagônicos, mantém-se firme baluarte da postura diplomática britânica e norte-americana.

## Conclusão

Ações militares acabam por ser definidas pelas necessidades geopolíticas nacionais, sobretudo em países cujas forças armadas caminham *pari passu* com suas decisões estratégicas.

---

<sup>65</sup> Este ponto aliás se constituiu no calcanhar de Aquiles dos britânicos durante as duas guerras mundiais, quando o conceito de von Tirpitz se impôs sobre a esquadra do mar do norte, enquanto submarinos impediam a aproximação dos navios destacados em outras partes do mundo.

Os objetivos nacionais e as capacidades existentes moldam a estratégia a ser seguida<sup>66</sup>, independente do que o processo de planejamento militar possa nos oferecer como resposta aos problemas estratégicos. Os objetivos devem ser desenhados e definidos de acordo com as possibilidades legadas pelas limitações da concepção estratégica. Sem seguirmos pela vertente determinista de Karl Haushofer, é interessante visualizarmos a versão de Lidell Hart de Grande Estratégia, bem como a de Erich Ludendorff de Guerra Total. Fica patente a diferença entre as conquistas britânicas durante sua expansão marítima, e a devastação de Luís XIV no Palatinado em 1689 (Wilkinson, 2007 e Lynn II, 2011), a destruição de Veneza por Napoleão (Lambert, 2018), ou a visão de terra arrasada com que o Exército de Catarina, a Grande, pintavam os territórios conquistados e “fagocitados” ao império (Fuller, 1992).

O assalto anfíbio a Cartago, realizado 146 a.C. foi de caráter defensivo uma vez que a ameaça púnica poderia fazer ruir as bases de dominação social romanas. O tratamento dado aos sobreviventes, a destruição da cidade e a terra salgada por Cipião Africano foi uma amostra de como poderes continentais tratariam, doravante, seus inimigos marítimos. Não sem razão os discursos de Winston Churchill durante a *Blitz* clamavam por uma união contra o velho inimigo teutônico. Assaltos anfíbios ofensivos, como nos casos de Atenas, Portugal e Reino Unido estão mais voltados a conquistas territoriais visando o estabelecimento de colônias e entrepostos, partes de uma Grande Estratégia nacional cujo objetivo final é o maior controle e defesa dos transportes comerciais.

O fundamento doutrinário de uma tropa anfíbia independe, portanto, das necessidades pátrias ou do posicionamento diplomático nacional. O conjugado anfíbio de *Seapower States* mantém uma postura estratégica e operacional ofensiva, independente da conjuntura, servindo como ferramenta intrínseca de projeção da expressão militar do poder nacional, mesmo quando observamos o amplo espectro de atuação<sup>67</sup>. Já em *Continental Powers*, a postura defensiva e de contra-ataque é mais utilizada, o que ratifica inclusive a maior propensão à expansão territorial em suas frígias, antagonizando com expansões além-mar. É importante

---

<sup>66</sup> Apesar disso, é sabido que muitos estrategistas da história conseguiam ser fluidos quanto ao seu planejamento, permitindo a ele a flexibilidade necessária para, em ocorrendo mudanças no ambiente, o plano se modificar e seguir em seu objetivo. Talvez o maior exemplo desta faceta seja Otto von Bismark, cujas diretrizes foram sendo modificadas de acordo com o ambiente interno e externo da Prússia/Império Alemão. A grave limitação disso é legar a um homem o ônus do desenvolvimento de uma estratégia com estas características, pois, como ocorreu com a saída de Bismark, uma vez retirado do jogo, todo o sistema tem a tendência de ruir (Jones, 2011)

<sup>67</sup> Mais a frente este conceito será discutido, bem como os resultados de sua aplicação em casos práticos como no Oriente Médio por parte de tropas americanas. Destarte, basta que tenhamos a compreensão que, assim como houve uma especialização econômica que gerou largas economias de escopo e de escala, a atuação em amplo espectro por parte dos militares possui grandes críticos, vez que acaba por fugir do foco de atuação, bem como “atrofia” o orçamento público legado originalmente a outras áreas.

considerarmos a abordagem multidisciplinar dos Poderes que tencionavam controlar o Mar do Meio. A vitória sobre Cartago não só destruiu a cidade e seus elementos materiais de poder marítimo, como esfacelou sua cultura marítima<sup>68</sup> (Lambert, 2018).

O que difere, contudo, é a maior propensão ao seu uso pelas autoridades competentes (variando muito de acordo com a história do país e sua dependência de embates militares como evolução dos embates diplomáticos<sup>69</sup>), fato que está diretamente ligado aos desafios externos (e, sendo o caso, internos) apresentados no “entorno estratégico”<sup>70</sup> nacional. A amplitude das comunicações hodiernas, e o aprofundamento das relações políticas e econômicas entre as nações, definem bastante como o conjugado anfíbio é utilizado, relacionando-se inclusive com as possibilidades de projeção e a capilaridade de sua atuação.

O que podemos depreender do exposto é que tropas anfíbias compuseram, até a emergência de atores não estatais no panorama internacional, um componente utilizado mormente para operações anfíbias de caráter mais ou menos ofensivo dependendo da necessidade de projeção nacional requerida<sup>71</sup>. Em *Seapowers*, as tropas anfíbias contribuíam para o controle de área marítima (como foi o caso dos Royal Marines na conquista de Gibraltar e a conquista de Ceuta e Alcácer Quibir pelos Portugueses) e na manutenção da cadeia de suprimentos nacional ou corte do fluxo logístico inimigo (conquista da Jamaica pelos ingleses, e estabelecimento de entrepostos e colônias por portugueses, espanhóis e holandeses). Enquanto isso, a perseguição de Nelson a Napoleão, a expansão marítima inglesa e suas condições geográfica e social a impeliam a uma postura mais assertiva nos oceanos sobretudo após o Congresso de Viena, e menos intervencionista no continente europeu.

Esta característica multidisciplinar do conjugado anfíbio britânico perdura até os dias atuais. A diplomacia britânica em conjunto ao poder econômico também contribuiu para a

---

<sup>68</sup> Além de destruírem os navios e o porto, os romanos obrigaram os cartagineses a interiorizarem sua cidade, mantendo-se longe das atividades do mar. Destino semelhante se deu a Veneza quando invadida pelas tropas francesas durante as guerras napoleônicas, ou pela Alemanha, após a Batalha da Jutlândia.

<sup>69</sup> A visão *clauswitziana* da guerra como sendo a evolução da política por outros meios tem bastante apelo ainda hoje, quando organismos internacionais pregam a conciliação ao invés do embate militar. O que se observa desde o fim da Segunda Guerra é uma propensão maior ao diálogo, guiado muito mais pelo entendimento cordial de um intrincado e globalizado sistema econômico, arbitrado por este conjunto de organizações, que por potenciais aspirantes a *hegemon* como outrora.

<sup>70</sup> A visão de entorno estratégico, largamente propagada por Golbery, é uma “inversão da situação anterior, na qual a estratégia era apenas um meio de se alcançar os objetivos estatais”. O que se percebe é que, utilizando-se dos pensamentos de Erich Ludendorff, subordina a geopolítica “à estratégia, e esta à política”. Apesar das críticas a este entendimento, utilizaremos esta versão para este trabalho. (Carvalho, 2010).

<sup>71</sup> Levadas a cabo sobretudo com o objetivo de utilizar os retirantes em outros locais de maior necessidade estratégica, como no caso de Dunkirk.

garantia de que seus inimigos não tivessem acesso aos materiais necessários a construírem uma esquadra forte o suficiente para ameaçar sua hegemonia nos mares<sup>72</sup>.

Em *Continentalpowers*, a utilização da tropa anfíbia sempre foi legada à proteção e manutenção de seu território (caso das campanhas de Azov e da grande Guerra do Norte no Império Russo, da Tomada de Caiena pelo Império Português ou as guerras de independência, regenciais e durante o império e república no Brasil). Estas diferenças apesar de apresentarem uma tendência não devem ser encaradas como definidoras de uma postura anti expedicionária por parte dos *Continentalpowers*, sendo relevante para que decisores compreendam as limitações aos planejamentos. Independente da natureza da potência, negligenciar a “anfíbiosidade” é certamente um fator temerário. Durante as Guerras Mundiais, por exemplo, mesmo havendo embates navais *stricto sensu* (ou seja, com a utilização de vetores navais e aeronavais, no meio dos oceanos), em que as plataformas navais contendoras mantinham uma distância considerável (Midway, Coronel, Falkland, Montevideo, Jutlândia...), a queda dos *Deutschsreich* apenas foi conseguida com vitórias em terra. É impossível dissociar as vitórias navais das continentais, vez que uma leva à outra.

Para a “anfíbiosidade” das grandes potências, o fim da guerra do Vietnã e a queda da União Soviética significariam uma quebra de paradigma que mudaria completamente o foco das missões. Se antes as tropas anfíbias eram utilizadas majoritariamente para a conquista de territórios e manutenção de pontos focais, após a Guerra Fria tropas embarcadas passaram a ser largamente utilizadas no intuito de “estabilizar” países, apoiar governos na mitigação a desastres naturais, e manter a paz. A realização de desembarques anfíbios com outros escopos que não o estritamente militar foi responsável por mudar a postura, a formação, a doutrina e a constituição das tropas embarcadas. Com o aumento da demanda por este tipo de operação, sobretudo quando subordinadas a ONU, a padronização de procedimentos e o pedido por suprimentos (fato que passou a influenciar diretamente a capacidade de inovação e manutenção de tecnologia autóctone) entre os países partícipes tornou-se essencial ao sucesso.

Seguindo uma combinação entre Lambert e Allisson, grandes guerras geralmente envolvem motivações de superposição hegemônica, onde uma potência almejando alcançar o lugar de *hegemon* tenta alçar voo contra a já estabelecida. Foi exatamente esta configuração que deu início às guerras entre *Continental* e *Seapower States*, geralmente iniciadas quando as

---

<sup>72</sup> Operações de bloqueio naval, juntamente com a compra destes elementos em larga escala, e o desembarque de fuzileiros navais na Holanda permitiram que a Esquadra espanhola se enfraquecesse. Mesmo assim, a estratégia de construir um imenso exército inglês para contrapor-se ao exército do Império custou à Inglaterra, segundo Richmond, 18 meses de guerra adicionais, posto que uma estratégia de bloqueio continental, com navios no Mediterrâneo e no Atlântico impediriam a manutenção da cadeia de suprimentos.

características formativas do *Seapower* colocavam em xeque as determinações dos *Continentalpowers*. Nessas batalhas, é inevitável observarmos a utilização de tropas anfíbias, cuja capacidade expedicionária é sempre legada por um braço logístico consubstanciado pelo poder naval. Esta *proxy* pode ser observada no Peloponeso (Esparta x Atenas), nas Púnicas (Roma x Cartago), em Lepanto (Veneza x Império Otomano) e nas Napoleônicas (Inglaterra x França). Nas Guerras Mundiais este desenho também se repete (Inglaterra x Alemanha). Nesse meio tempo, o *Seapower* percebe que, para derrotar o *Continentalpower*, é necessário aliar-se a outro *Continentalpower* (foi este conceito que permeou a formação das coligações anti-francesas durante a revolução, diretório, consulado e império, do entendimento cordial da Primeira e dos aliados da Segunda Guerra Mundial).

O caso brasileiro<sup>73</sup> nos remete a uma utilização híbrida deste componente anfíbio, cabendo a ele tanto a tarefa da defesa territorial (observando-se os *chokepoints* existentes em nossa zona de interesse) quanto a projeção internacional no que tange à manutenção da perenidade do fluxo econômicos pelas linhas de comunicação marítimas. Tendo por litoral o Atlântico Sul (condição bem diferente dos mares congelados russos ou do disputado Mar do Sul da China), vizinhos sem questões limediras que necessitem da “parola pela expressão militar”, e um pujante comércio internacional, nada mais natural que, nos cálculos do decisor político, haja uma adequada capacidade de projeção de poder nacional na área de interesse e nos *chokepoints* de nossas principais *SLOC* de importação e exportação. Com um histórico de contribuição para a ordem interna, e com missões em que desdobrou efetivamente tropas no terreno, o conjugado anfíbio da Marinha do Brasil carece de um estudo mais pormenorizado de sua utilização e de seu papel dentro da Estratégia Nacional de Defesa<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> Basta verificarmos os problemas limediros solucionados pela maestria do Barão do Rio Branco nos casos da Bolívia, Amapá e Acre (Cervo e Bueno, 2015).

<sup>74</sup> Apesar de o Corpo de Fuzileiros Navais possuir a determinação de tornar-se a força expedicionária por excelência, a falta de tarefas explícitas a este componente, e as restrições orçamentárias sempre flutuantes impedem que haja um planejamento mais robusto quanto ao real escopo não só da tropa anfíbia nacional como das demais tropas expedicionárias, incluindo-se parcelas do Exército e da Força Aérea.

### 3. O Conjugado anfíbio no século XXI

*O que é preciso para a nação francesa é mostrar-lhe a meta e o fim dos sacrifícios que dela são exigidos; o que é necessário para as nações estrangeiras é reassegurá-los de sua independência, apresentá-los com uma constituição inabalável, um governo fixo com o qual possam negociar.<sup>1</sup>*

**Charles-Maurice Talleyrand<sup>2</sup>, 1808**

A Guerra voa no oceano com as procelas, e surpreende com seus raios a política fatalista dos países negligentes.

**Rui Barbosa<sup>3</sup>, 1908**

Apesar da postura estritamente militar das infantarias de marinha de *Seapowers* na história, há uma clara tendência de ampliação das tarefas deste tipo peculiar de tropa, especializada na mais complexa das operações militares (Brasil, 2020). A superposição de atividades civis àquelas destinadas aos militares, consequência direta do nível de confiabilidade das instituições castrenses perante a opinião pública (em diversos países do mundo, não apenas no Brasil<sup>4</sup>), leva a um inchaço da expressão militar do Poder Nacional, não necessariamente aumentando o espírito belicista do país (por vezes retirando daqueles que deveriam nutri-lo), característica estatal tão cara à manutenção da soberania<sup>5</sup> e à vontade de lutar de um país (McNerney et al., 2018). Independente da razão que leva a estes níveis de confiabilidade, o que se percebe é que o leque de tarefas abarcadas pelos militares tem se agigantado nas últimas décadas,

<sup>1</sup> Traduzido pelo autor do original que segue: « Ce qu'il faut pour la nation française, c'est lui montrer le but et le terme des sacrifices qui sont exigés d'elle; ce qu'il faut pour les nations étrangères, c'est de les rassurer sur leur indépendance, c'est de leur présenter une constitution inébranlable, un gouvernement fixe avec lequel elles puissent traiter. »

<sup>2</sup> Político e estadista francês que serviu sob o Diretório, Napoleão, Luís XVIII, o Governo dos Cem Dias e Luís Felipe. Teve papel singular em todos os tratados desde a Paz de Amiens até o Congresso de Viena.

<sup>3</sup> Político e estadista brasileiro. Grande escritor e orador, participou como Ministro das Finanças do Governo Provisório republicano e liderou a legação brasileira na 2ª Convenção de Paz da Haia (1907).

<sup>4</sup> Em pesquisas de confiabilidade de instituições do instituto Datafolha, os militares brasileiros ficaram em 1º lugar em 2019 com 60% de confiança (muito e um pouco), seguidos pela presidência e ministério público. Nos Estados Unidos da América, de acordo com o instituto Gallup, os militares ficam com 73%, seguido pelo *small business*, com 63%. Este fenômeno é observado ainda em diversos países da Europa, sobretudo ocidental. Na Alemanha, as forças armadas seguem em 3º, com polícia e escolas na liderança. Na França e na Itália (FA, Papa Jorge Bergoglio e presidente Sérgio Mattarella), as Forças Armadas seguem a tendência do índice de confiabilidade da Europa Ocidental. Em um movimento que caracteriza maior propensão ao isolamento e ao contemporâneo movimento de *retrenchment* americano, a confiabilidade na OTAN diminuiu cerca de 10% nos EUA, França e Alemanha em janeiro de 2020. Em contrapartida, no Japão e na Índia, os partidos políticos e o governo aparecem em primeiro.

<sup>5</sup> A movimentação estratégica efetuada durante os problemas lindeiros causados pela tentativa de interferência estrangeira (europeia e norte-americana unidos, cujos interesse se uniam no *Bolivian Syndicate*) na questão acreana, na de Palmas e, mais recentemente, alinhada às tendências nacionalistas bolivianas, os elementos materiais de poder brasileiro nunca estiveram dissociados das questões afetas à soberania nacional. O patrono da diplomacia brasileira, por diversas vezes, expôs a necessidade de uma Marinha forte e bem equipada, no que foi seguido por Rui Barbosa. Seu pai, o Visconde do Rio-Branco, e o Visconde do Uruguay, e diversos outros proeminentes políticos da história do Brasil explicitam esta necessária ferramenta de persuasão e dissuasão.

chegando a cobrir áreas antes guarnecidas por setores como saúde, educação e desporto<sup>6</sup> (Brooks, 2018).

A utilização de força militar no “processo civilizatório” não é, portanto, um movimento novo, e os soldados romanos, britânicos, alemães e franceses, de uma forma ou outra, ajudaram a mudar corações e mentes dos povos que conquistavam durante boa parte dos séculos passados<sup>7</sup>. O Império Russo, no intuito de melhorar as condições de vida (sobretudo saúde e educação) da população nas áreas mais afastadas de Moscou (próximas às fronteiras com Prússia, Finlândia e Áustria), aumentar ou gerar a consciência de pátria, ao mesmo tempo que contribuía para garantir um nível adequado de defesa ativa<sup>8</sup>, incentivou a criação de regimentos militares compostos por soldados e suas famílias (Fuller Jr., 1992). Militares trabalhando em atividades distantes de seu *core business* existem há muito, posto que o conceito de segurança nacional, bastante volátil, depende da época e do Estado, abrangendo mais ou menos tarefas<sup>9</sup> de acordo com o *establishment* governamental e o *zeitgeist*.

A tendência de que o conjugado anfíbio seja utilizado em operações não militares foi largamente descrita por Geoffrey Till (2004) e Ian Speller (2014), cujas teorias serviram de molde para a reformulações de atuação estratégica<sup>10</sup>. Focando na cooperação global entre as Marinhas de Guerra, pretende-se “atacar” uma miríade de problemas (militares e não-militares, mas sempre ligados à defesa nacional), utilizando-se, para tanto, o poder militar com outro escopo, *lato sensu*, uma abordagem holística, bastante alinhada com a concepção das Nações Unidas de *peacekeeping* e *peacebuilding*, influenciando diretamente a disposição das tropas no

---

<sup>6</sup> O Brasil possui programas de “militarização” das escolas públicas, de inclusão e investimento no esporte olímpico e infantil (Programa Forças no Esporte - PROFESP), e mantém estruturas para atendimento a população ribeirinha nas bacias amazônica e do pantanal com os Navios da Esperança. Além de contribuir para o bem-estar e o sentimento patriótico dos cidadãos participantes, atividades como estas constituem-se como de grave necessidade, uma vez que é a partir destas plataformas que o Estado se faz presente em diversos rincões do território. Rosa Brooks (2018) expõe este fenômeno nos EUA, o que denota que os eventos brasileiros não são únicos, constituindo-se em mais um episódio da regra internacional hodierna.

<sup>7</sup> Maior exemplo deste “processo civilizatório” ocidental pode ser o genocídio da população indígena nas Américas por meio de doenças e guerras de conquista, ou, de forma mais direta, a abertura dos portos japoneses aos americanos graças ao bombardeio de Tóquio pelo almirante James Doolittle em 1842, ou da chinesa aos europeus por meio das Guerras do Ópio de 1839 e 1849. Logicamente que as tecnologias e as estruturas governamentais europeias ajudaram na implantação de um aparato colonialista focado no extrativismo e, como regra, escravismo.

<sup>8</sup> Um dos maiores problemas do império russo foi a manutenção deste sistema de defesa ativa conforme o aumento de seu território. O que Stalin percebeu foi que a expansão constante das fronteiras (ou a ameaça de fazê-lo) era essencial à manutenção territorial, mesmo antes da conferência de Potsdam.

<sup>9</sup> A segurança nacional, além de diversas definições, pode ser assumida por diversos atores diferentes, a depender da situação. No momento em que este trabalho é escrito, o mundo passa pela pandemia de COVID-19, atuando na segurança nacional.

<sup>10</sup> Em 2007, um documento conjunto da Marinha, Guarda Costeira e Corpo de Fuzileiros Navais pregou uma Cooperative Strategy for 21st Century Seapower, focando em “presença avançada, deterrence, controle do mar, projeção de poder, segurança marítima e assistência humanitária e resposta a desastres como capacidades principais *lato sensu*. (Traduzido pelo autor do original que segue: “*forward presence, deterrence, sea control, power projection, maritime security e humanitarian assistance and disaster response as expanded core capabilities*”).

globo<sup>11</sup> e seu adestramento em prol do cumprimento desta miríade de novas tarefas assumidas<sup>12</sup>. Na verdade, a construção de capacidades diferentes das puramente militares e de combate acaba mingando o orçamento de outras áreas, que, por diversos motivos, não contam com a confiabilidade da sociedade para resolverem determinados problemas<sup>13</sup>.

Em todo caso, é notório que boa parte dos problemas militares enfrentados no atual panorama mundial estão bem longe dos outrora solucionados por soldados, armas e navios. Casos de pirataria<sup>14</sup> no chifre da África são ostensivamente tratados como graves problemas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>15</sup> e pela China, que chegou a estabelecer uma base no Djibuti<sup>16</sup>; o esforço das tropas americanas no Afeganistão para destruir plantações de ópio (Rowlatt, 2019); combate ao tráfico de drogas e pessoas<sup>17</sup> e ajuda a países destruídos por desastres naturais; além, logicamente, de atuações em operações de fronteira e estabilização de insurgências internas tornaram-se casos usuais de atuação das Forças Armadas,

---

<sup>11</sup> Utiliza-se aqui o conceito do Barão de Jomini de estratégia, conforme descrito em seu tomo mais famoso *Précis de l'arte de la guerre*: « A estratégia, como nós já dissemos, é a arte de movimentar a maior parte das forças de um exército para o ponto de maior importância no teatro de guerra ou de uma zona de operações (Tradução do autor do original que segue: « *La stratégie, comme nous l'avons dit, est l'art de l'amener la plus grande partie de forces d'une armée sur le point le plus important du theatre de la guerre, ou d'une zone d'opérations.* ») Bem próximo do conceito de von Clausewitz em *Von Krieg*: “Estratégia é o uso do engajamento com o propósito de guerra.” (Tradução do autor do original que segue: “*Strategie ist die Verwendung des Engagements zum Zweck des Krieges*”

<sup>12</sup> Raymond Odierno, o general que desenhou o conceito de *full range operations*, acreditava que desafios como “*declining budgets (...); a shift in emphasis to the Asia-Pacific region; and a broadening of focus from counterinsurgency, counterterrorism and training of partners to shaping the strategic environment, preventing the outbreak of dangerous regional conflicts*” forçariam as forças armadas americanas a desenvolver habilidades que representariam aprofundamento no relacionamento com países aliados, uma vez que seria necessário manter força de tamanho adequado para dissuadir inimigos.

<sup>13</sup> Rosa Brooks argumenta este ponto usando o exemplo das forças armadas americanas, cuja tentativa de aumentar o número de tarefas não militares diminuiu o orçamento para outras áreas, causando, às vezes, problemas de ordem política gigantescos relacionados à incompetência técnica para cumprimento destas tarefas, como o caso da prisão de Abu Graib.

<sup>14</sup> O problema da pirataria foi abordado pelo Império do Brasil quando de seu combate ao tráfico ilegal de escravos. Uma base naval foi estabelecida em Angola, e patrulhas navais eram realizadas no sentido de se coibir a atividade. Resta claro que a utilização militar na coibição do tráfico negreiro estava diretamente ligada à manutenção da soberania nacional, sobretudo frente a *Bill Aberdeen* e a ameaça de abordagem de navios brasileiros por belonaves britânicas e consequente arresto dos bens e liberação dos cativos, e não à possibilidade de abordagem de navios mercantes por parte de piratas.

<sup>15</sup> A OTAN, neste sentido, passou a atuar com um escopo extremamente amplo, deixando de exercer unicamente a contenção da expansão do comunismo soviético e assumindo patrulhas contra tráfico de pessoas, drogas, armas e pirataria.

<sup>16</sup> A expansão da presença chinesa em diversos pontos do globo (por meio dos seus navios e de seu poder econômico) é uma prova de sua necessidade de garantir a fluidez tanto de seus insumos de produção quanto de seus produtos de exportação, em uma experiência bastante britânica. Até agora não há nenhuma prova (a não ser os problemas de governança que virão dos empréstimos não pagos por parte de alguns países partícipes do *Belt and Road Initiative*) de que o Partido Comunista Chinês queira dominar territórios e constituir um império colonial, seja pelas mudanças que o mundo impôs, seja pela maior facilidade de dominação das tecnologias de informação através da padronização tecnológica (como o caso do embate com o 5G).

<sup>17</sup> Em seu livro *Sea Power*, Stavridis foca bastante no pragmatismo realista, dispondo estrategicamente forças-tarefa pelos oceanos do mundo, não deixando de sublinhar ameaças não militares que influenciariam a estabilidade e a harmonia do sistema internacional.

combinadas a outras agências. E, coisa moderna, as tarefas dos conjugados anfíbios têm, independentemente da natureza marítima ou continental dos países, se padronizado para uma cooperação em prol da harmonia e da estabilização.

A visão europeia do mar e de suas potencialidades, como bem nos mostrou a evolução dos *Seapower States*, é bastante distinta da chinesa e russa por motivos sobretudo estratégicos, mas também culturais e sociais. A China fechou seus portos para grandes navegações após a morte do Almirante Zheng He. A Rússia apenas começou a se preocupar com o mar e com o desenvolvimento de uma Marinha de Guerra adequada durante o reinado de Pedro I Romanov, nunca alcançando a hegemonia global dos mares que filmes como *K-19: The Widowmaker* e *The Hunt for the Red October* parecem querer incutir no telespectador. França e Alemanha (dois poderes continentais<sup>18</sup>) apenas passaram a desenvolver marinhas de grande porte no afã de desafiar o poder marítimo hegemônico ou transportar exércitos para manter o controle sobre territórios vassallos<sup>19</sup>. Mesmo hoje os dois países europeus, antigos inimigos que se enfrentaram por séculos a fio e que representam as duas maiores economias da União Europeia<sup>20</sup>, permanecem fiéis à sua natureza continental.

A concepção político-estratégica do uso da Marinha, seja por Mahan, seja por Corbett (ou ainda Till, Speller, ou Churchill), ajuda a compreender o motivo desta nova forma de atuação da Marinha e de seu conjugado anfíbio agregado<sup>21</sup>. A teoria das fimbrias marítimas de

---

<sup>18</sup> A vocação continental de França e Alemanha oferece muitas provas a um estudante médio de história: passaram por difíceis processos de evolução política (enquanto a Inglaterra já havia instituído condições de florescimento da democracia, a França apenas o fez após a Guerra Franco-Prussiana, e a Alemanha apenas em 1989, com a reunificação), mantiveram sua estrutura militar para defesa (ou expansão) terrestre de suas fronteiras; estiveram dispostos a guerras terrestres de largas proporções para a consecução de seus objetivos (ao invés de focarem em estrangulamento da cadeia de suprimentos por via marítima) e, diferente de Nelson, nutrem como heróis militares Frederico II e Napoleão I (ou Luís XIV).

<sup>19</sup> Ficou conhecida a frase de François I<sup>er</sup> após saber da promulgação das bulas papais que dividiam o mundo entre Portugal e Espanha: «*Je voudrais bien voir la clause du testament d'Adam qui m'exclut du partage du monde*». Tanto a Inter Cætera quanto a do Tratado de Tordesilhas acabaram sendo disputados mais tarde em confronto limdeiro, mas foram tornados sem efeito tacitamente graças ao aumento da influência do poder naval dos demais poderes europeus. A França posaria como grande ameaça ao poder britânico nos mares pelo menos por mais duas vezes (quando se aliou à Espanha durante as Guerras Napoleônicas e quando a construção naval francesa e russa passou a gerar consternação no Parlamento Britânico, obrigando seus membros a aprovarem o *Naval Defence Act* de 1889). A Alemanha apenas representou uma ameaça à hegemonia britânica no início do século XX, quando Tirpitz acolheu a *Risikostrategie* como política motivadora da construção naval, e quando os submarinos alemães, na primeira e segunda guerra, impediam o adequado abastecimento da Ilha da Grã-Bretanha. Em todo caso, a expansão naval de poderes terrestres está sempre ligada à Armadilha de Tucídides.

<sup>20</sup> De acordo com o World Bank, o PIB da União Europeia em 2018 ficou em US\$ 15,9 trilhões, respondendo Alemanha e França por US\$ 3,95 3 US\$ 2,78 trilhões, respectivamente.

<sup>21</sup> Tanto em *The Influence of Sea Power upon History* quanto em *Some Principles of Maritime Strategy*, os estrategistas expõem suas concepções de onipresença marítima nos oceanos do mundo. Independente dos motivos, tanto a US Navy quanto a Royal Navy seguiram, até certo ponto, a concepção destes dois grandes *estrategos* marítimos.

Spykman<sup>22</sup>, e a evolução dos acontecimentos históricos, sobretudo durante o período que se espraia desde o fim da segunda guerra mundial até os dias atuais, também influenciaram a disposição das dezenas de bases norte-americanas espalhadas pelo globo. Mesmo com o recente movimento de *retrenchment* (Wright, 2020), iniciado exatamente pelos minguados orçamentos estipulados pelo Capitólio, e por uma ainda confusa (re)invenção do isolacionismo norte-americano pré-1945 (para a consternação de Woodrow Wilson, Ted e Franklin Roosevelt, e Truman), a visão estratégica norte-americana e britânica continua imutável quanto ao seu lugar na ordem mundial. Com o fim da ameaça comunista, a necessidade de manutenção de grandes contingentes em países anfitriões no intuito de aumentar seu poder de dissuasão já não é mais tão necessária, a não ser no sentido de impedir *faits accompli* em guerras limitadas (Frederick et al., 2020)<sup>23</sup>, como no caso da expansão russa sobre a Ucrânia.

Constituindo-se como força expedicionária<sup>24</sup> por excelência, o Corpo de Fuzileiros Navais seguirá, sempre, as esteiras dos navios da Marinha do Brasil, delimitadas pelas concepções estratégicas do poder político. É preciso compreender, portanto, quais tarefas esta força expedicionária tem recebido, e como as têm cumprido, sobretudo em comparação aos poderes marítimos, continentais e anfíbios (mormente os Estados Unidos da América, cuja marinha possui capacidade de permanência, ao mesmo tempo que permite uma projeção de poder terrestre monstruosa). Longe de se tentar copiar o que vem sendo feito, deve-se moldar uma concepção original, autóctone, das tarefas da força expedicionária nacional, particularmente de sua parcela de pronto emprego, a Força de Emprego Rápido (FER) da Força de Fuzileiros da Esquadra. Imperativo que foquemos tanto a visão de Poderes Marítimos<sup>25</sup> quanto Poderes Terrestres<sup>26</sup>, vez que, sendo um poder terrestre, o Brasil pretende valer-se do mar para incrementar

---

<sup>22</sup> Esta teoria, relatada *America's Strategy in World Politics*, foi utilizada pelos Estados Unidos no pós-Guerra fria, sobretudo na política de contenção. O desenho e disposição das bases militares norte-americanas no mundo (concentradas no leste europeu, oriente médio e Ásia) foram bastante influenciadas por esta concepção de mundo Capitalismo x Comunismo, em um esforço de conter o avanço soviético. Críticos desta linha como Brown (2009) advogam que a expansão soviética pelo leste europeu se deu sobretudo durante a Segunda Grande Guerra, tendo por objetivo a conquista de território em prol de melhorias nas condições defensivas.

<sup>23</sup> Estudo publicado pela RAND Corporation, que aponta maior poder de dissuasão quando “tropas pesadas” fazem parte do contingente. Pouco poder dissuasório existe quando se trata de ativos aéreos e navais sem sua componente anfíbia (possivelmente por representar menor comprometimento norte-americano em relação ao país anfitrião).

<sup>24</sup> De acordo com o glossário das forças armadas (MD35-G-01), Força Expedicionária é uma “Força de pronto-emprego, autossustentável e adequadamente aprestada, com estrutura conjunta ou singular, organizada para cumprir missão por tempo limitado, sob condições austeras e em área operacional distante de sua base”.

<sup>25</sup> Utilizando-se a definição de *Seapower* de Andrew Lambert (2019), um *Seapower* deve possuir conceitos muito mais profundos que um *Sea Power mahariano/stavridiano*, cujo foco é a quantidade de navios e a capacidade de projeção de poder militar. Utilizaremos, neste trabalho, doravante, a primeira definição.

<sup>26</sup> Um poder terrestre não necessariamente representa um país com grande território. Alemanha e França são exemplos clássicos de poderes terrestres, e já serviram em momentos distintos, como modelos às nossas Forças Armadas antes da primeira e da segunda grande guerra, respectivamente. Juntos com Rússia (e de certo modo China) desenvolveram forte capacidade naval, sempre no intuito de rivalizar com o *hegemon* da época (França e Alemanha

sua capacidade expedicionária e aumentar seu peso no concerto das nações<sup>27</sup>, uma vez que as tarefas de cooperação e união de esforços é hoje uma constante, posição que a China assimilou muito bem dentro de sua estrutura militar.

O primeiro capítulo focou na concepção histórica do desenvolvimento dos conjugados anfíbios. O conjugado anfíbio, como observamos, foi essencial para a consecução dos objetivos políticos e estratégicos colonialistas dos *Seapowers States*, e para a defesa territorial dos *Continental States*. Resta mostrar como poderes marítimos e terrestres de hoje encaram as tarefas do componente anfíbio de sua expressão militar, o que acaba por se refletir na maior ou menor projeção. A profusão de novas ameaças não estatais e a capilaridade dos problemas causados pelo terror exigem não apenas que o território nacional seja defendido, mas que a fonte das ameaças seja buscada e destruída. Além disso, problemas humanitários que ocorrem na América do Sul (Venezuela) e Central, Caribe (Haiti) e África (sobretudo no Sudão do Sul, República Centro Africana, Mali e Congo) se refletem em uma escalada (refugiados, genocídios, deslocados e crime internacional), influenciando diretamente na economia regional, tanto do Brasil quanto de seus aliados mais próximo.

Apesar do sentimento e da tradição que pode nos levar a imaginar um alinhamento com o ocidente<sup>28</sup>, as características históricas do desenvolvimento dos países e de suas forças armadas precisam ser levadas em consideração quando da escolha de modelos a serem seguidos. Portanto, China e Rússia serão estudados no intuito de compreendermos as condições em que os conjugados anfíbios chinês e russo foram desenvolvidos, afastando-nos das tradicionais vertentes inglesa e norte-americana. Alinhamentos estabelecidos por afinidades culturais são válidos, mas devem ser vistos com bastante cautela uma vez que a sociedade anárquica é extremamente realista (Bull, 2002) e exige dos estadistas muito mais do que suas querelas e características pessoais podem propor, fugidias que são quando comparadas com as permanentes características dos Estados, alicerçadas, estas, em sua história, desenvolvimento e nas razões profundas que norteiam sua existência em um ambiente onde a luta pelo poder e pela influência determinam os passos futuros e o destino da história.

---

no final do século XIX a meados do XX contra Inglaterra, Rússia durante a Guerra Fria, e a China mais recentemente).

<sup>27</sup> Tanto o Livro Branco da Defesa quando a Política e a Estratégia Nacionais de Defesa apontam a necessidade de incremento da capacidade expedicionária brasileira, apontando o Corpo de Fuzileiros Navais como “força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência”.

<sup>28</sup> Na compreensão ocidental de Huntington, o Brasil, juntamente com as repúblicas latino-americanas, não toma parte no ocidente, mas sim no mundo latino. A evolução histórica (todas as repúblicas latino-americanas são derivadas de ex-colônias européias) e considerações geopolíticas podem tornar o alinhamento Brasil-Occidente natural, e um alinhamento com o mundo Ortodoxo (Rússia) e Asiático-Confuciano (China) de difícil compreensão. Mas cabe salientar que o pragmatismo diplomático é uma marca da Política Externa Brasileira (sobretudo após a gestão da diplomacia presidencial de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Costa e Silva e Figueiredo).

### 3.1 Conjugados anfíbios em *Continental States*: o Urso e o Dragão<sup>29</sup>

China e Rússia são historicamente poderes terrestres de proeminência global, apesar de sua pequena projeção militar para além de suas fronteira ou limites terrestres contíguos, seguindo a cartilha defensiva<sup>30</sup>. A história de ambos os países, e sua estratégia de defesa atual, reforçam esta ideia, demonstrando que seu conjugado anfíbio é utilizado peremptoriamente para a defesa do território e uma projeção de poder capaz de garantir a liberdade de suas plataformas navais em busca de condições defensivas caras à sua sobrevivência. Tanto a *Belt and Road Initiative* quanto a nova postura da Rússia em relação ao Ártico corroboram com a concepção de que o conjugado anfíbio de poderes terrestres está mais voltado a uma postura defensiva, seja em relação ao seu território, seja em relação à segurança das vias de comunicação marítimas importantes à sua estabilidade econômica e social.

Começamos nossa análise pela China, maior parceiro comercial do Brasil, membro do BRICS (que, à época da edição deste trabalho já não mais representava a mesma dinâmica de integração e alinhamento como nos anos iniciais)<sup>31</sup>, e com uma história similar: foi dominada e colonizada por poderes europeus, tornou-se independente e precisou desenvolver suas Forças Armadas a partir de ameaças externas (indefinições fronteiriças) e internas (instabilidades sociais)<sup>32</sup>. A China acabou recorrendo ao comunismo para se livrar de instituições inadequadas (A Monarquia e o Confucionismo), cujas correntes ancestrais acabaram por leva-la à dominação por parte das potências ocidentais por mais de um século (da vergonha). Após sua libertação, a República Popular da China (RPC) antagonizou com o bloco ocidental (em parte pela história recente de dominação e humilhação, em parte pela relação pessoal entre Mao Zedong e Stálin), e, mais tarde também com o bloco soviético (Guerra Sino-Russa de 1969), acolhendo

<sup>29</sup> Utiliza-se o nome do livro do famoso escritor Tom Clancy não apenas por retratar um cenário bastante factível (e que quase chegou a se consubstanciar durante as rusgas entre os dois países ao final de década de 1960) mas também como homenagem, posto que com sua novela *“The Hunt for the Red October”* motivou o autor desta dissertação a entrar para a profissão do mar.

<sup>30</sup> O exemplo mais marcante da inabilidade expedicionária russa para além de suas fronteiras próximas é a malfadada campanha contra o Japão em Tsushima.

<sup>31</sup> De acordo com o Ministério da Economia, a China é o maior parceiro comercial brasileiro desde 2013, com um total acumulado de 588 bilhões de reais trazidos a valor presente, desde 1997. No mesmo período, o primeiro parceiro comercial é a União Europeia com 740 bilhões.

<sup>32</sup> A China passou por um longo período de dominação europeia (de 1839 a 1949), tendo sido colônia tanto de potências europeias quanto asiáticas. Valendo-se da doutrina de Confúcio e tendo alcançado a vanguarda do desenvolvimento tecnológico, a China sempre foi um país bastante fechado e averso à abertura. No entanto, a nova abordagem de política externa do Partido Comunista Chinês fez retornar o antigo conceito de Reino do Meio, abrindo caminho a projetos ambiciosos no setor econômico como o *Made in China 2025*, *Belt and Road Initiative* (que se consubstancia na *New Silk Road* e na *Maritime Silk Road*) e no militar e tecnológico, como o caso da construção de navios aeródromos e do 5G. Apesar da preocupação constante da utilização pela China do conceito de *Unrestricted Warfare* (*waging war on an adversary with methods so covert at first and seemingly so benign that the party being attacked does not realize it is being attacked*), é manifesto o esforço por ela realizado no desenvolvimento de suas Forças Armadas regulares.

em sua projeção diplomática o que ficou conhecido como terceira via, ou, rebatizado após a morte de Mao e a ascensão de políticos mais liberais e pragmáticos, o comunismo com características chinesas.

Após a abertura econômica<sup>33</sup> realizada por Deng Xiaoping e aprimorada pelos presidentes posteriores, a China passou a perseguir sua antiga visão diplomática de centro do mundo<sup>34</sup>. As gestões de Hu Jintao e Xi Jinping refletem este desejo de (re)colocação da imagem da China no cenário internacional, após anos de “*low profile*” iniciadas por Deng. O “sonho chinês” (“*an amalgam of national traditions and experiences, national ‘models’ of ordering the economy and society, development trends and foreign policy styles*”, Ferdinand, 2016), a melhoria na qualidade de vida da população chinesa e o desenvolvimento tecnológico impulsionaram a China em uma busca pelo aumento de projeção de seu *Soft Power*, refletidos nas Olimpíadas de Pequim de 2008, na BRI, e no patrocínio de novas organizações multinacionais acopladas aos BRICS como o *New Development Bank* e o *Asian Infrastructure Investment Bank*. O histórico papel de centro cultural, político e econômico na região, o sentimento de excepcionalidade e o “século da vergonha” impulsionam a China a reassumir seu papel (Roy, 2013).

Em função de ser uma economia pujante e um rival tecnológico, há uma verdadeira e autêntica preocupação quanto à evolução dos acontecimentos entre EUA e China<sup>35</sup>. Holmes e Yoshihara (2008) alegam que “*China’s rise and its march to the seas will likely resurrect concerns about naval competition and conflict that have not been seen since the early twentieth century*”. Com efeito, a recém adquirida capacidade de construção de navios aeródromos parece preocupar o atual *hegemon* marítimo. Enderwick (2018) aponta que a BRI compreende objetivos econômicos (diminuir de custos de importação e exportação, aumentar sinergia entre os países que compõem a cadeia de suprimentos da indústria chinesa, desenvolver regiões mais pobres da China, exportar o excesso de capacidade da indústria chinesa para outros países, a fim de garantir a manutenção do nível de crescimento), e estratégicos (padronização tecnológica nos países anfitriões, disseminação da cultura e da língua, facilidade de transporte de produtos, matérias primas e militares). Nesta vertente, Callahan (2016) comenta que, para muitos líderes do Partido Comunista Chinês (PCC), o modelo adotado pela China desbancará a “*corrupt and ineffective*” ordem mundial da hegemonia americana.

---

<sup>33</sup> A China ficou fechada à influência externa desde meados do século XV, quando o imperador Xuande da Dinastia Ming terminou com as navegações iniciadas pelo almirante Zheng He. (Kissinger, 2012)

<sup>34</sup> O nome China (Zhong Guo) significa aís Central, ou Reino do Meio. Na concepção chinesa, a China é o centro do Mundo, e é com esta concepção que funciona a formulação de sua política externa.

<sup>35</sup> Comparando o sentimento entre EUA e China com o mesmo existente entre Esparta e Atenas na Guerra do Peloponeso, Roma e Cartago nas Guerras púnicas, Inglaterra e Império no final do século XVII, Reino Unido e Alemanha nas Guerras Mundiais.

Segundo Montaperto (1995), ainda na primeira metade dos anos 1990, o orçamento com defesa chinês mais que dobrou, levando seus estrategistas a focar em dois objetivos distintos e correlacionados: um imediato e tático (soberanias de territórios como Taiwan e desequilíbrios no Mar do Sul da China) e outro de longo prazo e estratégico (criar opções militares, econômicas e políticas que permitissem maior voz em um mundo pós-Guerra Fria). Foi exatamente este sentimento de “isolamento imposto” que motivou a citação, na Estratégica Nacional de Defesa da China, de políticas unilaterais dos EUA, da busca por independência em questões de segurança da União Europeia, da expansão da OTAN pelo leste europeu, do fortalecimento do arsenal nuclear da Rússia e da instabilidade nos acordos nucleares do Irã (*Joint Comprehensive Plan of Action – JCPOA*) no panorama estratégico chinês. A projeção de tropas anfíbias por parte da marinha chinesa, portanto, estaria circunscrita aos territórios reconhecidos e reclamados.

A postura mais assertiva do Japão, o crescente investimento em armas e sistemas inteligentes pela Austrália, e a atuação combinada entre os Estados Unidos e a República da Coreia seriam desestabilizadores regionais à concepção de cooperação encabeçada pela *Shanghai Cooperation Organization (SCO)*. Além disso, problemas com movimentos separatistas em Taiwan e no Tibet, a soberania sobre recifes e ilhas, o terrorismo, ameaças espaciais e cibernéticas e pirataria são considerados riscos à segurança. Tendo a paz e a harmonia como base, a China prega uma estratégia peremptoriamente defensiva (conceito de defesa ativa, similar ao observado no desenvolvimento do exército russo ao longo dos séculos XVII a XX<sup>36</sup>), focando em sua soberania nacional e integridade territorial.

A projeção econômica chinesa e sua dependência marítima para importação e exportação “*firmly upholds freedom of navigation and overflight by all countries in accordance with international law and safeguards the security of sea lines of communication*”. A guinada ao mar para um poder terrestre clássico, que durante séculos impediu contatos marítimos, é uma questão crucial à sua sobrevivência, que se deve aos recursos no mar territorial (constantemente em disputa), comércio internacional e construção de navios, problemas de importação de energia em níveis adequados à manutenção do crescimento<sup>37</sup> e a uma interpretação mahaniana da sua postura estratégica no mundo. Geopoliticamente dependente de diversos locais para garantir seu sustento, a Marinha Chinesa (*People’s Liberation Army Navy – PLAN*) “*has extended*

---

<sup>36</sup> Em artigo publicado pelo autor na Revista Marítima Brasileira, estuda-se os efeitos administrativos e logísticos que as guerras dos séculos XVII a XX tiveram como consequência na evolução do Exército Russo.

<sup>37</sup> O ministro dos transportes chinês em 2005 afirmou que deveria ser construída uma frota nacional de navios mercantes capaz de conduzir no mínimo 50% do petróleo utilizado internamente.

*training to the far seas and deployed the aircraft carrier task group for its first far seas combat exercise in the West Pacific*”, mantendo uma força-tarefa para escolta de navios desde 2008 no Golfo de Aden (Cheng, 2011), já que boa parte do petróleo importado vem do Oriente Médio, particularmente Iraque e Arábia Saudita<sup>38</sup>. Além disso, realizou uma evacuação de cerca de 900 não combatentes do Iêmen em março de 2015, visitou 43 países e prestou apoio de saúde para mais de 230 mil pessoas com seu navio hospital *Ark Peace* incluindo Chile, Venezuela, Antígua, Barbuda, Granada, e República Dominicana<sup>39</sup>. Claro está que a PLAN decidiu por uma abordagem global levando paz e harmonia, contrapondo-se ao *power politics* norte-americano, cujos exemplos mais recentes são permeados por guerra e dominação.

Com uma preocupação especial com os sistemas de comando, controle, computação, comunicação, inteligência e interoperabilidade (C<sup>4</sup>I<sup>2</sup>) no combate, e após o estudo da atuação das tropas norte-americanas nos conflitos no Iraque e na ex-Iugoslávia, o *People’s Liberation Army* (PLA) percebeu a importância dos sistemas no gerenciamento da Batalha. A China, desde o início dos anos 1990, tem focado no desenvolvimento de C<sup>4</sup>I<sup>2</sup> e, conseqüentemente, na integração entre as Forças Armadas (Cozad, 2016). Além das operações *anti-access/area denial* (A2/AD), altamente controladas por sensores e controles automatizados, o PLA reforçou a importância de operações conjuntas, com alto nível de coordenação sistêmica, refletindo na criação, em 1992, de uma Força de Resposta Rápida (*Rapid Reaction Force – RRF*) com o nome de *Resolving Emergency Mobile Combat Forces* (REMCF), vocacionada a atuar na defesa de fronteiras, conflitos armados internos, garantia da lei e da ordem, e assistência em desastres. Em 1997, esta força já contava com cerca de 300 mil homens, envolvendo tropas de todas as Forças Singulares, abarcando, entre outras, a capacidade de desembarques anfíbios. A subordinação desta REMCF é diretamente ao Comitê Central Militar (órgão similar ao nosso Ministério da Defesa).

É notória a utilização do conjugado anfíbio chinês na manutenção de seu território, e da estabilidade e perenidade de sua cadeia de suprimentos. Sua força expedicionária, a REMCF, contendo elementos de todas as Forças Singulares, garante a versatilidade para cumprir todas as tarefas de um conjugado anfíbio. A segurança nacional chinesa está muito mais voltada para a defesa territorial que para o ataque extra-territorial (como sói ser em poderes terrestres), havendo, nas últimas décadas, um movimento de expansão da área de atuação. Tanto

---

<sup>38</sup> O uso geopolítico da PLAN é claro, bem como de seu braço terrestre, o *People’s Liberation Army Navy Marines Corps* (PLANMC – aqui preferiu-se por descrever o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha Chinesa em inglês, uma vez que a sigla para seu nome original *Zhōngguó Rénmín Jiěfàngjūn Hǎijūnlùzhànduì* não seria grafada como normalmente aparece nos trabalhos).

<sup>39</sup> A capacidade de projeção e poder da marinha chinesa engloba, portanto, tanto o *soft* quanto o *hard*.

Taiwan quanto as Ilhas Diayou e Kurill, como as ilhas e recifes do mar do Sul da China, além de outras ilhas mais a leste do Japão estão dentro de seu conceito de segurança (proteção) nacional, compondo duas linhas de ilhas (na primeira ficam o Canal Bachi e o estreito de Miyako, entradas para o Mar do Sul da China). O movimento de *retrenchment*, aliado à diminuição da influência do *soft power* norte-americano na região (fim do *Trans-Pacific Partnership*, por exemplo) aumenta as tensões (Stavridis, 2019), mas não chega a transformar a força defensiva chinesa em uma força imperialista (a *Belt and Road Initiative* é uma comprovação disso). Manter a capacidade de ocupar e manter estas ilhas é crucial não só para a projeção do poder militar chinês, como também para a defesa do seu território (Gady, 2019).

A recente construção de uma base no Djibuti em 2017 e sua paulatina expansão (Sutton, 2020) é uma amostra da necessidade chinesa de manter a segurança de sua cadeia de suprimentos e conseqüentemente seu nível de crescimento econômico, sobretudo no que tange às suas debilidades energéticas. Claro está que, apesar de defensivo, o conjugado anfíbio chinês mostra-se pronto para manter o controle de *chokepoints* (Golfo de Aden, Canal Bachi, estreito de Miyako, e outros definidos pela geografia insular das camadas defensivas do território chinês), sendo possível admitir que ele está dividido entre duas vertentes estratégicas: as águas territoriais dentro das linhas insulares, e as linhas de comunicação marítimas globais, diretamente influentes na economia chinesa, o “*mare incognita*” (Cheng, 2011).

A China não possui um histórico de colonização com investimento do aparato estatal como as antigas potências européias, tampouco de imperialismo ou dominação fora do que considera suas fronteiras naturais, seu *lebensraum*. Muito pelo contrário. Ao ser dominada, a China sempre teve uma postura de “transformar” a cultura do conquistador, demonstrando os benefícios da assimilação cultural e sua superioridade tecnológica, tornando-o em outro chinês (Kissinger, 2012). Mesmo no período de ditadura maoísta, o Reino do Meio não engajou posturas de dominação pura com meios militares, vindo a ajudar países em sua periferia mais por motivos ideológicos que por motivos estratégicos (como foi o caso da Guerra da Coréia e do Vietnã).

Com o aumento da influência econômica chinesa nas mais variadas paragens, e a necessidade de manutenção de novos *chokepoints*, o conjugado anfíbio chinês é utilizado, como o de *Seapowers*, no controle de áreas marítimas como observamos no Golfo de Adam e no chifre da África, ao mesmo tempo que contribui com a estabilidade nacional e mitigação de desastres naturais. O que se observa nas últimas décadas é uma aplicação defensiva direta dos conceitos de Mahan dentro da Estratégia de Segurança Nacional, seja para garantir a soberania do território, seja para defender bases avançadas, tarefas que se encaixam dentro das típicas de

*Seapowers* (controle de área marítima e projeção de poder sobre terra). Com uma população de 1,38 bilhões, e um produto interno bruto que foi multiplicado por treze em 20 anos, é justificável que a presença da esquadra chinesa seja crescente e, com ela, seus fuzileiros navais.

A Rússia talvez seja o mais icônico dos poderes terrestres. Forjada por batalhas e revoluções, mantém uma estrutura aristocrática, com um homem forte no poder, e uma visão ilimitada e revisionista de seu “entorno estratégico”<sup>40</sup>. As ameaças de *raids* dos povos “bárbaros” das periferias (sobretudo tártaros vindos da Ucrânia) motivou uma revolução profunda e uma constante tentativa de resolução dos problemas logísticos desde o final do século XVII. Problemas que apenas foram solucionados com a implantação de novas tecnologias navais pelo então monarca. Pedro Romanov, resolvendo por “europeizar” seu império, empreendendo uma viagem prospectiva a fim de desenvolver uma marinha nacional. Focando sua pesquisa nos estaleiros do Tâmis, estudou na prática a construção dos navios ingleses em Londres, de onde voltou à Rússia com construtores, materiais e ideias. O desenvolvimento de uma marinha permitiu que os soldados russos deslocassem pelos rios até Azov, travando ferrenha batalha e vencendo os tártaros.

Estabelecendo o Regimento Marítimo (embrião de sua infantaria de marinha hodierna) em 1705, logo após sua vitória na campanha de Azov, Pedro Romanov tinha em mente garantir o controle e a manutenção dos principais *chokepoints* de aproximação e saída do território russo (Carroll, 1977), o que apenas foi efetivamente constituído após a Batalha de Poltava contra os Suecos, em 1709. A Marinha Russa também promoveu vantagens competitivas durante a Guerra do Norte contra a Suécia. As expansões de Catarina, com a anexação da Criméia no final dos anos 1790, os direitos de navegação por Bósforo e Dardanelos e a crescente atuação dos portos de Odessa e Sebastopol só vêm ao encontro da missão inicial da Infantaria Naval Russa, qual seja assegurar o controle da área marítima que ofereça passagens ao território russo (ou seja, a defesa do território), fugindo do tradicional uso do conjugado anfíbio de *Seapowers*. Mesmo a expansão territorial russa motivada sobretudo por Catarina foi movida aos passos dos soldados e não pelos navios como no caso britânico.

---

<sup>40</sup> De acordo com Fiory (2013), o entorno estratégico é a “região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar, o que inclui a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul”. Na visão do autor deste tomo, os termos influência e liderança precisam ser melhor definidos, vez que, olhando-se os maiores parceiros comerciais do Brasil (segundo a Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior – ABRACOMEX – China, Estados Unidos, Países Baixos, Argentina, Japão, Chile, México, Alemanha, Espanha e Coreia do Sul representam, nesta ordem, os dez maiores parceiros comerciais brasileiros) apenas dois fazem parte deste entorno. É fácil se perceber que hipotéticas rachaduras na instabilidade do Estreito de Málaga, a viabilidade de transporte marítimo pelo Ártico ou mares do Pacífico que se transformem em desastres no Japão e Coreia do Sul acabam por ter consequências muito mais desastrosas à nossa economia que possíveis *coup d'état* em Angola ou Equador.

A Infantaria de Marinha Russa serviu de apoio na tomada da Criméia, sendo utilizada pela primeira vez por Pedro o Grande em 1705, e depois contra os suecos na Grande Guerra do Norte (1700-1721), holandeses (1717) e franceses (1798-1815 e 1853-1856), quando o regimento marítimo foi posto à disposição do exército na contenção e expulsão dos franceses do território russo, e na Guerra da Criméia em meados do século XIX. A primeira guerra no século XX em que participou foi a Russo-Japonesa, que contou com a malfadada excursão da esquadra russa de São Petersburgo até Tsushima em 1905, quando o Império Russo já enfrentava problemas políticos, econômicos e sociais. Na verdade, a degradação da Marinha Imperial Russa foi mais um dos reflexos da má administração Romanov no início do século XX.

A Guerra contra a Finlândia (1939) apresentou uma larga atuação dos fuzileiros navais russos, contando com cerca de vinte desembarques (Carrol, 1973). Além disso, o *Morskaya Pekhota* teve grande participação nas Guerras Mundiais, tendo realizado operações anfíbias sobretudo para o corte do fluxo logístico nazista e na contribuição para a movimentação estratégica de tropas (Lewis, 1977). O emprego dos fuzileiros navais russos teve, portanto, uma postura defensiva, tal qual a chinesa, já que, na concepção tanto dos romanov quanto de Stálin (e de certa forma dos seguintes), a manutenção do território apenas poderia ser conseguida a partir de uma constante ativação do binômio expansão e povoamento. Seja pela geografia (portos russos que ou estavam delimitados pelo gelo do Ártico, pelos ingleses no Báltico, ou pela Turquia/Inglaterra em Bósforo/Dardanelos), seja por sua concepção estratégica terrestre (em comparação aos outros países europeus, a Rússia apenas estruturou uma Marinha de Guerra no fim do século XVI, e as invasões “bárbaras” foram sobretudo terrestres), o conjugado anfíbio russo foi legado à defesa de seu território e à dissuasão de ataques ao solo pátrio, tendo sido incorporado ao Exército Vermelho no rechaço à *Barbarossa*. A nova concepção do poder militar soviético, e a necessidade de garantir o controle sobre os países do leste europeu, pôs um fim momentâneo na atuação mais assertiva da Infantaria de Marinha Russa.

O maior interesse pela projeção de poder soviético só veio após a morte de Stálin<sup>41</sup>, e a denúncia de seus crimes por Nikita Krushev em 1954. O pensamento stalinista de concentração máxima das decisões refletia-se em sua relutância de projetar *hard power*, mesmo em ajuda de outros países comunistas ou que enxergassem no comunismo uma forma de libertarem-

---

<sup>41</sup> O stalinismo (e o czarismo) foi muito mais nocivo ao povo soviético (que apesar da rápida conversão de um país agricultor e rural para um industrializado urbano, e as benesses sociais que disso podem advir, precisou passar por coletivizações, expurgos, fome e prisões que dizimaram a vida de milhões de pessoas)<sup>41</sup> que à Ordem Mundial de Potsdam-Bretton Woods, apesar do advento da Bomba Atômica, das crises de abastecimento de Berlim, da exportação do modelo soviético ao leste europeu por meio de força militar coercitiva, e da corrida armamentista.

se de jugos coloniais<sup>42</sup>. A verdadeira projeção de poder soviético por meio de um conjugado anfíbio veio apenas no governo Krushev, que impressionado com o desdobramento político e estratégico do desembarque norte-americano no Líbano em 1958 e com o mal sucedido estabelecimento de mísseis em Cuba em 1962 (Cliff, 1971), decidiu-se por impulsionar o reestabelecimento da *Morskaya Pekhota* (Infantaria Naval) em 1963, após terem sido “extintos” em 1956.

Polmar, Brooks e Fedoroff (2019) recriam, em uma excelente biografia, a vida, obra e legado do Almirante S. G. Gorshkov, visionário que, após um profundo estudo do inimigo, das potencialidades soviéticas e da história dos *seapowers* e *continentalpowers*, modernizou e reestruturou a marinha soviética, dando a ela uma abrangência global em contraposição à marinha norte-americana. A Guerra Fria quebrou o paradigma na tradição defensiva. A ascensão do Almirante Gorshkov, militar com uma “reputação por ter foco em inovação”, foi responsável pela revisão da atuação estratégica da marinha e dos fuzileiros navais russos, sobretudo por acreditar que combates militares ocorreriam mais amiúde, diferentemente do *stablishment* militar soviético, crentes que “uma guerra convencional – inclusive campanhas navais – era impossível na era nuclear”.

Em 1963, foram reestabelecidas as unidades de fuzileiros navais nas esquadras do Pacífico e do Báltico, e em 1966, nas do Mar do Norte e do Mar Negro. Os fuzileiros russos participaram, já em 1964, de exercícios conjuntos do Pacto de Varsóvia, de acordo com matéria de capa da revista *Krasnaya Zvezda*. As esquadras soviéticas passaram a contar com meios navais que as habilitavam a realizar desembarques anfíbios, e, na década de 1970, já com cerca de 12.000 militares, os fuzileiros navais contavam com embarcações de desembarque com colchões infláveis (*air-cushion landing craft*). Ex-comandante de destacamentos de fuzileiros em Azov durante a Segunda Guerra, Gorshkov compreendia a importância dos fuzileiros navais em aventuras no Terceiro Mundo (em áreas sob esfera de influência não definida ou ávidas por receber apoio militar e financeiro para a construção de seus projetos de país) e na defesa do território soviético. No primeiro, sobretudo, a presença dos fuzileiros navais como tropa eforçaria o compromisso da URSS com o país anfitrião, servindo para dissuadir medidas militares, econômico-sociais ou políticas naqueles países.

---

<sup>42</sup> A falta de pronta ajuda à Coreia do Norte e ao Vietnã é uma amostra da concepção stalinista de comunismo em um só estado e do temor que uma derrota militar pudesse por em xeque sua liderança incontestada dentro do Comitê Central, mesmo após sua atuação vexatória nos primeiros dias da Barbarossa (Clark, 1965).

A necessidade de proteger aliados em todo mundo, e dissuadir a Marinha Norte-Americana através da diplomacia naval<sup>43</sup>, motivou Gorshkov a distribuir a Marinha Soviética em diversos pontos do mundo, contribuindo tanto para demonstrar sua capacidade de permanência, quando dissuadir aliados dos norte-americanos de seus intentos<sup>44</sup>. A partir de 1964, a Marinha Soviética passou a adquirir (por meios financeiros, e não por meios violentos, bastante diferente dos poderes marítimos) diversos portos que a ajudariam na logística de seus meios e no controle de área marítima (Iraque, Iêmen, Síria, Iugoslávia, Argélia, Somália e Angola). Nesse mesmo ano, um grande programa de reconstrução de capacidades anfíbias foi iniciado, focando na construção de “navios de desembarque, helicópteros de grande porte, e o primeiro de três navios aeródromos de 40.000 toneladas”, alargando as capacidades soviéticas de projeção de poder, e, mais importante, alinhando-se na concepção do *zeigeist* da Guerra Fria. É difícil ignorar a importância de operações anfíbias durante a era nuclear (Weiland, MccGwire e McConnell, 1974).

Com as tarefas de realizar “desembarques anfíbios, manter cabeças de praia conquistadas impedindo contra-ataques, conduzir transposições de curso d’água e defender bases navais”, os fuzileiros soviéticos chegaram, em 1973, a 14.500 homens aptos a serem projetados em qualquer local de interesse da União Soviética, sobretudo em locais que representavam sensibilidades energéticas (caso do Oriente Médio) e defensivas (todo o território compreendido pelo “cordão sanitário”, somando-se África e Oriente Médio), mesmo na concepção terrestre e concentrada russa de defesa (uma contraposição à *Spykman*, só vindo a sair do padrão durante a crise dos mísseis de 1962, e, mesmo assim, como contraponto aos *Jupiter* americanos). O Regimento Marítimo de Pedro o Grande continuava, em 1977, com característica de pequeno porte, vocacionado ao desembarque anfíbio, e com pequena capacidade de projeção fora do território soviético (Lewis, 1977), em detrimento das crônicas limitações logísticas, herdadas desde o czarado (Jesus, 2020) e não mitigadas durante o período de Lênin a Brezhnev. Na

---

<sup>43</sup> No capítulo 10 de seu livro *Seapower*, Geoffrey Till elucida que, apesar da pífia ou nula abordagem sobre diplomacia naval pelos estrategistas marítimos clássicos, cuja preocupação estava claramente legada aos combates e guerras navais, os estrategistas contemporâneos, mais afeitos às complexidades da era nuclear e dos efeitos da *deterrence*, formularam diversos conceitos sobre este elemento fundamental da Diplomacia. O “mostrar bandeira” deve ser encarado em conjunto com a capacidade de projeção de poder nacional (logística, permanência/presença, qualidade tecnológica, formação de parcerias e alianças, coerção e *endurance* dos recursos humanos). Além disso, mesmo com a profusão da guerra espacial, dos *drones* e dos sistemas de controle de área marítima, navios ainda constituem uma respeitável porção do *hard power* que tem capacidade de gerar considerações estratégicas, mesmo não estando em águas territoriais.

<sup>44</sup> Fator intrínseco da Diplomacia Naval e característica do Poder Naval, a presença de navios nos diversos oceanos do mundo era uma amostra da capacidade tecnológica, do *endurance* dos marinheiros, e da capacidade de projeção de poder global. De acordo com Till, 2003, os fuzileiros navais são capazes de cumprir com os três blocos da guerra concomitantemente: operações humanitárias, conflitos clássicos, e manutenção da paz.

verdade, tanto a corrida espacial quanto a nuclear sugaram recursos para áreas politicamente mais atraentes, permitindo que o som ensurdecedor dos foguetes e o silêncio aterrorizante dos submarinos falasse mais alto como principal elemento de dissuasão.

Os fuzileiros soviéticos representaram, portanto, uma nova concepção de guerra entre superpotências, uma vez que tentava evitar uma Guerra Total<sup>45</sup> cuja combinação com a Era Nuclear teria o potencial de por fim à raça humana. O planejamento russo consistia em garantir que guerras limitadas pudessem aproveitar o *fait accompli*, permitindo que a dissuasão evitasse os confrontos (Cliff, 1971). A Infantaria Naval passou a estar presente em situações mais ordinárias, que precisassem garantir a maior assertividade de propósito (ou seja, o desejo de efetivamente ocupar terreno e manter o controle de cabeça de praia em contribuição ao controle de área marítima), como projeções anfíbias em Suez, exercícios no Mar Tirreno, visitas à Cuba e Tripoli durante as instabilidades da Líbia em 1969, concentração estratégica e embarque de meios em Sebastopol durante a Guerra do Yom Kipur (Goldstein e Zhukov, 2004). A queda da União Soviética e as crises social e política (além da econômica) que se seguiram (e, de certa forma, ainda seguem) tomou de certa letargia a projeção de poder russa. Fukuyama (1989), por algum tempo, esteve certo, e o mundo passou a perseguir um ideal unipolar de política e economia.

Na atualidade, a postura estratégica do Kremlin, motivada por seu passado grandioso, ortodoxia russa (Huntington, 1996) e certa nostalgia da Guerra Fria, e positivada em diversos documentos estratégicos oficiais, ressucitou a *Power Politics*. Credo em uma “acirrada competição por recursos, mercados e rotas de transporte”, uma nova ordem mundial, com “instabilidades regionais e globais” está em ascensão. É esta competição por recursos que tem motivado a guinada para o Ártico (Devyatkin, 2019), e a continuação da política soviética (e czarista) de criar estados tampão em sua periferia, controlando-os política e economicamente (Schindler, 2019), sobretudo nos pontos de maior fragilidade, explicando a retomada da Ucrânia (European Union, 2017)<sup>46</sup> e o estabelecimento de bases militares nas ilhas do Ártico.

No intuito de mitigar as limitações econômicas, rearranjos e reposicionamentos de tropas, cortes orçamentários e diminuições no efetivo militar em bases fora do território foram efetivados. Com foco no desenvolvimento de submarinos, falta de apoio financeiro para

---

<sup>45</sup> Concepção de Guerra Total de Ludendorff acabou sendo aplicada aos perigos de embates entre as superpotências não pelo grau de envolvimento da economia no embate, mas sim pela destruição que uma guerra nuclear poderia causar.

<sup>46</sup> A Rússia continua sendo um poder revisionista por excelência. Mas, partindo da história, a questão defensiva sempre esteve bastante presente nas maquinações estratégicas dos poderes terrestres. Assim como a Prússia (desde Frederico I, quando ainda eleitorado de Brandemburgo, até Guilherme I e a campanha contra a França de 1871) e a França (desde os gauleses), a manutenção das fronteiras tornou-se prioridade.

construção naval<sup>47</sup> e para a manutenção de suas diretivas estratégicas, a Rússia mantém capacidade expedicionária em suas bordas territoriais, não possuindo *hardware* suficiente para uma adequada projeção de poder global por meio de sua Infantaria Naval<sup>48</sup>, mantendo pesado investimento em operações psicológicas e de sistemas<sup>49</sup>. Aliás, “*a blue water naval warship, capable of successfully operating in the open ocean, is one of the most expensive military units that can be built*” (Evitts, 2019). A capacidade dissuasória da Marinha Russa, em decorrência do maior alcance e da melhor acurácia de mísseis de longo alcance<sup>50</sup>, parecem ter minado as tarefas defensivas do conjugado anfíbio russo, servindo, ultimamente, para a ocupação de ilhas no ártico devido ao degelo daquele oceano e à consequente descoberta dos recursos nele escondidos. É plausível, portanto, considerar que a menor disponibilidade financeira e problemas internos estejam diretamente ligados à menor propensão de projeção de poder fora dos territórios fronteiriços, historicamente necessários à segurança.

A Doutrina Marítima da Federação Russa ainda prega como um de seus objetivos “*defend the territory of the Russian Federation against aggression from the ocean and the sea, safeguarding the Russian Federation state borders on the sea*”, sendo um de seus interesses “*operation of vital sea lines of communications*”. Tudo indica que, voltando a ser uma marinha de águas marrons após o fim da URSS, a Infantaria Marítima da Federação Russa do século XXI focará, como uma marinha de poderes terrestres, na defesa de seu território (Person, 2019), controlando *chokepoints* e áreas marítimas caras à sua defesa<sup>51</sup>. Apesar das críticas<sup>52</sup> ao novo

<sup>47</sup> NDC Ocasional paper 17 – Defense Reform in russian navy

<sup>48</sup> Boston e Massicot (2017) elencam 10 características chave do modo russo de fazer Guerra. Cabe que destaquemos cinco: “1. *Russia’s military is postured to defend its homeland and vital industrial and population centers*; 2. *Russia hopes to defend its territory and avoid decisive engagement with a peer or near-peer competitor*; 3. *Russia will attempt to terminate a conflict quickly, using a series of measures that aim to control escalation dynamics*. 4. *Russian and Soviet operations have involved a rapid, coordinated coup de main attempting to achieve campaign objectives in a very short period of time*; 5. *units can deploy by rail to quickly build ground combat power within Russia in response to a crisis*.” Daí se depreende que além do poderio econômico definir a realidade regional da estratégia russa, os antigos problemas logísticos desde o império ainda continuam.

9. *Russia has a limited number of long-range conventional precision strike capabilities that could be used against key operational and strategic targets, especially those at fixed, known locations.*

10. *On the ground, Russian tactics will likely reflect a heavy emphasis on massed indirect fires (particularly long-range fires), with the effects of these fires exploited by highly mobile vehicles with substantial direct fire capability.*

<sup>49</sup> De acordo com Heerdt (2020), a Rússia não possui nenhum navio-aeródromo em condições plenas de combate e apenas 21 navios-tanque. Os norte-americanos possuem 11 navios-aeródromos, 19 navios de desembarque de tropas, e 212 aviões-tanque; a China possui dois navios-aeródromos.

<sup>50</sup> Russian Studies Series 7/19 DOCUMENT REVIEW by Richard Connolly 1st Review of Russia’s strategy for the development of marine activities to 2030.

<sup>51</sup> Os estreitos turcos no Mar Negro e o Mar Cáspio, Mar de Chukchi, Mar de Bering, norte do Mar do Japão, Mar Siberiano/Laptev, a Ilha de Severnaya-Zemlya, Mar de Kara, Mar de Barents, Mar Báltico e Golfo de Bótnia certamente estão dentro do círculo defensivo russo. Os abraçados pelo círculo polar ártico, com o aumento da possibilidade de exploração do fundo marinho, crescerão de importância.

<sup>52</sup> Admiral Vladimir Kuroyedov, ‘My - Derzhava Okeanskaya’, *Krasnaya Zvezda*, 27 July 2002. Em 2002-12 Rudderless in a Storm: The Russian Navy 1992-2002 Tsyppkin, Mikhail Conflict Studies Research Centre

posicionamento da marinha russa, enquanto persistirem os problemas econômicos esta será a tendência<sup>53</sup>. Aliás, o pensamento corrente do mandatário é um reflexo da intenção constante russa de reativar o *staus quo ante*<sup>54</sup>.

Apesar disso, é notória a visão estratégica da federação Russa ao reclamar o Ártico, estabelecer bases militares em ilhas no Pólo Norte, e investir na construção de navios quebra-gelos nucleares. A capacidade de permanência e flexibilidade de seus submarinos e navios com propulsão nuclear, aliada a seus mísseis balísticos, a permitem projetar poder de fogo (mas não humano) em qualquer lugar do planeta, oferecendo uma constante ameaça ao *hegemon* norte-americano.

### 3.2 Conjugados anfíbios de *Seapowers*

“We shall fight on the seas and oceans.”

*Winston S. Churchill, 1940*

Conforme visto no capítulo anterior, apesar da liderança isolada, e agora solitária, do poder militar e econômico dos Estados Unidos da América (EUA), a saída desta potência para o mundo não foi marcada por voluntariedade comercial, tampouco pela conveniência diplomática<sup>55</sup>. Os Estados Unidos não podem ser considerados um Poder Marítimo, na visão *lambertiana*. Mas cabe que compreendamos o valor da histórica aliança entre Reino Unido (RU) e EUA), visto que “*collective security is an essential pillar of the UK’s overall security strategy*”<sup>56</sup>. Além disso, essa parceria secular, e bastante *corbetiana*, é essencial para a sobrevivência do Reino Unido como potência capaz de projetar poder de forma global, haja vista a necessidade, observada desde as guerras contra o Sacro Império Romano-Germânico, de integrar *ententes cordiales* com poderes terrestres<sup>57</sup>.

---

<sup>53</sup> Conforme visto em Bartles e Grau (2016), o Corpo de Fuzileiros Navais hoje está disposto em cinco brigadas (Esquadra do Pacífico, Esquadra do Báltico, esquadra do Norte, Esquadra do Mar Negro, Flotilha do Cáspio), possuindo poder de combate bem menor que uma brigada de exército.

<sup>54</sup> “I am convinced that we have reached that decisive moment when we must seriously think about the architecture of global security.” (Putin, 2007 – discurso na Conferência de Segurança de Munique)

<sup>55</sup> Dentro de seu “esplêndido isolamento” de Sallisburry, os EUA mantiveram-se neutros de grandes guerras, o que lhes permitiu agir livremente aumentando seu império colonial. Em duas vezes que entraram em guerra mundial, a motivação básica foi o ataque a seus navios e à fluidez de seu comércio internacional. Claro que a Guerra Hispano-Americana, o proto-embate ocorrido contra as belonaves europeias na questão Venezuelana, a expansão pelo Pacífico e o bombardeio a Tóquio demonstram que sua saída ao mundo nada ou pouco tinha de seus valores de liberdade e democracia.

<sup>56</sup> UK Defence Strategy, p. 5. Também citado no item 4.10 do JDP 0-20 – UK Land Power Doctrine

<sup>57</sup> A última guerra entre UK x USA ocorreu em 1812, quando este último teve a sede de seu governo incendiada. Nesta mesma época, a Inglaterra integrou (desde 1793) sete coligações com o intuito de impedir a disseminação da Revolução Francesa para outros países. Ressalte-se que ela foi a única potência a integrar todas as sete coligações. Mais tarde, durante a Guerra da Criméia, Inglaterra, Turquia (Império Otomano), Reino da Sardenha e França

O ambiente estratégico, na visão britânica, é composto por diversas variáveis: mudança na balança do poder (com a ascensão do poder econômico e militar chinês; aumento da influência regional e mundial de países emergentes como Brasil e Índia; a persistente influência russa nas decisões do sistema internacional sobretudo devido ao seu poder nuclear); mudanças climáticas (fator que aumentará a atuação dos militares em atividades benignas e de emprego limitado da força graças aos crescentes desastres naturais que levarão a instabilidades sociais, políticas e movimentos migratórios mais intensos); escassez de recursos (com os conflitos diplomáticos e militares que isto pode vir a causar); criminalidade e corrupção (impulsores de instabilidades sociais que podem vir a demandar a atuação militar); e tecnologia disruptiva (cada vez mais ao alcance de grupos paramilitares, não-estatais cujos intentos podem levá-los ao terrorismo e ao extremismo). Todas estas tendências demandarão largamente a atuação do conjugado anfíbio britânico, cuja atuação principal continuará a ser o combate:

The ultimate manifestation of this is its ability to fight the nation's wars – and war fighting remains the foundation of our national military capability. It also has a broader role in supporting our Government's wider interests and contributing to the nation's prosperity and stability through applying both hard and soft power.

To deliver both hard and soft power in pursuit of national security, prosperity and interests, the military instrument must be capable of fulfilling three overarching and interrelated functions, to:

- protect the UK mainland, our Overseas Territories and citizens abroad;
- actively shape the international environment to promote UK interests overseas and to enhance the UK's reputation and contribute to international security and stability;
- and
- respond to crises by projecting power to protect UK interests overseas and maintain international security and stability.<sup>58</sup>

A *National Security Strategy (NSS)* do Reino Unido (2015) é o reflexo pragmático e realista de um *Seapower* maduro, cujas expectativas estratégicas reúnem todas as potencialidades nacionais no intuito de se aproveitar das oportunidades do panorama global. Como “*trading nation*”<sup>59</sup>, afirma ser necessário que “*the sea lanes to stay open and the arteries of global commerce to remain free flowing.*” Como o último *Seapower State*<sup>60</sup>, compreende a importância

---

lutaram contra o Império Russo. Na primeira Guerra Mundial, contra todas as apostas, aliou-se à Rússia e à França contra aos dois impérios germânicos (a Prússia, agora com uma unificada Alemanha sob a bandeira do *2te Deutsches Reich* e a *Österreichisch-Ungarische Monarchie*). Na segunda guerra, uma aliança parecida tentou ser forjada, mas a prematura capitulação da República Francesa e o comunismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a levaram a uma aliança transatlântica contra o nazi-fascismo.

<sup>58</sup> Strategic Trend Programme 2035, p. 5.

<sup>59</sup> A vocação comercial dos bretões é essencial à sua sobrevivência, tornando-se tanto uma vantagem quanto uma desvantagem competitiva. A manutenção desta característica permite que o Reino Unido continue com sua estratégia militar de emprego preponderante do poder naval (com bloqueios comerciais, interdições de áreas marítimas e negação do uso do mar a partir da manutenção de chokepoints), enquanto se alia a poderes terrestres. Na primeira e segunda guerras, e nas guerras napoleônicas, possibilitar esta fluidez foi a estratégia principal.

<sup>60</sup> De acordo com o professor Andrew Lambert, os Estados Unidos seriam um Poder Terrestre cuja necessidade expansionista acabou motivando o desenvolvimento de sua marinha de guerra, bem como as teorias mahanianas de utilização do Poder Naval. Esta teoria pode ser comprovada pela diferença entre as estratégias dos Estados Unidos e Reino Unido.

de seu “*formidable development budget and soft power*” no intuito de garantir um mundo com menos ameaças à sua instabilidade econômica. Investir em alianças, trabalhar com Estados Unidos e França “*to deter or defeat our adversaries*” no intuito de “*reduce conflict, and to promote stability, good governance and human rights*”. Aumentar sua posição como líder mundial em *soft power* são preocupações autênticas de um Poder Marítimo<sup>61</sup>.

Há um forte peso de *soft power* na NSS britânica: gasto de 0,7% do produto interno bruto em ações assistenciais em projetos globais; utilização de diplomatas e instituições como *BBC World Service* e *British Council*; investimentos em alianças (militares e não militares); e foco no desenvolvimento de países e regiões frágeis. Esta abordagem em *full-spectrum* do Poder Nacional permite a união de esforços frente aos desafios do panorama global hodierno. Logicamente que a expressão militar se constitui no núcleo destes esforços: criação de duas *Strike Brigades*, com 5.000 homens, com capacidade de sustentação e permanência; uma força expedicionária de 50.000 homens em *Alert Expectance*; desenvolvimento de alianças e parcerias; e investimento em Forças Especiais (inteligência). Focando no fortalecimento das forças armadas e nas agências de inteligência, na positiva utilização do serviço diplomático e de alianças, e priorizando o combate ao terrorismo e ao extremismo, defesa cibernética e resposta a crises, a NSS tem por objetivos proteger as pessoas, projetar a influência global e promover a prosperidade.

Claramente o Reino Unido reflete sua cultura de *Seapower* nesta estratégia. Além de propor um aumento do papel da *Royal Navy* no patrulhamento de suas águas territoriais no intuito de deter ações terroristas (preocupação de deter o terrorismo no território e além-mar), o documento determina aprofundamento do conceito de rede global de segurança e inteligência estratégica, e reforço na capacidade e segurança internacionais coletiva dos aliados. Para isso, as forças armadas devem estar preparadas para conduzir missões de resgate e evacuação (na doutrina brasileira, evacuação de não combatentes – ENC), ataque, restauração da paz e estabilidade, e apoio e assistência humanitária. Os *Royal Marines* podem ser enviados a qualquer lugar do mundo, sem o consentimento do país anfitrião<sup>62</sup>, operando de forma a estarem inseridos no amplo espectro da manobra. A simbiose com a OTAN e as relações bilaterais são essenciais à segurança britânica, e relacionamentos bilaterais representam “a base sobre a qual todos

---

<sup>61</sup> Lambert (2018) enumera quinze características essenciais dos Seapowers States, das quais ressaltamos a priorização do poder naval sobre o terrestre; dependência de linhas de comunicação marítima, estando preparados para lutar por elas; utilização de medidas econômicas para destruir rivais; manutenção de bases além-mar para garantir a perenidade de recursos logísticos para sua marinha; e confiança aliados continentais, mantendo a guerra em terra com recursos e não soldados.

<sup>62</sup> Conforme o item 4.7 d do UK Maritime Power.

os aspectos da abordagem internacional é construída”<sup>63</sup>. O relacionamento RU-EUA, RU-FRA, RU-ALE e UK-JAP oferece diversos benefícios. Há ainda as Forças Expedicionárias combinadas (*Joint Expeditionary Force* - JEF com Dinamarca, Estônia, Letônia, Lituânia, Holanda e Noruega; uma JEF com a França e a força de resposta da OTAN). Mesmo possuindo dificuldades quanto à estruturação do componente de comando de Forças-Tarefa Marítimas e Forças de Desembarque combinadas atuando sob a égide da OTAN<sup>64</sup>, o Reino Unido não descarta esta atuação extremamente necessária à sua segurança nacional.

A necessidade explícita de estar na área de atuação (*forward deployed*), usar de ações preventivas e ter em mente as diferenças culturais tornam claros os objetivos marítimos de manutenção da *Commonwealth* e de outros territórios de interesse britânico<sup>65</sup>. Alianças e parcerias são fundamentais para a abordagem britânica de defesa e segurança<sup>66</sup>. Para o Reino Unido, as Forças Armadas devem ser empregadas no intuito de “*counter an imminent threat; diminish our opponents capacity to act; and influence situations by degrading an opponent’s will and capability to act and ability to make timely and effective decisions*” por meio da ruptura, destruição ou derrota do inimigo<sup>67</sup>. Conforme visto anteriormente, a Inglaterra, que, segundo Lambert, é o último poder marítimo da história, mantém os princípios característicos dos *Seapower States*<sup>68</sup> em sua Estratégia Nacional de Segurança.

O Poder Naval Britânico está inserido dentro da composição estratégica de manutenção da estabilidade e da manutenção da boa ordem do mar<sup>69</sup>, contribuindo no cumprimento de política humanitária<sup>70</sup> e com a função de apoio do Poder Terrestre, cujas atividades típicas envolvem manutenção da paz, prover serviços essenciais, e assistência humanitária e operações de resposta a desastres<sup>71</sup>. Os *Royal Marines* possuem um papel extremamente relevante contribuindo com recursos humanos e materiais adestrados também com este objetivo.

---

<sup>63</sup> UK International engagement strategy

<sup>64</sup> Uma pesquisa realizada pela RAND Corp. aponta a necessidade de o componente de comando ser estruturado utilizando-se elementos com experiência e especializados em operações anfíbias. Estas limitações no comando e controle de Forças Anfíbias devem ser mitigadas a partir da prática de jogos de guerra, exercícios e operações. (Germanovich et al., 2019).

<sup>65</sup> UK Future Navy Vision

<sup>66</sup> UK Defence Doctrine

<sup>67</sup> UK Defence Doctrine

<sup>68</sup> Das características elencadas por Lambert, vistas no capítulo 1, interessante que destaquemos que a Inglaterra enfatiza comércio marítimo, priorizam o poder naval ao poder terrestre, dependem de pontos focais marítimos e SLOC, e mantém um portfólio de bases espalhadas pelo mundo, em pontos que funcionam tanto para suporte logístico quanto para atuação estratégica.

<sup>69</sup> JDP 3-52 Disaster Relief Operations Overseas: the military contribution. P. 8.

<sup>70</sup> “[C]rises humanitárias e desastres podem evoluir com repercussões significantes, caso não sejam abordadas rapidamente”, sobretudo em países menos desenvolvidos, gerando “instabilidade política, desordem civil e agitações” - JDP 3-52 Disaster Relief Operations Overseas: the military contribution. P. iii.

<sup>71</sup> Item 4.10 do JDP 0-20 – UK Land Power Doctrine

O poder terrestre britânico também possui tarefas relacionadas a emprego limitado da força e atividades benignas, com o intuito de moldar o ambiente de segurança internacional<sup>72</sup>. Neste ponto, assim como a RRF Chinesa, o conjugado anfíbio britânico não se resume somente aos fuzileiros navais, mas engloba todas as Forças Singulares (*hard power*)<sup>73</sup> e outras agências e iniciativas diplomáticas (*soft power*). É a versatilidade e a adaptabilidade do poder naval britânico que permite que tropas prontas para o combate possam atuar em um largo espectro de tarefas e ações<sup>74</sup>. A função de segurança do conjugado anfíbio, sendo a mais empregada em missões de estabilização e de paz, devem vir em conjunto com “atividades estabilizadoras mais amplas”, permitindo uma mudança comportamental do governo e da população<sup>75</sup>, tal qual consolidado nos relatórios Brahimi e Capstone.

Há uma tendência de maior utilização de seus militares, mesmo frente aos desafios impostos pela urbanização das áreas litorâneas; sistemas que impedem o acesso e trabalham a negação de área marítima (uma indicação direta ao *A2/AD* chinês); a nebulosa área existente entre ameaças estatais e não-estatais; operações de ajuda humanitária; e apoio a desastres naturais ou não-naturais<sup>76</sup>. Depreende-se dos documentos analisados que o poder marítimo atual esteve, está e estará profundamente relacionado à projeção de poder em terra. Tendo em vista o ambiente atual, o poder anfíbio britânico estará cada vez mais dependente de tropas anfíbias (sejam elas pertencentes ao British Army ou aos Royal Marines), capazes de atuar em operações combinadas, preparadas para atuar em *full-spectrum*, e cômicas do *strategic big picture*. A tradição britânica de *Seapower State* continua. O Reino Unido, segundo sua doutrina de segurança nacional, efetivamente realiza operações em amplo espectro, utilizando todas as suas potencialidades diplomáticas, econômicas e militares, como se estivesse apto a realizar operações multidimensionais de imposição e manutenção da paz.

A concepção de operação expedicionária defendida pelas forças armadas do Reino Unido<sup>77</sup> e dos Estados Unidos da América<sup>78</sup> é muito abrangente. Com uma atuação global histórica, as marinhas de guerra de RU e EUA continuam esta postura. Os conceitos de Mahan e Corbett de manutenção de uma marinha espalhada por *chokepoints* pelo mundo em prol do controle das cadeias de suprimento e, conseqüentemente, controlando o comércio global,

---

<sup>72</sup> Item 1.4 do JDP 0-20 – UK Land Power Doctrine

<sup>73</sup> Item 1.5 do JDP 0-20 – UK Land Power Doctrine

<sup>74</sup> Item 3.8 e 3.10 do JDP 0-20 – UK Land Power Doctrine

<sup>75</sup> Item 4.9 do JDP 0-20 – UK Land Power Doctrine

<sup>76</sup> Strategic Trends Programme - Future Operating Environment 2035. p. 39.

<sup>77</sup> UK Maritime Power item 3.18

<sup>78</sup> Message from the secretary of the Navy in Secretary of the Navy Year 3 Strategic Vision, Goals and Implementation Guidance.

continua sendo a pedra angular da disposição dos conjugados anfíbios das forças navais de ambas. E, em ambas, o apelo pelo trabalho combinado<sup>79</sup> com aliados pelo mundo salta aos olhos<sup>80</sup>.

Se para os Estados Unidos da América do Norte é necessário aumentar a cooperação para a manutenção do equilíbrio do sistema, na Grã-Bretanha a cooperação serve para ajudar na contenção de vetores que “*threat us all, from terrorismo to climate change*”<sup>81</sup>. Uma “*robust constellations of allies and partners*” é necessária para “*prevail in conflict and preserve peace through strength*”<sup>82</sup>, corroborando com um conceito disposto por Lambert, de que Seapower States prezam ambientes cooperativos e democráticos. Há, no entanto, uma forte corrente de recrudescimento do isolamento americano e britânico (*retrenchment e Brexit*), cujos reflexos em suas doutrinas de segurança nacional ainda não foram positivados. O futuro há de mostrar como a história escreverá esta página onde, comparável ao período pré Grande Guerra, a sociedade anárquica mais uma vez se apresenta

### 3.3 Análise comparativa: recursos, desejos e destino

Cada país possui uma forma distinta de expressar as tarefas de seus fuzileiros navais, introduzindo em seus documentos estratégicos tanto o raio de ação de seus navios (um escopo mais ou menos centrado na projeção internacional) quanto suas tarefas específicas frente ao seu papel dentro do cumprimento dos objetivos nacionais. Apesar do mutante panorama global de segurança observado pelos países analisados<sup>83</sup>, o conjugado anfíbio é utilizado de forma distinta, observando tanto a história quanto o papel global ou regional adotado pelo respectivo país, alinhado pelas dificuldades e limitações impostas pelos crescentes custos de material bélico.

<sup>79</sup> O termo combinado segue a definição contida no item 2.6 do EMA-305 Doutrina Militar Naval: “empreendida por elementos ponderáveis de FA multinacionais, operando sob um só comando”

<sup>80</sup> O Prólogo da UK Maritime Strategy diz que em “*an era of almost unprecedented change characterised by complexity, instability, uncertainty and the pervasiveness of information*”, é necessário “*work ever more closely with our sister Services and with our international partners*”. Em sua mensagem, R. V. Spencer pontua que uma “*America’s naval force is essential to defending the nation and its interests around the globe*”. Documentos expedidos em 2017 e 2020, as estratégias navais britânica e americana andam *pari passu*, mantendo constante a preocupação em relação a atores não-estatais, e o surgimento de desestabilizações. Mesmo assim, como consta na *National Defense Strategy* de 2018, “*Inter-state strategic competition, not terrorism, is now the primary concern in U.S. national security*”.

<sup>81</sup> Seguindo a vertente de Lambert de que Seapower States estão mais preocupados com valores caros a todos, problemas climáticos constam como ameaças a segurança nacional para o reino Unido. “*We will work with our allies in Europe and around the world – as well as seizing opportunities to reach out to emerging powers.*” p. 1

<sup>82</sup> Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America, p. 1.

<sup>83</sup> Invariavelmente, todos eles descrevem um mundo com mudanças estruturais, crescimento do terrorismo e extremismo, mudanças climáticas que afetarão a economia (EUA não aborda este ponto), ascensão de ameaças assimétricas que utilizarão avançadas tecnologias cibernéticas e desestabilizações sociais, políticas e econômicas com potencial de desestabilização global ou regional em decorrência da crescente globalização.

O século XXI, com as descobertas científicas e o aprimoramento da guerra de sistemas, já apresenta modificações na doutrina militar do conjugado anfíbio, contribuindo por enublar crescentemente os limites práticos entre as operações militares e as civis. Assim como as experiências de genocídio na ex-Iugoslávia e na África mudaram o escopo e a preparação de militares envolvidos em missões de paz das Nações Unidas, hoje os fuzileiros navais precisam estar prontos a atuar em uma miríade de eventos. O que se depreende do acima exposto é um fato observável desde o século XV e o início das grandes navegações: enquanto Rússia e China possuem uma inclinação maior para a utilização de seu conjugado anfíbio na construção de sua defesa territorial, o atual e único Poder Marítimo o utiliza na concepção de amplo espectro, envolvendo toda a capacidade nacional no desenvolvimento de alianças e na modelagem do panorama global mais favorável à sua estabilidade econômica.

Os Estados Unidos, Poder Anfíbio que consegue conjugar ambos modais, consegue realizar os dois. Após alcançarem a hegemonia militar com o fim da Guerra Fria, passou a ser um *benchmark*. Considerando Rússia e China como “poderes revisionistas”, os EUA acreditam que ambos estejam concorrendo para o objetivo de minar a ordem mundial estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial/Guerra Fria<sup>84</sup>, através da modernização tecnológica militar, manipulação de dados com fins a desestabilizar politicamente países (operações de informação, operações psicológicas e ações de guerra eletrônica) e crescimento econômico. *Rogue Regimes* (Coreia do Norte e Irã) seriam párias, cujo patrocínio a grupos terroristas e tentativas de desenvolver armamento nuclear contribuiriam para a desestabilização regional e mundial. Armas de destruição em massa e projeções no espectro eletromagnético compõem as possibilidades atuais de *Rogue States*. Além deles, atores não estatais, de posse de tecnologias disponíveis cada dia mais facilmente, e com capacidade de atuar dentro do próprio território, solapam o sentimento de segurança do solo nacional e, portanto, de confiança nas instituições.

A estratégia norte-americana aponta onze objetivos estratégicos, dos quais todos, direta ou indiretamente, se relacionam com operações expedicionárias. Defender o território nacional de ataques, por exemplo, pode ser cumprido a partir de escudos antimísseis e aumento de mecanismos de defesa ativa, ou através de submarinos nucleares dispostos pelo mundo, capazes de destruir cidades inteiras e oferecer dissuasão. Manter o balanço de poder regional e global pode se refletir tanto com o emprego de tropas fisicamente dispostas no terreno de países anfitriões, como com *Carrier Strike Groups* dispostos no litoral. Para a consecução destes objetivos, a *National Defense Strategy* define três abordagens estratégicas: aumentar a letalidade

---

<sup>84</sup> Compreende-se, com esta afirmação, que novos candidatos a *hegemon* pretendem questionar a ordem estabelecida pelo atual, tal qual o 2º Império Alemão questionou a hegemonia naval britânica.

das forças armadas (“*Our aim is a Joint Force that possesses decisive advantages for any likely conflict, while remaining proficient across the entire spectrum of conflict*”), reforçar as alianças e contruir novas (“*Our allies and partners provide complementary capabilities and forces along with unique perspectives, regional relationships, and information*”) e reformar os negócios do Departamento de Defesa (“*put in place a management system where leadership can harness opportunities and ensure effective stewardship of taxpayer resources*”).

A mudança do panorama estratégico, e das ameaças diretas à estabilidade mundial, com o fim da Guerra Fria e a “diminuição” de ameaças estatais<sup>85</sup>, gerou problemas operacionais durante algum tempo, exigindo uma reestruturação do exército (criado para permitir atuação em dois teatros de operação simultâneos) que atendesse de forma efetiva e eficaz as demandas oriundas das ações em amplo espectro (Vinson, 1998), sobretudo no que tange à formação de pessoal, à experiência dos oficiais mais antigos, e à falta de doutrina específica para a atuação de militares em operações benignas como ajuda humanitária e apoio a desastres (Johnson, 2002). A onipresença dos Estados Unidos tem sido discutida por muitos estrategistas e políticos<sup>86</sup>, levando a um movimento de *retrenchment*, que deverá ter consequências diretas na capacidade dissuasória das forças americanas, especialmente contra ações militares inimigas que visam objetivos que podem ser conquistados através de uma guerra limitada (*fait accompli*) (Frederick et al., 2020). Um *mix* de tropas preposicionadas em terra, em mar e poder aéreo não têm se mostrado bastante profícua para garantir as economias exigidas pelo orçamento, bem como uma revisão das capacidades do Exército e dos Fuzileiros Navais, devendo ser complementares, e não superpor-se (Kampsen, 1998).

A concepção estratégica de Nicholas Spykman contribuiu bastante para a disposição das tropas norte-americanas durante a Guerra Fria e após a queda da União Soviética. Mesmo com as crises econômicas da atual Rússia e de seus aliados, e com a antiga intenção de uma guinada para a Ásia (*pivot to Asia* do presidente Obama), os Estados Unidos mantêm boa parte de suas bases em países do leste europeu (como uma forma de dissuadir possíveis invasões russas) e na Ásia (sobretudo Coreia do Sul e Japão, como forma de dissuadir expansionismo chinês), envolvendo neste elegante plano a história e a cultura terrestre que rege as ações destes dois *continental powers*.

---

<sup>85</sup> Com efeito, as instabilidades interestatais acabam hoje por ser mitigadas pela capacidade de mútua destruição, seja por bombas atômicas, seja por munições cada vez mais potentes. Apesar de o terrorismo ser uma atividade histórica, as consequências das ações de grupos terroristas tendem a oferecer disrupções no panorama estratégico, quando atuantes em pontos focais (a morte do arquiduque Franz Ferdinand e os atentados ao *World Trade Center*, apesar de consequências distintas, serviram de ignição

<sup>86</sup> Estudo da RAND Corp, acima relatado, é um dos muitos que questiona a real necessidade de manutenção de efetivos além-mar.

A necessidade de se manter tropas em pronto emprego e atendendo requisitos adequados a fim de responderem de forma versátil exige largos recursos, e pressões populares impactam diretamente no número de tarefas dadas às Forças Armadas, que se refletem no nível de prontidão e na capacidade de projeção sobre terra (Pernin, 2013). Além disso, a manutenção de adestramentos em Operações de não-Guerra gera problemas quanto ao preparo do combatente para o combate e na operação de sistemas de armas de apoio (Johnson, 2009). Mesmo servindo como *benchmark*, e tendo desenvolvido diversas habilidades em decorrência das necessidades dos países anfitriões (ou não anfitriões), a preparação do Exército Americano passou a ser focada no *full-spectrum*, abordando os principais serviços hodiernos (geralmente não legados ao combate direto) e deixando de lado a preparação para a guerra *stricto sensu*.

Neste contexto, o Exército Americano, cogita a realização de operações de estabilização concomitantemente a operações de guerra, (uma divisão de exército é uma “unidade tática de execução do corpo de Exército”), combinando “tarefas ofensivas, defensivas e de estabilidade e defesa de autoridades civis”

A ascensão do poder híbrido, caso dos Estados Unidos, é um fato relativamente novo, datando da segunda metade do século passado e baseada em uma compreensão conjunta entre as teorias de Mahan, Corbett, McKinder e Spykman<sup>87</sup>. Ainda assim, compreendida a maior tendência do conjugado anfíbio da expressão militar do Poder Nacional Brasileiro<sup>88</sup>, percebe-se que, à exceção das missões na Itália, Angola e no Haiti, o conjugado anfíbio nacional garantiu, durante séculos, a unidade nacional e a defesa do território (sobretudo durante as revoltas coloniais, guerras contra napoleão, revoltas regenciais, guerra de independência e durante a república), muito mais se aproximando a um conjugado anfíbio de poderes terrestres que do poder marítimo.

---

<sup>87</sup> Os Estados Unidos concentraram suas bases no leste europeu, sul e nordeste asiático e Oriente Médio, mantendo sua concepção *spykmaniana* de fimbrias marítimas e contenção (desta feita não dos soviéticos, posto sua queda no início do século XX, mas de potenciais rivais, tanto no que tange à hegemonia mundial, caso da China, como às que oferecem ameaças a seus aliados (países europeus componentes da OTAN, e Israel), a concepção mahaniana de controle de chokepoints e negação do uso do mar, a de McKinder por considerar o perigo que compõe a aliança que pode existir unindo a Eurásia, e a de Corbett, transformando as fronteiras do inimigo (sobretudo as marítimas) nas primeiras linhas de defesa.

<sup>88</sup> Esta nossa característica formativa será melhor abordada no próximo capítulo.

#### 4. EVOLUÇÃO DO CONJUGADO ANFÍBIO NACIONAL

Consideradas as circunstâncias secundárias da vertente do Pacífico e a permeabilidade dos Andes, na vertente Atlântica é onde culminam os traços decisivos do facies político sul-americano. Cenário e atores assumem aí o máximo de exuberância em suas recíprocas relações. Maior extensão e diversidade do território. Mais largo e mais vivo contacto dos dois grupos étnicos. Maiores as influências exteriores, de além mar.

**Mário Travassos<sup>1</sup>, 1938**

Quando se vê como é a nossa participação em operações de paz, sobretudo no período mais recente — em Angola já foi assim, e, no Haiti, no Líbano e agora no Congo —, vemos que o Brasil aceita o emprego da força em função da produção de uma situação melhor para todos, desde que isso aconteça sob os auspícios das Nações Unidas.

**Antônio Ramalho<sup>2</sup>, 2014**

Com um histórico que remonta a chegada da família real dos Bourbon e Bragança a esta terra da Santa Cruz em 1808, o conjugado anfíbio brasileiro foi forjado a partir do enfrentamento de diversos desafios, sobretudo inerentes à manutenção da estabilidade social e à defesa de nossas fronteiras, como soem ser as tarefas clássicas de conjugados anfíbios de poderes continentais. Vimos que Rússia e China, no afã de contornar problemas lindeiros do passado, utilizaram e ainda utilizam suas tropas embarcadas, na manutenção de seu território (sobretudo do território que considera como seu, ou sua esfera de influência) e da estabilidade social, particularmente as que possam significar rupturas territoriais ou ameaças a sua cadeia de suprimentos. No Brasil, mesmo com seu início como tropa de linha, os fuzileiros navais ficaram bom tempo hibernando em seus quartéis, servindo mais como força de proteção de instalações navais que como a tropa que hoje se apresenta. Deve-se a concepção hodierna sobretudo ao Almirante Sylvio de Camargo, patrono dos Fuzileiros Navais, cuja perspicácia e visão de futuro permitiram delinear um Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) com o tamanho, tarefas e capacidade de projeção ainda não alcançados.

---

<sup>1</sup> Mario Travassos nasceu em 1891, no Rio de Janeiro. Era filho de general do exército e fez carreira militar. Foi o idealizador e o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Foi um dos primeiros geopolíticos do Brasil e provavelmente o primeiro geopolítico militar brasileiro. Mario Travassos participou da campanha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, junto com a Força Expedicionária Brasileira. Também fez parte da comissão que selecionou o ponto onde seria erigida Brasília. (Saboya, 2018).

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília desde 1993. Dirigiu o Departamento de Cooperação do Ministério da Defesa. Implantou o Centro de Estudos Brasileiros em Porto Príncipe, Haiti, do qual foi o primeiro diretor. Integrou a Assessoria de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e colaborou com a implementação da Estratégia Nacional de Defesa. Assessorou o ministro da Defesa na implantação do Instituto Pandiá Calógeras, do qual foi o primeiro diretor. Eleito por dois mandatos consecutivos de dois anos, implantou e dirigiu a Escola de Defesa da UNASUL, baseada em Quito. Sua pesquisa e produção científica concentram-se nas áreas de Teoria das Relações Internacionais, Segurança Internacional e Defesa Nacional. (Texto do Currículo Lattes)

Devemos considerar, contudo, que a vocação continental do Brasil é incontestável: território com imensas riquezas<sup>3</sup>, fronteiras sem demarcações naturais conspícuas e notórias<sup>4</sup>, histórico de conflitos com seus vizinhos<sup>5</sup> e intervenção de poderes europeus e norte-americanos<sup>6</sup>, além da falta de espraiamento de ideias democráticas na sociedade brasileira<sup>7</sup> impediram (e de certa forma ainda impedem) o desenvolvimento em ato pleno da potencialidade marítima nacional<sup>8</sup>. Isto fica refletido não só na dependência marítima para escoamento de produção, mas também na grande dependência tecnológica que enfrentamos em nosso parque de ativos marítimos<sup>9</sup> e navais, e nas tecnologias daí decorrentes, muitas de uso dual.

Veremos que o Brasil, sendo um poder continental, utilizou suas tropas anfíbias na defesa de seu território, conduzindo-as a uma projeção com vista a garantir a materialização de seus objetivos diplomáticos de longo prazo, apenas a partir da década de 1950, não exigindo o controle ou posse de territórios além mar. Desde a Tomada de Caiena em 1809, capital da Guiana Francesa, quando debutou como Força Expedicionária, o CFN evoluiu para uma configuração que o permite estar preparado para suspender em até 48 horas, no que não é acompanhado

---

<sup>3</sup> Para ficar em suprimentos minerais estratégicos, o Brasil é o segundo maior reserva de terras raras no mundo (com 16%, só perde para China que detém 40%, Andrade, 2014) e o décimo em potássio (muito utilizado como fertilizantes, Almeida et al. 2015). Com o aumento da preocupação com os danos nocivos ao meio ambiente derivado do processo industrial, a quantidade de água doce tende a ser uma preocupação (12% da água doce do mundo está no Brasil, mas cerca de 80% na região norte, que possui apenas 5% da população, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2020) mundial.

<sup>4</sup> Em visita a Corumbá, o autor precisou dar apenas um passo para passar do Brasil para a Bolívia, não havendo nenhum entreposto comercial, cabine de polícia ou vigilância. Esta mesma facilidade de transposição fronteiriça pode ser observada em outros pontos do território, sobretudo nos rios.

<sup>5</sup> As intervenções na Baía do Prata (realizadas particularmente pelos gabinetes imperiais para deter a conformação do Vice-Reinado do Prata e a ascensão de um poder que rivalizasse no cone-sul) deram ensejo a um sentimento de mútua desconfiança que ainda perdura, sendo apenas mitigado por uma pragmática diplomacia presidencial.

<sup>6</sup> Fatos ocorridos ao longo de nossa história (invasões francesas e holandesas no período colonial; a invasão do *USS Wyoming* pelo Amazonas e o imperialismo do *Bolivian Syndicate* durante a crise acreana apaziguada por Paranhos Jr.; invasões marítimas para pesca perpetradas por pescadores japoneses e franceses, estes últimos chegando a enviar navios para as águas jurisdicionais brasileiras e que acabaram por dar ensejo à Guerra da Lagosta) comprovam que, na sociedade anárquica, os únicos capazes de ditar o direito são os detentores da força.

<sup>7</sup> Diferente de diversas nações ocidentais, as grandes mudanças sociais e políticas do Brasil foram tratadas de cima para baixo, sem a necessidade de revoluções nacionais e populares (cujo fogo inicial era geralmente aplacado por tropas “da capital”. Isso pode ser observado nas revoltas cidadinas desde a chegada da família real, mas fica bastante evidente durante o período regencial e início do período republicano. Estas revoluções, apesar de significarem períodos dramáticos e traumatizantes da história nacional de qualquer país (a decapitação de um rei e sua esposa, a politização do terror como medida pública ou o fuzilamento de uma família não são lembranças facilmente esquecidas, independente da propaganda do governo vencedor) são de suma importância à compreensão dos ideais democráticos.

<sup>8</sup> Usa-se aqui a definição aristotélico-tomística de potência e ato. O Brasil é um Poder Marítimo em potencial, não o sendo, contudo, em ato. É necessário que haja um movimento de transformação da potência para o ato. A história da Marinha de Henrique VIII e Elizabeth I não parece possuir muita aderência à nossa realidade (comparar o desenvolvimento de uma Marinha em uma ilha é bem diferente de em um continente), mas observar outros exemplos parece ser bastante interessante como motivador deste necessário movimento.

<sup>9</sup> Longe de serem empresas privadas, os grandes construtores mundiais possuem convênios com o governo, leis que amparam a construção ou que forcem a utilização de meios de transporte autóctone como o *Jones Act* e os *Navigation Acts* de 1651, anteriormente citado.

por outros componentes essenciais do poder naval que contribuem na construção do conjugado anfíbio. Como capacidade multidisciplinar, este conjugado precisa evoluir além dos muros dos quartéis de fuzileiros navais e dos navios da esquadra, vinculando todas as facetas do Poder Nacional, militares e civis, em uma Grande Estratégia.

O presente capítulo focará na evolução histórica do conjugado anfíbio nacional, dando particular foco na ascensão silenciosa do Corpo de Fuzileiros Navais, particularmente com a concepção das missões de manutenção da paz. Conclui-se com a visão de que o CFN, para existir conforme hoje é concebido, precisa necessariamente de dois pontos: i) manter-se associado à Marinha do Brasil (MB), posto que há uma grave simbiose entre os soldados de mar e os marinheiros de terra, e as tarefas (contribuir para a negação do uso do mar e controle de área marítima) tanto de um quanto de outro são impossíveis de serem cumpridas não trabalhem eles em equipe; e ii) crescente e constante presença de tropas de fuzileiros navais em países que nos são caros, e que necessitam de nossa ajuda no que tange à utilização de meios materiais de força, tanto para estabilizar quanto para impedir ameaças à estabilidade nos países que conosco compartilhem a dependência de determinados *chokepoints* necessários ao nosso desenvolvimento econômico.

O primeiro ponto consubstancia a própria existência do CFN e da MB. Uma vez fora da Marinha do Brasil, ele deixará de ter capacidades de cumprir com suas tarefas institucionais, deixando de garantir plena resolução dos problemas militares que se apresentam e se apresentarão. A manutenção de corpos de infantaria nas marinhas é um reflexo da necessidade histórica de se possuir tropas habituadas à vida no mar e às idiossincrasias derivadas da Operação Anfíbia (OpAnf) “a mais complexa das operações militares devido à diversidade de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais”. Além disso:

[o] nível de especialização para as OpAnf recomenda priorizar o emprego de tropa anfíbia, de caráter expedicionário, constituídas por elementos especificamente treinados, adaptados a vida de bordo e dotados de equipamentos especialmente desenhados para o seu embarque e desembarque. (Brasil, 2020)

. O segundo ponto é uma clara tendência das tropas de infantaria de marinha nos *Continentalpowers*, e, dadas as históricas querelas diplomáticas brasileiras<sup>10</sup>, uma necessidade

<sup>10</sup> Sem dúvida, o Brasil, desde a chegada da família real, pretendeu expandir sua influência, mas não seu território, crescentemente pelo mundo. Seja na Tomada de Caiena no início do século XIX, seja nas tentativas dos seguidos Gabinetes Imperiais em conter o crescimento do Vice-Reinado durante todo o século XIX e, mais tarde, durante a República Oligárquica (relembre-se dos esforços do Barão do Rio-Branco na manutenção dos planos Noronha e Alexandrino de armamento naval e na política de tríplice entente do ABC), sejam a expedição naval na 1ª Guerra Mundial ou os pracinhas na 2ª, expedições ao Egito, Angola, República Dominicana e Haiti; a saída da Sociedade das Nações por Arthur Bernardes, a Operação PanAmericana e a adesão ao G4. Todos estes passos foram dados no afã de se dotar a política exterior brasileira de maior prestígio e independência, seja do *hegemon* hemisférico e depois mundial, seja do velho mundo, mesmo durante a Era dos Impérios.

de verdadeira projeção global da expressão militar, cujos objetivos devem estar constante e necessariamente alinhados aos das relações exteriores nacionais e à defesa da pátria<sup>11</sup>. A tendência cooperativa do desenvolvimento do Poder Naval hodierno apresenta diversos desafios para a soberania nacional, sobretudo no que tange à evolução doutrinária e do material. Por isso este desenvolvimento, mesmo que utilize como *benchmark* Reino Unido ou Estados Unidos da América (fato que, por si só, já representa uma falta de alinhamento entre nossas condicionantes e nosso objetivo), não deve tirar do foco dos decisores as limitações impostas pelas características continentais de nosso país. Sacrifícios (sobretudo fiscais) são feitos no sentido de se evoluir constantemente a capacidade anfíbia nacional, o que, com idas e vindas, pode ser constatado observando-se que, em 1900, o Corpo de Infantaria de Marinha possuía pouco mais de 400 homens, chegando, hoje, a mais de 17.000, de acordo com os relatórios dos Ministros e Comandantes da Marinha.

Os dois capítulos anteriores relataram o “O que somos?”, no sentido de delinear as tarefas básicas do conjugado anfíbio em *continentalpowers*. Como vimos, a tendência quanto ao emprego do conjugado anfíbio consiste em uma maior cooperação com os demais ramos omólogos de nações amigas, sem perder-se o escopo de um *continentalpower* de que tanto sua marinha quanto sua intrínseca tropa terrestre devem se esforçar pela manutenção territorial. O capítulo atual simboliza o “onde queremos chegar?”, pois apenas avaliando nosso passado e o que fizemos, e de posse de nossas potencialidades, podemos divisar nosso futuro como a Força de Emprego Rápido do CFN<sup>12</sup> precisa ser (re)concebida no Brasil, sobretudo quanto ao nível hierárquico a que está subordinada e à autonomia de ação, sob o comando direto do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). O capítulo que a este segue revelará o “como lá chegaremos?”.

---

<sup>11</sup> O conceito de Defesa da Pátria ou Nacional é bastante fluido, e depende bastante da época e do ambiente, podendo significar a construção de fortificações fronteiriças como a Linha *Maginot*, ou o desmantelamento do aparato governamental de um país tido como pária, como no caso do Afeganistão e Iraque. Utilizaremos a definição contida no item 2.4 da Política Nacional de Defesa: “conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. Contudo, o conceito de “interesse nacional” também não apresenta ponto pacífico, posto que pode ser visto de forma objetiva-realista (“capacidade de um Estado de influir na conduta dos demais estados, de acordo com os seus próprios fins”), subjetiva (“conjunto pluralista de preferências subjetivas que mudam todas as vezes os requerimentos e aspirações da comunidade nacional.”) ou a cientificista (“a única maneira de se descobrir o que o povo necessita e deseja, é presumir que seus requerimentos e aspirações se refletem nas decisões adotadas pelos formuladores políticos no processo decisório”). Reste claro que, para este trabalho, utilizar-se-á o conceito simples e pragmático de “interesse nacional” compilado por Moraes, 1986: “no contexto de uma democracia, deve corresponder essencialmente ao interesse real da população”.

<sup>12</sup> Em decorrência da natureza administrativa de reestruturação (na verdade, “re-hierarquização” do braço de pronto emprego do CFN, doravante utilizaremos o já visto conceito de Força de Emprego Rápido (FER).

#### 4.1 Evolução da tropa anfíbia brasileira

*El mundo admira solo el sacrificio con espectáculo.*

**San Josemaria Escrivá<sup>13</sup>, 1972**

[O] Poder Naval brasileiro deve espalhar-se por todo nosso entorno estratégico, sendo capaz de influenciar o Atlântico Sul, seus litorais, pontos focais e ilhas oceânicas. Fica claro notar que o Poder Naval brasileiro não deverá se restringir a operar nas águas azuis desse mar considerado de interesse. Consoante as tendências atuais, ele necessariamente precisará ser capaz de atuar também nas ilhas e nos litorais que contornam nosso mar estratégico.

**Monteiro<sup>14</sup>, 2010**

Remontando a antiga Brigada Real de Marinha, o CFN de hoje apresenta estrutura e organização muito mais complexas que o legado pelo alvará de D. Maria de Portugal, que criou a Brigada Real da Marinha em 1797, entidade que contava com artilheiros, fuzileiros, artífices e lastradores marinhos. Dividido em um setor de planejamento estratégico (Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais - ComGerCFN) e outro como braço tático do ComemCh (Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra - ComFFE), o CFN possui hoje uma bem definida função dentro do organograma da Marinha do Brasil. Mesmo tendo sido “vacionado”, durante muito tempo, à guarda de instalações (sobretudo por uma visão *mahaniana* que tomou conta do pensamento naval brasileiro e mundial desde o fim do século XIX ao fim da Guerra Fria), o CFN possui bastante prestígio perante o Ministério da Defesa (MD) e o povo brasileiro, que o exaltou até a Força Expedicionária por excelência da República Federativa do Brasil, através de seus representantes no parlamento.

Com efeito, seu batismo de fogo foi dado durante a campanha de Caiena, em 1809, como retaliação à invasão das tropas de Napoleão I, lideradas pelo General Janot durante a invasão de Portugal. Valendo-se de movimento similar ao das Cortes Europeias durante o conflito contra o *Drittes Reich*, quando muitas seguiram para o esplêndido isolamento inglês, a mudança da Corte Portuguesa ao Brasil trouxe diversos benefícios à colônia. Além de ser elevada a Reino Unido a Portugal e Algarves, permitiu a instalação de largo aparato governamental

---

<sup>13</sup> Padre da Igreja católica, doutor em teologia pela Universidade Lateranense. Consultor de duas Congregações vaticanas, membro honorário da Pontifícia Academia de Teologia e Prelado de honra de Sua Santidade. Fundador do Opus Dei.

<sup>14</sup> Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, no período de 2006 a 2010. Atualmente é presidente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil (CEPE-MB)

cujas bases permitiram o florescimento de uma elite política distinta daquela gerada pelos movimentos de libertação da América Hispânica, mais ligada tanto aos anseios de manutenção territorial quanto de defesa contra incursões de fora do continente. Esta herança bendita ecoa aos dias de hoje, mas foi bastante patente durante as ameaças lindeiras oferecidas tanto por nossos vizinhos de *juri* (Paraguai, Bolívia, Argentina e Peru) como de *facto* (França, Inglaterra, Estados Unidos e, à época, Alemanha). Não fosse a compreensão de nossas limitações militares e oportunidades diplomáticas, dificilmente o argumento do apelo ao direito internacional como porrete dos mais fracos teria sido abraçado com tamanha veemência por Paranhos e Barbosa na II Conferência de Paz na Haia em 1907.

Os infantes marinheiros tiveram participação ativa nas Campanhas Oribe-Rosas, Aguirre, na Guerra do Paraguai (daí derivando o nome de três de seus batalhões: Humaitá, Riachuelo e Paissandú) e na proclamação da República, havendo disposto quatrocentos militares no Campo de Sant'Anna em apoio ao movimento liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca (Cantídio, 1992). Após passar por diversas denominações e extinção por sua adesão à Revolta da Armada, Getúlio Dornelles Vargas acaba por reativar em 1932 o Corpo de Fuzileiros Navais, tropa que o ajudou a manter a ordem institucional a partir da supressão da Constitucionalista (Batalha de Cunha, 1932) e Integralistas (1938, contra amotinados no Rio de Janeiro). A falta de material<sup>15</sup> e doutrina específica de OpAnf<sup>16</sup> guiou os rumos do CFN para uma tropa de defesa interna, segurança de instalações marítimas e plataformas navais<sup>17</sup>, e representações.

Somente com a aproximação entre EUA e Brasil no pós-Segunda Guerra e a “transferência” de conhecimento por parte dos oficiais que lá começaram a cursar foi possível, junto a Alta Administração Naval, a delimitação de tarefas mais específicas de tropas anfíbias, como a criação da Força de Fuzileiros da Esquadra em 1950 observando suas características de pronto emprego, operando a partir de “agrupamentos operativos”, mesmo sem haver obtido materiais específicos que o distinguissem do Exército Brasileiro, apenas havendo um incremento da capacidade anfíbia dos Fuzileiros Navais em meados da década de 1950 com a aquisição de dois navios de transporte de tropas. Ao final desta década, movimentos hercúleos foram realizados

---

<sup>15</sup> Quanto a isto, cabe que destaquemos que os grandes planos de reaparelhamento naval da República Oligárquica (Planos Noronha e Alexandrino) não contemplavam a aquisição de navios de transporte de tropas (NTrT) ou navios-hospital (NH), dada a visão de ambos os chefes navais de que estes ativos bélicos poderiam ser constituídos a partir da utilização e militarização de navios mercantes.

<sup>16</sup> A doutrina específica de assaltos anfíbios só veio a ser mais bem estudada pelos Fuzileiros Navais após a Segunda Guerra Mundial e o alinhamento Brasil x Estados Unidos do Governo Dutra.

<sup>17</sup> Interessante verificar-se o estabelecimento de uma guarnição na Ilha da Trindade para evitar seu uso como ponto de apoio a navios e submarinos do eixo. Depois do estabelecimento de uma base naval em Angola para coibição do tráfico negroiro, esta foi a primeira vez que é estabelecida uma base militar naval fora do território continental brasileiro.

para dotar o CFN (particularmente a FFE após a criação do ComGerCFN) de doutrina e prática necessária a uma tropa vocacionada às operações anfíbias, sobretudo com a utilização dos NTrT e das embarcações de desembarque.

A característica continental de tropa anfíbia brasileira, já observada desde Caiena, foi verificada durante a Operação Abelha, evento planejado para conter o clima de instabilidade política marcado pelas vésperas da renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Em 63 e 64, as primeiras operações com o nome de Dragão foram realizadas no litoral do Espírito Santo e Santa Catarina. Além disso, a Guerra Fria e o já citado alinhamento com o s EUA acabaram por ditar bastante das relações exteriores brasileiros, sobretudo no período do Presidente Castello Branco. Em 1965 um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) fez-se presente, junto ao EB, na República Dominicana em uma missão da Organização dos Estados Americanos, cujas tarefas principais eram bastante parecidas com as de garantia da lei e da ordem (GLO), havendo, desta feita, uma assimilação não só da Doutrina Monroe<sup>18</sup> como da teoria da fimbrias marítimas de Spykman<sup>19</sup>.

Em mais uma utilização continental da tropa anfíbia, o Batalhão Tonelero (antigo 4º Batalhão de Infantaria agora transformado em Batalhão de Operações Especiais em 1971), juntamente com os Grupamentos de Ladário e Belém, foi incumbido da neutralização dos guerrilheiros no centro do território brasileiro, particularmente a região do Araguaia. Na década de 1970, mais ativos de desembarque foram adquiridos (ressaltam-se os caminhões anfíbios e os Navios de Desembarque de Carros de Combate Garcia d'Avilla e Duque de Caxias). Nesta mesma década foram adquiridos blindados nacionais (Urutus), importados (M113) e foram utilizadas aeronaves de asa rotativa para o movimento navio para terra.

A elevação do Comandante-Geral ao posto de Almirante-de-Esquadra em 1980 foi responsável por uma enorme evolução, visto que o braço operativo do CFN, a FFE, ficaria diretamente focada no adestramento e operações reais, enquanto o setor de apoio seria o

---

<sup>18</sup> A visão da América para os americanos, em um momento de Guerra Fria que acabara de fechar um capítulo de grande tensão com a tentativa de instalação de mísseis em Cuba, pressionava por uma postura de maior integração para com os Estados Unidos. Logicamente que a mudança de chefe do executivo para Castello Branco (cuja experiência como Oficial de Operações da Força Expedicionária Brasileira permitiu verificar in loco a enorme capacidade das forças armadas americanas, além do tradicional alinhamento dos militares com os EUA observado nos governos Deodoro, Floriano e Dutra particularmente) e o receio de um levante comunista nos moldes da Intentona deram um grande impulso neste sentido. As Operações VERITAS também contribuíram (como as UNITAS hoje contribuem) para a maior sinergia entre as forças militares dos dois maiores países do continente. Foi exatamente nestes encontros que os ativos de desembarque (navios anfíbios, desembarque-doca e carros lagarta anfíbio) passaram a fazer parte dos meios procurados para aumento do acervo do CFN.

<sup>19</sup> Passou-se a compreender a necessidade de conter o inimigo soviético antes da entrada deste no entorno estratégico brasileiro (por tradição histórica, o cone-sul), impedindo que as guerras terceirizadas que contrapunham Estados Unidos e União Soviética que ocorriam na África, Ásia e Oriente Médio passassem a ter guarida nesta região.

responsável pelo planejamento estratégico-administrativo, dando largo impulso ao desenvolvimento das doutrinas de operações anfíbias e, sobretudo, a aquisição de materiais específicos de infantarias de marinha. No ano seguinte ocorreu o primeiro lançamento e recolhimento de Carros de Lagarta Anfíbia (CLAnf) de um navio da MB (NDCC Duque de Caxias), na Baía de Guanabara. Com a maior visibilidade e capacidade decisória do CFN, aliado ao enorme e crescente prestígio oriundo de seu profissionalismo, fuzileiros navais fizeram parte do reconhecimento no continente antártico em 1982. Seis anos mais tarde, 12 CLAnf eram utilizados no litoral de Santa Catarina, na Operação Dragão.

Ao fim da década de 1980 houve uma crescente participação dos fuzileiros navais como observadores em missões da Organização das Nações Unidas (quinze até 2020). Contudo, com tropas no terreno, os Fuzileiros Navais participaram de apenas três missões: República Dominicana (três contingentes de 23/05/65 a 20/09/66), Angola (quatro contingentes de setembro de 1995 a julho de 1997) e Haiti (vinte e cinco contingentes de junho de 2004 a julho de 2016) de valor máximo Unidade Anfíbia (UAnf)<sup>20</sup>, não havendo, portanto, sobreposição de esforços em mais de um teatro de operações. Trabalhando sob a égide de organismos internacionais (Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas), a atuação da FFE forneceu a flexibilidade, versatilidade, mobilidade e permanência necessárias ao cumprimento das missões da Marinha do Brasil e do Estado Nacional. Neste prisma, a atuação dos fuzileiros navais longe de seu território contrasta com as primeiras atuações da tropa anfíbia nacional (Guiana Francesa e Paraguai), compreendendo enorme evolução quanto ao material específico de operações anfíbias e de doutrina de operações, legados oriundos do estreito vínculo entre o Corpo de Fuzileiros Navais e o *United States Marine Corps* (USMC).

Resta claro que a atuação do USMC, a despeito desta simbiose genética inicial, representa uma composição bastante distinta do CFN. Não apenas pelos meios disponíveis, mas pela conformação cultural que abraça sua atuação. Fruto da formatação *mahaniana* norte-americana e da combinação do mundo bipolar com a anarquia pós-Guerra Fria, o USMC hoje possui um escopo de atuação global em uma “enorme quantidade de missões” que incluíram, por exemplo, a

(...)[p]rojeção de uma força de desembarque estacionada no Oceano Índico a mais de quatrocentas milhas terra adentro no Afeganistão; ataque mecanizado do Kwait a Bagdá, seguido de ações de contra-insurgência para pacificar a maior parte do

---

<sup>20</sup> Um GptOpFuzNav de valor Batalhão de Fuzileiros Navais, contando com todos os componentes de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate. Sua constituição por tarefas pode variar de 800 a 2.200 militares de diversas especialidades.

Iraque; e diversas missões humanitárias internacionais e resposta a crises.” (Amos, 2001)

Sua auto-percepção como *Sea Power* (diferente de *Seapower* de Lambert e da *Thalassokratia* de Thucydides) impele o governo dos EUA a uma utilização de sua tropa anfíbia mais voltada à manutenção de sua cadeia de suprimentos, mas também a medidas de estabilização sócio-política em territórios que representam interesse estratégico. Há, neste ponto, diferenças gritantes entre a atuação política do USMC e das demais tropas anfíbias de *continentalpowers*. Em primeiro lugar, como já delineado, *continentalpowers* preferem a defesa de seu território e área de influência à projeção de poder sobre qualquer território diferente do solo pátrio, mesmo quando diretamente ligados à sua estabilidade econômica ou política<sup>21</sup>. O histórico do CFN é muito mais voltado para defesa que para o ataque, nunca tendo participado de campanhas colonialistas para expansão territorial<sup>22</sup>. Em segundo lugar, o estabelecimento de bases fora do território pátrio, artifício largamente utilizado pelos EUA, não foi observado pelos *continentalpowers* na história (à exceção do período de Guerra Fria quando a URSS resolveu-se por ajudar em guerras de independência ou revoluções nacionais, e o atual movimento sínico de estabelecimento de bases na África por conta da dependência energética com o Oriente Próximo, e Ásia em uma clara necessidade de aumentar sua influência em seu entorno estratégico), posto ser seu objetivo a manutenção de largo território, e não sua expansão além-mar.

Permanece, isto posto, uma dúvida quanto a real valia em manter-se tão estreito alinhamento doutrinário com o USMC, uma vez que, por ser de natureza distinta, suas tarefas primordiais diferem bastante. Mesmo com a manutenção de quadro operativo comum, com operações combinadas que permitem a manutenção dos vínculos e a maior coordenação

<sup>21</sup> Apesar de ter participado de apenas três operações internacionais com tropas desdobradas, o CFN, na última década, participou de diversas missões em território pátrio. Com uma forte influência de sua atuação no Haiti, combinada aos ensinamentos importados pelos oficiais cursados nas academias norte-americanas, o CFN por meio da FFE compôs importante papel na pacificação de diversas comunidades no Rio de Janeiro (Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Morro da Providência, Complexo do Lins, Comunidades em Angra dos Reis, Cidade de Deus, Gardênia Azul, entre outras), manutenção de instalações portuárias em Santos (SP), manutenção do tráfego de combustíveis durante a greve de caminhoneiros, e diversos outros pontos do território nacional, garantindo desde estabilidade para as eleições até a segurança necessária para a atuação do Estado no combate ao crime organizado e ambiental (última atuação de grande porte foi a Operação Amazônia Azul ao final de 2019).

<sup>22</sup> Os EUA, desde a guerra hispano-americana, mantiveram diversas ilhas caribenhas, pacíficas e asiáticas com a contribuição do USMC. Filipinas, Cuba, Porto Rico, Panamá, Santo Domingo, Haiti e Nicarágua estiveram no foco de sua atuação, motivada sempre pelo desejo *mahaniano* de controle de *chokepoints*. A expansão das tarefas do USMC, sobretudo após os eventos conspícuos da história do mundo (a Segunda Guerra Mundial e o 11 de setembro) demonstraram que, longe de perseguirem a manutenção da liberdade nos mares e a fluidez de sua cadeia de suprimentos (como *Seapowers*), os EUA mantiveram grandes contingentes militares embarcados ou estacionados em estratégicos como forma de barrar o avanço comunista. Quanto a isso deve-se ter cautela, pois, conforme visto em Fuller Jr., 1992, a defesa russa sempre foi baseada na expansão, o que se pode observar desde a entrada do Czar Alexandre I em Paris após a Batalha de Waterloo, até o avanço soviético pela Europa após arrasar Berlim em 1945.

doutrinária, a cultura (sobretudo o sentimento político) de um *continentalpower* dificilmente estará conectada com a de um *sea power* ou *amphibiouspower*, um poder híbrido cuja pujança financeira permitiu o desenvolvimento de uma Marinha de Guerra sem pares na atualidade. Não se pretende aqui pregar maior ou menor alinhamento, seja com EUA, China, Rússia, França ou Inglaterra, posto que se espera maior liberdade de ação tanto do Itamaraty (cujo alinhamento com os EUA, entre idas e vindas, data desde antes da proclamação republicana de 1889, quando o monarca tinha vínculos sanguíneos com o velho mundo) quanto do Ministério da Defesa (cuja cultura pela predileção norte-americana desde a segunda guerra mundial ainda é notória). Levanta-se unicamente a pergunta sobre a viabilidade de se permanecer a infantaria de marinha da MB como um espelho doutrinário e material do USMC, posto termos cultura e história tão distinta. Claro está que o arcabouço doutrinário do CFN é bastante amplo e, hoje em dia, autóctone. Contudo, o envio de oficiais para cursarem tanto no USMC quanto na Espanha parece não seguir este veio continental de nossa gênese.

Contando com os diversos grupamentos regionais para assumir tarefas dispostas na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB)<sup>23</sup> e da Doutrina Básica da Marinha<sup>24</sup>, o Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil formado por destacamentos da FFE (sobretudo o materializado pela Força de Emprego Rápido), navios e demais componentes, possui total capacidade de assumir a tarefa primordial de apoio à política externa, tornando-se, conforme disposto na END, a Força Expedicionária por Excelência.

#### 4.2 Evolução da “anfíbiosidade” no pensamento dos Chefes Navais

A missão que o nosso soldado leva é a da paz. Eles vão para um território amigo para manter a paz e a democracia.

**Paulo Bosísio<sup>25</sup>, 1965**

Apesar de terem sido a primeira tropa constituída oficialmente no Brasil a desferir um golpe retaliatório contra uma nação inimiga, o papel do Corpo de Fuzileiros Navais apenas ascendeu como força expedicionária durante a missão em São Domingos, após momentos cruciais de que dependeram tanto a integridade das fronteiras quanto a imagem do Brasil no concerto das nações. Depois de Caiena e da Guerra do Paraguai, contando com largo interregno que os deixou ao largo durante as Revoltas Regenciais e e os embates do início da República,

<sup>23</sup> De acordo com o artigo 142 da Carta Magna de 1988, defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

<sup>24</sup> De acordo com a doutrina Básica da Marinha de 2017, “contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à política externa”.

<sup>25</sup> Ministro da Marinha de janeiro a dezembro de 1965.

a falta de mobilidade de uma tropa anfíbia não se fez presente nas “campanhas” no Acre/Bolívia, nos problemas lindeiros com o Peru, tampouco como forma de dissuadir Zeballos da aquisição de navios de guerra, fruto das diferenças legadas pela questão de Palmas e pelo plano Noronha/Alexandrino com a Argentina<sup>26</sup>, os Fuzileiros Navais ressurgiram como força operativa na Segunda Guerra Mundial na defesa de ilhas oceânicas, sequer participando dos desembarques na Itália com a Força Expedicionária Brasileira. Claramente o ponto de inflexão da utilização dos Fuzileiros Navais como componente do Poder Naval da Expressão Militar do Poder Nacional foi a parceria com os Estados Unidos após o *continuum* de Operações Anfíbias representada pelos desembarques no Mediterrâneo (norte da África e Sicília), Atlântico (Normandia) e Pacífico (as inúmeras operações anfíbias realizadas neste teatro).

Todavia, sem a atuação de líderes competentes e com visão de futuro, mesmo com a mudança do eixo Alemanha-França para o eixo Estados Unidos da América de doutrinação e formação das Forças Armadas Nacionais, de nada valeria a aquisição de material e o envio de militares para serem formados nas academias norte-americanas<sup>27</sup>. Os Almirantes Sylvio de Camargo (1945 a 1956), Heitor Lopes de Souza (1964-1971) e Luiz Carlos da Silva Cantídio (1990-1994) despontam não apenas pelo amplo período em que comandaram o CFN, sobretudo os dois primeiros, mas também por terem realizado a verdadeira vocação de Fuzileiros Navais de *continentalpowers*, qual seja “proteger instalações de interesse do Poder Naval em áreas do território nacional; e projetar poder, como vetor terrestre do conjugado anfíbio” (Cantídio, 1992), sem visões quixotescas acima das reais capacidades, não se atendo, contudo, à realidade imposta. Pode-se dizer que, como certas figuras nacionais<sup>28</sup> determinaram a Grande Estratégia do Brasil, foram estes almirantes que definiram o futuro do CFN.

---

<sup>26</sup> A primazia do Exército Brasileiro nestas questões de limites deixa clara a maior importância dada pelos estrategistas militares quanto ao uso do poder terrestre. Com efeito, apesar de nossas fronteiras serem largamente irrigadas por rios caudalosos, e de nossas maiores batalhas navais/anfíbias terem sido fluviais (Riachuelo, por exemplo, a data magna da Marinha do Brasil, foi combatida no Rio Paraguai), o Exército manteve-se como principal peça de manobra do Poder Executivo. Entretanto, os problemas logísticos inerentes ao transporte de tropas em um país continente deixavam patente a necessidade de meios de transporte adequados (Rio-Branco deixava clara sua frustração com a falta de navios e tropas durante muitos episódios de conflitos diplomáticos e lindeiros com os demais Estados Sul americanos)

<sup>27</sup> Bem verdade que a predileção portuguesa pela emulação doutrinária e material da Royal Navy criou raízes no Império do Brasil. Basta que lembremos dos almirantes britânicos (Grenfell e Cochrane) que para cá vieram contribuir nos esforços da Guerra de Independência, a obrigação de que os navios a serem contruídos no primeiro “rascunho” do Plano Noronha, já na República, serem britânicos, ou diversos dos navios subsequentes serem bretões (atualmente, na esquadra brasileira, o NDCC *Alte. Sabóia* e o NDM *Bahia*, além de algumas fragatas, são exemplos de ex-navios britânicos que ora ostentam o pavilhão verde-amarelo no mastro principal). Infelizmente, mesmo após tantos anos, carecemos de desenvolvimento autóctone de materiais bélicos do Poder Naval, mantendo nossa histórica e lamentável dependência para com o Ocidente (e, mais recentemente com a aquisição do *Vital de Oliveira*, com o Oriente).

<sup>28</sup> Indubitavelmente pode-se elencar alguns políticos (Rui Barbosa, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek), diplomatas (Visconde e Barão do Rio-Branco e Celso Amorim), e militares (Duque de Caxias,

O que pode parecer uma evolução interna, sobretudo quando se observam as condições iniciais com que foram brindados os primeiros fuzileiros navais, transformou-se no cerne do desenvolvimento naval no início do século XXI. Os Ministros e Comandantes da Marinha desde o fim do século XX passaram a contemplar maior importância à parcela anfíbia de sua força. Este movimento teve grande impulso com os Almirantes Renato Guillobel (1951-1954), Júlio Soares de Moura Neto (2007 a 2015) e Ilques Barbosa Júnior (atualmente no timão), cujos relatórios ajudaram de diversas formas a evolução do pensamento anfíbio na MB e no Brasil, permitindo, mesmo com mudanças quanto à estrutura e à postura da Marinha<sup>29</sup>, que o Corpo de Fuzileiros Navais estivesse sempre atuante focando seu *core business* de projeção de poder sobre terra por meio de Operações Anfíbias, como parcela indissociável do Poder Naval. Os Ministros e Comandantes da Marinha, em decorrência de sua visão de futuro e concepção de como deve ser a postura diplomática e naval do Brasil, acabam, com seus planos de aquisição de plataformas navais, legando ao CFN sua maior ou menor projeção e, conseqüentemente, a capacidade de desdobrá-lo em diferentes teatros de operações. Depois da guinada de Guillobel, Moura Neto foi o grande responsável pela aquisição dos navios que dariam à infantaria de marinha maior “anfíbiosidade”.

Citado no relatório do Ministro da Marinha em 1935 como responsável por “cooperar com as forças navaes na defesa nacional e na manutenção da ordem pública”, o Corpo de Fuzileiros Navais chegou a 1935 com 2.600 homens, tendo herdado boa parte de sua concepção de defesa litorânea (bases e portos navais) do legado francês durante a Grande Guerra (Guilhem, 1935), (a França, ainda hoje, não possui homens vocacionados às operações anfíbias como parte integrante de uma infantaria de marinha, cabendo a seus fuzileiros navais as tarefas do CFN pré-Guillobel). Além de possuir um Capitão-de-Mar-e-Guerra do Corpo da Armada como oficial mais antigo, o aperfeiçoamento feito no Exército (tanto dos oficiais quanto das praças) refletia tanto a falta de desenvolvimento das doutrinas anfíbias *stricto sensu*, quanto a cultura

---

Marquês de Tamandaré e Meira Matos) e os dois imperadores, que marcaram profundamente os episódios de que fizeram parte na história com ecos sentidos até os dias de hoje.

<sup>29</sup> Ficam claras as mudanças quando observamos os projetos de gestão de cada Comandante da Marinha (CM). Enquanto Moura Neto focou na aquisição de plataformas de superfície e modernização dos existentes, Ilques engaja-se na construção do primeiro submarino nuclear brasileiro em parceria com a França. Independente da parcela orçamentária destinada a cada projeto, a batalha entre a *fleet in being* ostensiva e os submarinos furtivos acaba revelando a maior propensão à projeção de poder militar terrestre a partir do mar, uma vez que o alto investimento no projeto nuclear define uma preponderância no *trade-off* com os navios anfíbios. De certa forma, alinhando-se à visão de Rio-Branco, Moura Neto tentava construir uma Marinha forte, sem alvos compensadores que, uma vez neutralizados, pudessem impedir a continuação de uma batalha naval (muito herdado da observação de Tsushima e da Guerra do Paraguai). Ilques, em contrapartida, percebe a necessidade de desenvolver esta tecnologia tão cara aos anseios nacionais e que permitirá maior capacidade de permanência, surpresa, furtividade e negação do uso do mar.

continental. O passado de revoltas (adesão à Revolta da Armada e extinção no fim do século XIX) podem ter motivado o tênue papel desempenhado pelos Fuzileiros Navais de 1935, representados em apenas 3 páginas de um relatório de mais de 120, fato que se manteve durante bom tempo.

Um ano mais tarde, Guilhem declarava as tarefas do CFN como “dar guarda aos navios capitais e aos estabelecimentos navais<sup>30</sup>, fornecer ordenanças às autoridades, e escolta para guarda de presos, (...) cooperação na manutenção da ordem quando se faz necessário”. Mesmo durante a ocupação da Ilha da Trindade (como, acima relatado, para impedir sua utilização por belonaves tanto do Eixo quanto dos Aliados, “[a]fim de manter a neutralidade em face do conflito europeu”), no intuito de não “desfaltar o efetivo do Corpo de Fuzileiros Navais nesta Capital”, foram utilizadas “praças do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada”. As tarefas atinentes a Operações Anfíbias passam ao largo em 1941, quando “aquartelado na Ilha das Cobras, exerce a polícia dos estabelecimentos navais e fornece guardas ao Palácio do Catete e para alguns navios, e mais os ordenanças empregados”. Guilhem já contempla a aquisição de meios dos EUA, o que viria a ocorrer com a Missão Naval Americana. Em 1946, fruto da combinação dos planos Guilhem e Dodsworth, e da política de “alinhamento automático” do governo Dutra, contando com “137 oficiais e 4.008 subalternos”, já começa um forte movimento de padronização do CFN à imagem do USMC, diferenciando-se da estrutura do EB, havendo o envio de cinco oficiais aos EUA para serem formados no “Curso de Guerra Anfíbia”. Além disso, a nova organização impele a saída do CFN da Ilha das Cobras para os “terrenos de Marinha da Ilha do Governador”.

O ponto de inflexão ocorre em 1952. Segue o primeiro parágrafo do relatório do então Ministro da Marinha, Almirante Renato de Almeida Guillobel, na seção que versa sobre os Fuzileiros Navais:

O Corpo de Fuzileiros Navais, por falta de meios, ainda não se organizou para suas atividades principais. É imprescindível que, para justificar a sua própria existência, se constitua uma Força de Desembarque da Esquadra, com Grupamentos Operativos a serem colocados nos pontos estratégicos que forem escolhidos, talvez um no sul, outro no centro, e outro no norte do país, e no mínimo constituídos como Batalhão de Desembarque. De fato, já por força do regulamento, as Forças Operativas deveriam estar absolutamente afastadas dos serviços rotineiros de guarda, perfeitamente treinados e mantidos prontos, às ordens operacionais do Chefe do Estado-Maior da Armada ou da Força Tarefa que ele designasse.

---

<sup>30</sup> Fica claro, na visão de Bosísio, que os Fuzileiros Navais deveriam ter tarefas muito próximas de um serviço de policiamento e patrulha, posto que mesmo ao explicitar que o CFN “se ressentia de falta de armamento e equipamento de campanha para garantir sua eficiência”, em nenhum momento faz menção a operações anfíbias,

Guillobel tece mais comentários sobre a aquisição de armas (leves como metralhadoras e espingardas; e pesadas como os obuseiros 105mm, fruto da “experiência norte-americana”), prédios de aquartelamento, recursos humanos (“preparo e aprestamento de especialistas graduados e jovens oficiais”). Em 1957, Antônio Alves Câmara Júnior segue o mesmo padrão anterior, descrevendo pormenorizadamente a situação da infantaria de Marinha: preocupação com a formação de recursos humanos (criação do Centro de Recrutas, ativação do Núcleo da 1ª Divisão da FFE), material (completa a tabela de dotação do CFN, aquisição de morteiros 60mm da França) e operacional (planejamento da Operação Tornado, que não foi realizada por “deficiências de ordem material”). O Almirante Matoso Maia, em palestra em 1960, enaltece o primeiro “reconhecimento anfíbio, partindo de um submarino” realizado na América Latina, a Operação Jacarépaguá II no litoral de Pernambuco, e a marcha Rio x Brasília realizada “em 24 dias sem um único descanso” pela Companhia de Reconhecimento da FFE. Nota-se a diferença, em cerca de 50 anos, com a miríade de novas tarefas com que o Ministro da Marinha se deparava envolvendo diretamente a FFE: aquisição de meios navais vocacionados a OpAnf (Soares Dutra e Ary Parreiras foram comprados, garantindo quatro navios de transporte de tropa ao todo na “Força de Transporte”, e dez embarcações de desembarque, feitas no Arsenal). A aquisição de novos navios de transporte de tropas no “estado da arte”<sup>31</sup> apenas viria a ocorrer na gestão Moura Neto.

### 4.3 Brasil: um *continentalpower* de projeção regional ou um *amphibiouspower* de projeção global?

Quer parecer-nos que, ao invés de planos separados de comunicações marítimas, terrestres, fluviais, aéreas, etc., deveríamos ter um plano de conjunto, jogando com as possibilidades que nos oferecem todos os meios de transportes proporcionados pela indústria moderna.

Mário Travassos, 1938

A concepção estratégica operacional do CFN – aprestar e adestrar o Corpo para a guerra de manobra – “estilo de guerra que procura criar condições para que uma força mais fraca derrote uma mais forte”- para tanto proporcionando acentuada mobilidade tática aos fuzileiros navais, evitando a guerra de atrição, que sempre favorece o mais forte. O desenvolvimento tecnológico tornou-se especialmente importante para as operações

---

<sup>31</sup> É constante a aquisição de navios de transporte de tropas, mesmo havendo sido considerados, no início do século XX como o resultado de uma fácil adaptação de navios mercantes (basta observar seu apelido, entre os fuzileiros navais, de batateiros). A compra de três navios britânicos (Navio de Desembarque de Carros de Combate Alte. Sabóia e Garcia d’Ávilla, e Navio Porta-Helicóptero Multi Propósito Bahia, representaram um aumento considerável na capacidade de projeção de poder sobre terra.

anfíbias, por aumentar ainda mais a mobilidade tática, essencial para uma força que optou pela guerra de manobra.

**Armando Vidigal<sup>32</sup>, 2002 (p. 63)**

*China is not alone in its maritime ambitions. Turkey has clashed with Cyprus and stoked tensions with Greece and Israel over natural-gas fields that lie under the eastern Mediterranean. Several powers, including Russia, Canada and the United States, are eagerly circling the Arctic, where melting polar ice is opening up new shipping routes and the tantalizing possibility of vast oil and gas deposits beneath.*

**Landler, 2011**

O complexo jogo apresentado pelos herdeiros de Paranhos Jr. até hoje ainda não possui uma força militar capaz de chancelar em ato o potencial brasileiro. Além disso, “as camadas de verniz” com que besuntaram o busto de Rio-Branco como um amante fidalgo da não agressão acabaram por fazer esquecer os estadistas brasileiros da posição do Brasil quanto à Doutrina Drago, das movimentações estratégicas antes do Tratado de Petrópolis e dos esforços para que o Brasil não recuasse frente à pressão de Zeballos para a diminuição do poder de combate do Plano Alexandrino (Alsina Jr., 2019). Deu-se que, pela falta de movimento militarista<sup>33</sup> e pela imagem que foi gestada ao longo dos anos, manteve-se o gigante “deitado eternamente em berço esplêndido”, mais dependente, desde tenra idade, do volume e eloquência da palavra de seus diplomatas que da acurácia e estrago de suas canhoneiras. Esta concepção diplomática do Brasil vai de encontro ao que observamos na Europa entre os diversos *continental-powers* lá existentes (França, Alemanha e Rússia, sobretudo, cujas disputas fronteiriças da história recente foram bastante disputadas no campo de batalha e na terra de ninguém). Acima de tudo, foram os Rio-Branco e Rui Barbosa desses países os grandes responsáveis pela inclinação (maior ou menor) pelo diálogo ou pela *ultima ratio*.

Considerando o Brasil um *continentalpower*, a tarefa mais importante é (e sempre foi) impedir o surgimento de um rival terrestre em suas fronteiras, ameaçando constantemente sua integridade territorial e a segurança de seus limites, ao mesmo tempo que mantém a inviolabilidade de suas fronteiras. A França de Richelieu, Luís XIV e Napoleão I foi claro exemplo

---

<sup>32</sup> Comandante da Força de Apoio Logístico e Chefe do Estado-Maior da Esquadra de 1977-1979. Diretor do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (1980-82). Membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos, bem como professor do Centro de Estudos de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval. Atuou como conferencista no Brasil e em outros países. Publicou diversos livros, entre os quais *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro* (1985), *Conflito no Atlântico Sul* (1985), *Amazônia Azul: o mar que nos pertence* (2006) e *Guerra no mar* (2009). (CPDOC, FGV)

<sup>33</sup> O que é bastante difícil de se compreender em um país que, já naquela época, gastava mais com suas Forças Armadas que seus vizinhos, e que, na falta de uma revolução latino-americana, teve diversas guerras contra as tropas portuguesas que aqui permaneceram, além de, ao longo de sua história, ter legado à caserna boa parcela das mudanças políticas que ocorreram (República, Vargas, Estado Novo, Revolução de 1964, para ficar nos mais óbvios).

destas preocupações que afligem o planejamento estratégico dos poderes continentais<sup>34</sup>. O primeiro, mesmo sendo cardeal, utilizou-se da *Raison d'État* para, indo contra o Papa e sua fé, ajudar os protestantes contra os católicos durante a Guerra dos Trinta Anos (graças a esta perspicácia, que custou sua alma, a unificação dos reinos alemães sobre um só demorou cerca de dois séculos, apenas vindo a ser efetivada com a Guerra Franco-Prussiana, a deposição de Napoleão III e a proclamação do Império Alemão por Wilhelm I von Hohenzollern). Luís XIV, já com o maior exército da Europa, sementaria o pânico a leste (com sua famigerada e genocida campanha do Palatinado) e a aliança a oeste (onde seu sobrinho foi colocado como Rei de Espanha, fundando uma casa dinástica no poder até os dias atuais).

A Era Napoleônica, como ficou conhecida, representou a conquista de toda a Europa pela águia francesa, desde Portugal até Moscou, quando em seu ápice, com muitos monarcas sendo destronados em nome de familiares e amigos do Imperador dos Franceses. Um de seus generais tornou-se rei da Itália, outro, da Suécia, cuja família real até hoje está no trono (Englund, 2004). Com efeito, a diplomacia francesa apenas demonstrou toda sua engenhosidade quando Talleyrand, ante a derrota final em Waterloo e a destruição de seu exército e invasão da capital, garantiu aos franceses a manutenção do *status quo ante* revolução (Waresquiel, 2015). Mesmo a tentativa de corte do fluxo de produtos e suprimentos ingleses com a Campanha do Egito foi eminentemente terrestre, tendo a Batalha de Abukir sido travada entre navios fundeados e a esquadra de Nelson (Keegan, 2004).

A França e a Rússia, representantes clássicos de *continentalpowers*, tentaram influenciar a vida das potências marítima ao final do século XIX (a URSS viria a fazer o mesmo durante a Guerra Fria, mas por motivos estratégicos que culturais, como sói ser em *continentalpowers* (Polmar, Brooks, Fedoroff, 2019), sem obter êxito. Mesmo a Alemanha (herdeira militar do colosso prussiano) o fez sem muito sucesso, apesar de haver infligidos importantes perdas durante as grandes guerras com a guerra de corso. Muito já foi falado sobre como o Poder Naval foi desenvolvido em *continentalpowers*. Contudo, cabe uma digressão deste conceito, posto que as condições geoestratégicas de França, Alemanha, Rússia (e até mesmo da China) são bastante distintas das brasileiras. O Brasil possui cerca de 50% do território sul-americano, com fronteiras pouco definidas geograficamente com dez dos doze coabitantes do cone-sul. Estendendo-se desde os pampas à floresta amazônica, com imensas riquezas conhecidas (e desconhecidas),

---

<sup>34</sup> Mesmo a expansão de Luís XIV e Napoleão I não devem ser vistas como mera vontade de poder, mas sim como movimentos dissuasórios e preemptivos, cujo cerne está ligado à mudanças de governos locais em prol da manutenção da ordem interna que lhes legitimava. Fica claro no Manifesto de Brunswick a razão por que lutavam contra a França revolucionária.

não faz sentido a comparação das condições ímpares da geografia brasileira com as idiossincrasias da Europa, seja por causa do plano geográfico, seja pelo decorrer dos históricos conflitos que se desenvolveram em solo europeu.

A contribuição incontestada de Travassos no entendimento do papel do Brasil no subcontinente sul-americano é impressionante, sobretudo no que tange à necessidade de integração dos planos de transporte, capazes de garantir a unificação dos diversos ambientes em prol do melhor aproveitamento do espaço a nós legado pelos pais da pátria. A concepção defensiva da geopolítica continental, expressa na “imensa projecção coordenadora no cenário da política e economia continental” refletiu-se por quase cem anos nas inúmeras tentativas de dotar o Brasil de rede de transporte conjugada, permitindo não somente a projeção militar e econômica nacional em todo cone-sul, mas também em seu imenso e heterogêneo território. Certamente que não cabe ao estudante da geopolítica brasileira analisar apenas o conjunto de fronteiras que nos rodeia, visto que as influências boreais legadas pela “instabilidade geográfica de certos territórios (...) o colombiano oscilante entre as influências diretas dos dois oceanos e imediatas da expansão *yankee*, desencadeada através da incubadora do mar das Antilhas” (Travassos, 1938) nesta região foram e são bastante evidentes. Ver a República como possuindo apenas 10 vizinhos sul-americanos é ignorar territórios franceses (Guiana francesa e Caribe) e britânicos (com diversas ilhas em todo Caribe e Atlântico Sul) em nosso entorno estratégico<sup>35</sup>. O controle e a hegemonia do subcontinente são essenciais à nossa sobrevivência enquanto país continental, cabendo, portanto, consideração similar ao mirar-se a grande massa d’água que a nós se apresenta (seja o Atlântico, seja o Pacífico, ou o Caribe e a Antártida). O *Raum* brasileiro, observado como metade do subcontinente, é o próprio subcontinente, e seu *Lage*, bem próximo, despertará a cobiça sobretudo das potências que nos são vizinhas.

É interessante que notemos a preponderância da visão continental nos estudos. O que não se abordou por estes mesmos *strategós* foi o papel da infantaria de marinha além-mar, fato que Mahan, em seu afã de transformar os Estados Unidos da América em um poder naval, conseguiu fazer. Após ele, os EUA se transformariam durante seu “esplêndido isolamento”: um poder anfíbio, conforme MacKinder teria teorizado (Mello, 1999, p. 39), potência capaz de unificar seus poderes terrestre e marítimo em um conjugado com potencial de projetar-se através de plataformas navais que mitigassem a sua inferioridade marítima, como foi o caso de Roma nas Guerras Púnicas e Esparta nas Médicas. O Brasil, com suas fronteiras terrestres e um

---

<sup>35</sup> Sem considerarmos a expansão de empresas chinesas pela África ocidental, ou mesmo a capacidade de submarinos nucleares e veículos aéreos não tripulados cuja furtividade os torna dificilmente detectáveis, mesmo quando já dentro do território nacional.

largo oceano à sua frente, não pode prescindir de um poder naval adequado (navios e fuzileiros navais), capaz de proporcionar condições ótimas para projetar seu poder terrestre em seus *locos* de interesse. A manutenção de seu poder de Império no subcontinente é crucial para garantir sua hegemonia e, conseqüentemente, sua segurança, largamente ameaçada e desafiada nos séculos passados.

Este “império” somente será mantido por meio de diversos fatores externos conseguidos não só por meio de um pujante poder militar onipresente no subcontinente mas numa compilação de fatores econômicos, sociais, políticos. Além disso, a democratização de serviços básicos da sociedade como o nível sanitário universal, a capacidade e capilaridade de oferecer educação a todos, uma indústria pujante (mesmo no que concerne ao setor agropecuário) e o desenvolvimento e a motivação de tecnologias e avanços científicos autóctones, que estejam na vanguarda da ciência e que permitam a efetiva soberania nacional (Mattos, 2002) são essenciais. Um conjunto de acordos que garantam a estabilidade político-econômica na região, uma defesa mais assertiva para o Atlântico Sul, Pacífico Sul, Caribe e Antártica, conforme largamente defendido por Therezinha de Castro, é condição *sine qua non* para a manutenção desta condição de *hegemon*. A constituição de e a participação em organizações internacionais (CARI-COM, Mercosul, UNASUL/PROSUL, Pacto Andino) ajudam na projeção do Brasil no mundo, ao mesmo tempo que o apresentam como um líder e estabilizador regional. O desenvolvimento de meios de transporte que interliguem a Amazônia, o Pantanal e suas respectivas bacias hidrográficas representa enorme esforço logístico, dificuldade que seria mitigada pudéssemos nós dispor de bases navais no Pacífico<sup>36</sup>.

Therezinha estava correta em conceber o Atlântico Sul como um ambiente de extensão do poder de império, sendo essencial que o Brasil tenha a consciência marítima sobre ele. Os recentes acontecimentos no Mar do Sul da China e no Mediterrâneo envolvendo Grécia, Turquia e os Estados Unidos (Archus, 2020) devem servir de alerta ao povo brasileiro de que a diplomacia das canhoneiras continua bastante ativa, apesar do amplo acesso dos Estados ao direito e à arbitragem internacionais<sup>37</sup>. Envolvendo a Antártida dentro do “entorno estratégico” brasileiro, Therezinha abre as portas para uma visão essencialmente *Ratzeliana* (ou seja, a da

---

<sup>36</sup> As dificuldades para dispor de “6.000 a 8.000 soldados” do Exército no Acre durante a ameaça de invasão da Amazônia pelo Peru (Alsina Jr., 2015), bem como a tentativa chilena de compor um novo polo de poder a partir da aliança com os estados Unidos durante o início do século XX são exemplos de dissabores diplomáticos que poderiam ser abordados de forma mais assertiva pela expressão Militar do Poder Nacional dispuséssemos nós navios de guerra com fuzileiros embarcados a pressionar brandamente os governos destes países por mar. Ainda hoje, a diplomacia das canhoneiras é amplamente utilizada pelos dois poderes híbridos da atualidade, EUA e China (McCoy, 2018),

<sup>37</sup> Mais uma vez, o diálogo meliano parece estar presente na sociedade anárquica.

busca pelas matérias primas, pelo *Raum*), haja vista as enormes reservas energéticas lá existentes.

Não se discute, entretanto, uma geopolítica ligada aos nossos mercados consumidores, às principais linhas de comunicação marítima e à necessidade de defende-las no intuito de manter a estabilidade sócio-econômica e conseqüentemente política. Neste sentido, em países continentais como o nosso a preocupação dos planejadores e estrategistas deveria ser dividida em duas partes: uma parte perene, voltada ao estudo das possibilidades e ameaças internas e regionais, conjugando-os às nossas forças e oportunidades; e outra fluida, mutante, cujo cerne representa a condição externa (externa inclusive ao nosso entorno estratégico), com vistas a mantermos o *status quo*, ou o melhorarmos em prol do progresso de nossas condições. Com ampla dependência do mercado externo (para onde escoamos nossa produção agrícola e de onde vêm boa parte de nossos insumos industriais e agrícolas), parece difícil que não haja preocupação com as SLOCS das quais somos usuários. As novas ameaças, ao mesmo tempo em que exigem grande coordenação e cooperação internacional, também exigem, dado o elevado nível de integração logística hodierno, maior capacidade de projeção da Expressão Militar do Poder Nacional, maior capilaridade de atuação e de permanência. O emprego e o preparo do Poder Naval para contribuir com a defesa da Pátria, neste prisma, não devem refletir apenas o entorno estratégico, mas qualquer área que represente ameaças potenciais à estabilidade social, política e econômica nacional, à soberania do Brasil e aos objetivos nacionais, sendo, portanto, capazes “de manter a segurança nas linhas de comunicação marítimas onde houver interesses nacionais”(Brasil, 2020).

Como em uma democracia a política acaba por definir quais os ditames a serem perseguidos como objetivos nacionais<sup>38</sup> em termo de estratégia, uma vez que, norteadora da geopolítica, traduzindo os anseios (potências) políticos (as) em movimento (Carvalho, 2010). Os objetivos nacionais, por mais fluidos e temporários que possam ser, restarão sempre como baluartes norteadores das atuações dos políticos, diplomatas e militares, cujo ofício, inspirado pelos vultos do passado, deverá inevitavelmente focar no perene desenvolvimento do povo brasileiro. Certamente o Brasil, desde sua gênese como país com governo constituído, possui uma

---

<sup>38</sup> “Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa; Preservar a coesão e a unidade nacionais; Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional; Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais” (Brasil, 2020).

concepção de projeção global<sup>39</sup>. Compreende-se, portanto, o descompasso entre a visão de defesa regional brasileira e a capilaridade global de sua diplomacia. Mesmo no século XXI, o pensamento dominante consiste na defesa do “Atlântico Sul”, visão que foi imposta, como vimos, pela necessidade do Brasil Império de impedir o surgimento de potência que pudesse ameaçar a hegemonia brasileira no cone-sul. A aquisição de navios de desembarque-doca, carros-de-combate, multipropósito e porta-helicópteros na década de 90 (*Ceará* em 90, *Rio de Janeiro* em 91 e *Mattoso Maia* em 94) e no início dos anos 2000 (*Alte. Sabóia* em 2004, *Garcia d’Avila* em 2008, *Bahia* em 2015 e *Atlântico* em 2018) garantiram ao Brasil uma “capacidade anfíbia de envergadura compatível com os meios disponíveis e seus efetivos, dentro da concepção geral de emprego da força”(Vidigal, 2002)<sup>40</sup>. Com efeito, a participação do Brasil na *MINUSTAH* deu forte impulso a estas aquisições, cujas toneladas de deslocamento contribuíam para o transporte de meios de Fuzileiros Navais e do Exército.

O incremento da capacidade anfíbia nacional aumentou o *locos* de atuação provável. Em 1992 Monteiro avaliava que “[o]s propósitos da atuação da MB nos diferentes cenários de interesse configuram uma postura ofensiva, na qual a presença e a dissuasão são atributos essenciais.” ComGerCFN entre dezembro de 2006 e dezembro de 2010, o Almirante-de-Esquadra Álvaro Augusto Dias Monteiro compreendeu, por meio de profunda avaliação da história e das potencialidades da infantaria de marinha nacional, que a capacidade estratégica do CFN o permitira seguir dentro dos *chokepoints* de acesso ao Atlântico Sul, abrangendo Canal do Panamá e Caribe, Estreito de Magalhães e Cabo da Boa Esperança. Ampliando o escopo de Golbery, Monteiro visualizou a atuação dos fuzileiros navais da mesma forma que a Estratégia Nacional de Defesa de 2020 (END), como responsáveis por contribuir com a

“defesa dos arquipélagos e das ilhas oceânicas em águas jurisdicionais brasileiras, (...) e para a participação em operações internacionais de paz, em operações humanitárias e em apoio à política externa em qualquer região que configure cenário estratégico de interesse”.

<sup>39</sup> O ataque à Napoleão em 1809, as patrulhas atlântica o tráfico negreiro, a viagem de circunavegação, a participação nas duas guerras mundiais, a saída da Sociedade das Nações, o envio de tropas (comando missões) ao Egito e diversos outros teatros e o período em que sediou importantes convenções climáticas e eventos esportivos são mais que suficientes para demonstrar o desejo de *Weltpolitik* brasileiro, o que não condiz com a postura regional de sua defesa.

<sup>40</sup> Em audiência pública na comissão de Relações Exteriores e Defesa, o Almirante Moura Neto, descreve os navios de transporte e desembarque como “meios navais com características e capacidades indispensáveis à realização de operações anfíbias” podendo “ser empregados para transporte de material e pessoal para participar de uma força de paz, bem como contribuir para ações do Estado em situação de calamidade pública”. O Programa de Reaparelhamento de Marinha previa a modernização do NDCC Ceará e “construir com tecnologia nacional em estaleiros nacionais, um navio-transporte de apoio a um projeto que iniciará em 2009, de 4 anos.” (Moura Neto, 2007).

Com efeito, o já explicitado histórico do CFN remonta exatamente a compilação destas tarefas, de forma gradual e constante, culminando nas missões de paz sob a égide de organismos internacionais (regionais ou mundiais). A END aumenta o escopo e as responsabilidades do CFN. Vocacionado inicialmente a possuir “Artilheiros Marinheiros, de Fuzileiros Marinheiros e de Artífices e Lastradores”, o CFN, por meio da FFE, assumiu tamanha importância dentro da Expressão Militar do Poder Nacional. Doravante, o CFN, com recursos humanos e materiais adequados, deverá representar o ponto focal de tropas desdobradas no terreno (dentro ou fora do Brasil, dentro ou fora do entorno estratégico), os interesses nacionais no exterior. Sem exceção, “[o]s meios para o corpo de fuzileiros navais são empregados em operações anfíbias, operações ribeirinhas e operações de paz” (Moura Neto, 2007). Destas últimas o escopo de atuação é a área de segurança, cabendo a outras agências das Nações Unidas a abordagem a pontos que podem vir a contribuir para o cumprimento da missão (Sena, 2014).

A atualização do acervo de meios de fuzileiros navais, refletido na aquisição de navios de transporte durante as duas primeiras décadas dos anos 2000 está ligada diretamente a esta nova concepção, mas apresenta ecos do passado, com a necessidade da criação de duas divisões anfíbias (Jobim, 2009), cumprindo com o já preconizado por Guillobel (que acreditava em três “destacamentos” dispostos pelo litoral). O Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) de 2009, reformulado em 2013 (Wai Zee, 2017), a fama de competência e profissionalismo dos militares brasileiros e a mostra de postura internacional do Ministério da Defesa durante a participação na *MINUSTAH* são provas de que estamos prontos a atuar de forma mais afirmativa no cenário internacional, sobretudo no que tange aos *locos* de interesse nacional (as linhas de comunicação marítimas entram nesta concepção), mantendo-se a necessidade da anuência da ONU ou demais organismos internacionais ou regionais (Wagner, 2015). Um dos maiores entraves fica consubstanciado no processo decisório para *deployment*<sup>41</sup>, bem diferente dos processos dos membros permanentes<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Segundo Kenkell, 2011: “The process begins when the United Nations, typically by way of DPKO, informally requests the Permanent Mission of Brazil for a stance on a possible contribution of troops to an operation under planning. The Permanent Mission evaluates the request in light of the country’s interests at the United Nations and forwards it to the Ministry of External Relations. The MRE informally consults with the Defence Ministry (MD) on the availability of troops, and with the Presidency regarding the domestic political expediency of deployment. A formal request is sought from DPKO; the MRE and the MD respond in a Joint Statement of Motives (Exposição de Motivos Conjunta). Input is sought here as well from the Ministry of Planning and Budget, which must approve the stocking-up of the military budget for the operations. The process then moves to the Legislative Branch, by means of a Presidential Message to Congress containing the request and the Ministries’ evaluation.”

<sup>42</sup> Tanto na França quanto nos Estados Unidos e no Reino Unido cabe ao Chefe do Executivo (presidentes e monarca, assessorado pelo primeiro-ministro) a responsabilidade pelo envio de tropas, havendo apenas uma comunicação formal informativa ao legislativo sobre a decisão, não cabendo a este poder o veto. Na Rússia e na China procedimento semelhante se apresenta.

A falta de tropas desdobradas nas missões em que possui a liderança como no Oriente Médio e África (Conliffe, 2016), infelizmente, freiam este movimento, e a necessidade de aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (conforme o artigo 42 da Carta das Nações Unidas), antes de um entrave, representa um impulso ao “realismo brasileiro” de garantir, ante suas demandas, a aprovação consensual de seus pares no concerto das nações. Neste cômputo, é de grande benefício tanto a evolução das parcerias de desenvolvimento técnico em países “em construção”<sup>43</sup> quanto a visão holística de “*peacebuilding* brasileiro” (Abdenur e Call, 2017), com foco na cooperação Sul-Sul, ao mesmo tempo que promove uma maior “exportação” do poder militar.

O que se percebe, contudo, é que, apesar do impulso dado nas primeiras décadas do século XXI, há um claro movimento de *retrenchment* das Forças Armadas brasileiras. O fim da *MINUSTAH* refletiu-se no retorno de todos os soldados brasileiros desdobrados nos teatros de operação da ONU, com exceção de observadores militares e de Estado-Maior de operações de paz. Apesar da relevância do número de soldados em missões da ONU<sup>44</sup> na demonstração de comprometimento com os ideais e esforços da organização, resta claro que a falta de utilização dos militares em missões expedicionárias (independente da natureza) permite maior utilização do poder militar na contingência de problemas internos, muitas vezes não ligados a problemas militares como campanhas de vacinação, segurança de eleições, pacificações de comunidades e escolta de viaturas com suprimentos críticos quando da greve dos caminhoneiros. Em que pese as missões constitucionais dos militares, o alto índice de aprovação social e de confiança na caserna, aliado ao baixo da classe política, empurra tarefas destinadas aos entes federativos abaixo da União para os militares, impedindo tanto o adequado adestramento para a guerra quanto a resolução dos reais problemas, sejam eles os militares externos, sejam os internos que deveriam ser resolvidos pelas agências competentes (Alsina Jr., 2016 e Rosa Brooks, 2017).

#### 4.4 Os Fuzileiros Navais e os objetivos nacionais

O CFN, cujas origens remontam os Bourbon de Portugal e que realizou a primeira operação expedicionária anfíbia combinada da história do Brasil, teve uma evolução incrível no decorrer do último século. Concebido primeiramente para ser uma espécie de corpo de

<sup>43</sup> Grupos de Assessoramento Técnico estão atualmente ativos em diversos países de nosso entorno estratégico como Namíbia e São Tomé e Príncipe.

<sup>44</sup> Em 2019, os cinco membros permanentes do conselho de segurança soavam 3.569 peacekeepers. O G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão), 6.989. O bloco *Uniting for Consensus* (México, Turquia, Argentina, Paquistão e Malta) totalizam 7.361; e a União Africana (UA) que reúne, com os cinco que mais contam soldados, 21.854 *peacekeepers* (o maior contribuinte é a Etiópia, com pouco mais de sete mil soldados).

polícia naval com as tarefas de guarda de instalações navais, todos os fuzileiros hoje se orgulham em ostentar uma farda que já representou o Brasil em diversas missões, tanto dentro do território quanto fora dele. A evolução histórica da tropa anfíbia nacional, Força Expedicionária por excelência, ajuda-nos a compreender a concepção e primazia dada aos fuzileiros navais por diversos chefes navais que impulsionaram o desenvolvimento doutrinário e tecnológico da infantaria de marinha do Brasil, cujas origens lusitanas<sup>45</sup> contribuíram significativamente para o impulso marítimo do Corpo. “Da praia de Caiena às ruas do Haiti” o CFN evoluiu consideravelmente, chegando a constar permanentemente na Estratégia Nacional de Defesa. Sua vocação anfíbia e natureza indissociável da Marinha do Brasil garantiu que as características de mobilidade e permanência estivessem presentes tanto em sua gênese quanto na atualidade, permitindo trazer à tona sua característica expedicionária. É indubitável, portanto, que os capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas continuará a ditar boa parte das atividades dos Fuzileiros Navais no exterior. A doutrina oriunda das décadas de missões de paz e já recepcionada pelos *peacekeepers* hodiernos (Relatório Brahimi, HIPPO, Relatório Santos Cruz) hoje já se encontra internalizado nas doutrinas dos Fuzileiros Navais. A maior profusão dos meios de comunicação e a democratização da imprensa tornaram imperioso o preparo dos *peacekeepers* a partir da observância de princípios caros aos direitos humanos e ao respeito e ética profissionais. A condição de pronto emprego exige, automaticamente, a manutenção de tropa adestrada e com recursos humanos e materiais adequados ao nível 4 da *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (UNPCRS)*<sup>46</sup>.

Diversas características geográficas (larga extensão territorial abrangendo diversos biomas e com problemas lindeiros), históricas (a rivalidade entre Exército e Marinha, refletida sobretudo no evento do tiro efetuado pelo Barão de Ladário contra o General Deodoro da

---

<sup>45</sup> Graças ao traslado da corte para o Brasil, nos foi possível herdar forte aparato administrativo do reino Português, fator que, por si só, contribuiu bastante para a administração da coisa pública no Reino Unido e, mais tarde, no Império. Mesmo com a hibernação operativa que se observou desde Caiena em 1809 até a década de 1950 com a gestão Guillobel, gestada deveras pela indisciplina da tropa e da maruja (refletida nas Revoltas da Armada e do Batalhão Naval) e por questões políticas oriundas do maior protagonismo político do Poder Terrestre (além de Deodoro e Floriano, Hermes da Fonseca, Gaspar Dutra e Getúlio Vargas foram chefes de estado que, mesmo não sendo necessariamente militares, tinham uma clara predileção pelo desenvolvimento do Poder Terrestre em detrimento do Naval, por uma questão de integração nacional e estabilidade social), que via no Poder Naval um contrapeso em questões orçamentárias, o CFN hoje é apresentado ao povo como tropa profissional e com elevado grau de prontidão.

<sup>46</sup> Esse sistema é exposto na publicação UNPCRS Guidelines, e seguem para melhor compreensão *ipsi literis*: “There are four distinct levels of the PCRS, defined as follows: **Level 1:** A pledged capability has been fully accepted and registered in the PCRS. **Level 2:** A Level 1 capability has received a successful Assessment and Advisory Visit (AAV) has been deemed deployable. **Level 3:** A Level 2 pledged capability has its Contingent-owned Equipment and Personnel aligned with a specific or generic UN military/police requirement (SUR). **Rapid Deployment Level (RDL):** A unit at the RDL is ready for deployment to any UN filed mission within 60 days of a formal invitation from the Secretariat.”

Fonseca na manhã de sexta-feira, quinze de novembro de 1889, mas também presente na imagem de força indisciplinada legada pelas revoltas da Armada e da Chibata e, mais tarde, com o Almirante Aragão) e sociais (país com grandes mazelas sociais; fracas instituições democráticas cuja integridade foi desafiada pelo menos em 1894, 1930, 1937, 1952, 1964 e 1967) forçaram nossos estrategistas a conceber o Brasil como um *continentalpower* clássico. A contribuição de Travassos na compreensão do papel do Brasil no subcontinente, bem como de Terezinha de Castro no desenho da “saída” do Brasil para seu entorno estratégico Golberyano permitiu maior aceitação popular (e parlamentar) para as diversas missões de paz que se apresentaram no decorrer dos 70 anos de brasileiros em Operações da ONU, além de uma presença mais assertiva do poder militar brasileiro, mesmo quando em concurso com outros ativos do poder nacional (como no caso da Antártica), sobretudo na região abrangida pelo Caribe, América Central e do Sul. Esta concepção estratégica corresponde aos anseios imperiais de hegemonia no subcontinente, e de Paranhos Jr. de uma convivência pacífica com os Estados Unidos, aplicando um “corolário Rio-Branco” à Doutrina Monroe<sup>47</sup>. Como principal legado do Barão, a unidade nacional e a segurança das fronteiras é essencial ao próprio sentimento nacional. Na tradição imperial, a manutenção de Batalhões de Operações Ribeirinhas (Belém, Manaus e Ládário) e sua capacidade de pronto emprego (o que implica não apenas a questão do adestramento, mas também do nível de prontificação do material e meios de transporte fluviais, aéreos e terrestres) são essenciais para contribuir na consecução deste tipo de operação, “levadas a efeito em águas interiores e em áreas terrestres a elas adjacentes por forças militares que empregam meios navais, terrestres e aéreos”(Brasil, 2020). Além disso, a atuação da FFE em missões de salvaguarda do patrimônio nacional e integridade territorial garante a importância de dotar esta organização da mobilidade e flexibilidade necessárias aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, contribuindo para a coesão e a unidade nacionais, mas, mais do que isso, para a adequada projeção militar do Brasil além-mar.

Os diversos planos de estruturação e reaparelhamento da Marinha do Brasil apenas passaram a contemplar sua vertente anfíbia após a Segunda Grande Guerra, por clara mudança de eixo doutrinário e material militar (terrestre) da Europa (Império Alemão e França) para os

---

<sup>47</sup> Este termo representa a visão do Barão de garantir uma América do Sul para os Brasileiros, no mesmo sentido que os Estados Unidos criam no continente americano para eles. Esta visão *monroeniana* pode ser percebida em diversos episódios da história americana, como a Guerra com a Espanha, a questão limítrofe entre Venezuela e Reino Unido no final do século XIX e o imbróglio com as potências europeias por conta das dívidas venezuelanas de 1902 (Magnoli, 1997). Rio-Branco, indubitavelmente, acreditava que a força militar deveria ser um “guarda-chuva” para os interesses nacionais, senão em escala global, pelo menos no subcontinente. Mesmo com pouco ou nenhuma participação nos planos Noronha/Alexandrino, Juca Paranhos foi um enorme defensor do aumento do poder da Marinha do Brasil, tendo inclusive indo de encontro com os planos navais de Marques de Leão de afundar os navios amotinados durante a Revolta da Chibata.

Estados Unidos da América (apesar de os estaleiros britânicos ainda continuarem como predileto do poder naval, como podemos observar com as aquisições do *Garcia d'Ávila*, *Sabóia* e *Atlântico*, antigos RFA *Sir Galahad*, RFA *Sir Bedivere* e HMS *Ocean*). A vontade de fazer do CFN um reflexo do USMC nos trópicos esbarrou nas limitações tecnológicas e de capacitação de mão de obra, sobretudo após a Revolução nos Assuntos Militares do início do século XXI (Albero, 2016). Uma tropa anfíbia, cuja vocação depende de intermodalidade logística tanto para seu adestramento quanto para as missões reais, necessita, para sua própria existência, do desenvolvimento de tecnologias inerentes ao seu emprego, cujo cerne é mantido pela atuação do conjugado anfíbio. Não há como pensar em desenvolver o Corpo de Fuzileiros Navais sem uma profunda avaliação do desenvolvimento tecnológico autóctone, com geração de conhecimento, emprego e renda para os brasileiros. Os ganhos para a Base Industrial de Defesa e diversos setores envolvidos seriam enormes. Neste ponto, as operações anfíbias, que dependem da unidade das três Forças para seu sucesso, tornam-se na grande propulsora da autonomia tecnológica e produtiva da indústria de defesa, sobretudo em áreas com alto nível tecnológico como sistemas de comando e controle, automação, sensoriamento remoto e sistema de armas.

A maior propensão pela exportação da capacidade econômica nacional aos diversos continentes<sup>48</sup> exerce pressão direta para que a Marinha do Brasil esteja presente, salvaguardando as linhas de comunicação marítimas e os ativos nacionais no exterior. A necessidade de realizar a defesa destes ativos pode vir a representar tanto a necessidade de um desembarque anfíbio quanto de uma evacuação de não combatentes, estas últimas ativadas por um embaixador a qualquer momento que o ambiente assim o determinar (Brasil, 2020). Uma onipresença, além de ser inviável devido às contenções orçamentárias impostas pelas condições de miséria do povo, importaria uma gigantesca remodelação da estrutura e concepção do Poder Naval. Há que se conjecturar, contudo, que a presença naval rotineira em pontos de interesse dota o Poder Nacional da mobilidade estratégica, alcance, flexibilidade e independência requerida a uma potência de primeira grandeza, permitindo uma maior proteção aos bens e recursos nacionais (Till, 2009). Crescer economicamente impõe uma Marinha de Guerra adequada e, conseqüentemente, Fuzileiros Navais aptos a realizar uma miríade de missões refletindo a salvaguarda de “pessoas,

---

<sup>48</sup> Balanço da CAMEX mostra que, desde 1997, o total da exportação brasileira para China, União Européia e Estados Unidos 621,7, 685,2 e 495,3 bilhões de dólares. Só estas cifras (que no ano passado foram de, respectivamente, 65, 32 e 29 bilhões) já seriam suficientes para que houvesse maior preocupação quanto à perenidade e liberdade para o transporte de produtos entre Brasil e seus principais mercados parceiros, cujas rotas englobam Estreito de Málaca e Cabo da Boa Esperança, Gibraltar e Canal da Mancha e Mar do Caribe. O Brasil continua valendo-se da proteção que seus parceiros com capacidade marítima o proporcionam, dentro ou fora do Atlântico Sul, assumindo, como o Império Russo ou o Império Celeste, que “nenhum mal o sucederá”. Infelizmente, A Guerra Russo-Japonesa e as Guerras do Ópio mostraram o quanto seus governantes estavam enganados. Com efeito, os Partidos Comunistas Russo e Chinês não repetiriam (e não repetem) o mesmo erro de outrora.

bens, recursos e interesses nacionais situados no exterior”. Não se trata de uma diplomacia das canhoneiras (cuja premissa é a vontade efetiva de uso da força), mas sim de garantir “atividades menos coercitivas”, como “visita a portos” e “contribuição com operações multinacionais” (Speller, 2014). A Marinha do Brasil contribuiria para “incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações”, sobretudo possuindo um (ou, como pensado por Guillobel, três) Grupo de Fuzileiros Navais constantemente embarcado, em condições de realizar operações anfíbias ou de evacuação de não combatentes.

As necessidades estratégicas atendidas por uma Marinha apenas estariam completas com a existência de tropas terrestres, sobretudo de uma Marinha que pretende envergar a bandeira de uma potência global<sup>49</sup>. Além das principais rotas comerciais por onde trafegam nossas importações e exportações, faz-se mister que as rotas potenciais sejam abordadas por esta “patrulha”, não na condição de um *continentalpower* como o faz a Federação Russa<sup>50</sup> com o estabelecimento de bases de maneira dramática no Ártico, fruto da futura diminuição de 40% da distância Europa x Ásia e dos reflexos que isso terá para o detentor daquele oceano (Stavridis, 2017), mas sim de um *amphibiouspower*, capaz de proteger seus navios e seus produtos, e projetar poder sobre terra, quando necessário, não necessitando para isso, porém, de uma expansão territorial como os Estados Unidos no início do século XX. Sem possuir bases próprias, cabe, como parte do esforço naval e cooperação transnacional, garantir, através de parcerias, a perenidade do apoio logístico a estas Forças-Tarefa encarregadas de garantir a segurança/proteção (Beirão, 2014) das linhas de comunicação, litorais e portos de maior interesse nacional.

---

<sup>49</sup> “Maritime strategy is about access, and it is about control. To ensure commercial diplomatic and military access (...) a navy and affiliated forces must amass the capacity to control physical space. In particular, they must assert control of the links in the economic geography of production, distribution, and consumption. (...) Maritime forces must shield coastal economic hubs and seaports where goods are loaded aboard ship and take to the sea-lanes. They must regulate the maritime common – the connective tissue connecting producers to consumers – in the interest of safe shipping. They must oversee access to foreign seaports where cargo is unloaded for distribution to buyers.” (Holmes, 2019).

<sup>50</sup> Apesar da postura continental dos Romanov a Rússia Soviética investiu pesadamente na construção de uma marinha que pudesse contrapor-se à norte-americana, sobretudo com a larga construção de submarinos nucleares e bases nas regiões de Kamchatka e Chukotka, próxima à fronteira com o Alaska (Khlevniuk, 2015).

## 5. SUGESTÕES PARA O CONJUGADO ANFÍBIO BRASILEIRO

*¡Que lejos se está en obtener algo, si se há malogrado el deseo de poseerlo, por temor a las exigencias que su conquista comporta!*

*San Josemaria Escrivá, 1968*

[E]u diria que a atuação do Brasil em missões de paz e em posturas de direitos humanos é um excelente mecanismo — e o sucesso brasileiro aí já é comprovado.

Antes de recuperar o discurso de ingresso como membro permanente no Conselho de Segurança, o Brasil deve reforçar o rol de razões para tal. O Brasil deve ampliar o portfólio de eventos, por meio dos quais seja capaz de atuar na construção e preservação da paz e na segurança coletiva e internacional, ser estruturador de instituições democráticas e apostar na cooperação técnica para implantação de instituições jurídicas e de segurança em Estados frágeis e Estados falidos.

Se o Brasil vier a fazer isso de uma forma bem feita, naturalmente a nossa linha de argumentação vai se fortalecer perante os objetivos que queremos atingir.

**Aragão<sup>1</sup>, 2014.**

O “braço expedicionário” do Corpo de Fuzileiros Navais (Força de Emprego Rápido – FER) é um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, formado *ad hoc* quando da necessidade de ativação em decorrência de alguma instabilidade<sup>2</sup>. A FER possui uma estrutura não padronizada, que, segundo o CGCFN-30, tem como base componentes de combate, apoio ao combate e apoio de serviços ao combate, podendo constituir em sua composição hospital de campanha, grupo de apoio ao desembarque administrativo e outros. A constituição da FER, sua concentração e *deployment* devem ocorrer de uma maneira rápida o suficiente para que a missão seja cumprida no menor tempo possível e da forma mais econômica (economicidade), sempre agindo dentro de normas expedidas pelo governo federal (legalidade), através de uma ordem de ativação da Presidência da República, contando com a prévia autorização do parlamento. Este intrincado e complexo processo burocrático mina uma das principais características da FER, o pronto emprego, indo na contramão do que se espera de uma tropa em constante adestramento e alto grau de resposta. Uma tropa de emprego rápido, ferramenta imprescindível a uma potência global, precisa estar em condição de ser enviada para qualquer lugar de interesse a qualquer hora, observando-se o modal e dosagem adequados, de maneira a permitir a dissuasão e impedir a escalada do conflito.

<sup>1</sup> Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. Membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018).

<sup>2</sup> Na definição dada pela NORFORESQ 30-15A.

Tropas de infantaria leve não possuem a mesma capacidade de dissuasão de tropas de infantaria pesada, influenciando tanto a percepção do comprometimento do *deployer* em relação ao país que as requisitou, quanto a possibilidade de escalada, transformando uma ajuda a um país amigo em uma explosão entre diversas nações (Frederick et al., 2020). A mesma pesquisa nos mostra que tropas de infantaria pesada, quando estacionadas no terreno, são mais eficientes que navios ao largo, aeronaves ou submarinos nucleares (mesmo quando comparamos a capacidade de *stand-off* de mísseis balísticos lançados de plataformas submarinas indetectáveis, tropas de infantaria pesada podem efetivamente frear o avanço do exército inimigo<sup>3</sup>).

Descartando-se, portanto, o estabelecimento de bases em territórios soberanos de outros países (posição que estaria indo de encontro à tradição político-diplomática do Brasil, bem como aos princípios das relações exteriores), faz-se mister que: i) a Marinha do Brasil possua condições de realizar o *deployment* da FER de maneira rápida e adequada, em qualquer local de nossa área de interesse; ii) a FER possua o poder de combate adequado a dissuadir o ente inimigo de realizar seu intento ou, no caso de já o ter realizado, permitir o retorno ao *status quo ante*; iii) que a estrutura de ativação da FER esteja em um patamar que permita maior rapidez no processo decisório; e iv) a doutrina de emprego da FER seja bem delimitada ao combate, puro e simples, deixando outras atividades (sobretudo as benignas e de uso limitado da força) para outras unidades, da FFE ou da Expressão Militar do Poder Nacional.

Em primeiro lugar, deve-se discutir a subordinação da FER à FFE. Parte constituinte do CFN, indissociável à Marinha do Brasil, faz-se mister que a FER, como braço de pronto emprego dos Fuzileiros Navais, possua em sua composição navios que a dotem da mobilidade e flexibilidade necessária a garantir seu desdobramentos. Navios anfíbios mantidos em prontidão também se traduzem como soluções inadequadas, vez que cada navio possui sua própria característica, e que mesmo possuindo planos de embarque de carga nas belonaves em questão, o processo de embarque é demorado, bastante burocrático e exige alto grau de coordenação. Sem levar em conta os navios que permitirão seu desdobramento obtém-se um composto bastante frágil.

A FER deve possuir em sua composição não só o componente terrestre da FFE, devendo-se levar em conta os navios da esquadra em apoio direto (tanto para seu transporte quanto para a escolta e segurança indispensáveis às operações anfíbias), e demais

---

<sup>3</sup> Um bom exemplo disso foi a campanha dos Estados Unidos na síria, quando lembramos que bastou sua saída para o início dos avanços dos aliados russos. Submarinos lançadores de mísseis balísticos não foram suficientes para impedir esta investida. Da mesma forma, bombas nucleares de ambos os lados não impediram o fechamento de Berlim pelos Soviéticos, a crise dos mísseis de Cuba ou os problemas ainda encontrados no Mar do Sul da China concernentes à propriedade/independência de Taiwan.

potencialidades vitais para combater as diversas ameaças do século XXI<sup>4</sup>. Para tanto, a FER deve possuir tantos navios anfíbios quanto navios de escolta, submarinos e uma ala aérea (além de membros de ligação tanto das demais forças singulares como de forças auxiliares que possam vir a ser imprescindíveis ao cumprimento da missão), permitindo que as três dimensões de combate dotem à FER a versatilidade necessária.

A FER precisa ser constituída de acordo com o estado de prontidão dos navios, mas também dos fuzileiros navais que a compõem. Neste caso, considerando-se os três anos necessários ao adestramento dos Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav), com um ciclo que engloba instruções de Emprego Limitado da Força, Operações Ribeirinhas e Operações Anfíbias, a Força de Emprego Rápido deve estar em condições de assumir qualquer tarefa dentro do espectro que abarque as tarefas básicas do poder naval (sobretudo na contribuição para o controle de área marítima e a negação do uso do mar, mas também em operações benignas). Após três anos de adestramento, como um Batalhão de Infantaria em sua plena lotação, com adestramento, conhecimento e material. Resta claro que é necessário que haja mais um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais dentro da Divisão Anfíbia (DivAnf), ou que, como delineado por Guillobel e Jobim, haja mais uma Força de Fuzileiros da Esquadra.

Após passar por três anos de formação, este Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais nucleado pelo BtlInfFuzNav, com seus apoios de combate e apoio de serviços ao combate, estaria apto a compor a FER, tornando-se o núcleo do componente terrestre da Força de Emprego Rápido. A manutenção dos laços táticos é essencial à manutenção do poder combatente. Sendo assim, é forçoso que haja um acréscimo no número de militares especializados em apoio de serviços ao combate e apoio ao combate. As organizações militares do Comando da Tropa de Reforço (ComTrRef) e do Batalhão de Operações Especiais devem possuir uma tabela de força de trabalho em condições de atuar em, no mínimo, quatro distintos GptOpFuzNav, três dos quais em adestramento, e um em emprego rápido, garantindo laços táticos adequados.

Tão importante quanto a administração dos Comandos de Força da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComDivAnf e ComTrRef), o gerenciamento de cada GptOpFuzNav, no que tange a meios e adestramentos específicos a cada missão, ficaria a cargo do comando deste Grupamento (comandante e respectivo Estado-Maior). Assim como o Comando da Tropa de Desembarque (CmdoTrDbq) foi gerado no intuito de se tornar mais célere a geração de

---

<sup>4</sup> Uma compilação das ameaças hodiernas está bem descrito na resolução 2482/2019 do Conselho de Segurança da ONU.

planejamentos específicos aos GptOpFuzNav, esta nova estrutura demanda a formação de mais um CmdoTrDbq, responsável por este GptOpFuzNav-FER.<sup>5</sup>

O poder de combate está diretamente relacionado ao poder dissuasório, além de corroborar com a percepção de engajamento do país que envia seus militares. No caso do Brasil, cujos princípios das relações exteriores requerem respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, o envio da FER deve ser revestido tanto da aquiescência do país a ser auxiliado quanto da comunidade internacional (organizações regionais como OEA, UE, UA ou SCO, i.e., ou a própria ONU). Isto em absoluto representa uma diminuição da flexibilidade de desdobramento da FER, devendo ser encarada como uma ratificação do processo decisório brasileiro. Logicamente que o tempo de resposta da FER frente a uma instabilidade que venha a influenciar em nossa Zona de Interesse Político estará diretamente relacionado à capacidade de nossos meios de transportes navais/aeronavais, à concentração prévia da Força, ao caminho realizado pela ordem de ativação/desdobramento, e à dosagem do poder de combate.

Os meios de transporte terão grave importância para o desdobramento da FER, não apenas por serem os Fuzileiros Navais uma parte indissociável da Marinha do Brasil, como também pela inexecutabilidade de desdobramento no caso da inexistência de navios (ou de sua existência, mas não prontidão). O caso de os navios anfíbios e helicópteros estarem diretamente subordinadas à FER (ao CmdoTrDbq que comandará esta FER) reveste todo o aparato de maior manobrabilidade, permitindo rapidez em seu *deployment*. É por este mesmo motivo que a FER (meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais) deve estar previamente concentrada, embarcada e pronta para partir, tão logo chegue ordem para seu *deployment*. A resposta será efetiva e eficaz caso o discurso diplomático seja cancelado pelo desdobramento da FER no teatro de operações, mas, antes disso, pelo suspender da FER, com poder de combate suficientemente adequado<sup>6</sup>.

A adequação do poder de combate logicamente dependerá da situação e da missão. As novas ameaças do século XXI representam combates assimétricos, sobretudo que incluem

---

<sup>5</sup> Esta característica pode ser observada desde as guerras medievais onde os exércitos realizavam cercos no intuito de conquistar cidades e manter o ímpeto do ataque através da manutenção da cadeia de suprimentos. A conquista destes “pontos fortes” era essencial ao desfecho das guerras e mesmo para os tratados limítrofes pós-guerra.

<sup>6</sup> A pesquisa de Frederick et al. (2020) também denota uma gradação no poder persuasório do tipo de meios/tropas desdobradas. Em primeiro lugar estão tropas estabelecidas no terreno, do tipo que os EUA/OTAN mantém em países do Leste Europeu, Alemanha e Japão. Por último, estão as plataformas navais. Este achado coloca em xque inclusive a capacidade dissuasória dos Poderes Nucleares, colocando-os, de certa forma, no mesmo patamar dos poderes não nucleares. Mesmo sem contarmos com o Poder Nuclear, tropas de infantaria são mais temidas do que navios com capacidade de lançamento de mísseis, guerra eletrônica e bombardeio estratégico. Este fato pode ser observado durante a Segunda Guerra Mundial, quando os bombardeios estratégicos britânicos (*Carpet Bombing*) não foram tão efetivos para minar o *willing to fight* dos alemães quanto os desembarques na Sicília e Normandia, ou o avanço soviético da frente oriental.

milícias e grupos terroristas com tarefas de desestabilização e erosão do *status quo*. Os problemas daí oriundos (a pirataria, tráfico de drogas ou pessoas, terrorismo *et cetera*) não envolverão a chancela de governos, sendo muito pouco provável, mas não impossível, que a FER venha a se deparar com Exércitos formalmente constituídos<sup>7</sup>. Em todo caso, em uma missão que venha a envolver conflitos interestados, a dosagem do poder de combate será realizada de acordo com o estudo dos fatores fixos e do inimigo. A FER certamente seria a *spearhead*, mas seria logo seguida por *follow-on forces*<sup>8</sup>.

Destes quatro pontos acima relatados, o processo decisório para a ordem de desdobramento continua sendo o maior problema para garantir o verdadeiro emprego rápido da FER. Até que uma ordem de *deployment* chegue à FER, como ela é hoje constituída, deve-se passar do Presidente da República para o Ministro da Defesa, Comandante da Marinha, Comandante de Operações Navais, Comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra, Comandante da Tropa de Desembarque. Este trajeto, apesar da rapidez legada pelos processos eletrônicos hodiernos, não permite dotar à FER a rapidez com que ela deve atuar para a consecução dos objetivos político-estratégicos nacionais<sup>9</sup>. O intuito é permitir ao Presidente da República Federativa do Brasil (PR) dos mesmos poderes com que o Presidente dos Estados Unidos (President of the United States – POTUS) comanda *deployment* em casos extraordinários<sup>10</sup> de “threat to the national security and foreign policy”<sup>11</sup>, ou Reino Unido e República Francesa.

No caso britânico, a prerrogativa de enviar tropas está com o Primeiro Ministro, em nome da Coroa. Segundo Mills (2018) as “[d]ecisions on military action are taken within the Cabinet with advice from, among others, the National Security Council and the Chief of the Defence Staff”. Certamente que o direito consuetudinário britânico acabou por determinar, baseado na miríade de ocasiões em que as Forças Armadas Britânicas precisaram ser enviadas às mais diversas partes do globo, uma forma mais simples e flexível com que o Chefe de Estado

<sup>7</sup> Não obstante, a possibilidade de enfrentamento inter-estados continua sendo a principal hipótese de emprego das Forças Armadas tanto no Brasil quanto nos demais países do mundo.

<sup>8</sup> Uma situação de crise internacional garantiria uma inflação do poder de combate da FER, passando-se de uma UAnf para uma BANf (usando-se três batalhões de infantaria, sendo um em reserva, de acordo com a doutrina ora vigente). Há que se compreender, contudo, que a depender do caso, a FER pode ser reforçada com batalhões do Exército Brasileiro (EB) cuja natureza de tropa seja de valor ao cumprimento da missão.

<sup>9</sup> Seguindo-se a definição de Monteiro, 2012, O Corpo de Fuzileiros Navais se traduz em uma força de caráter estratégico, devendo, portanto, estar subordinada e na hierarquia de um nível estratégico. É exatamente este ponto que deve ser avaliado, com o Comandante do CmdoTrDbq-FER em um posto de oficial general.

<sup>10</sup> <<<https://www.loc.gov/law/help/usconlaw/war-powers.php>>>, a *War Powers Resolution* ( [Public Law 93-148, 87 Stat. 555](#)) permite que o POTUS envie tropas em casos extremos, podendo permanecer até 60 dias. A legislação exige um relatório por escrito do POTUS ao congresso, explicando “(A) the circumstances necessitating the introduction of United States Armed Forces; (B) the constitutional and legislative authority under which such introduction took place; and (C) the estimated scope and duration of the hostilities or involvement.”

<sup>11</sup> Joint Resolution - Public Law 107–40 107th Congress, de 18 de setembro de 2001.

(a Coroa) e o Chefe de Governo (o Primeiro Ministro) poderiam decidir pelo *deployment*. Sendo assim, “[i]n constitutional terms Parliament has no legally established role and the Government is under no legal obligation with respect to its conduct, including keeping Parliament informed”<sup>12</sup>. A evolução do *Seapower* inglês permitiu que o *deployment* de tropas além-mar fosse encarado pelo povo britânico (e da *commonwealth*) como uma atividade mais que necessária para garantir a estabilidade sócio-política não só da Ilha da Grã-Bretanha, mas também das colônias/territórios/países membros. A manutenção da perenidade das *SLOCS* era e ainda é vital.

De forma bem similar, os franceses mantêm com seu presidente a decisão de intervenção de suas Forças Armadas, cabendo ao Chefe de Governo (Primeiro Ministro) a defesa territorial francesa, não possuindo o Parlamento Francês nenhuma autoridade para impedir o Presidente de seus desígnios<sup>13</sup>. Mesmo sendo uma potência terrestre clássica, e com um largo histórico de intervenções não muito bem sucedidas ao fim das contas<sup>14</sup>, a República Francesa compreendeu a importância de se dotar o Presidente da república de maior liberdade de ação em prol da defesa dos ideais franceses no mundo<sup>15</sup>. Ambas as potências acima descritas (em que pese sua característica marítima x continental antagônica) resolveram por dotar o Chefe do Executivo (a Coroa no caso Britânico e o Presidente no caso francês) das prerrogativas de fazer a guerra. Em ambos os casos, nem mesmo um voto de repúdio, ou uma resolução do congresso nacional, é capaz de impedir o envio de tropas a qualquer lugar do mundo, onde os interesses nacionais estejam em perigo. Em que pese os diferentes conceitos que podem ser compreendidos no termo “interesse (ou segurança) nacional”, não há, como outrora (sobretudo nos séculos XV a XVIII) arbitrariedade quanto ao uso dos militares fora do território continental (talvez a exceção tenha sido a crise de Suez, nos anos 1950, quando nem a ONU tampouco EUA foram favoráveis à incursão franco-britânica no Egito contra Nasser).

<sup>12</sup> MILLS, Claires, House of the Commons Library.

<sup>13</sup> << <http://www.rfi.fr/fr/moyen-orient/20130903-france-etats-unis-qui-decide-intervention-militaire-parlement>>> acessado em 27 de fevereiro de 2020, às 23:22.

<sup>14</sup> As Guerras de Luís XIV não trouxeram grandes ganhos territoriais; após o congresso de Viena, as fronteiras da França de Luís XVIII voltaram a ser as mesmas de antes das Guerras Napoleônicas; após a Primeira Guerra Mundial, não obstante a rica região da Alsácia, as fronteiras francesas não mudaram de grande vulto, tampouco após a Segunda; as intervenções na Indochina foram coroadas por diversas derrotas, que culminaram na Guerra do Vietnã pela política de contenção dos Estados Unidos. Ainda hoje, as intervenções francesas na África não são vistas como conhecidos casos de sucesso.

<sup>15</sup> O artigo 35 da constituição francesa de 1958 (5ª República) diz que “La déclaration de guerre est autorisée par le Parlement.”. No mesmo artigo, ela expõe que “[I]orsque la durée de l'intervention excède quatre mois, le Gouvernement soumet sa prolongation à l'autorisation du Parlement. Il peut demander à l'Assemblée nationale de décider en dernier ressort”. No artigo 50, a constituição francesa relata que, no caso de se « une motion de censure ou lorsqu'elle désapprouve le programme ou une déclaration de politique générale du Gouvernement, le Premier ministre doit remettre au Président de la République la démission du Gouvernement.” Não há, contudo, nenhuma forma de o Parlamento Francês evitar ou frear a vontade presidencial de enviar tropas.

Não cabe, a este ponto, fazer-se regressões históricas sobre o nível decisório de envio de tropas reinante durante boa parte da evolução humana. O que deve ser dito é que os conceitos constitucionais atuais exigem que o povo, por meio de seus representantes, conduza a ordem dos conflitos nacionais. A soberania da República Federativa do Brasil<sup>16</sup> impõe ao povo que dê a última palavra quanto à atuação de suas Forças Singulares. Mesmo na Inglaterra, onde o soberano é o monarca, já há profunda discussão quanto ao controle do poder de guerrear<sup>17</sup>. No Brasil, o ímpeto presidencial de lançar-se em um conflito é travado pelos freios do Congresso Nacional, cuja maioria absoluta precisa aprovar a decisão do PR de uso das Forças Armadas<sup>18</sup>. A constituição, portanto, compreende que deve haver, pelo povo, a vontade explícita de engajar o país em um conflito, haja vista a quantidade hercúlea de recursos. A utilização da FER, contudo, não consiste em uma declaração de Guerra, apenas em uma ação que visa diminuir o danoso reflexo de fatos com potencial de aumentar o risco social e institucional do Brasil. Com recursos pré-aprovados ao seu funcionamento, a previsibilidade orçamentária torna a atuação brasileira em missões combinadas ou apenas com nossas tropas mais palatável.

Uma operação desta magnitude prescinde de meios pertencentes às três forças singulares. Como nos mostra a história das guerras, é impossível projetar poder sobre terra sem que haja uma situação aérea favorável (o que demanda minimamente o comando do espaço aéreo sobrejacente à Área do Objetivo Anfíbio), condições marítimas que permitam a aproximação dos meios navais, e tropas do Exército que possuam poder de combate suficiente para seguir na operação, se for o caso. Neste sentido, é impossível que desenhemos a FER como uma Força composta tão somente de elementos do Poder Naval. Faz-se mister que haja elementos do Poder Terrestre e do Poder Aéreo, compondo, assim, uma grande operação conjunta, cuja *spearhead* seria um GptOpFuzNav-FER, sendo seguido por grande poder terrestre advindo do Exército<sup>19</sup>, de acordo com o estipulado no UNPCRS. Esta conjunção de Forças Singulares demanda

---

<sup>16</sup> O artigo 1º da Constituição descreve que “todo poder emana do povo”. Nada mais justo que o povo reivindique a si o ponto final sobre o envio de tropas além-mar. O que se discute é tão somente a celeridade do processo, podendo o parlamento atuar após a decisão, juntamente com o judiciário, exercendo sua força no aparelho de *checks & balances*.

<sup>17</sup> O envio de tropas britânicas e francesas ao Egito durante a crise de Suez – quando Nasser tomou o canal à força – causou grande repúdio, não só no povo britânico quanto em antigos aliados (o Presidente Eisenhower, em seu discurso de 31 de outubro de 1956, expressa esse descontentamento com a aventura militar franco-britânica, urgindo por “*a long succession of reunions and conferences (...) with participation by the United Nations*”- <https://www.eisenhowerlibrary.gov/eisenhowers/speeches>>> acessado em 29 de fevereiro de 2020 às 23:07. O envio de tropas ao Iraque, durante a Guerra ao Terror também acendeu esta preocupação no Parlamento.

<sup>18</sup> Art. 49 da CRFB. Tanto o início quanto o fim da Guerra e um tratado de paz precisam ser aprovados pelo congresso Nacional.

<sup>19</sup> As *follow-on forces* são de grande valia para a manutenção do efeito dissuasório, uma vez que, como abordado na pesquisa da RADN Corporation, forças de combate leve possuem a tendência de escalar o conflito, além de representarem pouco comprometimento em relação ao país auxiliado.

adestramentos conjuntos (qualificação de pilotos da aeronáutica em pouso e lançamento de plataformas navais, embarque e desembarque de tropas do exército em navios de guerra e mercantes *et cetera*) e a padronização de suprimentos. Não há que se cogitar, portanto, que a FER permaneça subordinada ao ComFFE, tampouco ao Comandante de Operações Navais ou ao Comandante da Marinha. Tratando-se de uma Operação Conjunta, nada mais aceitável que este comando e controle esteja diretamente ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), órgão com capacidade estratégica suficiente para refletir, na atuação da FER, o Poder Nacional. O EMCFA, cuja meta precípua consiste no “planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares”<sup>20</sup>, contando com elementos de ligação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)<sup>21</sup>, terá condições de dotar a FER de apurada compreensão do panorama estratégico, permitindo sua atuação em uma larga rede geográfica onde os interesses nacionais estejam em ameaça. Da mesma forma, a ligação com o Ministério das Relações Exteriores é imprescindível.

Nesta nova configuração, o PR, através do EMCFA, teria uma tropa nucleada por um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, com elementos das três Forças Singulares a ele adjudicados (aeronaves e facilidades inerentes à sua sustentação logística em campanha da Aeronáutica; elementos de ligação do Exército Brasileiro com a tarefa de preparar a AOA para o recebimento das *follow-on forces*, se for o caso), capaz de projetar-se por qualquer dos pontos em que os interesses nacionais fossem postos em ameaça. Outra maneira de se garantir a possibilidade de efetivo pronto emprego seria uma mudança na legislação/constituição, permitindo, tal qual o *War Powers Act*, que o PR envie tropas frente a ameaças à ordem institucional (leia-se, ameaças à harmonia socioeconômica), fato que, devido à nossa cultura terrestre e defensiva, parece bastante remota.

O Conjugado Anfíbio Nacional, a capacidade de projeção de tropas terrestres, de forma sustentável, em território fora de nosso entorno estratégico, é essencial para garantir à Expressão Militar do Poder Nacional a confiabilidade e a flexibilidade necessárias à manutenção dos interesses nacionais. Isto em mente, tecnologias devem ser desenvolvidas no intuito de

---

<sup>20</sup> Segundo o art. 11 da Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, “Compete ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios conjuntos e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.”

<sup>21</sup> As competências do GSI (“analisar e acompanhar assuntos com potencial de risco”, “prevenir a ocorrência de crises e articular seu gerenciamento, na hipótese de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional” e “coordenar as atividades de inteligência federal e acompanhar assuntos relativos ao terrorismo e às ações destinadas à sua prevenção e à sua neutralização e intercambiar subsídios com outros órgãos para a avaliação de risco de ameaça terrorista”) garantem melhor acurácia ao processo decisório não somente do comandante da FER como do EMCFA.

se permitir esta projeção, desde navios anfíbios e de escolta até armamentos individuais compatíveis e padronizados não apenas entre as forças, o que já é uma necessidade de complexa solução, mas também entre nossas Forças Armadas e a de nossos aliados. A padronização tecnológica deve ser uma meta constante a ser alcançada entre aqueles que conosco compartilham a visão de segurança comum, sobretudo os que fazem parte de nossa cadeia produtiva e que estão diretamente ligados à cadeia de suprimentos de nossos mercados interno e externo.

Uma das grandes preocupações de poderes marítimos foi a construção de alianças que garantisse a segurança do sistema econômico, a fim de permitir seu crescimento através das ondas e dos *chokepoints*. Em contrapartida, poderes terrestres sempre focaram na *pax romana* (ou *napoleonica* ou *americana* ou *chinesa*), um constante estado de contenção de revoltas sociais contra o poder instituído. Poderes Anfíbios, uma vertente híbrida, precisavam desenvolver meios de unir sua “esfera de influência”, não como Reinos Tributantes ou Estados Vassallos<sup>22</sup>, mas sim como companheiros unidos em prol da segurança coletiva e do crescimento mútuo e harmônico. Nossa zona de interesse deve compreender muito mais que uma zona de paz e cooperação, refletindo-se num ambiente de desenvolvimento econômico, social e econômico. Neste ínterim, a Base Industrial de Defesa possui um grande papel de padronização tecnológica, desenvolvimento técnico-científico e profusão da economia das nações que abraça, gerando emprego e renda não só no Brasil, mas também nos países parceiros.

O desenvolvimento de uma Base Industrial de Defesa (BID), como bem explicito pelo Presidente Dwight D. Eisenhower em seu discurso de despedida, é uma faca de dois gumes: se por um lado permite o desenvolvimento tecnológico e garante a empregabilidade de milhares de nacionais por meio de investimentos diretos do governo, por outro cria um “establishment” cuja influência pode ser danosa para o desenvolvimento das instituições democráticas, do livre mercado e da livre iniciativa, uma vez que torna o orçamento governamental peça chave na motivação da pesquisa. Eisenhower, ex- Comandante Supremo das forças Aliadas desde a Operação *Overlord* até o fim da Guerra, compreendia bem como essas mudanças econômicas e sociais poderiam influenciar em diversas matizes da sociedade norte-americana, cujos reflexos ainda hoje podem ser sentidos. “*We must never let the weight of this combination*

---

<sup>22</sup> A “paz econômica” da Inglaterra e Holanda não foi uma paz no sentido *strictu* da palavra, uma vez que, em seu esforço para manter o equilíbrio de poder entre as nações, conquistaram colônias e, por não poucas vezes, dizimaram populações indígenas (a história da colonização holandesa no sudeste asiático, ou da colonização britânica na Austrália são exemplos disso). Apesar disso, não havia embates diretos entre os poderes marítimos e os poderes terrestres, a não ser quando motivados, em geral, pela Armadilha de Tucídides (a Armada de Filipe II contra a Inglaterra de Elizabeth, os contínuos planos de invasão de Napoleão e Hitler contra os bretões, frutados por Nelson e pela RAF, respectivamente). Poderes continentais baseavam sua “paz militar” com concentrações de exércitos e guerras limitadas (a Rússia ainda mantém esta tradição czarista que, por diversos motivos, passou pela União soviética sem muitas mudanças, e a França apenas abandonou esta prática após a Guerra Franco-Prussiana).

*endanger our liberties or democratic processes*”<sup>23</sup>. A BID é essencial para maior independência e soberania de forças expedicionárias. Desenvolver uma BID vai muito além de motivar a geração de empresas vocacionadas às coisas militares, compreendendo o desenho de toda cadeia de suprimentos e o entendimento das expectativas dos *stakeholders*<sup>24</sup>. Além disso, o estabelecimento de uma BID é projeto de longo prazo. A concepção construção do submarino nuclear, por exemplo, teve sua gênese há mais de 40 anos, com o início do Programa Nuclear da Marinha (PNM), em 1979, e apenas agora apresenta seus frutos bélicos e de tecnologia aprendida.

Outro problema do desenvolvimento da BID está na definição, o quanto antes, de como a Marinha do Brasil deve portar-se, ou seja, se ela deverá ser uma Marinha de Águas Azuis (focando em uma projeção global com presença mais visível), ou uma Marinha de Águas Marrons (focando na segurança regional e nas águas jurisdicionais brasileiras – AJB). A compra de navios anfíbios e multi-propósito, que sugeririam uma posição mais voltada para o mundo e mais assertiva quanto aos problemas globais, antagoniza com os gordos investimentos em um submarino nuclear sem capacidade de lançamento de mísseis balísticos, uma vez que servirá peremptoriamente para a negação do uso da zona econômica exclusiva. Esta postura também consta na Política Naval: enquanto afirma que “[o] Brasil, devido à situação socioeconômica, extensão territorial, espaços oceânicos e suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) de interesse, atua na comunidade internacional como ator global”, também delimita a utilização do Poder Naval “nos oceanos, e no Atlântico Sul, principalmente; Vias Fluviais e Águas Interiores ; Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem”. A visão de uma Marinha no século XXI assumindo uma posição de *fleet-in-being* não parece ser a assumida pelas potências comparáveis economicamente (o Brasil é, hoje, o 9º maior Produto Interno Bruto do Mundo, ficando atrás de Estados Unidos, China, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Japão, Índia e Itália, todos países que projetam seu poder para além de seu alcance regional, contribuindo ativamente para a manutenção do equilíbrio global).

É imperioso, para maior projeção do conjugado anfíbio da Marinha do Brasil maior compreensão pela sociedade da importância econômica das linhas de comunicação marítima além do Atlântico Sul, sobretudo as que ligam nossa economia à China (nosso maior parceiro

---

<sup>23</sup> The White House. Text of the address by the president

<sup>24</sup> Um exemplo da história faz-se necessário: durante boa parte de sua existência, a Inglaterra precisou garantir para seus estaleiros as matérias primas necessárias à construção de seus navios. Essas matérias primas eram oriundas dos países do Mar Báltico, e também exportavam as mesmas matérias primas a seus inimigos. No intuito de manter o recebimento em seus portos e impedir o recebimento nos portos continentais, a Inglaterra resolveu-se por acordos comerciais, mas também pela utilização de seu Poder Naval com operações de comboio e de bloqueio. Com a concentração da indústria de ponta no que tange aos sistemas hodiernos, bem como às turbinas, criar uma BID autóctone é esforço permeado por diversos desafios, sobretudo dos países produtores.

comercial, representando superávit de US\$ 28,09 bilhões em 2019), Estados Unidos e Europa (cuja balança, não obstante ser deficitária, representa forte entrada de tecnologia ao Brasil)<sup>25</sup>. Não há como negar que o mar mantém a economia brasileira ativa internacionalmente, e que tratá-lo de forma leviana custar-nos-á caro<sup>26</sup>. A manutenção da perenidade do fluxo de nossos produtos aos seus mercados finais é um efeito desejado que demanda bastante esforço de segurança (tanto *safety* como *security*), cooperação e integração, mas jamais deve ser relegado a terceiros. Uma Marinha com um perfil naval que compreende esta preocupação deve estar preparada para assumir responsabilidades condizentes com a estatura do país cujos interesses defende<sup>27</sup>.

Submarinos nucleares permitem a defesa de *chokepoints*, mas não são capazes de resolver os problemas em terra. Da mesma forma, esquadras gigantescas podem controlar *SLOCS* e até mesmo definhá-lo por inanição, mas jamais conseguirão garantir a segurança plena desta mesma *SLOCS* se não estiver apta a, projetando poder sobre terra, combater o cerne do problema<sup>28</sup>. A segurança de uma *SLOC*, portanto, apenas pode ser dada através tanto da vigilância do itinerário quanto do controle do *chokepoints*<sup>29</sup>. E o controle de *chokepoints* precisa de tropas especializadas e aptas a esse tipo de tarefa. A definição, portanto, de qual o papel da Marinha no século XXI é essencial para que o desenho do Poder Anfíbio possa ser feito. Com esta definição, os três pilares do Poder Naval (navios, estaleiros e recursos

---

<sup>25</sup> Assim como a Holanda, Inglaterra outrora, e Estados Unidos hodiernamente (e China nos últimos anos com a *Belt and road Initiative*) todo o caminho do produto, desde o porto de origem no território nacional, ao porto de destino no país importador são pontos que influenciam na economia e, conseqüentemente, na capacidade de equilíbrio nacional. É incrível não se considerar o Estreito de Gibraltar e o Golfo de Biscaia ou o Estreito de Málaca (superávit de US\$ 4,262 bilhões com a Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, em 2019) como pertencentes ao nosso entorno estratégico, mesmo observando que África (US\$ 1,957 bilhões em 2019) e América do Sul (US\$ 7,295 bilhões em 2019) representam os maiores superávits na Balança comercial por bloco econômico. << <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>> acessado 2 de março de 2020, às 20:50.

<sup>26</sup> De acordo com a ONU, 90% do comércio internacional é realizado através do mar. <<https://business.un.org/en/entities/13>>, acessado em 02 de março de 2020, às 21:13.

<sup>27</sup> Palmerston compreendeu esta necessidade de uma Marinha de Guerra capaz de proteger as *SLOCS* tanto no Atlântico como no Pacífico. Castlereagh e Churchill também. A base da defesa Britânica, como bem colocado por Corbett em *Some principles of Maritime Strategy* sempre foi transformar a costa inimiga em sua fronteira estratégica. Não à toa Nelson destruiu a esquadra dinamarquesa em 1801, e Churchill afundou navios franceses no início da Segunda Guerra Mundial. Uma Marinha com tal potencial apenas pode existir calcando-se em Batalhas Decisivas, ou seja, garantindo a superioridade naval em sua área de interesse.

<sup>28</sup> Exemplo disso pode ser visto no cerco a Malta por Solimão, o Magnífico, no bloqueio continental Napoleônico, nas inúmeras conquistas japonesas no início do século XX, na guerra entre EUA e Reino Unido em 1812 e na Guerra do Peloponeso.

<sup>29</sup> Dois exemplos na história que corroboram com isso são o controle britânico de Suez-Gibraltar e o controle Turco de Bósforo-Dardanelos. O primeiro, em despeito da quantidade de navios britânicos no Mediterrâneo e Índico, foi balançado durante a encampação do canal por Nassar em 1956. A situação piorou quando práticos soviéticos foram chamados no lugar dos já experientes britânicos. A questão de Bósforo-dardanelos nos remete à conquista de Constantinopla por Maomé II. Desde este episódio (1453), a entrada para a Criméia ficou prejudicada, mesmo tendo os Russos a superioridade material.

humanos<sup>30</sup>) e, por consequência, do conjugado anfíbio (BID, alinhamento diplomático e logística) também estarão a caminho. Além disso, o apoio à política externa ainda se constitui em uma tarefa nobre a Marinha do Brasil.

Sem o desenvolvimento da indústria nacional de defesa, torna-se impossível garantir a sustentação das forças desdobradas, sobretudo em países longínquos, cuja infraestrutura de abastecimento esteja em colapso, e ferramentas de comunicação para os processos de aquisição tradicionais estejam ameaçados. Enviar forças anfíbias para o combate, longe de casa e sem habilidade de mantê-las é contribuir para o insucesso antes mesmo do primeiro tiro disparado. A Indústria de Defesa é peça fundamental para a existência de confiabilidade e segurança para os militares em missão, cujos suprimentos não estarão atrelados a vicissitudes oriundas das oscilações cambiais, tampouco da manutenção de laços diplomáticos com o produtor, cujos alinhamentos podem vir a ser prejudiciais à nossa causa. A existência de um conjugado anfíbio adequado necessita de uma BID que contemple a integração das Forças Singulares, não somente no que tange ao comando, controle, computação, comunicações, inteligência e informações (C<sup>4</sup>I<sup>2</sup>), mas também na padronização dos suprimentos, equipamentos, meios e doutrina de emprego. A capacidade de integração entre as Forças Singulares define boa parte do sucesso das operações conjuntas e, conseqüentemente, das operações combinadas, sobretudo quando pensamos em operações coordenadas sob a égide de organismos internacionais.

A dependência de pontos e fornecedores avançados para a manutenção de uma cadeia de suprimentos aceitável está no cerne da construção e desenho da Base Industrial de Defesa. Apesar de diversos planejamentos militares contemplarem planos de apoio logístico integrado, a falta de uma BID de larga escala e grandes empresas que atuem no mercado dificulta a realização de campanhas militares de maior vulto e por mais largo período, influenciando diretamente na capacidade de permanência da Força. Uma cadeia de suprimentos que possui como um dos elos um fornecedor alienígena está fadada a depender de alinhamentos diplomáticos que, em caso de conflitos, podem desvanecer rapidamente, impedindo a perenidade no fornecimento de itens essenciais ao adequado funcionamento dos ativos de combate. Materiais bélicos, sobretudo aqueles de uso específico das Forças Armadas (ou seja, que não podem ser aproveitados através do duplo-uso) precisam ter sua concepção, desenho, construção e teste em indústrias autóctones. Esta preocupação assombra o Brasil desde o início de sua vida como Reino Unido à Portugal e Algarves, quando, chegando ao Brasil, o então Príncipe Regente instalou Escolas Militares (Academia Real de Guardas Marinha e Academia Real) e fábricas de

---

30 Esta base tripla foi definida pelo almirante Richardson.

pólvora e de munições. Antes dele, a Casa do Trem de Artilharia já havia sido estabelecida no Rio de Janeiro em 1762 pelo então vice-rei Gomes Freire de Andrade (Andrade, 2016). No caso do conjugado anfíbio, as capacidades da BID compreendem uma amálgama que pretende unificar os poderes naval, terrestre e aéreo, uma vez que, para projetar-se sobre terra, a FER necessita apresentar estas capacidades<sup>31</sup>. A conjugação de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais é essencial para a exequibilidade das operações anfíbias, tornando essencial que a BID compreenda tecnologias que integrem estas habilidades do Poder Militar.

A de se compreender, contudo, que não se está exigindo que toda a BID seja vocacionada ao desenvolvimento do conjugado anfíbio. O que se espera é que haja, dentro da estrutura piramidal da BID (Amarante, 2012) um órgão que tenha por tarefa a conjunção dos esforços em prol da integração tecnológica, científica, industrial e logística, permitindo, além de maior compressão dos esforços, a consequente economia de escopo e de escala que deve ser legada à uma bem estabelecida indústria de defesa. Neste contexto o Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN) pode vir a assumir o mesmo papel desempenhado pelo Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e o Centro Técnico Espacial (CTA), formando, em conjunto com o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) um complexo de pesquisa e desenvolvimento em produtos de defesa, vocacionado não somente para o adequado desenvolvimento das capacidades inerentes ao conjugado anfíbio, mas também para a coordenação de esforços em prol da P&D de produtos estratégicos de defesa (PED) diretamente a ele relacionados, atuando sob a supervisão da Subchefia de Integração Logística (SUBILOG) e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa (CASLODE).

A constante agenda de operações combinadas incluindo estes Estados precisa ser uma demonstração, sobretudo, de nossa potencialidade, motivando maior pesquisa tecnológica e doutrinária entre os cooperadores a partir da padronização de procedimentos. Este ponto está diretamente relacionado ao desenvolvimento de uma capacidade logística global, característica que permite não apenas a projeção, mas também a sustentação das forças em campanha. Além disso, é exatamente esta cadeia de suprimentos que permitirá desdobramentos sustentáveis e maior sustentação durante as campanhas militares. Ação em amplo espectro deve ser levada em consideração, vez que exigirá maior flexibilidade e versatilidade dos recursos (materiais e humanos) da FER. A exportação da BID funcionará, portanto como um meio que contribuirá para

---

<sup>31</sup> Mesmo em operações que não cobram assaltos anfíbios, a presença do conjugado anfíbio é elemento essencial ao adequado desempenho do Poder Anfíbio. A união de aeronaves, meios de desembarque e da tropa terrestre necessita de padronização de procedimentos,

a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”, além de gerar empregos e desenvolvimento tecnológico.

O segundo alicerce do Poder Anfíbio é o alinhamento diplomático, uma vez que são exatamente os princípios da política exterior<sup>32</sup> e os objetivos da República Federativa do Brasil<sup>33</sup> que delimitarão suas tarefas. Um país que se concentra mais na estabilização de suas fronteiras não necessita desenvolver um pujante Poder Naval, tampouco seu conjugado anfíbio<sup>34</sup>, vez que não precisa projetar seu poder longe de suas bases de sustentação<sup>35</sup>, apesar do potencial defensivo de operações de contra desembarque, como já mostrado anteriormente. Como reflexo dos princípios da política exterior, o artigo 4º de nossa constituição não nos remete a um mundo puramente liberal, promulgando a defesa da paz, o repúdio ao terrorismo, e a cooperação entre os povos, pontos que, entre outros, precisam possuir uma vertente militar com que cancelar seus argumentos. Apesar da possibilidade do uso da diplomacia, uso da coerção política, ações de tropas especiais, e de implantação de medidas econômicas<sup>36</sup> a atores que destoam negativamente das nações da comunidade global, a combinação de ação militar e sanções institucionais e econômicas são efetivas tanto para o alcance do objetivo político, quanto para a estabilização social, já que diminui o tempo de resistência, impedindo que as sanções econômicas reflitam-se em revoltas e instabilidade social<sup>37</sup>. O conjugado anfíbio

---

32 Conforme delimitados no art. 4º da Constituição de 1988: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político; e a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

33 Conforme delimitados no art. 3º da Constituição de 1988: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos.

34 A Rússia, país continental por excelência, é um bom exemplo de Poder Terrestre. Sempre em busca de expansão, o império Russo teve uma taxa de crescimento territorial imbatível na história, vindo a constituir uma Marinha de grandes proporções apenas durante graves crises que exigiam este tipo de cometimento por seu povo (não que isso fosse relevante, vez que o povo russo só viria a ganhar uma voz após o estabelecimento da Duma no início do século XX): durante as campanhas petrinas em Azov, no fim do século XVII, e após a segunda guerra mundial, mais como uma política de embate e dissuasão ao *containment* de Spykman que como estratégia militar.

35 As Campanhas pré-Petrinas de Azov, a Grande Guerra do Norte e as Guerras Napoleônicas são demonstrações de distensões na cadeia logística, apoiadas pelo (ou tentativa de) estabelecimento de destacamentos de apoio de serviços ao combate ou bases avançadas. Pedro Romanov conseguiu mitigar o problema logístico com a constituição de uma Força-Tarefa Ribeirinha e por diversos desembarque anfíbios na Suécia. Napoleão, devido à incapacidade de tráfego no Mar do Norte e Mediterrâneo (reflexo do controle britânico), não teve o mesmo êxito em 1812.

<sup>36</sup> HUFBAUER, Gary C., JEFFREY J. Schott. "Economic Sanctions and U. S. Foreign Policy." *PS* 18, no. 4 (1985): 727-35. Accessed March 6, 2020. doi:10.2307/419135. As Nações Unidas utilizam termos específicos para estas medidas não englobadas em ações militares (*conflict prevention, peace enforcement, peacemaking, peace-keeping, and peacebuilding*).

<sup>37</sup> Lektzian, David, and Patrick M Regan. "Economic Sanctions, Military Interventions, and Civil Conflict Outcomes." *Journal of Peace Research* 53, no. 4 (2016): 554-68. Accessed March 6, 2020. www.jstor.org/stable/43920609.

nacional, portanto, precisa representar esta vertente militar, garantindo que os princípios da política exterior sejam respeitados alhures.

A necessidade de autorização do Congresso Nacional<sup>38</sup> para o *deployment* causa morosidade, impedindo uma ação rápida frente às ameaças que possam se apresentar. Frente ao alto custo de se manter destacamentos militares empregados em diversos pontos de nossas SLOCs de interesse, há uma real necessidade de que possamos, prontamente, enviar tropas para onde forem necessárias, seja em apoio a alguma nação amiga, seja para defender diretamente nossos interesses. Esta necessidade se reflete não somente na manutenção de alto nível de prontidão operativa da FER, mas também da facilidade e rapidez com que esta Força pode ser enviada. Como Comandante Supremo das Forças Armadas<sup>39</sup>, deve caber ao presidente o ônus desta causa, sendo portanto o decisor nestas ocasiões. Como nos Estados Unidos<sup>40</sup>, França<sup>41</sup> e no Reino Unido<sup>42</sup>, o Chefe de Estado é o responsável por enviar e retrain contingentes militares, cabendo, conforme o caso, apenas avisar ao Congresso as causas, objetivos e estado final desejado. Apesar de haver a possibilidade de instituição de um debate, não há, por parte do congresso, nenhuma medida cabível, além do impedimento, que impeça a remessa de tropas, permanecendo, portanto, a continuidade do trabalho e o respeito à condição de Comandante Supremo do Chefe de Estado. Certamente que a evolução histórica das sociedades fez surgir instrumentos positivos de fundamentação da autoridade suprema sobre as forças armadas. Em todo caso, acompanhando-se os tempos hodiernos e as ameaças impostas pelo aprofundamento das ligações globais, mudanças neste sentido dotariam o Brasil de maior força no sistema internacional anárquico-realista.

O terceiro elemento do conjugado anfíbio é uma consequência do correto estabelecimento dos demais. A logística constitui-se em peça fundamental às campanhas militares, representando, portanto, a espinha dorsal de uma tropa expedicionária<sup>43</sup>. Não há possibilidade de

---

<sup>38</sup> Conforme art. 1º da Lei nº 2.953 de 17 de novembro de 1956.

<sup>39</sup> Conforme preconizado no art. 142 da CRFB.

<sup>40</sup> De acordo com a *War Powers Resolution* de 7 de novembro de 1973.

<sup>41</sup> « *La déclaration de guerre est autorisée par le Parlement. Le Gouvernement informe le Parlement de sa décision de faire intervenir les forces armées à l'étranger, au plus tard trois jours après le début de l'intervention. Il précise les objectifs poursuivis. Cette information peut donner lieu à un débat qui n'est suivi d'aucun vote* ». Articlé 35 de la Constitution du 4 octobre 1958.

<sup>42</sup> “*In constitutional terms, therefore, Parliament has no legally established role in the deployment of the Armed Forces and the Government is under no legal obligation with respect to its conduct, including keeping Parliament informed.*” (Mills, 2018).

<sup>43</sup> O problema de distensão da cadeia de suprimentos foi o motivo de várias derrotas na história, das quais podemos citar os Persas durante a Guerras Médicas, o exército de Alexandre Magno, as derrotas de Aníbal, a tentativa de conquista de Nápoles por Carlos e França no início do século XVI, a invasão da Irlanda pela Espanha, os territórios conquistados pela *Barbarossa* nazista, e, mais atual,

sustentação de uma força se a cadeia logística é quebrada, ou se ela é tão distendida que se torna inexecutável. Exemplos históricos são diversos, e isto continua a amedrontar os verdadeiros estrategistas militares e geopolíticos, cujas aspirações estão no cumprimento da missão por meio dos menores custos possíveis (não só custo financeiro, mas também político, diplomático e econômico-social).

A BID é importante para a logística, assim como sua internacionalização e padronização dos países em nossa zona de interesse. A exportação de nossas empresas aumenta nosso comprometimento com o progresso tecnológico de nossos países amigos, permitindo que o desdobramento da FER seja acompanhado da confiabilidade adequada. O controle da cadeia de suprimentos é uma obsessão militar (e empresarial), cujo reflexo se projeta na soberania nacional e na arquitetura e desenho de uma cadeia de suprimentos *ad hoc*, formulada com o fim específico de servir a determinada operação. Neste sentido, a BID é fundamental, bem como as parcerias nacionais e internacionais.

O desenvolvimento do conjugado anfíbio nacional além de demandar a BID, a diplomacia e a logística, precisa da compreensão política de que, sem sua existência, o Brasil não poderá jamais ter o peso político no cenário internacional que almeja ter desde D. Pedro I, passando por Arthur Bernardes e chegando aos anos de ativação da UNIFIL e MINUSTAH. Não obstante um assento como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU seja um objetivo claro, a capacidade de projeção de poder não deve a ele estar relacionado, uma vez que é exatamente o uso do Poder Anfíbio que tem sido utilizado como ferramenta para motivar mudanças na ultrapassada estrutura decisória das Nações Unidas<sup>44</sup>. Forças Expedicionárias são largamente utilizadas por países que pretendem aumentar sua influência em fóruns internacionais<sup>45</sup>, oferecendo mudanças no *status quo* sem apresentar forças disruptivas bruscas que infligiriam conflitos (frios ou quentes) derivados da Armadilha de Tucídides. Um poder continental clássico, como o caso brasileiro, não deve negligenciar os acontecimentos além-mar, fora de seu “entorno estratégico”, vez que, no mundo de hoje, eventos externos se entrelaçam continuamente a eventos internos.

---

44 Três sugestões de mudança de composição do Conselho Permanente são bastante conhecidas. A primeira é oriunda do Grupo dos Quatro (G4 - Brasil, Alemanha, Japão e Índia), a segunda da União Africana (UA), e a terceira da Union for Change (UfC - Paquistão, Itália, Espanha, Argentina, Turquia, Canadá, México e Malta).

45 Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas empregam, em conjunto, cerca de 3,6 mil soldados. G-4, UfC e UA contam, respectivamente, 7 mil, 7,4 mil e 21,9 mil. Estes números refletem dois pontos importantes. O primeiro consiste em compreender-se que o envio de soldados para missões de paz não se constitui em um ponto culminante na decisão de realizar mudanças estruturais no CSONU, uma vez que, unidos, os membros permanentes somam quase metade do G-4 e um sexto da UA. O segundo é que há um esforço conjunto para que cada um desses players sobressaia como motivadores de mudanças. – Fonte: The World Bank e UN Peace Operations.

O caso brasileiro é único, posto que temos uma longa fronteira e um largo oceano. Nenhum de nossos vizinhos apresenta-nos (agora) perigo de invasão ou qualquer animosidade militar, e não há perigosas potências marítimas impedindo-nos de projetar poder naval para fora de nossos portos. Diferente da Índia (às vistas com Paquistão), Rússia (cujo entorno marítimo e terrestre é compartilhado com OTAN) e China (acorrentada por confusas linhas de limites de soberania marítima e com problemas lindeiros a Oeste), o Brasil é livre para expandir sua influência sem correr riscos territoriais, levando sua bandeira de respeito aos direitos humanos e não a dominação colonial.

O desenvolvimento do poder naval não é um caminho natural em poderes continentais, aparecendo em momentos de suma necessidade, e fenecendo quando a ameaça desaparece. No caminho inverso aos Poderes Marítimos, o desenvolvimento da Marinha de Poderes Continentais é um movimento *top-down*, motivado pelos estadistas que vêem na Marinha uma ferramenta de defesa ou ataque, sempre pensando na integridade territorial. A mudança de paradigma ocorre quando o povo percebe que a Marinha é essencial para sua defesa, permitindo que o território inimigo se transforme na linha de frente. E o Poder Anfíbio é uma evolução deste pensamento, uma vez que exige *zeitgeist* mais voltado para a necessidade de defesa econômica e estratégica. Esse é exatamente um dos motivos pelos quais Tropas Anfíbias não devem ser encaradas como uma conformação tática, mas sim estratégica, importante no desenho do “entorno estratégico”, cujos limites serão os limites de sua atuação, puxados pela importância econômica das linhas de comunicação marítima e de seus *chokepoints*. Os dois grandes objetivos tradicionais da política externa brasileira, ligados à construção de autonomia política e econômica em um nível internacional, impõem crescente influência na política global<sup>46</sup>. A estratégia clássica de projeção do *soft power* brasileiro pode ter oferecido grandes vitórias no passado (a demarcação de nossas fronteiras, por exemplo<sup>47</sup>), mas faz-se mister que uma potência internacional consiga impor seus desígnios através de *elementos materiais de poder*.

A isso soma-se a Grande Estratégia Nacional de lutar por maior projeção do Brasil no cenário internacional, sobretudo no período Lula da Silva (2003-2010), quando tanto o poder econômico (através da exportação dos créditos do BNDES), social (realização de grandes eventos internacionais como Rio+20, JMJ, Copa do Mundo e Olimpíadas), industrial (exportação

---

<sup>46</sup> Valença e Carvalho, 2014.

<sup>47</sup> Apesar de pouco comentado pela historiografia oficial, Paranhos Jr. via nas Forças Armadas elementos essenciais para a defesa dos interesses nacionais. Tanto foi assim que, após o parecer desfavorável o Rei da Itália Vitorio-Emanuelle III com relação ao imbróglie entre Brasil e Reino-Unido na questão da Guiana Inglesa, Rio-Branco decidiu-se por preferir tratados bilaterais no sub-continente, uma vez que a hegemonia militar brasileira na região era, e ainda é, notória.

das gigantes nacionais, sobretudo as empresas de engenharia com forte aumento de presença na África e América Latina), e o militar (As Missões de Estabilização no Haiti e a Força-Tarefa Marítima no Líbano) ficaram em evidência como ferramentas de primeira grandeza da projeção nacional no cenário internacional.

Mesmo com o constante encolhimento das pretensões nacionais de inserção no sistema internacional desde o período Rousseff<sup>48</sup>, a gestão José Serra não afundou a imagem do Brasil como protagonista do alinhamento Sul-Sul, permitindo que, mesmo após um período de alinhamento de governo e de ideias<sup>49</sup>, o Brasil conseguisse garantir papel de relevo partindo de alianças pragmáticas, ressuscitando uma política externa independente, de caráter universalista<sup>50</sup>. O (re)alinhamento da política externa brasileira à norte-americana, bem como a maior proximidade entre as Bases Industriais de Defesa de ambos países, caracterizam um movimento de regresso à compreensão de Dutra-Fernandes quanto à importância do alinhamento estratégico hemisférico, em contraposição ao alinhamento Sul-Sul de Lula-Amorim. Os frutos desta nova concepção apenas virão no futuro, e caberá à história o julgamento (Cardoso, 2013).

---

<sup>48</sup> A diminuição da projeção nacional no Brasil está bastante relacionada ao ambiente de ceticismo em relação à globalização dado pela Crise de 2008, mas também pelo declínio da utilização da Diplomacia Presidencial, e das necessidades de maior atenção ao âmbito interno pelo Chefe de Estado em razão de fatores políticos e sociais (Sobrinho e Filho, 2018).

<sup>49</sup> Ideia defendida por Serra em seu discurso de posse como novo chanceler refletia a percepção, bastante aventada na época, de que a política externa brasileira seguia alinhamentos por afinidades partidárias.

<sup>50</sup> A Política Externa de Temer-Nunes Ferreira caracterizou-se pelo *universalismo*, voltado “para o desenvolvimento do Brasil e das reais prioridades de nosso povo”, “sem preconceitos (...) que acredita, antes de tudo, na força do diálogo, do convencimento”, termo constante em seus discursos oficiais (Temer, 2018, p. 45 e 176)

## 6. CONCLUSÃO

O passado nos trouxe as sugestões aquecidas pelo pensamento geopolítico de seus autores, todos movidos por sua fé no destino grandioso deste País. Não se tratou de uma fé despida de realismo, nossa grandeza geográfica e as qualidades de nosso povo avalizam esta crença. Tínhamos e temos a matéria-prima, física e humana, para construirmos uma potência política de primeira classe.

Mattos<sup>1</sup>, 2002.

Possuir um Corpo de Fuzileiros Navais permite, além do *deployment* de uma Força Expedicionária por excelência, o cumprimento de uma miríade de tarefas que devem nortear não só seu adestramento como também sua estrutura e sua doutrina de emprego. Desde Henrique VIII, passando por Galípoli e pelas campanhas do Norte da África e do Pacífico, até o atual papel das tropas anfíbias no século XXI, o Poder Anfíbio deve ser compreendido como uma forte ferramenta para a consecução da defesa do *status quo* nacional, através do resguardo das linhas de comunicação marítimas caras ao desenvolvimento e a estabilidade social nacionais. Sendo assim, é compreensível que o componente de pronto emprego (a efetiva Força Expedicionária) esteja estruturada e subordinada de forma adequada a defender os interesses nacionais.

A tarefa legada a nossos antepassados, árdua enquanto projeto, mostrou-se inexecutável enquanto prática. As inúmeras tentativas de desenvolver forças armadas com características brasileiras, durante o período imperial e o primeiro século republicano, mostraram-se imberbes, quando não cópias diminutas de enormes potências de além-mar. Na parte naval, que requer muito mais aparato tecnológico que a “militar”, influenciando em diversos pontos da sociedade, desde a formação formal do cidadão ao nível de tecnologia disponível, o conceito de “construção” da força foi modificado para o de “aquisição” de força, notavelmente delineado pelos diversos planos que se seguiram ao Noronha/Alexandrino. A construção de uma Marinha de Águas Azuis ficou nos alfarrábios do Barão, na mentalidade de uma elite bem formada e de pujante conformação patriótica, e da maioria dos militares brasileiros da força do mar que, mesmo compreendendo o perigo de manter parque bélico em

---

<sup>1</sup> “O general Carlos de Meira Mattos, no posto de Capitão, combateu as tropas alemãs e italianas nos campos da Itália, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a II Guerra Mundial. Em 1965, no posto de Coronel, comandou o Destacamento Brasileiro (FAIBRAS) da Força Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), na República Dominicana. Ascendeu ao generalato em 1968 e em 1969 foi nomeado comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Já General-de-Divisão, em 1973, foi nomeado Vice-Chefe do extinto Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e, a seguir, em 1975, Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa. Doutor em Ciência Política pela Universidade Mackenzie (São Paulo/SP), nos legou vasta obra nos campos da Geopolítica e da Estratégia Militar, responsáveis pela definição dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e pela aplicação do Poder Nacional, respectivamente.” (Revista PADECEME, n. 14, 1º Quadrimestre de 2007. p. 4-6)

frangalhos, ainda hoje preferem o desenvolvimento de sua capacidade autóctone a aquisições que possam legar dependências futuras vergonhosas.

Este problema não era central, certamente, durante as batalhas antigas e medievais. Basta que lembremos dos planos de construção naval de Temístocles, ou da rapidez com que a esquadra otomana, após sua debacle em Lepanto, passou a aterrorizar o litoral do mar do meio. A estratégia naval apenas passou a ter continuidade de concepções e um *grave upgrade* de visão global, deixando de abordar temas táticos e técnicos, no fim do século XIX, sobretudo com o advento do livro seminal do Almirante Mahan, cuja importância pode ser avaliada na obrigatoriedade de as Praças d'Armas dos navios teutônico-guilherminos possuírem um exemplar, ou em sua tradução e publicação em partes na Revista Marítima Brasileira. Estes dois exemplos são propositais, pois mostram uma tentativa excruciante de um *continentalpower* transformar-se em um *seapower*, seja pela tentativa de estabelecer-se com maior musculatura na partilha do mundo pelas nações desenvolvidas (de cujo introito, devido a falta de unidade apenas conseguida com Bismark, deixou de participar), seja pela escolha (equivocada ou não) de fazer surgir nos trópicos uma potência naval a forceps. A Prússia, cuja história militar remonta a formação do Eleitorado de Brandenburgo, e cuja Expressão Militar esteve ligada muito mais à projeção de seu poder terrestre no continente que de seu poder naval pelos oceanos, era forçada, por seu Chefe de Estado, a tornar-se uma potência naval. No caso do Brasil, o alinhamento com os Estados Unidos no início do período republicano e em diversos outros pontos de nossa história, bem como a tradição britânica de nosso poder naval, nos empurrou a uma doutrina global de Marinha de Guerra, sem, contudo, permitir que houvesse a dinamização dos cânones *mahanianos* em sua plenitude, a saber as facilidades marítimas e a imprescindível mudança na cultura política nacional.

Lambert, como Mahan, acredita que um poder naval (uma *Talassokratia*) só pode surgir através de uma maior participação popular no processo orçamentário, garantindo que o hercúleo esforço de construção e manutenção de uma marinha seja por todos compreendido, aceito e bancado. Acima de tudo, a segurança (proteção) das linhas de comunicação, por onde passam os produtos que saem do e entram no território, é essencial para a defesa do status quo, permitindo que a estabilidade econômica, social e política seja mantida. Em um país como o Reino Unido isto, indubitavelmente, é uma realidade<sup>2</sup>. Países continentais como Rússia (cuja

---

<sup>2</sup> Pode-se inclusive considerar que os anos que se alongam da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) representam um constante embate entre a Inglaterra/Reino Unido e o poder hegemônico terrestre da Europa (França ou Alemanha), abrangendo um fundo bastante colonial entre os embates da Liga de Augsburg e as Guerras Napoleônicas (Biard, Bourdin e Marzagalli, 2009). Antes, durante o Sacro-Império Romano-Germânico, Henrique VIII já havia iniciado esta tradição, e sua filha, Elizabeth I defendeu-se e

Marinha de Guerra teve sua gênese no início do século XVIII, de cima para baixo), China (que chegou a proibir viagens além-mar e apenas passou a investir maciçamente na construção de uma Marinha recentemente) e Brasil (uma terra em que se plantando tudo dá) não nutriam, e ainda não nutrem, grande preferência por investimentos às facilidades que nos proporcionem maior presença (militar ou comercial) em nossa parte aquosa do mundo. Com efeito, os grandes geopolíticos brasileiros ativeram-se na *heartland* subcontinental<sup>3</sup>, mesmo tendo nosso litoral sofrido ataques e invasões de esquadras inimigas durante toda nossa história.

A mudança cultural (e a aceitação política que isso engendra) para o nascimento de um *seapower* é tão importante que as muralhas de Atenas foram erguidas, a terra de Cartago foi salgada pelos romanos, Gênova transformada em cinzas pela Marinha de Luís XIV<sup>4</sup> (Wilkinson, 2007) e o Arsenal de Veneza foi destruído por Bonaparte (Lambert, 2018). A impossibilidade de invasão continental do Reino Unido durante a Primeira e Segunda Guerras (apesar de, na última, sobretudo após a retirada de Dunkirk, isto ser uma possibilidade bastante possível, a despeito de sequer ser cogitada em planos pelo *Ober Kommando Wermacht*) não impediu que o espírito de Nelson rondasse pela Piccadilly, e que os príncipes da Família Real servissem embarcados lutando por sua Mãe Pátria. Mesmo com as críticas quanto sua construção (basta buscar na internet para se ver centenas de artigos, dos quais o de Norton-Taylor, 2017 e Heynes, 2017), o povo britânico aceitou arcar com os HMS *Prince of Wales* e *Queen Elizabeth*, garantindo a onipresença britânica nos mares. Enquanto Frederick II e Bismark ainda são tidos como grandes homens na Alemanha com estátuas na *Unter den Linden* e *Hamburg*, Henrique VIII e a Coluna de Nelson continuam como heróis da independência do Reino Unido, que se manteve “vigilante e em guarda, disposta a gastar quantos fundos fossem necessários para manter a soberania nos mares (*The Times*, 1902; apud MacMillan, 2013).

---

venceu o Império de Felipe II e de sua Invencível Armada. Os embates envolvendo *continentalpowers* e *seapowers* são perenes e, vistos de forma política, representam vários exemplos da Armadilha de Tucídides. A mudança de escopo bretão, do continentalismo (parlamentares que acreditavam que a vitória apenas poderia se mantida através do Exército Britânico em terra) e oceanismo (aqueles que acreditavam na superioridade naval para estrangular economicamente o inimigo, assegurar os ativos, o comércio e os interesses bretões, e negar ao inimigo qualquer possibilidade de atacar o Reino Unido) só foi efetivamente pacificada após as seguidas falhas com as Coalisões (Lambert, 2004).

<sup>3</sup> A *heartland* de Travassos, que compõe os altiplanos bolivarianos, foi responsável tanto pela ordenação territorial brasileira em torno do Triângulo Estratégico Boliviano (Albuquerque, 2015) quanto pelo atual Plano de Integração Nacional, com a extensão da capilaridade ferro-rodoviária para Centro-Oeste e Norte (de Rooy, 2019).

<sup>4</sup> Luís XIV, a propósito, teve um papel para o incremento do status quo muito mais relevante que Napoleão I, sobretudo pelo fato de que, ao morrer, deixou para trás uma França temida, enquanto o último, não fosse pela maestria retórica de Talleyrand em Viena, a legou humilhada e invadida por seus maiores inimigos (Englund, 2004). O grande erro de Napoleão (nascido em outro ambiente e outro tempo, e filho de uma revolução que mudou a história humana política, social e psicologicamente) foi ter invadido dois países, sem a menor importância geográfica ou econômica, apenas pelo fato de não obedecerem às suas ordens de bloqueio econômico (Kissinger, 2014). A religião católica romana e a inquisição puseram um fim aos desígnios napoleônicos em Madri, e o frio ortodoxo se incumbiu de Napoleão em Moscou.

As tropas anfíbias na antiguidade foram paulatinamente sendo substituídas pelo maior poder de fogo e de choque dos navios (Begarrié, 2010) até que as batalhas navais fossem sendo travadas sem que o alcance máximo dos canhões fosse relevante, como a Batalha de Midway (Belot, 1957). Em marinhas modernas e no estado da arte, navios possuem a capacidade de atingir alvos em terra, a milhares de quilômetros de distância, sendo guiados por laser de elementos de operações especiais ou por satélites<sup>5</sup>. Submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos com ogivas nucleares apresentam um poder de dissuasão sem precedentes, permitindo que os interesses nacionais sejam discutidos sem que a *ultima ratio regis* sequer seja detectada. E, mais preocupante, em potências militares hodiernas garotos recém-saídos do treinamento operam veículos não tripulados a centenas de milhares de quilômetros de distância, observando seu alvo durante meses, até que a ordem de execução lhes é dada e, com um botão, atacam e neutralizam objetivos militares (Brooks, 2016). Logicamente que não se exorta aqui a que construamos uma bomba atômica ou mísseis balísticos de longo alcance. Para países com tamanho déficit tecnológico e baixo investimento em defesa, a saída é seguir uma Teoria do Risco<sup>6</sup>.

O desenvolvimento tecnológico hodierno parece legar ao ostracismo as Operações Anfíbias, assim como os horrores e a falta de coordenação político-estratégica britânica nos Dardanelos parecia legar as OpAnf após Galipoli<sup>7</sup>; ou que, pelo menos, seriam feitas por robôs, como o *Marine Lizard* chinês, construído pela *China Shipbuilding Industry Corporation* (CSIC)<sup>8</sup>. Mas as ameaças do século XXI, e a evolução das missões de paz, atividades em que é de suma importância a cooperação interagências (Brahimi, 2000), reascendeu a importância das tropas terrestres, sejam elas para a proteção dos civis (Capstone, 2008), sejam elas para a defesa

<sup>5</sup> Para alguns exemplos, o DF-5 chinês atinge 13.000 km; M51 francês, 8.000 km; Agni-5 indiano, 8.000 km; Soumar iraniano, 3.000 km; Jericho 3 israelense, 6.500 km; Hwasong-14 norte-coreano, 10.000 km; SS-18 “Satan” russo 16.000 km; “Tridente” D-5 britânico, 12.000 km; Titan II norte-americano, 15.000 km. Em outras palavras, isso quer dizer que uma plataforma russa, chinesa ou norte-americana, flutuando no oceano pacífico, tem a possibilidade de aniquilar qualquer coisa em Brasília, usando um dos mísseis em seu acervo. Medindo-se através de ferramentas básicas conseguidas na internet, a distância de Brasília ao Golfo da Guiné é de cerca de 6,5 mil km; até o cabo da Boa Esperança, 7,1 mil km; até o Caribe, 5 mil km; e até Gibraltar, 7,5 mil km; fatos que, por si só, já colocam em dúvida se a capacidade defensiva da Amazônia Azul deve estar apenas dentro do entorno estratégico de Golbery. <<https://missilethreat.csis.org/missile/>> acessado em 21:59 de 12 de outubro de 2020.

<sup>6</sup> Teoria do Risco de Alfred von Tirpitz está bem delineada neste excerto da Lei Naval de 1898: “*it is not necessary that the battle fleet at home is equal to that of the greatest naval power. In general this naval power would not be in a position to concentrate its entire naval forces against us. Even if it succeeds in encountering us with a superior force, the destruction of the German fleet would so much damage the enemy that his own position as a world power would be brought into question.*” (Deutsches Reich, 1898 apud Hobson, 1996)

<sup>7</sup> Atribuída a Churchill, e reatribuída por ele a Fisher, a Campanha dos Dardanelos, apesar de bem intencionada e com valor militar (permitir suprimentos chegassem a Rússia, bombardear Constantinopla e motivar Grécia e Bulgária a entrar na guerra pelo lado da Entente) foi um grande fiasco, levando mais de 120 mil mortos) (Jenkins, 2001).

<sup>8</sup><<https://www.maritime-executive.com/article/csic-develops-world-s-first-armed-amphibious-drone-attack-boat>>

dos *peacekeepers* e neutralização preemptiva de inimigos ou agentes perturbadores (Cruz, 2017). E, só se consegue projetar (embarque, travessia, desembarque administrativo ou assalto, e manutenção da capacidade de permanência) bem como proteger civis, o poder terrestre de uma marinha adequada. O desafio dos estadistas futuros será o desenvolvimento da Marinha, e não da Marinha do amanhã, ou da Marinha do futuro, posto que, como bem apontado por Santo Agostinho de Hípona, “um corpo, pelo fato de ser corpo, não é grande nem belo; continuaria a ser corpo ainda que fosse menor e menos belo.” A Marinha do Brasil, enquanto corpo, precisa tornar-se maior para responder às demandas nacionais.

A percepção da necessidade de defesa é essencial para garantir maior investimento às Forças Armadas. Henrique VIII, por exemplo, teve sua Marinha largamente expandida como resposta a premente invasão do Império, o mesmo ocorrendo com sua filha Elizabeth I; o *Two-Power Standard* foi uma resposta ao aumento da produção naval e à corrida dos *Dreadnoughts* com a França e a Rússia (dois *continentalpowers*), mas já havia sido idealizada por Pitt; e as ameaças hodiernas (muito alinhadas com aquelas por que passavam Atenas e Veneza, a saber a pirataria e a falta de liberdade nas linhas de comunicação marítima) obrigam um maior controle sobre os mares. Essa percepção, transformada em leis pelo povo, apenas pode surtir efeito quando houver largo e amplo entendimento, pelo mesmo povo, das ameaças que se apresentam a uma potência intermediária como o Brasil.

É bem fácil que o povo veja estas ameaças quando outros países, ostensivamente, impunham a bandeira da perfídia, como no caso da atracação da *Panther* no porto de Agadir, no Marrocos (Sinnreich, 2011). Dada a enorme quantidade de satélites que circundam a terra, aliados às tecnologias disponíveis de manutenção da consciência situacional marítima, não seriam suficientes para isto, qual o sentido de se destinar grandes somas de dinheiro na construção de plataformas navais gigantescas e de inimaginável custo de construção e manutenção, quando hospitais e escolas passam por problemas de resolução muito mais barata? E aí, mais uma vez, nos deparamos com a discussão *guns x butter*.

Um tópico interessante, e que merecerá certamente maior aprofundamento, é o fato de as aventuras europeias do século XV e XVI terem sido realizadas por empresas particulares (bancadas benevolmente pelas Coroas), e que, apesar de reclamarem às famílias da realeza europeia o mundo conquistado e descoberto, tinham como meta a expansão de empresas, e não de territórios. Outro ponto a notar é que boa parte dessa expansão não foi legada por evoluções no âmbito militar, mas sim no âmbito tecnológico naval, com o aperfeiçoamento de tecnologias assimiladas dos otomanos. Portugal (Pinto, 2007) e Espanha certamente foram bastante beneficiadas por isto, e pela Reconquista. Com efeito, até o século XIX, boa parte das colônias

era gerenciada por companhias e empresas (o Brasil, até a instalação do Governo Geral, sequer tinha operários das Cortes aqui estabelecidos e, mesmo depois, boa parte das iniciativas – atividades bandeirantes, plantações, pecuária e apresamento de índios – era legada a particulares ou ordens religiosas). Interessante de se notar que Maurício de Nassau, holandês que governou a colônia batava no nordeste do Brasil no século XVII era contratado pela Companhia das Índias Ocidentais, e não servidor da República Unida dos Países Baixos. Apenas com a chegada da Era das Revoluções e dos Impérios a competição ficou acirrada ao ponto de necessitar do uso de militares nacionais. Logicamente houve um movimento de luta contra “o infiel”, uma verdadeira “guerra santa”, (Bueno, 2006), somatizada pela infrutífera campanha da Fortaleza de Quibir (1578), em que toda a fortuna da Coroa Portuguesa foi perdida, seu exército de 18 mil homens destruído e seu Rei perdido, dando aval a tropas espanholas requererem diretos dinásticos ao trono português, formando a União Ibérica 1580-1640 (Sharman, 2018), e uma procura, que perdura aos dias atuais, por um D. Sebastião que possa salvar a pátria. Em contraposição, os atos desregrados de concubinato com que “brancos sumidos na poligamia e na luxúria” narrados pela Companhia de Jesus, instalada aqui junto ao primeiro Governo Geral faz-nos perguntar quão profunda era a fé da luta do cristão português contra o infiel otomano (Bueno, 2006).

Com efeito, as organizações castrenses, em seu intuito de tornar a arte de matar mais econômica e, com isso, mais politicamente aceitáveis, tendem a mostrar tecnologias e doutrinas de uso-dual, que podem servir tanto no campo de batalha quanto em um consultório médico (saúde), uma sala de aula (educação) ou no combate à violência urbana (segurança pública). O que acontece no Brasil é que o legado colonial de grandes plantações monocultoras, os efeitos do mercantilismo (« [l]a richesse et la puissance d’un pays se mesurant à son stock de metaux précieux, or et argent », Petitfils, 2008), a cultura da elite nacional no império e anos iniciais da república quanto à educação de seus filhos (daí o prestígio inicial da força naval, incorporadora de oficiais britânicos no pós-Independência; em contraposição aos oficiais do Exército, provenientes dos filhos de famílias em decadência do nordeste e centro-oeste – Cervo, 2015), bem como a inépcia governamental de gerações de políticos mais preocupados com a manutenção de seu “curral eleitoral” que com a construção do futuro nacional, ainda mantém pesadas amarras que impedem a navegação de nosso país por águas mais longe da costa.

Em todo caso, e apesar da disposição das tropas, os povos das Nações Unidas, por meio de seu Conselho de Segurança, “determinam a existência de ameaças à paz, quebra da paz ou atos de agressão”, devendo recomendar medidas que envolvam ou não o uso de força militar. Em seu artigo 43, a Carta da ONU incita a que seus membros mantenham disponíveis ao

Conselho de Segurança “forças armadas, apoio e instalações, incluindo direitos de passagem que sejam necessários à manutenção da paz e segurança internacionais”. Como signatários, portanto, é um dever do Brasil manter tais ativos em condições de pronto emprego, em quantidade e qualidade adequadas. Seguindo este *script*, o mundo não presenciou um conflito de grandes proporções entre potências durante quase um século, sendo notório que o número de *peacekeepers* mortos em missão, 3.500, sendo 900 por atos de violência, sequer se comparam aos milhões de mortos nas duas guerras mundiais.

Uma diferença entre o expansionismo *sino* e o *yankee* é o motivador principal: o primeiro visa, às claras, a expansão econômica; o segundo teve, e ainda tem, uma característica ligada à segurança de Spykman, com instalação de bases e distribuição de exércitos. Reminiscências do período da Guerra Fria, contingentes norte-americanos ainda permanecem estacionados no leste europeu e sudeste asiático (postura clássica de contenção de um *continentalpower*) enquanto a China se preocupa com a segurança de sua cadeia de suprimentos. A Rússia, observando um pequeno interregno do Almirante Gorshkov, mantém sua infantaria de marinha disposta em bases no território, sobretudo em pontos que oferecem *chokepoints* para a entrada do território. Sem causar surpresa, o Reino Unido, único *seapower* da atualidade, vocaciona sua tropa naval para atividades clássicas, destinando ao Exército outras tarefas mais afetas ao poder terrestre.

A Rússia, dada sua facilidade histórica (mas não presente) em apresentar massa, desde os problemas que teve nas campanhas de Azov no final do século XVII resolveu por investir em sua logística e capacidade de transporte. Não à toa, a primeira missão conjunta Marinha x Exército realizada foi a destruição dos Tártaros, quando Pedro utilizou-se dos rios para levar seu exército e suprimentos. Os problemas logísticos russos permaneceriam sendo uma pedra no caminho, seja na Guerra da Criméia, cuja derrota obrigou uma remodelação dos sistemas sociais<sup>9</sup>, seja na Guerra Russo-Japonesa, ou até mesmo durante as Guerras Mundiais. Mesmo sendo um poder continental, os problemas logísticos perduraram até Stálin (Jesus, 2020). De qualquer forma, a Rússia construiu sua capacidade de projetar poder por meio de seus mísseis balísticos e submarinos que os transportam.

Tanto Corbett (1911) quanto Richmond (1946) não presenciaram o mundo pós-Guerra Fria, e não viram a importância das tropas anfíbias na projeção internacional de suas

---

<sup>9</sup> A Guerra da Criméia obrigou a Alexandre II repensar o pacto social entre a Corte e o povo russo. As deficiências técnicas deixaram claras que o sistema educacional concentrado nas grandes cidades, a servidão, a pouca participação da classe média no sistema político, a falta de consciência patriótica e uma economia atrasada levariam, mais cedo ou mais tarde, à instabilidade social e política. (Jonathan, 2015). Esses problemas só viriam a ser tratados pelo governo de forma mais eficiente com a Revolução de Outubro de 1917.

marinhas, atendo-se, quase que totalmente, às estratégias que manteriam a hegemonia britânica nos mares. Os desafios tecnológicos da guerra no mar, norteados pela quantidade de capital, contribuiu para mudanças consideráveis nas estratégias de disposição da Marinha de Guerra, mas não tornou obsoletos os marinheiros de terra. Na verdade, o aumento do poder de destruição dos vetores acabou transformando o Fuzileiro Naval em um ativo imprescindível em Marinhas que visam o incremento do prestígio diplomático de seu país frente a missões de paz. A Força Expedicionária por Excelência, cuja gênese remonta as praias de Caiena, mais uma vez vê a imprescindibilidade do aumento de sua sinergia com as plataformas flutuantes da MB, mantendo-se o quarteto *corbettiano* das campanhas militares inabalado (tropa terrestre, meios de desembarque, divisão de transporte e divisão de escolta)<sup>10</sup>.

O esquema de cooperação internacional para o desenvolvimento social e econômico<sup>11</sup> foi bastante utilizado durante a Guerra Fria por ambas as potências, que viam no viés cooperativo a chance de impor governos fiéis a um lado ou outro (casos de Cuba<sup>12</sup>, Angola, Vietnã, China, Coréia do Norte, Afeganistão e as duas Alemanhas, entre outros exemplos – Volkogonov, 2004). Ao todo, a ONU já realizou 55 missões de paz<sup>13</sup>, abarcando, sobretudo desde os anos 2000, uma Guerra em Três Blocos: operações de combate, manutenção da paz e assistência humanitária. (Krulak, 1999), obrigando, inicialmente, que homens treinados para matar passassem a se preocupar com relações públicas, comunicação social e distribuição de remédios. As novas estratégias de defesa analisadas refletem esta preocupação sócio-econômica na manutenção da paz, mas não deixam de fora a preocupação com instabilidades internacionais geradas por conflitos entre países.

A dependência tecnológica e de capitais foi um problema gigantesco no início do desenvolvimento operativo do CFN. Como vimos, na gestão Guillobel, o grande salto da

---

<sup>10</sup> Durante a campanha da Guerra do Paraguai, na Batalha de Passo da Pátria, o embarque dos soldados começou na noite de 15 para 16 de abril. Os desembarques na margem esquerda do Rio Paraguai começaram às 09:30 do dia 16 de abril. Durante o percurso, foram utilizados 17 navios de esquadra para a escolta (Magalhães, 2008). Neste breve exemplo pode-se observar que uma das mais importantes batalhas da história militar brasileira foi realizada utilizando-se este quarteto.

<sup>11</sup> Conforme o artigo 51 da carta da ONU: “a. higher standards of living, full employment, and conditions of economic and social progress and development; b. solutions of international economic, social, health, and related problems; and c. solutions of international economic, social, health, and related problems; and international cultural and educational cooperation; and d. universal respect for, and observance of, human rights and fundamental freedoms for all without distinction as to race, sex, language, or religion.”

<sup>12</sup> Caso mais emblemático ocorreu com a tentativa de instalação de mísseis “defensivos” em Cuba, que contou com cerca de “50 mil militares soviéticos, organizados em cinco regimentos de mísseis nucleares, quatro regimentos motorizados, dois batalhões de tanques, uma esquadrilha de caças MIG-21, 42 bombardeiros leves, dois regimentos de mísseis cruzeiros, 12 unidades anti-aéreas SA-2 com 144 lançadores, e uma esquadra com 11 submarinos, 7 deles equipados com mísseis nucleares (Judt, 2008)

<sup>13</sup> Sete no Oriente Médio; Oito na Europa; Nove em Ásia/Pacífico; Oito nas Américas; 23 na África. <https://peacekeeping.un.org/en/list-of-past-peacekeeping-operations> acessado em 21:23 de 14 de outubro de 2020.

concepção das missões do conjugado anfíbio, derivado das experiências dos Aliados na Segunda Grande Guerra, exigiu (e ainda exige) forte investimento de capital, cuja fonte, britânica durante o império e em transição durante a gestão de Paranhos Jr. no Itamaraty, passou a ser sobretudo norte-americana. O alinhamento automático dos governos militares (Dutra e Castello, com reflexos nos planos desenvolvimentistas de Delfim Neto), o pragmatismo impossível de Vargas e a Operação PanAmericana de JK são exemplos desta tendência (Cervo, 2015). Neste períodos, o Estado perdeu uma grande oportunidade de ser um financiador (Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr., 2015) desta empreitada, garantindo, desta forma, que o processo de inanição da indústria militar-naval nacional fosse uma constante, com raríssimas exceções. A *Pax Americana* (bastante parecida com a *Pax Française* da Revolução<sup>14</sup> - Biard, Bourdin e Marzagalli, 2009), em descrédito desde a profusão de guerras do pós-Guerra Fria, não permitiu, em cerca de trinta anos, o desenvolvimento de nossas Forças Armadas de forma própria, o que pode vir a se refletir de forma espúria quando da necessidade de seu desdobramento.

A Marinha, ainda hoje, é bastante dependente da outrora “oficina do mundo” (Döpke, 2008), o que lega a seu conjugado anfíbio problemas técnicos (sobretudo no que tange aos sistemas de comando e controle) e doutrinários, dada a predileção pelo USMC. Daí derivam outros aspectos de nossa projeção de potência: a emulação de dois países com cultura e sociedade bastante diferente da *terra brasilis*. Gerações foram necessárias, e dois presidentes chamados Theodore Roosevelt e Harry Truman, para que os norte-americanos, isolacionistas desde sua gênese, passassem a aceitar a “intervenção na política interna dos Estados latino-americanos” (Saraiva, 2008) como algo corriqueiro ou como a afirmação de seu destino. Mesmo com a tentativa de geração de “uma linha de conduta própria nos negócios

---

<sup>14</sup> É célebre o artigo de Danton no *Moniteur* de 1º de fevereiro de 1793. Falando “em nome dos patriotas belgas, do povo belga, que também exige a reunião do território belga” sobre as fronteiras naturais da França (“o Oceano, o Reno, os Alpes e os Pirineus”), também expõe o que, dez anos mais tarde, se tornaria a política de Estado de Napoleão I, : *«organisez-vous comme nous»*. Impor sistemas e regimes de governo, como nos mostraram alguns impérios da história, por mais benfazejo que possa parecer ao conquistador, sempre geram instabilidades contra a história e a cultura do “liberado”. A fala de Danton também assegura aos belgas a proteção contra os “tiranos”, visto pelos revolucionários como os reis em geral. Observando-se a evolução dos acontecimentos que ligam o Juramento do Jogo da Péla à Queda de Napoleão III, cabe a explicação de Victor Hugo (1802-1885): “Há insurreição e há revolta: são duas cóleras; uma justa, outra desarrazoada. Nos Estados democráticos, os únicos fundados na justiça, acontece darem-se às vezes casos de usurpação da parte do menor número, e então o todo alvoroça-se e a necessária reivindicação do seu direito pode leva-lo a pegar em armas. E, em todas as questões dinamadas da soberania coletiva, a guerra do todo contra a fração é insurreição; o ataque da fração contra o todo é revolta, e, conforme as Tulherias contenham o rei ou a Convenção, assim estas são justa ou injustamente atacadas. O mesmo canhão assestado contra a multidão, em 10 de agosto assinala um ato de justiça, em 14 de vindimiário, não. Sob a mesma aparência, um fundo diferente, os suíços defendem a falsidade, Bonaparte, a verdade. Não pode ser desfeito pela rua o que faz o sufrágio universal no uso de sua liberdade e soberania. Da mesma forma nas coisas de pura civilização; o espírito das massas, hoje perspicaz, pode amanhã tornar-se míope” (Hugo, 1862).

internacionais” (Saraiva, 2008) durante a Guerra Fria, a América-Latina continuou, e continua) sob a órbita norte-americana.

O plano delineado pelo Barão, continuação do caldeirão experimental do Visconde do Rio-Branco e do Gabinete Saquarema<sup>15</sup>, previa, sim, um alinhamento aos Estados Unidos, naturalmente uma potência que poderia legar uma proteção armada contra tentativas nefastas de imperialismo europeu, como aconteceu bastante na Era dos Impérios. Por duas vezes, a Venezuela viu-se livre de intervenções por conta desta defesa positiva estadunidense. Apesar do grande litoral e das diversas invasões marítimas sofridas, o Poder Marítimo nacional manteve-se em segundo plano desde o Império, sendo ferrovias e hidrovias as prioridades dos governantes, mesmo com o dispositivo constitucional contido no parágrafo único do artigo 13 da constituição de 1891, obrigando que a navegação de cabotagem fosse realizada por navios brasileiros (Filho, 2011)<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo, o Barão previa a necessidade de manter Forças Armadas no estado da arte, alinhadas ao Império Alemão (no poder terrestre) e no Império Britânico (no poder naval), concepção que manteve durante toda sua carreira (Alsina Jr., 2015). Sabia, como qualquer diplomata e Homem de Estado, que a Expressão Militar deve andar *pari passu* à projeção diplomática, sobretudo porque vira, de camarote, as evoluções políticas que levariam à Primeira Guerra Mundial.

Hoje em dia, o Poder Naval e seu conjugado anfíbio se deparam com um mundo um pouco diferente, em que a sociedade anárquica tenta, por meio do multilateralismo, mitigar as por vezes simétricas querelas existentes entre os países. Focando a estabilidade, a harmonia ou a manutenção da paz, tal qual Roosevelt no início do século XX, Xi Jinping aposta no crescimento econômico e, por isto motivado, na expansão de seu poder duro pelos oceanos, estabelecendo um “corolário Jinping à Doutrina Mahan”, posto que nem a democracia nem a conformidade geográfica fazem parte do rol de atributos necessários ao surgimento de um grande poder marítimo, como dito pelo Almirante. A *Belt and Road Initiative*, o *Made in China 2025* e tantos outros programas estratégicos chineses são claramente uma forma de aumentar tanto sua influência pelo globo como sua presença econômica, permitindo que a Corte Celeste,

---

<sup>15</sup> Aliás, o movimento de aproximação com a América-Latina (em especial o Cone-Sul, como podemos ver tanto nas contínuas tentativas de firmar-se como potência regional às custas da emergência do Vice-Reinado do Prata e, mais tarde, Argentina e Chile no consórcio ABC), alinhamento com os Estados Unidos e a busca pelo multilateralismo que, à época do Brasil Império e primeiras décadas republicanas, consistia na manutenção de um relacionamento universal cordial (Ricipero, 2017) foram, e ainda são, marcas profundas da diplomacia brasileira.

<sup>16</sup> A Constituição Cidadã aborda o mesmo caso no §3º do art. 178: “A navegação de cabotagem e a interior são privativas de embarcações nacionais, salvo caso de necessidade pública, segundo dispuser a lei.” O art. 7º da lei nº 9.432 de oito de janeiro de 1997 dispõe que embarcações estrangeiras poderão participar da cabotagem e navegação fluvial desde que observadas certas condições

a mesma que enxotou George Macartney de sua expedição diplomática em 1793, volte a ser o Centro do Mundo (Kissinger, 2012).

O espelho que tentamos emular, apesar do sucesso inicial, teve que enfrentar forte oposição em casa em decorrência desta estratégia, o que não obrigou que decisões de Estado fossem moldadas pela torrente das águas da opinião pública. A estratégia norte-americana no Iraque, focada no desenvolvimento de instituições democráticas e reconstrução de hospitais e escolas, visava o fim civil, levando a resolução das “disputas nas urnas, marginalizando, com isso, os inimigos de um Iraque livre”, “captura de extremistas” e o treinamento da força policial iraquianas foi uma estratégia calcada no exemplo da história (Bush, 2015). Uma atuação em amplo espectro parecia ser a saída. Desde os 14 pontos de Wilson, cujo cerne consistia na construção de um mundo que não necessitasse da conjugação de diversos freios e contrapesos para entrar em equilíbrio, acabando com os sistemas de alianças por uma “comunidade de poder (Kissinger, 2014) até os dias atuais, a tentativa de apaziguar perturbações à ordem interna e internacional com fito de mitigar sua extrapolação, envolvendo não só a força militar como também outras agências (governamentais e não governamentais). O pós-Guerra Fria e a maior preocupação da ONU com a estabilização dos países no pós-conflito permitiu ao Brasil tornar “público os aspectos humanitários de sua política externa e sua disposição de comprometer-se em longo prazo com a construção” de um ambiente pacífico harmonioso (Bracey, 2010).

O efeito nefasto do “reino da emoção” nos debates políticos impede que haja análises honestas sobre pontos relevantes do desenvolvimento nacional, fazendo-nos esquecer da frase da Suma Teológica de São Tomás de Aquino: “as coisas se chamam verdadeiras pela verdade do intelecto”. A construção de uma Força Armada autóctone, com tecnologia própria é essencial à soberania, atuando inclusive no aumento do produto interno bruto<sup>17</sup>. O Poder Naval não deve ser encarado como um meio, mas sim como uma consequência, posto que só se consegue chegar a este ponto quando as demais querelas sociais já são plenamente atendidas ou quando o povo, cômico de que para o atendimento pleno precisa desenvolver seu poder marítimo, aprova sua formação. Acima de tudo, o prestígio internacional de uma Marinha bem desenvolvida e capaz de projetar-se em todos os oceanos é um intangível que toda potência global deve estar disposta a bancar. Com efeito, Bismark, ao fim do século XIX, já via que a manutenção de um bom sistema de seguridade social, além de impedir instabilidade sociais, era

---

<sup>17</sup> De acordo com Mankiw (2013), formam o PIB “quatro componentes: consumo (despesas das famílias em bens e serviços, com exceção de novas moradias), investimento, compras do governo e exportações líquidas”. Longe de ser a melhor prova do desenvolvimento de um país, mais refletido nos resultados do PISA e do IDH, o PIB é um fator bastante relevante na medição da produtividade de um país e, portanto, do nível de preços dos produtos ofertados a seus cidadãos e ao mundo.

condição necessária para garantir uma força de trabalho melhor educada e formada, tanto para a economia quanto para o esforço militar (MacMillan, 2013).

Uma forma de efetivarmos a maior participação dos elementos materiais de poder brasileiros é uma mudança no processo decisório de envio de tropas de manutenção de paz, ou mesmo de tropas que permitam a efetivação do “direito inerente de auto-defesa individual ou coletiva se um ataque armado ocorrer”. Tal qual nos EUA, RU, China e Rússia, o Brasil, se pretende integrar este rol de países, deverá garantir um *fast track*, uma forma mais célere de o Chefe do Executivo decidir, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa e pela Secretaria-Geral das Relações Exteriores, quanto ao uso ou não de tropas, sendo os Fuzileiros Navais os primeiros a serem utilizados por uma questão legal predeterminada, a saber a Estratégia Nacional de Defesa. Para uma maior celeridade, tanto a Força de Fuzileiros da Esquadra quanto os navios anfíbios destacados em prontidão deverão conter um destacamento que permita o suspender a qualquer momento, contando com membros de ligação das demais Forças Singulares, haja vista uma campanha militar (seja ela ofensiva *stricto sensu*, seja ela uma missão de paz sob a égide de organizações multilaterais) envolver operações subsequentes.

Este destacamento de emprego rápido, formado pelas três Forças Singulares, deve estar, portanto, subordinado a um oficial general do Corpo de Fuzileiros Navais (que tornar-se-á, durante o Planejamento da Missão, o Comandante da Força de Desembarque e, após o desembarque, o Comandante do Primeiro Contingente Brasileiro na missão, cujas dificuldades inerentes ao reconhecimento, instalação e estabelecimento de facilidades será um Contingente Precursor), e este subordinado ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Conformado em um Grupamento Operativo de dosagem básica Unidade Anfíbia, os diversos componentes, além dos fundamentais (Componente de Comando, Componente de Combate Terrestre, Componente de Apoio de Serviços ao Combate e Componente de Combate Aéreo), poderão ser constituídos de acordo com as informações dos diversos órgãos de inteligência, observando-se os aspectos relevantes para o cumprimento da missão ou do mandato (agentes de saúde para a população, agentes de corpos de bombeiros para apoio de resgate em desastres naturais, pessoal especializado com agentes químicos e nucleares *et cetera*).

Frente as necessidades de adestramento da FFE, observa-se que a dosagem mínima para que isto possa ser posto em prática é de duas Divisões Anfíbias (DivAnf)<sup>18</sup> e maiores

---

<sup>18</sup> Utiliza-se aqui a nomenclatura real dada ao Comando de Força, comandado por um Oficial General do CFN, que possui por Organizações Militares Operativas Subordinadas estabelecidas no Complexo Naval da Ilha do Governador três Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais, um Batalhão de Artilharia de Fuzileiros Navais, um Batalhão de Defesa Antiaérea e Controle Aerotático, um Batalhão de Blindados e um Batalhão de Comando Controle.

capacidades para a Tropa de Reforço (TrRef)<sup>19</sup>, vez que enquanto uma DivAnf se adentra, a outra está cumprindo missões, permitindo que a FFE esteja vocacionada para missões de paz, uma constante no panorama externo brasileiro, e que os três Batalhões de Operações Ribeirinhas se encarreguem das operações nos rios. Logicamente que a capacidade de transporte e escolta da Marinha do Brasil precisará acompanhar esta expansão, aumentando a demanda por navios anfíbios e de escolta aos estaleiros nacionais, tendo em vista o desenvolvimento da indústria naval<sup>20</sup>. Além disso, ser parte de uma campanha militar além-mar requer um robusto aparato logístico<sup>21</sup>, cadenciando as demandas no teatro de operações às aquisições realizadas tanto pela Chefia de Logística (CHELOG) quanto aos desenvolvimentos de novos produtos pela Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), beneficiando os setores de pesquisa e desenvolvimento de universidades, institutos de pesquisa e da indústria nacional, revivendo o triângulo virtuoso observado o período de 1960 a 1990 “com a integração de um instituto científico-tecnológico (IME), um centro de pesquisa aplicada (CTEx) e uma organização fabril (PqRMnt/2)” (Andrade, Leite, Mignon, 2016), e implantando a Pirâmide Científico-Tecnológica Inovativa de Defesa (Amarante, 2003). A manutenção deste ciclo virtuoso (Till, 2009) dar-se-á pela projeção de nosso comércio internacional, de nosso menor custo de exportação (comércio marítimo), do desenvolvimento tecnológico ligado ao mar (recursos marítimos), do tamanho de nossa esquadra e de nossa frota mercante (força naval), permitindo que, no longo prazo, empresas como o Lloyd Brasileiro lotem o mar de navios aqui construídos, mercantes e militares (supremacia naval).

É essencial ao esforço de delineamento do CFN do futuro tenhamos em mente como nossos pares e nós chegamos até aqui. A observação da evolução das infantarias de marinha, as atividades que hoje realizam, o histórico do CFN foram primordiais para o desenho de novas concepções para a Força de fuzileiros da Esquadra, braço operativo do CFN. A maior propensão

---

<sup>19</sup> Comando de Força, comandado por um Oficial General do CFN que possui por Organizações Militares Operativas Subordinadas o Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais, Batalhão de Viaturas Anfíbias, Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais, a Unidade Médica Expedicionária e a Companhia de Polícia.

<sup>20</sup> O desenvolvimento da indústria naval não deve ser encarado como apenas a construção de belonaves. Uma Marinha Mercante é essencial a uma potência (basta que lembremos dos diversos atos de navegação ingleses e do Jones Act norte-americana). Na segunda Guerra, foi exatamente a capacidade de construção monstruosa dos Estados Unidos que garantiu que as travessias do Atlântico pudessem ser realizadas, já que os submarinos da *Kriegsmarine* não conseguiriam destruir tamanha frota (51 milhões de toneladas entre 1941 e 1945), mesmo se os aviões de longo alcance não tivessem sido construídos (Keegan, 1993).

<sup>21</sup> O transporte de suprimentos através de linhas de comunicação marítima foi o principal modal em diversas operações militares (Keegan, 1993): avanço de Marlborough na Bavaria em 1704 pelo Reno, o avanço fluvial de Pedro contra os tártaros na Campanha de Azov e marítimo-costeiro contra os Suecos na Grande Guerra do Norte, a expansão do Império Romano na África e Grã-Bretanha, a expansão do Império Otomano pela Europa, a Primeira e a Segunda Guerras. Uma Força Expedicionária precisa da Marinha não só para seu transporte (Corbett, 1911) mas também para a manutenção de sua capacidade de permanência.

do Brasil a fazer-se mais presente em missões de paz, bem como projetar poder não apenas em nosso entorno estratégico, mas nos pontos focais de nosso interesse, urge por dotarmos a Força de Emprego Rápido e a Esquadra de recursos (homens, equipamentos, armas, aeronaves, navios de transporte, anfíbios e de escolta) que os possibilitem garantir a função institucional de Força Expedicionária por Excelência, estando em condição de pronto emprego e aptos a assumirem campanhas militares em qualquer ponto do globo, sejam elas de guerra naval, benignas ou de emprego limitado da força (Brasil, 2017). O grande movimento entre os diversos setores da sociedade que precisa surgir para que este projeto se torne em ato reforça a dimensão nacional da Defesa. Cabe ao povo brasileiro delimitar, por meio de seus representantes, o quanto ela está disposta a investir em um Brasil Potência, com visão de longo prazo, permitindo que uma miríade de planos sociais sejam atendidos concomitantemente.

O Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil no Poder Nacional tornar-se-ia de *juri* e de *facto* a Força Expedicionária por excelência, permitindo que a projeção do Poder Nacional estivesse alinhada ao desenvolvimento técnico-científico brasileiro, ao desenvolvimento da indústria naval e de defesa, à maior integração entre o seguimento de desenvolvimento tecnológico militar e civil, garantindo a participação ativa do país nas definições multilaterais da ONU, dotando-o de maior prestígio e respeito entre seus “pares”. Logicamente que a formação dos recursos-humanos deve permanecer no grau de excelência já conquistado<sup>22</sup>. Apesar da compreensão geral da importância do cyber-espço (Kissinger, 2014), bem como da tendência chinesa e norte-americana de focarem em sistemas e guerras de sistemas, as operações com *boots on the ground* não parecem estar a termo, pelo menos não no médio prazo, onde mazelas de países isolados poderão extrapolar as fronteiras nacionais causando desequilíbrios e miséria regionais e globais.

Nossa historiografia, apesar de sangrenta e cheia de conflitos internos, nos legou uma imagem de evolução pacífica até o século XXI. Acima de tudo na esfera internacional.

---

<sup>22</sup> Cabe aqui uma reprodução de um trecho do livro de John Keegan, *The face of Battle*: “The **Kindermord**, had the Kitchener soldiers grasped its import, offered them an awful warning, for the Ersatz Corps, which outnumbered the tiny B.E.F. of 1914, had been beaten by the superior military technique of war-hardened soldiers. The Kitchener battalions had no formation, and for many months afterwards, no knowledge of military technique whatsoever. Indeed ‘battalions’, which implies an irreducible minimum of military organization, is a misnomer. Some ‘battalions’ entered into military existence when a train load of thousand volunteers was tipped out on to a rural railway platform in front of a single officer who had been designated to command it. Few of these battalions, beyond those of the first two ‘hundred thousands’, were allotted more than three officers and three regular N.C.O.s, and those were often second-raters – retired Indian cavalrymen, militia colonels, disabled pensioners. Occasionally the choice was more promising (though choice of course was sharply limited by the need to keep every fit and able officer in France) and the more intelligent of these instant commanding officers would send the men off in small groups for a few minutes to elect their own junior leaders, or would call for those with some experience of supervising others to accept probationary rank.”

Apesar de serem ensinadas as invasões estrangeiras do período colonial, pouco ou nada se fala da invasão de uma fragata norte-americana ao Rio Amazonas, da concentração estratégica de tropas peruanas na fronteira, da questão de Palmas, dos problemas lindeiros com França e Inglaterra. Isto tudo ocorrendo na Era dos Impérios, enquanto a China (outro *continentalpower*) caía desolada em um Século da Vergonha.

Ressaltam-se três fatores, dois deles ligados à mesma pessoa, permitiram que o Brasil não fosse saqueado e retalhado como China e África (e, se considerarmos que a Índia era uma colônia britânica, a maior parte do hemisfério sul teria a mesma desdita). O primeiro foi o providencial surgimento de uma potência hemisférica cuja pujança econômica e militar (e doutrina de Estado) impediram a aproximação pérfida das potências que, décadas mais tarde, estariam lutando umas com as outras. O segundo elemento está ligado ao Barão do Rio-Branco, cujo prestígio e sabedoria permitiram, junto com outros parlamentares de peso da política nacional de outrora, apaziguar os ânimos internacionais, sobretudo na II Conferência de Paz da Haia, adotando o direito como a “clava forte” da justiça em prol do reconhecimento do direito dos mais fracos, não mais que na Era dos Impérios. É verdade que o direito internacional evoluiu bastante, e que são raros os atos de agressão por mera agressão, sem que organismos internacionais tentem intervir a fim de se evitar um mal maior. Mas o início do século XXI nos deu uma amostra da Doutrina Bush (Record, 2003), e quão fácil interpretações e dados de inteligência podem convergir para ratificar decisões. O terceiro fator constitui-se na enorme trama de cabeceira em que se envolveram os grandes players europeus, três dos quais parentes entre si, levando a “guerra que acabou com a paz”. Não fosse a corrida naval anglo-germânica, os problemas com os sérvios dos Balcãs, as políticas de alianças, o gênio impulsivo do Kaiser e seu *entorage* militarista e *Junker*, a “ameaça” do comunismo e da facada pelas costas, além de diversos outros fatores, a empresa imperialista da Europa no hemisfério sul poderia não ter parado em uma simples ameaça à Venezuela. Talvez, não tenhamos, no futuro, tamanha sorte. Por isso, um bom estadista precisa compreender que o ambiente internacional, não obstante seja ponto de cálculo para a concepção da Grande Estratégia, deve ser apenas mais um fator na equação. Dependendo do beneplácito de nações amigas em uma Sociedade Anárquica, ou de uma constelação de eventos que nos livre dos perigos inerentes à globalização é por em risco a vida de milhões de pessoas, como tristemente nos mostram as cifras de mortos, direta ou indiretamente, das diversas guerras da história.

O Brasil, ávido por lançar-se como um *global player* de peso, e com as tradicionais amarras à sua Expressão Militar, oriundas de suas prioridades orçamentárias, deve focar no desenvolvimento de seu Conjugado Anfíbio, ou seja, na plena capacidade de projeção de poder

(política, econômica, militar, psicossocial, e científico-tecnológica) sobre terra, não da mesma forma destrutiva como se observa com os mísseis balísticos originados em submarinos nucleares das Potências Nucleares, mas sim através de uma Força de Emprego Rápido capaz de desempenhar as missões necessárias à consecução das tarefas básicas do Poder Naval e de garantir o necessário contrapeso para aumento de sua influência. Este esforço deve ser composto por diversos agentes da sociedade (civil e militar), englobando a área industrial, de pesquisa e desenvolvimento, permitindo que tecnologias autóctones sejam desenvolvidas e garantindo a soberania da cadeia de suprimentos para a sustentação destas missões.

A constante agenda de operações combinadas incluindo estes Estados precisa ser uma demonstração, sobretudo, de nossa potencialidade, motivando maior pesquisa tecnológica e doutrinária entre os cooperadores a partir da padronização de procedimentos. Este ponto está diretamente relacionado ao desenvolvimento de uma capacidade logística global, característica que permite não apenas a projeção, mas também a sustentação das forças em campanha. Além disso, é exatamente esta cadeia de suprimentos que permitirá desdobramentos sustentáveis e maior sustentação durante as campanhas militares. Ação em amplo espectro deve ser levada em consideração, vez que exigirá maior flexibilidade e versatilidade dos recursos (materiais e humanos) da FER.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Never Before Seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. *Revista brasileira de política internacional* vol.53 no.2 Brasília 2010
- ALSINA Jr., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. *Revista brasileira de política internacional* v. 46; n. 2; p 2-35, 2003.
- ALSINA Jr., João Paulo Soares. *Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- AMARANTE, José Carlos Albano. A Base Industrial de Defesa. *Texto para discussão*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2012.
- AMORIM, Celso. Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro. *Revista Política Hoje*, Vol. 21, n. 2, 2012
- ANDRADE, Israel de Oliveira; FRANCO, Luiz Gustavo A. A Indústria de Defesa Brasileira e a sua desnacionalização: Implicações em aspectos de segurança e soberania e lições a partir da experiência internacional. *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*; n. 20; Maio/Ago. 2015.
- ANDREWS, Frank L. *A Stability Force: The Missing Link in Achieving Full-Spectrum Dominance*. Fort Leavenworth, Kansas: School of Advanced Military Studies (United States Army Command and General Staff College), 2004.
- BELLOT, Raymond de. *A guerra aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Tradução de Leo Fonseca e Silva. Rio de Janeiro : Record, 1949. Título Original: La guerre aéronavale dans l'Atlantique (1939-1945).
- BELLOT, Raymond de. *A guerra aeronaval no Pacífico (1941-1945)*. Tradução de A. L. Porto e Albuquerque e Mario Rodrigues Barreto. Rio de Janeiro: Record, 1949. Título Original: La guerre aéronavale du Pacifique (1941-1945).
- BERINSKY, Adam J. Assuming the Costs of War: Events, Elites, and American Public Support for Military Conflict. *The Journal of Politics*, Vol. 69, No. 4, November 2007, pp. 975–997.

- BERTONHA, João Fábio. A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada. *Revista brasileira de política internacional* 56 (2): 112-130 [2013]
- BIARD, Michel; BOURDIN, Philippe; MAZAGALLI, Silvia. *Révolution, Consulat, Empire (1789-1815)*. Paris : Éditions Belin, 2009.
- BOSTON, Scott; MASSICOT, Dara. *The Russian Way of Warfare: A Premier. Perspective*. Santa Mônica: RAND Corporation, 2017.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento: A verdadeira história da expedição de Cabral*. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, 114 p.
- BUENO, Eduardo. *A coroa, a cruz e a espada*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, 276 p.
- BURKE, Edmund J. et al. *People's Liberation Army Operational Concepts*. Santa Monica: RAND Corp., 2020.
- BRASIL, Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha. *Brazil: 60 years of peacekeeping operations*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2011.
- BRASIL. *Política Naval*. Brasília: Marinha do Brasil, 2019.
- BRASIL. *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.
- BRASIL. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.
- BROKS, Rosa. *How everything became war and the military became everything: tales from the pentagon*. New York: Simon & Schuster, 2016.
- CALLAHAN, William A. China's Belt and Road Initiative and the New Eurasian Order. *Policy Brief*. n. 22. Norwegian Institute of International Affairs, 2016.
- CARROL, J. J. *The Soviet Naval Infantry*. Fort Leavenworth, Kansas: US Army Command and General Staff College, 1977
- CARVALHO, Thiago Bonfada de. *Geopolítica Brasileira e Relações Internacionais nos Anos 50: O Pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 5ª Ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- CHENG, Dean. Sea Power and the Chinese State: China's Maritime Ambitions. *Backgrounders*, n. 2576. The Heritage Foundation, 2011.

CHIARIELLI, Peter W. ; MICHAELIS, Patrick R. Winning the Peace: The Requirement for Full-Spectrum Operations. *Military Review*. July-August 2005.

CLIFF, Donald K. *Soviet Navy Infantry: A new capability*. Naval War College Review, Vol. 23, No. 10 (June 1971), pp. 90-101

CLOWES, W. Laird. *The Navy of Henry VIII & Elizabeth I: English Naval Warfare, Exploration & Vessels during the 16<sup>th</sup> Century*. East Yorkshire: Oakpast Ltd, 2017.

CORBETT, Julian S. *Some Principles of Maritime Strategy*. London: Pantianos Classics, 2017.

COSTA, Carlos Augusto. *Fuzileiros Navais: Da praia de Caiena às ruas do Haiti*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. Título original: *Traité de strategie*.

COZAD, Mark R. *PLA Joint Training and Implications for Future Expeditionary Capabilities*. Testimony presented before the U.S.-China Economic and Security Review Commission on January 21, 2016. Santa Monica: RAND Corp., 2016.

CREED Jr. RICHAR D. *A full spectrum case for the heavy force*. Pennsylvania: US Army College, 2011.

DATAFOLHA. *Brasileiros veem Forças Armadas como instituição mais confiável*. São Paulo, 2019. Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>> Acesso em 1 Jun 2020.

DÖPKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In SARAIVA, José F. Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da Sociedade Internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

EISENHOWER, Dwight D. Text of the address by President Eisenhower, broadcast and televised from his office in the White House, Tuesday evening, January 17 1961.

ENDERWICK, Peter. The economic growth and development effects of China's One Belt, One Road Initiative. *Strategic Change*. n. 27, p. 447–454. 2018.

ENGLUND, Steven. *Napoleão: uma biografia política*. Traduzido por Maria Luiza X de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Título Original: *Napoleon: a political life*.

ENGSTROM, Jeffrey. *Systems Confrontation and systems Destruction Warfare: How the Chinese People's Liberation Army Seeks to Wage Modern Warfare*. Santa Monica: RAND Corp., 2018.

EUROPEAN UNION. *Russia's national security strategy and military doctrine and their implications for the EU*. European Parliament's Sub-Committee on Security and Defence: Brussels, 2017.

EVITTS, Jonathan. *Russian Naval Modernization and Strategy*. Monterey, California: Naval Postgraduate School, 2019.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010

FEAVER, Peter. What is grand strategy and why do we need it? *Foreign Policy*, 8 April 2009. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2009/04/08/what-is-grand-strategy-and-why-do-we-need-it/>> Acesso em 10 Jun 2020.

FERDINAND, Peter. Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. *International Affairs* v. 92, n. 4 p. 941–957. Oxford, 2016.

FOERESTIER-WALKER, Robin. Nagorno-Karabath: New weapons for an old conflict spell danger. *Al Jazeera*. 13 Oct. 2020. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/features/2020/10/13/nagorno-karabakh-new-weapons-for-an-old-conflict-spell-danger>> Acesso em 6 Jan. 2021.

FREYRE, Gilbert. *Casa grade & senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal*. 5 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FRIEDMAN, Norman. Sea Power as Strategy. *Journal of Australian Naval Institute*. No. 108. Autumn 2003.

FIORI, José Luis. *O Brasil e seu 'entorno estratégico' na primeira década do século XXI*. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Brasil-e-seu-%27entorno-estrategico%27-na-primeira-decada-do-seculo-XXI/4/28080>> Acessado em 6 Jun 2020.

FORDHAM, Benjamin O.; WALKER, Thomas C. Kantian Liberalism, Regime Type, and Military Resource Allocation: Do Democracies Spend Less? *International Studies Quarterly*. Oxford: Blackwell Publishing (2005) 49, 141–157

FREDERICK, Bryan et al. *Understanding the Deterrent Impact of U.S. Overseas Forces*. Santa Mônica: RAND Corporation, 2020.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, Summer 1989

GADDIS, John L. *On Grand Strategy*. New York: Penguin Books, 2018.

GADDIS, John L. *Guerra Fria*. Traduzido por Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. Título original: The cold war.

GADY, Franz-Stefan. *Why China's Military Wants to Control These 2 Waterways in East Asia*. Disponível em <https://thediplomat.com/2019/09/why-chinas-military-wants-to-control-these-2-waterways-in-east-asia/>> Acessado em 10 Jun 2020.

GOLDSTEIN, Lyle J.; ZHUKOV, Yuri M. A Tale of Two Fleets: A Russian Perspective on the 1973 Naval Standoff in the Mediterranean. *Naval War College Review*, Vol. 57, No. 2, pp. 27-63. Washington: U.S. Naval War College Press, 2004.

GRAU, Lester W.; BARTLES, Charles K. *The Russian Way of War: Force Structure, Tactics and Modernization of the Russian Ground Forces*. Fort Leavenworth, KS: Foreign Military Studies Office, 2016.

GRANHOLM, Niklas; MALMINEN, Johannes; PERSSON, Gudrun. A Rude Awakening: Ramifications of Russian Agression Towards Ukraine. *FOI Totalförsvarets forskningsinstitut*. Stockholm, 2014.

GRAY, Colin S. Why Strategy is Difficult. *Joint Force Quarterly*. Washington: National Defense University, 1999.

GREEN, Michal J. The Legacy of Obama's "Pivot" to Asia. Shadow Government. *Foreign Policy*. 3 Sep 2016. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2016/09/03/the-legacy-of-obamas-pivot-to-asia/>> Acessado em 15 Ago 2020.

HASTINGS, Max. *Finest Years: Churchill as warlord 1940-45*. London: Harper Collins, 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The theory and politics of civil-military relations*. Cambridge, Massachusetts: The Belnak Press of Harvard University, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco A. S.; TONETO, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 7 ed. 14 reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

GROSSMAN, Derek et al. *Chinese views of Big Data Analytics*. Santa Mônica: RAND Corporation, 2020.

GUERRA, Wilson Barbosa. *A influência dos avanços tecnológicos no Poder Naval Brasileiro no século XXI*. Aula inaugural dos cursos de altos estudos militares da Escola de Guerra Naval no ano de 2015

HART, B. H. Liddell. *Strategy: The Classic Book on Military Strategy*. London: Faber & Faber, 1967.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Traduzidos por Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2009. Título original: *The age of revolutions*.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Traduzidos por Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2009. Título original: *The age of capital 1848-1875*.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Traduzidos por Sônia Maria campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2009. Título original: *The age of empire 1875-1914*.

HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Traduzidos por Marcos Santarrita. São Paulo: Schwarcz, 2008. Título original: *Age of extremes – The short twentieth century: 1914-1991*.

HOLMES, James R. *A brief guide to Maritime Strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 2019.

HOLMES, James R.; YOSHIHARA, Toshi. *Chinese Naval Strategy in the 21st Century: The turn to Mahan*. New York: Routledge Series (Naval Policy and History), 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 2011.

HUOVINEN, Petri. *Hybrid Warfare: Just a Twist of Compound Warfare? Views on warfare from the United States Armed Forces perspective*. Washington: National Defence University, Department Of Military History , 2011.

JENKINS, Roy. *Churchill*. Traduzido por Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Título original: *Churchill*.

JOHNSON, Christopher K. President Xi Jinping's "Belt and Road" Initiative: A Practical Assessment of the Chinese Communist Party's Roadmap for China's Global Resurgence. *CSIS Freeman Chair in China Studies*, 2016.

JOHNSON, David E. *Preparing Potential Senior Army Leaders for the Future: An Assessment of Leader Development Efforts in the Post-Cold War Era*. Santa Mônica: RAND Corporation, 2020.

JOHNSON, David E. et al. *Preparing and Training for the Full Spectrum of Military Challenges: Insights from the Experiences of China, France, the United Kingdom, India, and Israel*. Santa Mônica: RAND Corporation, 2009.

JUDT, Tony. *Reflexões sobre um século esquecido*. Traduzido por XXXXXX. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Título original: *Reappraisals: Reflections on the Forgotten Twentieth Century*.

KAMPSEN, Michael. *Army and Marine Corps Afloat Prepositioning: providing full-spectrum capability through complementary programs*. Pennsylvania: US Army War College, 1998.

KEEGAN, John. *A history of warfare*. New York: Vintage Books, 1994.

KEEGAN, John. *The face of Battle: A Study of Agincourt, Waterloo and the Somme*. New York: Penguin Books, 1983.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and Interdependence Revisited. *International Organization*, Vol. 41, No. 4 (Autumn, 1987), pp. 725-753

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

KISSINGER, Henry. *On China*. New York: Penguin Books, 2012.

KISSINGER, Henry. *World Order*. New York: Penguin Books, 2015.

KRASKA, James. *Maritime power and the law of the sea: Expeditionary Operations in World Politics*. New York: Oxford University Press, 2011.

KRUPNOV, Yuri. Defense reform and the Russian Navy. *Nato Defense College Occasional Paper*. Rome, 2006.

LAMBERT, Andrew. *Nelson: Britannia's God of War*. London: Faber and Faber, 2004.

LAMBERT, Andrew. *Seapower States: Maritime Culture, Continental Empires, and the Conflict That Made the Modern World*. London: Yale University Press, 2018.

LANDLER, Mark. A New Era of Gunboat Diplomacy. News Analysis, *The New York Times*, Nov 12, 2011. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2011/11/13/sunday-review/a-new-era-of-gunboat-diplomacy.html>> Acessado em 20 Ago 2020.

LAYNE, Christopher. Kant or Cant: The myth of Democratic Peace. *International Security* (The Myth Press). Vol. 19, No. 2, (Autumn, 1994), p 5-49.

LEWIS, G. *A Comprehensive Examination of the Soviet Naval Infantry*. US Army Institute for Advanced Russian and East European Studies. New York, 1977.

LOPES, Roberto. *As garras do cisne: o ambicioso plano da marinha brasileira de se transformar na nona frota mais poderosa do mundo* 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LOSTUMBO, Michael J. et al. *Overseas Basing of US Military Forces: An Assessment of Relative Costs and Strategic Benefits*. Santa Monica: RAND Corp., 2013.

LYNN II, John A. The grand strategy of the grand siècle: Learning from the wars of Louis XIV. In MURRAY, W. LACEY, J. SINNREICH, Richard H. *The shapping of grand strategy: Policy, diplomacy and war*. New York: Cambridge University Press, 2014.

MACMILLAN, Margaret. *The War that ended peace: How Europe Abandoned Peace for the First World War*. London: Profile Books. 2014.

MAGALHÃES, J. B. *Osorio: síntese de seu perfil histórico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. tradução: Allan Vidigal Hastings, Elisete Paes e Lima, Ez2 Translate. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MARTIN, Grant M. COIN, Complexity, and Full-Spectrum Warfare: Is it possible to have Center of Gravity given all the Fog and Friction? 2010, *Small Wars Journal*: Small Wars Foundation, November 3, 2010.

MCNERNEY, Michael J. *National Will to Fight: Why some States keep fighting and other don't*. Santa Mônica: RAND Corp., 2018.

MEARSHEIMER, John J. A Realist Reply. *International Security*. Summer 1995. V. 20 n. 1. p 82-93.

MEARSHEIMER, John J. The False Promise of International Institutions. *International Security*. Winter 1994/95. v. 19. n. 3. P 5-49.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista; MOREIRA, William. Maritime Co-operation among South Atlantic Countries and Repercussions for the Regional Community of Security Practice. *Contexto Internacional* vol. 39(2) May/Aug 2017.

METZ, Steve. *Armed Conflict in the 21<sup>st</sup> Century: The Information Revolution and Post-Modern Warfare*. Pennsylvania: US Army War College, 2000.

MIKHAIL, Tsyppkin. *Rudderless in a Storm: The Russian Navy 1992-2002*. Conflict Studies Research Centre. Calhoun: The Naval Postgraduate School Institutional Archive. Monterey, 2002.

MILLS, Claire. Parliamentary approval for military action. *Briefing Papers of the House of the Commons*. Number CBP 7166, 8 May 2018

MONTAPERTO, Ronald N. The PLA: In Search of a Strategic Focus. *Joint Force Quarterly*. Washington: National Defense University, 1995.

MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. A Próxima Singradura. *O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais*. n 28; Ano XXIX; 2010; Edição Extra; p 9-60.

MORAES, Lauro Escorel. *O Conceito de "Interesse Nacional" e a Responsabilidade de Diplomacia Brasileira*. Aula inaugural proferida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, nos cursos noturnos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no dia 3 de março de 1986.

MORETTO, Giovanni. O ambiente de operações conjuntas 2035 (JOE 2035). *Análise Estratégica*. Vol 11 N 1 Dez/ Fev 2019

MUNICH SECURITY CONFERENCE. *Cooperating Across Borders: Tackling Illicit Flows. Transnational Security Report*. Munich, 2019.

MUNICH SECURITY CONFERENCE. *Munich Security Report 2020: Westlessness*. Munich, 2020.

NYE, Joseph Jr. Soft Power. *Foreign Policy*, No. 80, Twentieth Anniversary (Autumn, 1990), pp. 153-171.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's National Defense in the New Era*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, July 2019

PETITFILS, Jean-Christian. *Louis XIV*. Parris: Perrin, 2002.

PERNIN, Christofer G. et al. *Readiness Reporting for an Adaptive Army*. Santa Mônica: RAND Corporation, 2013.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. *Sagres: a revolução estratégica*. 10 ed. Brasília: Senac, 2007.

PUTIN, Vladimir. *Speech and the Following Discussion*. Munich Conference on Security Policy February 10, 2007.

RAND Corporation, National Defense Research Institute . *Overseas Basing of U.S. Military Forces: An Assessment of Relative Costs and Strategic Benefits*. Santa Monica (CA): RAND Corp., 2013.

RICHMOND, Herbert. *Statesmen and Sea Power*. Connecticut: Westport, 1946.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

ROY, Denny. More Security for Rising China, Less for Others? *Analysis from the East-West Center* No. 106. January 2013

RUBEL, Robert C. Navies and Economic Prosperity – the New Logic of Sea Power. *Corbett Papers*, King's College London, n 11, 2013.

SABOYA, André. O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira. *Revista de Geopolítica*, v. 9, no 2, p. 29 - 50, jul./dez. de 2018.

SARAIVA, José F. Sombra. Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979). In SARAIVA, José F. Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da Sociedade Internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARAIVA, José F. Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968). In SARAIVA, José F. Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da Sociedade Internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

Santo Agostinho – Vida e Obra. In: Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 2004

São Tomás de Aquino – Vida e Obra. In: Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 2000

São Tomas More – Vida e Obra. In: Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 2004.

SCOBELL, Andrew et al. *China's Grand Strategy: Trends, Trajectories, and Long-Term Competition*. Santa Monica (CA): RAND Corp., 2020.

SHARMAN, J. C. *Empires of the Weak: The Real Story of European Expansion and the Creation of the New World Order*. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

SHIRER, William L. *The rise and fall of the Third Reich*. New York: Simon & Schuster, 1990.

SINNREICH, Richard H. About turn: British strategic transformation from Salisbury to Grey. In MURRAY, W. LACEY, J. SINNREICH, Richard H. *The shapping of grand strategy: Policy, diplomacy and war*. New York: Cambridge University Press, 2014.

STAVRIDIS, James. *China seeks new islands to conquer*. Disponível em <<https://www.japan-times.co.jp/opinion/2019/02/22/commentary/world-commentary/china-seeks-new-islands-conquer/#.Xtffni2ZPEY>> Acessado em 3 Jun 2020, às 13:02.

STEINBERG, Jonathan. *Bismark: uma vida*. Tradução de Maurício Tamboni. Barueri, SP: Amariyls, 2015. Título original: Bismark: a life.

TEMER, Michel. *O Brasil no mundo: Abertura e responsabilidade (Escritos de Diplomacia Presidencial 2016-2018)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

VOLKOGONOV, Dimitri Antonovich. *Stalin: triunfo e tragédia*. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Título Original: Triymumf i Tragediya: politicheskii portret I. V. Stalina.

UNITED KINGDOM. *Joint Tactics, Techniques and Procedures 4-05 (JTTP 4-05)* (2nd Edition), Swindon, Wiltshire: Ministry of Defence, 2012.

UNITED KINGDOM. *Joint Doctrine Publication 0-10 (JDP 0-10)* (5th Edition) UK Maritime Power. Swindon, Wiltshire: Ministry of Defence, 2017.

UNITED KINGDOM. *National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015: A Secure and Prosperous United Kingdom*. London: Her Majesty's Government, 2015.

UNITED KINGDOM. *International Defence Engagement Strategy*. London: Ministry of Defence & Foreign and Commonwealth Office, 2017.

UNITED KINGDOM. *Joint Doctrine Publication 01 (JDP 01)* UK Joint Operations Doctrine. Swindon, Wiltshire: Ministry of Defence, 2014.

UNITED KINGDOM. *Joint Doctrine Publication 0-01 (JDP 0-01)* UK Defence Doctrine. Swindon, Wiltshire: Ministry of Defence, 2014.

UNITED KINGDOM. *Joint Doctrine Publication 3-00 (JDP 3-00)*, (3rd Edition). Swindon, Wiltshire: Ministry of Defence, 2009.

UNITED STATES OF AMERICA. *A Co-operative Strategy for 21<sup>st</sup> Century Sea Power*. Washington: Department of the Navy, 2003.

UNITED STATES OF AMERICA. *FM-3.0 Operations*. Washington: Department of the Army, 2017.

UNITED STATES OF AMERICA. *Russian Strategic Intentions: A Strategic Multilayer Assessment (SMA) White Paper*. Washington: Department of the Army, 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. *Maritime Doctrine of the Russian Federation*. Translated by Anna Davis. Rhode Island: United States Naval War College, Russia Maritime Studies Institute, 2015.

UNITED STATES OF AMERICA, Department of Defense. *Secretary of the Navy Year 3 Strategic Vision, Goals and Implementation Guidance. Fiscal Years 2020-2023*. Washington, 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. *Nuclear Postures Review (2018)*. Washington: Office of the Secretary of Defense, 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge*. Washington: Office of the Secretary of Defense, 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. *Maritime Security Cooperation Policy: An integrated Navy-Marine Corps-Coast Guard approach*. Washington: Office of the Secretary of the Navy, 2013.

UNITED STATES OF AMERICA. *A design for maintaining maritime superiority (Version 2.0)*. Washington: Office of the Chief of Naval Operations, 2018.

YANG, Andrew N. D.; LIAO Milton Wen-Chung. *PLA Rapid Reaction Forces: Concept, Training, And Preliminary Assessment* Disponível em <[https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/conf\\_proceedings/CF145/CF145.chap4.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/conf_proceedings/CF145/CF145.chap4.pdf)> Acessado em 3 Jun. 2020 às 12:41.

SUTTON, H. I. *Satellite Images Show That Chinese Navy Is Expanding Overseas Base*. Disponível em <<https://www.forbes.com/sites/hisutton/2020/05/10/satellite-images-show-chinese-navy-is-expanding-overseas-base/#159736366869>> Acessado em 20 Jun 2020.

HEERDT, William. *Russian Hard Power Projection: A Brief Synopsis*. Disponível em <<https://www.csis.org/blogs/post-soviet-post/russian-hard-power-projection-brief-synopsis>> Acessado em 30 Jun 2020.

SHURKIN, Michael. *Setting Priorities in the Age of Austerity: British, French and German Experiences*. Santa Mônica: RAND Corporation, 2013.

VINSON, Mark E. *Structuring the Total Army for Full-spectrum readiness*. Pennsylvania: US Army War College, 1999.

JOHNSON, Courtney. *Trust in the military exceeds trust in other institutions in Western Europe and U.S.* Disponível em <<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/09/04/trust-in-the-military-exceeds-trust-in-other-institutions-in-western-europe-and-u-s/>> Acesso em 1 Jun 2020.

REUTERS. *Britons' trust in institutions falls to record low: Edelman*. Disponível em <<https://uk.reuters.com/article/us-davos-meeting-trust-britain/britons-trust-in-institutions-falls-to-record-low-edelman-idUKKBN1ZJ00F>> Acesso em 1 Jun.

MANSFIELD, Edward D.; SNYDER, Jack. *Electing to Fight: Why Emerging Democracies Go to War*. Cambridge: Belfer Center for Science and International Affairs, 2005.

MEJIAS, Sonia Alda. *La transparencia en las Fuerzas Armadas latinoamericanas para combatir el crimen organizado*. Disponível em <[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/ri-elcano\\_es/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/ari46-2019-alda-transparencia-en-fuerzas-armadas-latinoamericanas-para-combatir-crimen+organizado](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/ri-elcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari46-2019-alda-transparencia-en-fuerzas-armadas-latinoamericanas-para-combatir-crimen+organizado)> Acesso em 1 Jun 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. After Twenty Years: The Future of the Third Wave. *Journal of Democracy*. Johns Hopkins University Press. Volume 8, Number 4, October 1997. pp. 3-12.

ODIERNO, Raymon. The US in a Time of Transition: building a flexible force. *Foreign Affairs* vol. 91 n. 3 2012, p. 7-11.

POLMAR, Norman; BROOKS, Thomas A.; FEDOROFF, George E. *Admiral Gorshkov: the man who challenged the U.S. Navy*. Annapolis: Naval Institute Press, 2019.

ROSAT, Sebastian. The Flawed Logic of Democratic Peace Theory. *American Political Science Review*. The University of Chicago. Vol. 97, No. 4 November 2003

ROWLAT, Justin. *How the US military's opium war in Afghanistan was lost*. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-us-canada-47861444>> Acesso em 1 Jun 2020.

SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*. New York: Yale University Press, 1942.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Democracy Index 2019: A year of democratic setbacks and popular protest*. New York: The Economist, 2020.

VALENÇA, Marcelo. Resenha. Electing to Fight: Why Emerging Democracies Go to War. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 2, julho/dezembro 2006, pp. 567-577.

VALENÇA, Marcelo; CARVALHO, Gustavo. Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy. *Brazilian Political Science Review* vol.8 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2014.

VAN MESSEL, John A. *Unrestricted Warfare: A Chinese doctrine for future warfare?* Quantico: Marine Corps University , 2005.

VIDIGAL, Armando A. F. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

WRIGHT, Thomas. *The Folly of Retrenchment: Why America Can't Withdraw From the World* Foreign Affairs, vol. 99, n. 2, March/April. Congers, NY, 2020.

WILKINSON, Richard. *Louis XIV*. New York: Routledge, 2007.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Social Mobility Report 2020 Equality, Opportunity and a New Economic Imperative. *Insight Report*. January 2020.

WALTZ, Kenneth. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, Vol. 25, No. 1 (Summer 2000), pp. 5-41.

WALTZ, Kenneth. The Origins of War in Neorealist Theory. *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 18, No. 4, The Origin and Prevention of Major Wars (Spring, 1988), pp. 615-628.

WALTZ, Kenneth. Realist Thought And Neorealist Theory. *Journal of International Affairs*, 2003, p 21-37.

WEINLAND, Robert G.; MCCGWIRE, Michael K.; MCCONNELL, *James M. Admiral Gorskov on "Navies in War and Peace"*. Virginia: Center for Naval Analyses, September, 1974.

WOOD, Anthony A. *B. H. Liddel Hart: The Strategy of the indirect approach and the counter narcotics campaign*. Washington: National War College, 1990.

XING, Li. *Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.